



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
DO TRÓPICO ÚMIDO

EDUARDO LIMA DOS SANTOS GOMES

**A DINÂMICA DAS ORGANIZAÇÕES TURÍSTICAS E O CONSUMO DE ÁGUA EM  
SÃO LUÍS (MA) E BELÉM (PA)**

Belém, PA  
2018

EDUARDO LIMA DOS SANTOS GOMES

**A DINÂMICA DAS ORGANIZAÇÕES TURÍSTICAS E O CONSUMO DE ÁGUA EM  
SÃO LUÍS (MA) E BELÉM (PA)**

Tese apresentada como requisito para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Socioambiental, pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará.

Orientação Científica: Profa. Dra. Ligia Terezinha Lopes Simonian.

Belém, PA  
2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Biblioteca do NAEA/UFPA)

---

Gomes, Eduardo Lima dos Santos

A dinâmica das organizações turísticas e o consumo de água em São Luis (MA) e Belém (PA); Orientadora, Ligia T. L. Simonian. - 2018.

221 f.: il.; 29 cm  
Inclui bibliografias

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2018.

1. Dinâmica das organizações – turísticas – São Luis (MA). 2. Dinâmica das organizações – turísticas – Belém (PA) . Consumo de água. 3. Mercado Desenvolvimento sustentável. I. Simonian, Ligia T. L., Orientadora. II. Título.

---

CDD 21. **ed.** 338.9

Elaborada por  
Rosângela Caldas Mourão  
CRB-2/888

EDUARDO LIMA DOS SANTOS GOMES

**A DINÂMICA DAS ORGANIZAÇÕES TURÍSTICAS E O CONSUMO DE ÁGUA EM  
SÃO LUÍS (MA) E BELÉM (PA)**

Tese apresentada como requisito para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Socioambiental, pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará.

**Banca Examinadora:**

Profa. Dra. Ligia Terezinha Lopes Simonian  
Orientadora – PPGDSTU/NAEA/UFPA

Profa. Dra. Mirleide Chaar Bahia  
Examinadora Interna – PPGDSTU/NAEA/UFPA

Prof. Dr. Hisakhana Pahoona Corbin  
Examinador Interno – PPGDSTU/NAEA/UFPA

Profa. Dra. Ponciana Freire de Aguiar  
Examinadora Externa – PPGGP/NAEA/UFPA

Profa. Dra. Marilena Loureiro da Silva  
Examinadora Externa - PPGEDAM/NUMA/UFPA

Profa. Dra. Gisalda Carvalho Filgueiras  
Examinadora Externa – PPGECO/ICSA/UFPA

Ao meu sobrinho, Leandro Gomes Ribeiro (*in memoriam*).

## **AGRADECIMENTOS**

Ao CNPq pela concessão de Bolsa GDE, processo 234821/2014-0;

À Senhora Sandra Rodrigues Braga, da Coordenação do Programa de Pesquisa em Ciências Sociais Aplicadas e Educação (COSAE/CNPQ), pelo acompanhamento do meu processo;

Ao PPGDSTU/NAEA/UFPA, nomeadamente à Coordenação e Secretaria Acadêmica;

À FACTUR/ICSA/UFPA, especialmente à Direção Acadêmica, aos colegas docentes e Técnicos Administrativos;

Ao DETUH/CCSO/UFMA, pelo apoio logístico durante as fases de desenvolvimento da pesquisa de campo, sobretudo à Chefia de Departamento, aos colegas docentes e ao Técnico Administrativo;

Ao Prof. Dr. Silvio Figueiredo (PPGDSTU/NAEA/UFPA), pelo préstimo e incentivo;

À Profa. Dra. Ligia Simonian (PPGDSTU/NAEA/UFPA), pelo aceite na orientação e pelo acompanhamento na produção desta tese;

À amiga, Monica Araújo, pela amizade, companheirismo, apoio, hospitalidade e ajuda nas horas mais difíceis. Não tenho palavras para expressar o meu muito obrigado;

Ao amigo, Lúcio Bentes, pela amizade e companheirismo ao longo deste processo de doutoramento;

À Fernanda Carvalho pela ajuda na pesquisa de campo em São Luís (MA);

E, de um modo geral, agradeço a todo (a)s aquele (a)s, que perto ou longe e mesmo com o mínimo de atenção, apoiaram-me na realização deste trabalho, com seus saberes, palavras afáveis, respeito, préstimo, oração e, acima de tudo, compreensão nas minhas ausências, no meu mau humor frequente e nos momentos mais intensos na finalização desta tese. Destaco os meus pais, Olavo e Deusarina; minhas irmãs, Lienne, Luciana e Regiane; meu irmão Caio; sobrinhos, Luan, Lucas, Arthur; Aliete Abençoada, Cristina e Igor, Cecília e Ibrahim, Moema Raya, Maria Costa, Neila Cabral, Sílvia Helena Cruz, Marinete Boulhosa, Márcia Lopes, Silvaneide Corte Brilho, Madalena Freire, Trícia Amoras, Adriana Lima, Ângela Negrão, Jacqueline Honorato, Flávia Gomes, Coronel Firmino Gomes e Família, dentre outros.

## RESUMO

Esta tese discute os limites e as possibilidades do recurso natural água tornar-se oportunidade de vantagem competitiva no setor de turismo, particularmente nas organizações turísticas de meios de hospedagem. Nessa perspectiva, surgem os questionamentos acerca do lugar e do papel destas organizações turísticas no cenário político e socioambiental da água. Com isso, o objetivo foi analisar em que medida as implicações do consumo de água posicionam as organizações turísticas de meios de hospedagem de São Luís (MA) e Belém (PA), a formulação de estratégias de sustentabilidade para a eco-inovação. Para tal baseia-se numa revisão de literatura sobre as teorias que explicam o desenvolvimento econômico, a partir de uma visão schumpeteriana e neoschumpeteriana, assim como a abordagem do desenvolvimento sustentável na via para a sustentabilidade da água no setor de turismo. Com base na revisão de literatura, uma hipótese foi sugerida e testada na parte empírica da tese através de uma análise da dinâmica das organizações turísticas concernente às implicações do consumo de água nestas duas cidades amazônicas, em questão. A metodologia teve a orientação interdisciplinar entre a economia e a antropologia, por meio do desenvolvimento da pesquisa qualitativa de tipo exploratória, descritiva e explicativa com o procedimento do estudo de caso de caráter múltiplo. Para isso, utilizou-se a técnica da entrevista semiestruturada com a aplicação do instrumento formulário. Esta análise baseia-se em dados obtidos através de entrevistas-formulário realizadas aos gestores das organizações turísticas e concessionárias de água. Os resultados obtidos mostram que as estratégias adotadas pelas organizações turísticas são meramente paliativas diretamente proporcionais à otimização de custos financeiros. Com isto, salienta-se a importância da questão da água para a pesquisa, principalmente em face às possibilidades de crescente crise hídrica e, no setor de turismo, a água pode ser uma oportunidade de estratégia de sustentabilidade para a eco-inovação, promovendo o turismo responsável e inteligente.

**Palavras-Chave:** Dinâmica das organizações turísticas. Consumo de água. São Luís (MA). Belém (PA).

## ABSTRACT

This thesis discusses the limits and possibilities of the natural water resource to become an opportunity of competitive advantage in the tourism sector, particularly in tourist accommodation organizations. From this perspective, questions arise about the place and role of these tourist organizations in the political and socioenvironmental water scenario. Therefore, the objective was to analyze the extent to which the implications of water consumption position the tourist organizations of accommodation, in São Luís (MA) and Belém (PA), the formulation of sustainability strategies for eco-innovation. For this purpose, the study is based on a review of the literature on theories that explain economic development from a Schumpeterian and Neoschumpeterian view, as well as the approach to sustainable development on the path to water sustainability in the tourism sector. Based on the literature review, a hypothesis was suggested and tested in the empirical part of the thesis through an analysis of the dynamics of tourism organizations concerning the implications of water consumption in these two amazonian cities in question. The methodology had the interdisciplinary orientation between economics and anthropology, through the development of qualitative research of an exploratory, descriptive and explanatory type with the procedure of the case study of multiple character. For this, the technique of semi-structured interview with the application of the instrument form was used. This analysis is based on data obtained through interviews-formulary aimed at chief executives of the tourism organizations and water companies. The results show that the strategies adopted by tourism organizations are merely palliative measures directly proportional to the optimization of financial costs. With this, the water issue, especially in the face of the possibilities of a growing water crisis, becomes important for research and, in the tourism sector, water can be an opportunity for sustainability strategy for eco-innovation, promoting the responsible and smart tourism.

**Key-Words:** Dynamics of tourism organizations. Water consumption. São Luís (MA). Belém (PA).



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1-	Localização geográfica das áreas de pesquisa. Projeto do mapa.....	21
Gráfico 1-	Contribuição direta da atividade turística para o PIB/Brasil...	68
Gráfico 2-	PIB São Luís (MA).....	112
Gráfico 3-	IDHM São Luís (MA).....	112
Gráfico 4-	PIB Belém (PA).....	117
Gráfico 5-	IDHM Belém (PA).....	117
Mapa 2-	Distribuição espacial das OTMH de São Luís (MA). Projeto do mapa: E. Gomes, W. Fernandes, J. Alves, 2018.....	148
Mapa 3-	Distribuição espacial das OTMH de Belém (PA). Projeto do mapa: E. Gomes, W. Fernandes, J. Alves , 2018.....	149

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Diagrama dos elementos conceituais do pensamento econômico schumpeteriano.....	44
Figura 2 -	Diagrama da fundamentação microeconômica evolucionária.....	51
Figura 3 -	Cadeia de Distribuição Turística.....	62
Figura 4 -	Censo Demográfico de São Luís (MA).....	111
Figura 5 -	Censo Demográfico de Belém (PA).....	116
Figura 6 -	Abastecimento de Água de São Luís (MA).....	123
Figura 7-	Pólo Belém.....	130
Figura 8 -	Identidade visual Hotel.....	151
Figura 9 -	Identidade visual Resort.....	151
Figura 10 -	Identidade visual Hotel Fazenda.....	152
Figura 11 -	Identidade visual Cama e Café.....	152
Figura 12 -	Identidade visual Hotel Histórico.....	153
Figura 13 -	Identidade visual Pousada.....	153
Figura 14 -	Identidade visual Flat/ Apart – Hotel.....	154

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Padrão tipo de inovações ou regimes tecnológicos.....	41
Quadro 2 -	Caracterização das OTMHSLs (Rede ou Familiar, Habilitação Acadêmica, Gênero), São Luís (MA), 2017.....	156
Quadro 3 -	Caracterização das OTMHBEL (Rede ou Familiar, Habilitação Acadêmica, Gênero), Belém (PA), 2017.....	157
Quadro 4 -	Potencialidades e estratégias para a sustentabilidade das OTMHSLs (Comportamento inovador, Posicionamento estratégico, Ações executadas), São Luís (MA), 2017.....	160
Quadro 5 -	Potencialidades e estratégias para a sustentabilidade das OTMHBEL (Comportamento inovador, Posicionamento estratégico, Ações executadas), Belém (PA), 2017.....	161
Quadro 6 -	Potencialidades e estratégias para a sustentabilidade das OTMHSLs (Indicadores tomada decisão, Demanda diversificada renovada, Cooperação técnica UF/IF), São Luís (MA), 2017.....	162
Quadro 7 -	Potencialidades e estratégias para a sustentabilidade das OTMHBEL (Indicadores tomada decisão, Demanda diversificada renovada, Cooperação técnica UF/IF), Belém (PA), 2017.....	163
Quadro 8 -	Potencialidades e estratégias para a sustentabilidade das OTMHSLs (Economia de energia, Coleta seletiva de descarte energético), São Luís (MA), 2017.....	165
Quadro 9 -	Potencialidades e estratégias para a sustentabilidade das OTMHBEL (Economia de energia, Coleta seletiva de descarte energético), Belém (PA), 2017.....	166
Quadro 10 -	Potencialidades e estratégias para a sustentabilidade das OTMHSLs (NBR 15401, NBR 16534), São Luís (MA), 2017.....	168
Quadro 11 -	Potencialidades e estratégias para a sustentabilidade das OTMHBEL(NBR 15401, NBR 16534), Belém (PA), 2017.....	168
Quadro 12 -	Consumo de Água nas OTMHSLs (Consumo perdulário, Gerenciamento processo, Requalificação infraestrutura predial), São Luís (MA), 2017.....	172
Quadro 13 -	Consumo de Água nas OTMHBEL (Consumo perdulário, Gerenciamento processo, Requalificação infraestrutura predial), Belém (PA), 2017.....	173
Quadro 14 -	Consumo de Água nas OTMHSLs (Comportamento demanda, Variáveis comportamento demanda, Indicador de sustentabilidade para eco-inovação), São Luís (MA), 2017.....	176
	Consumo de Água nas OTMHBEL (Comportamento demanda,	

Quadro 15 -	Variáveis comportamento demanda, Indicador de sustentabilidade para eco-inovação), Belém (PA), 2017.....	177
Quadro 16 -	Consumo de Água nas OTMHSLs (Poço artesiano, Bairro falta de água), São Luís (MA), 2017.....	181
Quadro 17 -	Consumo de Água nas OTMHBEL (Poço artesiano, Bairro falta de água), Belém (PA), 2017.....	182

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Chegada de turistas ao Brasil .....	68
Tabela 2 -	Distribuição da amostra com os DA/Belém .....	120
Tabela 3 -	Abastecimento urbano de água em Belém .....	121
Tabela 4 -	Abastecimento urbano de água em São Luís (MA).....	122
Tabela 5 -	Taxa média mensal % de ocupação dos meios de hospedagem de São Luís (2009 – 2014).....	126
Tabela 6 -	Oferta de meios de hospedagem no Pará.....	127
Tabela 7 -	Indicadores da hotelaria em Belém, 2011-2015.....	128
Tabela 8 -	Número de turistas por pólo turístico paraense, 2015.....	134
Tabela 9 -	Renda (US\$) gerada pelo turismo no estado por pólo turístico, 2015.....	134
Tabela 10 -	Número de turistas e Gasto de turistas no Círio de Nazaré, 2014-2015.....	137
Tabela 11 -	Caracterização das OTMHSLS (Categoria, UH, Cadastur), São Luís (MA), 2017.....	155
Tabela 12 -	Caracterização das OTMHBEL (Categoria, UH, Cadastur), Belém (PA), 2017.....	155

## LISTA DE SIGLAS

ABIH	Associação Brasileira da Indústria Hoteleira
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AE	Anuário Estatístico
ANA	Agência Nacional de Águas
APEX	Agência de Promoção de Exportações do Brasil
APL	Arranjos Produtivos Locais
ABAE	Associação Bandeira Azul da Europa
BELEMTUR	Companhia Municipal de Turismo de Belém
BID	Banco Inter-Americano de Desenvolvimento
BOH	Boletim de Ocupação Hoteleira
CB	Convention Bureau
CB54	Comitê Brasileiro de Turismo
CBTS	Conselho Brasileiro de Turismo Sustentável
CADASTUR	Cadastro de pessoas físicas e jurídicas do setor de turismo
CAEMA	Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCSO	Centro de Ciências Sociais
CELPA	Centrais Elétricas do Pará
CEMAR	Companhia Energética do Maranhão
CHB	Centro Histórico de Belém
CHSL	Centro Histórico de São Luís
CMAD	Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CNPQ	Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CPRM	Serviço Geológico do Brasil
COSANPA	Companhia de Saneamento do Pará
COSAE	Coordenação do Programa de Pesquisa em Ciências Sociais Aplicadas e Educação
DA	Distrito Administrativo
DABEL	Distrito Administrativo de Belém
DABEN	Distrito Administrativo do Bengui
DAE	Departamento de Águas e Esgotos
DAENT	Distrito Administrativo do Entroncamento
DAGUA	Distrito Administrativo do Guamá
DAICO	Distrito Administrativo de Icoaraci
DASAC	Distrito Administrativo da Sacramenta
DEGEIT	Departamento de Economia, Gestão, Engenharia industrial e

	Turismo
DETUH	Departamento de Turismo e Hotelaria
DMC	Distritos de Medição e Controle
ECO – 92	Conferência das Nações Unidas de Meio Ambiente e Desenvolvimento
EMBRATUR	Instituto Brasileiro do Turismo
ETA	Estação de Tratamento de Água
EUROSTAT	Agência Europeia de Estatística
FAPESPA	Fundação de Amparo à Pesquisa e Estudos do Estado do Pará
FEE	Foundation for Environmental Education
FIEMA	Federação das Indústrias do Estado do Maranhão
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBH	Instituto Brasileiro de Hospedagem
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IES	Instituições de Ensino Superior
INFRAERO	Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico Nacional
LAENA	Laboratório de Análises Espaciais “Prof. Thomas Peter Hutienne”
MA	Maranhão
MCA	Metro de Coluna D’água
MTUR	Ministério do Turismo
MIV	Manual de Identidade Visual
NAEA	Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
NBR	Norma Brasileira
NIH	Norma Técnica de Implementação da Sustentabilidade em Meios de Hospedagem
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
OMT	Organização Mundial do Turismo
ONU	Organização das Nações Unidas
ONGA	Organização Não-Governamental de Ambiente
OTMH	Organização Turística de Meios de Hospedagem
OTMBEL	Organização Turística de Meios de Hospedagem Belém
OTMHSL	Organização Turística de Meios de Hospedagem São Luís
PA	Pará
PARATUR	Companhia Paraense de Turismo
PCTS	Programa de Certificação de Turismo Sustentável
PDA	Plano de Desenvolvimento da Amazônia
PDT	Programa Doutoral em Turismo
PI	Piauí

PIB	Produto Interno Bruto
PEQT	Programa Estadual de Qualificação no Turismo
PME	Pequenas e Médias Empresas
PNAS	Programa Nacional de Águas Subterrâneas
PNT	Plano Nacional de Turismo
PNRH	Política Nacional de Recursos Hídricos
PPGDSTU	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido
PQPMH	Programa de Qualificação dos Pequenos Meios de Hospedagem
PRODETUR	Programa de Desenvolvimento do Turismo
RM	Região Metropolitana
SBCLASS	Sistema Brasileiro de Classificação de Meios de Hospedagem
SCIELO	Scientific Electronic Library Online
SCOPUS	Banco de dados de resumos e citações de artigos para jornais/revistas acadêmicos
SEBRAE/MA	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Maranhão
SECTUR/MA	Secretaria de Estado da Cultura e Turismo do Maranhão
SEMA/MA	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Maranhão
SESC	Serviço Social do Comércio
SETUR/PA	Secretaria de Estado de Turismo do Pará
SETUR SÃO LUÍS	Secretaria Municipal de Turismo São Luís
SNGRH	Sistema Nacional de Gestão de Recursos Hídricos
SPVEA	Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TAV	Tubo Ajustador de Vazão
UA	Universidade de Aveiro
UC	Unidade de Conservação
UH	Unidade Habitacional
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFPA	Universidade Federal do Pará
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNWTO	World Tourism Organization
VRP	Válvula Reguladora de Pressão
WTTC	World Travel & Tourism Council



## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>16</b>
<b>2</b>	<b>METODOLOGIA.....</b>	<b>25</b>
<b>3</b>	<b>TEORIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SCHUMPETERIANA, TURISMO, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E ÁGUA: ENFOQUES TEÓRICOS.....</b>	<b>35</b>
<b>3.1</b>	<b>A via schumpeteriana da destruição criativa para a dinâmica do desenvolvimento econômico.....</b>	<b>36</b>
<b>3.2</b>	<b>A via neoschumpeteriana evolucionária para a dinâmica do desenvolvimento econômico.....</b>	<b>45</b>
<b>3.3</b>	<b>Turismo na via e contravia para o desenvolvimento econômico e social.....</b>	<b>55</b>
<b>3.4</b>	<b>Desenvolvimento sustentável na via e contravia para a eco-inovação do turismo.....</b>	<b>73</b>
<b>3.5</b>	<b>A água na via para o desenvolvimento sustentável do turismo.....</b>	<b>95</b>
<b>4</b>	<b>CARACTERIZAÇÃO DAS ÁREAS DE PESQUISA.....</b>	<b>108</b>
<b>4.1</b>	<b>São Luís (MA): aspectos históricos e atuais de uma cidade multirregional.....</b>	<b>108</b>
<b>4.2</b>	<b>Belém (PA): aspectos históricos e atuais de uma cidade estuarina amazônica.....</b>	<b>113</b>
<b>4.3</b>	<b>São Luís (MA) e Belém (PA): considerações e desafios para o ordenamento territorial da água.....</b>	<b>118</b>
<b>4.4</b>	<b>O turismo em São Luís (MA) e Belém (PA): aspectos relevantes para um possível processo de ordenamento territorial.....</b>	<b>125</b>
<b>5</b>	<b>RESULTADO DA PESQUISA E DISCUSSÃO DOS DADOS.....</b>	<b>143</b>
<b>5.1</b>	<b>Distribuição espacial das OTMH.....</b>	<b>147</b>
<b>5.1.1</b>	<b>OTMSLS.....</b>	<b>148</b>
<b>5.1.2</b>	<b>OTMHBEL.....</b>	<b>149</b>
<b>5.2</b>	<b>Caracterização das OTMH.....</b>	<b>150</b>
<b>5.3</b>	<b>Potencialidades e estratégias para a sustentabilidade das OTMH....</b>	<b>159</b>
<b>5.4</b>	<b>O consumo de água nas OTMH.....</b>	<b>171</b>
<b>6</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>188</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>196</b>
	<b>APÊNDICES.....</b>	<b>212</b>
	<b>ANEXOS.....</b>	<b>218</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A sociedade atual tenta, há décadas, incessantemente encontrar a via para o futuro comum da humanidade (MORIN, 2016). Conforme aponta a literatura (BRUSEKE, 1994; BURGEMEIER, 2009; CASTRO, PINTON, 1997; FENZL, 2009; SACHS, 2004), desde a década de 1970, e mais precisamente a partir da década de 1990, inúmeros diálogos foram feitos nas reuniões internacionais, com resultados positivos, apesar da resistência de algumas nações.

Outrossim, diretrizes e máximas foram colocadas em discussão e orientou-se que uma aproximação gradual entre os seres humanos e a natureza, buscando uma salvaguarda possível dos recursos naturais para as próximas gerações, é a saída de emergência mais provável para o planeta terra. Assim, conceitos foram construídos e desconstruídos acerca de desenvolvimento e meio ambiente, e originaram-se estudos relevantes que culminaram com o desdobrar do conceito de desenvolvimento sustentável.

É notório destacar que o desenvolvimento sustentável favorece o crescimento econômico centrado na integração da economia com o social e o ecológico, pois sem essa conjugação tridimensional, possivelmente, as velhas práticas de desenvolvimento não serão substituídas (BRUSEKE, 1994; SACHS, 2004; VEIGA, 2005). Desta maneira, para Burgenmeier (2009), o conceito de desenvolvimento sustentável passa a ser referência inevitável em qualquer debate que alie a proteção do ambiente à economia e ao âmbito social.

Então, verifica-se que estas premissas, obrigatoriamente, devem estar correlatas para a operacionalização do desenvolvimento sustentável no âmbito da sociedade global com a orientação metodológica mais apropriada para a inserção das dimensões de eficiência econômica, justiça social e prudência ecológica nos postulados de desenvolvimento alternativo.

Ademais, conforme Sachs (2004), o desenvolvimento sustentável propõe uma forma de desenvolvimento em que os interesses particulares devem estar alinhados aos interesses coletivos de conservação e desenvolvimento. A este respeito, a questão crucial é saber como conciliar, dentro desse modelo societal, a prossecução do crescimento econômico de produção e consumo com as necessidades atuais de preservação e conservação ambiental sob a garantia do exercício da ética política, social e cultural.

Veigas (2005) aponta que o desafio para as próximas décadas é saber como o enquadramento e a operacionalização do desenvolvimento sustentável, nas atividades produtivas, serão as orientações metodológicas para a ressignificação da produção e do consumo, rompendo com o estilo de desenvolvimento da mera economia de mercado eficiente.

Assim sendo e de acordo com Foster (2010), os recursos naturais passam por processos de esgotamento das fontes face à necessidade de produção de bens e serviços para abastecer a sociedade capitalista. De fato, a apropriação sem a devida precaução descortina um cenário de escassez e de limites da exploração das fontes dos recursos naturais, a exemplo dos recursos hídricos. Isso evidencia a necessidade de tomada de decisão racional partilhada e mudança urgente de padrões de comportamento socioeconômico da sociedade.

Nisso, percebe-se que a questão da água é uma preocupação mundial e um problema visível em todas as estruturas econômicas dos países, principalmente quanto ao condicionamento referente à sua disponibilidade e uso, o qual implica em restrições no fornecimento proveniente da extrapolação da capacidade de distribuição normal pelas concessionárias, muitas vezes motivadas pelo aumento exponencial do consumo perdulário.

Esse cenário promove uma vulnerabilidade, tanto para os usuários residenciais quanto para os usuários comerciais. Assim, tem-se a “água” como uma necessidade vital para a humanidade e para a dinâmica da economia capitalista. Então, a água torna-se um desafio para a sustentabilidade do ambiente e para a sobrevivência humana.

De fato, como menciona Swyngedouw (2004), comprometer o seu ciclo hidrossocial por meio de restrições e constrangimentos socioambientais para o empoderamento do crescimento econômico, a priori, é agir com austeridade e expropriação do direito cidadão à água e do direito do ambiente de autossustentar-se.

Pode-se verificar que a questão da água está presente nas agendas políticas, a exemplo, dos fóruns mundiais, que foram criados, em 1996, pelo Conselho Mundial da Água, com o propósito de estabelecer compromissos políticos e agendas mínimas acerca dos recursos hídricos. Com isso, salienta-se que aconteceu no

Brasil, no período de 18 a 23 de março de 2018, o 8º Fórum Mundial da Água<sup>1</sup>, (WORLDWATERFORUM, 2018, não paginado) com o propósito de estabelecer compromissos políticos acerca dos recursos hídricos.

A esse respeito, ao término do Fórum, foi elaborado o documento “Declaração de Sustentabilidade”, que objetiva a uma mobilização urgente de todos os setores para garantir um futuro sustentável para o mundo e o compromisso coletivo global para enfrentar os crescentes desafios da água. É interessante destacar que nesta declaração de sustentabilidade, a principal recomendação é de que as atuais políticas de recursos hídricos não serão suficientes para atingir as metas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Nesse âmbito, faz-se necessário destacar, conforme a Associação Bandeira Azul da Europa<sup>2</sup> (ABAE, 2016), o Programa Green Key, que foi criado durante o ano de 2015, denominado pela Organização das Nações Unidas (ONU) como o ano decisivo para a sustentabilidade. Este Programa tem como objetivo reconhecer as operações sustentáveis e responsáveis no setor de turismo. Ademais, representa o compromisso das organizações turísticas, na adesão e cumprimento dos critérios rigorosos estabelecidos a nível internacional pela “Foundation for Environmental Education” (FEE).

De acordo com o Programa, o setor de turismo constitui um importante componente do desenvolvimento sustentável e, com isso, os critérios do Green Key contribuem para os objetivos estipulados pelas Nações Unidas, por meio do crescimento econômico verde, produção e consumo sustentáveis e o uso sustentável dos recursos naturais.

Em relação à água no setor de turismo, o Green Key tem o propósito de promover a poupança da água e a inovação nas soluções implementadas nas organizações turísticas. O Programa monitora o consumo de água e incorpora medidas de redução do consumo, melhoria na gestão das águas residuais e redução dos impactos negativos no meio ambiente. Com isso, uma das prioridades é a partilha das boas práticas na gestão da água nas organizações turísticas.

---

<sup>1</sup> Disponível em: [www.worldwaterforum8.org/pt-br/home](http://www.worldwaterforum8.org/pt-br/home)

<sup>2</sup>A ABAE é uma Organização Não-Governamental de Ambiente (ONGA) sem fins lucrativos, dedicada à educação para o desenvolvimento sustentável e à gestão e reconhecimento de boas práticas ambientais. A ABAE faz parte da Fundação para a Educação Ambiental (FFE), a qual agrupa entidades internacionais que em conjunto promovem atividades de sensibilização e educação para o desenvolvimento sustentável. Disponível em: <[www.bandeiraazul.abae.pt](http://www.bandeiraazul.abae.pt)>

Nessa acepção, Gossling (2015) sinaliza que nas organizações turísticas, principalmente as organizações de meios de hospedagem, entretenimento e alimentação, o consumo de água é intenso. Desta maneira, percebe-se estas organizações como consumidoras potenciais de água e, conseqüentemente, integram o ciclo hidrossocial da água (COSTA, 2015; SWYNGEDOUW, 2004), provocando relações sociais assimétricas no território.

Mendes et al. (2012) definem o consumidor de água como componente de um sistema de abastecimento que possui elementos que interagem entre si e com o ambiente. Para os autores, a garantia da manutenção do sistema passa pelo entendimento das relações entre os elementos e o ambiente que estes compõem; isso permite uma avaliação da sustentabilidade do sistema de forma a evitar prejuízos sociais e ambientais.

Logo, percebe-se que a água também é uma questão crucial no setor de turismo, tanto do lado da oferta como do lado da demanda. Em territórios periféricos e deprimidos de desenvolvimento, a situação é mais agravante, uma vez que a ausência de discussões e de planejamento de intervenções por meio de instrumentos para medir a vulnerabilidade e o desempenho da água, tanto no setor do turismo como no binômio cidade-campo, compromete a qualidade do serviço prestado e gera sérios constrangimentos socioambientais com visíveis relações conflituosas em torno do acesso e manejo da água.

Para tanto, urge-se por introduzir a questão da água na perspectiva do consumo nas organizações turísticas, principalmente nas organizações localizadas em recortes deprimidos de desenvolvimento econômico, em que os conflitos hidrossociais são intensos. Contudo, é importante dotar-se de elementos de análise e instrumentos para formular proposições e medidas mais condizentes com a realidade dos parâmetros ecológicos e sociais locais.

Desse modo, faz sentido compreender as relações hidrossociais estabelecidas nas organizações turísticas, com vistas a colmatar as deficiências do abastecimento, os custos financeiros e, principalmente, a manutenção da qualidade do serviço prestado e o conforto dos hóspedes, que Sinclair e Stabler (2009) apontam como o dilema enfrentado nessas organizações turísticas.

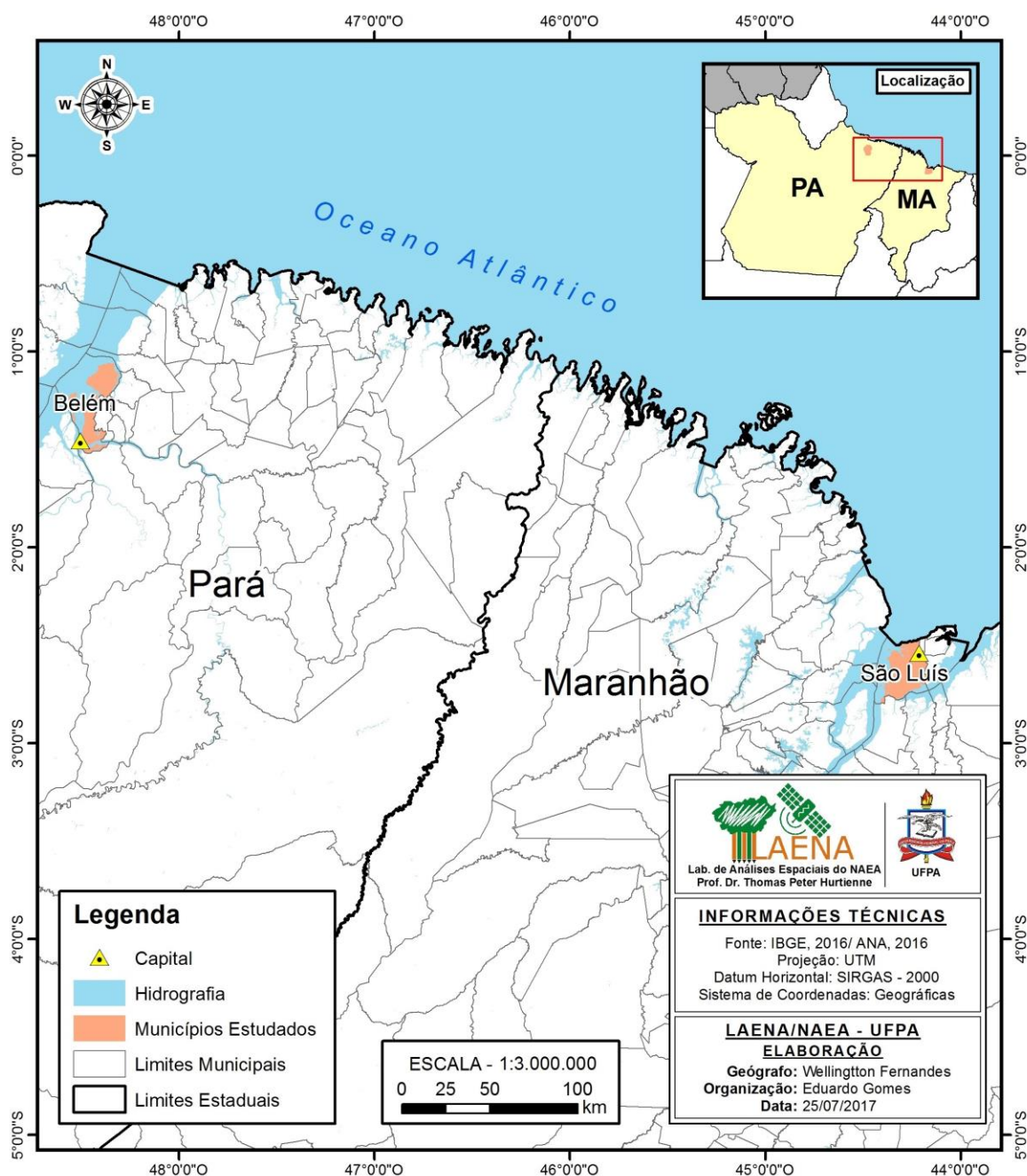
Nessa perspectiva, surgem os questionamentos acerca do lugar e do papel das Organizações Turísticas de Meios de Hospedagem (OTMH) no cenário político e socioambiental da água. A este respeito, os estudos de Gossling (2015) indicam a

preocupação com a apropriação e o manejo da água nas organizações turísticas e suas consequências para o desenvolvimento sustentável. Nota-se que estas organizações turísticas, no período intenso de fluxos de turistas, provocam a sobrecarga do consumo de água e descortinam o ambiente favorável à vulnerabilidade da estrutura, comportamento e performance econômicas.

Os estudos de Gosling (2015), de um modo geral, consideram a importância do uso e da aplicação de ferramentas de planejamento e gestão que permitam que as organizações turísticas possam inovar e colmatar as possíveis transformações assimétricas, mais especificamente as transformações relacionadas aos constringimentos ambientais de exaustão, rarefação e poluição dos recursos hídricos ocasionados, muitas vezes, pela mobilidade espaciotemporal intensa dos fluxos turísticos.

Nessa direção, para o desenvolvimento do referido estudo, escolheu-se como as áreas de pesquisa, as cidades brasileiras da Amazônia Oriental São Luís (MA) e Belém (PA), conforme o Mapa 1, a seguir e abaixo; na qualidade de objeto de estudo, as OTMH das duas cidades brasileiras, em questão; e como as unidades de análise, as implicações do consumo de água nas OTMH de São Luís (MA) e Belém (PA).

**Mapa 1- Localização geográfica das áreas de pesquisa**



**Fonte:** Projeto do mapa: E. Gomes e W. Fernandes,<sup>3</sup> 2017; LAENA/NAEA/UFPA (2017).

Essas áreas de pesquisa foram escolhidas por serem destinos indutores de turismo, reconhecidos pelo Ministério do Turismo (MTUR), e por São Luís (MA), de acordo com a Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (CAEMA), ter a

<sup>3</sup> Fernandes, W. é geógrafo do Laboratório de Análises Espaciais “Prof. Thomas Peter Hurtienne” (NAEA/UFPA).

problemática do abastecimento de água que, historicamente, em conformidade com Pinheiro (2017), arrasta-se desde os tempos conflituosos entre Ana Jansen, a matrona do Maranhão, detentora das fontes de comercialização de água, e a Companhia do Anil, idealizada pelo engenheiro Teixeira Mendes.

Dessa maneira, a presente tese surgiu da necessidade de conhecer a dinâmica das OTMH dos referidos destinos turísticos indutores, respectivamente, quanto à questão fulcral da água, nomeadamente na perspectiva das implicações do consumo como estratégia de sustentabilidade para a eco-inovação.

Sendo assim, buscou-se responder a seguinte problemática: poderá as implicações do consumo de água posicionar as OTMH de São Luís (MA) e Belém (PA), à formulação de estratégias para o planejamento e a gestão da sustentabilidade para a eco-inovação?

Nesse sentido, a partir da revisão da literatura (FIGUEIREDO; NÓBREGA, 2015), definiu-se como a hipótese central desta tese que o setor produtivo de turismo na Amazônia Brasileira, nomeadamente em São Luís (MA) e Belém (PA), vem há muito tempo trabalhando com a perspectiva do turismo como potencial, mas sem conseguir efetivá-lo de fato como produto.

Consequentemente, como hipóteses complementares: a tomada de decisão e o posicionamento das OTMH, relacionados às implicações do consumo de água, à formulação de estratégias de sustentabilidade para a eco-inovação, como diferencial e vantagem competitiva, são irrelevantes, uma vez que as estratégias adotadas são meramente paliativas e diretamente proporcionais à otimização de custos financeiros.

Logo, para a compreensão dessa realidade tardia e periférica turística, foi proposto o seguinte objetivo geral: analisar em que medida as implicações do consumo de água posicionam as OTMH de São Luís (MA) e Belém (PA) a formularem estratégias de sustentabilidade para a eco-inovação, percebendo isso como uma vantagem competitiva no mercado turístico. E, conectado a este objetivo geral, tem-se os seguintes objetivos específicos:

- i. Examinar o contexto político da água e possíveis conflitos hidrossociais na capital maranhense e paraense;
- ii. Caracterizar as OTMH de São Luís (MA) e Belém (PA);
- iii. Analisar as potencialidades e estratégias de sustentabilidade para a eco - inovação das OTMH de São Luís (MA) e Belém (PA);



iv. Verificar o consumo de água nas OTMH de São Luís (MA) e Belém (PA).

Conforme Varum et al. (p. 316, 2016):

O EIO<sup>4</sup> Methodological report (EIO, 2010) define a Eco – Inovação como “[...]the introduction of any new or significantly improved product (good or service), process, organisational change or marketing solution that reduces the use of natural resources (including materials, energy, water and land) and decreases the release of harmful substances across the life cycle”.

A considerar a assertiva, ainda Varum et al. (2016) reforçam a reflexão ao mencionarem que a eco-inovação urge nesses tempos atuais como o diferencial para a obtenção de vantagem competitiva dentro da lógica dos mercados sustentáveis. Então, Varum et al. (2017) salientam que a adoção de eco-inovações como benefícios ambientais para as organizações, principalmente de serviços é recente e no setor de turismo é ainda mais.

Assim, percebe-se que a sustentabilidade para a eco-inovação pode contribuir tanto para a diferenciação do produto como para a diferenciação do serviço de organizações, e promover o desenvolvimento econômico, principalmente nos territórios turísticos, que padecem de estratégias de planejamento e gestão com fito à atenuar a assimetria existente.

Nota-se que Coriolano (2007, p. 33) menciona que, de fato, no setor de turismo, as assimetrias, ao nível da relação sociedade e natureza, são ilações perceptíveis. Para a autora, a atividade turística associada às demais atividades econômicas acarreta uma série de impactos de natureza diversificada, que podem ser agrupados em ambientais, socioculturais e econômicos. Todavia, salienta-se, conforme Saarinen (2014), que embora as inúmeras críticas, a sustentabilidade turística já é uma realidade como estratégia de desenvolvimento simétrico.

Varum et al. (2017) salientam que, geralmente, para muitas organizações que operam no turismo (e também para outros setores), os avanços tecnológicos abriram a oportunidade de prestar o serviço de maneira mais ecológica. No entanto, conforme as autoras, a adoção de práticas ambientais por organizações relacionadas ao turismo provavelmente será mais uma resposta às mudanças do lado da demanda.

---

<sup>4</sup> Eco-Innovation Observatory. Disponível em:<: [www.eco-innovation.eu](http://www.eco-innovation.eu)>

De fato, Carvão (2010) corrobora ao apontar que há uma tendência crescente do lado da demanda por turismo: a consciência ambiental. Para a autora, essa consciência ambiental tende a crescer entre turistas, gestores de destinos e empresas, no que se refere à incorporação de práticas de desenvolvimento sustentável na atividade turística. No entanto, a autora adverte que a maioria dos turistas ainda não incorpora as preocupações ambientais na sua decisão de compra.

Com isso, ressalta-se que esta tese contribuirá para o conhecimento acerca de questões relacionadas às implicações do consumo de água e ao posicionamento inovador e empreendedor das OTMH, especialmente de São Luís (MA) e Belém (PA). Portanto, intenciona-se promover contributos, tanto para a academia, no sentido de provocar reflexões acerca do uso dos recursos naturais, pelo e para o setor de turismo, como para o mercado, no que tange à orientação sobre as estratégias de sustentabilidade para a eco-inovação das organizações turísticas.

Este trabalho, quanto à formatação, teve a seguinte estrutura: Introdução, com a relevância, a problemática, a hipótese, os objetivos e as implicações futuras do estudo ora realizado. No segundo capítulo, tem-se o percurso metodológico da tese. Apresentam-se as razões da metodologia adotada e a importância do método, principalmente numa perspectiva pós-positivista e interdisciplinar.

Em Teoria do desenvolvimento econômico schumpeteriana, turismo, desenvolvimento sustentável e água: enfoques teóricos, terceiro capítulo desta tese, percorre-se por meio da teoria schumpeteriana e neoschumpeteriana do desenvolvimento econômico, o caminho da compreensão acerca do posicionamento das organizações perante a necessidade de empreender e inovar para promover o desenvolvimento econômico. Ainda nesse capítulo, tem-se a discussão, numa perspectiva de organizações, acerca do turismo, desenvolvimento sustentável e água, com autores expoentes que fazem uma dialogicidade com ilações pertinentes.

No quarto capítulo, tem-se a caracterização das áreas de pesquisa, a partir dos aspectos históricos e atuais. Logo em seguida, têm-se as considerações e os desafios para o ordenamento territorial da água e, por fim, a discussão do turismo, nas duas capitais brasileiras, a partir dos aspectos relevantes para um possível processo de ordenamento territorial. Já o quinto capítulo, resultados da pesquisa e discussão dos dados, apresentam-se os principais resultados encontrados com as discussões validadas na revisão de literatura. E, ao final da tese, apresentam-se a conclusão e as referências bibliográficas utilizadas.

## 2 METODOLOGIA

A Amazônia é um território construído a partir de um patrimônio natural e cultural que abriga a maior floresta tropical do planeta e tem uma sociobiodiversidade distribuída em terras de fronteiras geopolíticas do Centro Norte da América do Sul, a estender-se por nove países, a saber: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Guiana Francesa, Peru, Suriname e Venezuela. A extensão territorial do território amazônico equivale a 1/20 da superfície da Terra. Possui 1/5 de toda a água doce e 1/3 das florestas tropicais. Tal território também é conhecido como Pan-Amazônia ou Amazônia Internacional.

Silva et al. (2013) apontam que o espaço amazônico brasileiro, ao longo de sua história, passou por um intenso processo de transformações conjunturais e contextuais, envolvendo diferentes atores e políticas, que estiveram associados a interesses diferenciados, tanto na esfera local, quanto nacional e internacional. Então, percebe-se que a Amazônia Brasileira é conhecida, de um modo geral, a partir de sua funcionalidade, tanto como patrimônio natural quanto estratégia política e econômica, tendo a sua biodiversidade disputada no cenário geopolítico e econômico internacional.

Verifica-se que o território amazônico é pauta de discussão política nos espaços coletivos de deliberação com a finalidade de encontrar meios eficazes de conciliar desenvolvimento, sociedade e meio ambiente. Silva (2010) ressalta que a Amazônia Brasileira deixou de ser um desafio para a sustentabilidade regional e nacional e integra-se ao debate global em torno da sustentabilidade, uma vez que os interesses e pressões externas são direcionados para o território amazônico a fim de produzir institucionalidades estratégicas de segurança planetária.

Bastos, Castro e Ravena (2011) apontam que o Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), como uma unidade acadêmica da Universidade Federal do Pará (UFPA), contempla todas as discussões acerca do processo de desenvolvimento regional para e pela a Amazônia brasileira e Pan-Amazônia, ou seja, conforme as autoras, é preciso pensar a Amazônia brasileira como região e sociedade e, ao mesmo, tempo, suas relações com as Amazônias de outros países fronteiriços.

Ainda segundo Bastos, Castro e Ravena (2011, p. 647-648):

O NAEA se iniciou na Amazônia com os programas de pós-graduação em Planejamento e Desenvolvimento, a princípio especialização, em seguida mestrado e, mais tarde, doutorado. Como primeira iniciativa no norte brasileiro, desde seu início se propôs a discutir o desenvolvimento dessa região com base em paradigmas de sustentabilidade social e ambiental, de forma interdisciplinar, influenciando e irradiando as confluências de ideias no cenário regional, mas alargando-o na perspectiva pan-amazônica. Assim, em sua criação, evitou-se juntar um grupo de especialistas disciplinares que se debruçasse sobre a complexidade regional como um patchwork de interpretações, mas procurou-se, sim, encontrar um confluência de metodologias de análise em um crescendo interdisciplinar mais abrangente. E apesar de na sua fundação haver um grupo de professores unidisciplinares, que formava um bloco multidisciplinar, as discussões teóricas e metodológicas tentavam avançar para a interpretação interdisciplinar do desenvolvimento.

Dessa maneira, correspondendo às dinâmicas e aos desafios inerentes ao desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira e Pan-Amazônia, a abordagem metodológica interdisciplinar faz-se presente nos programas de pós-graduação do NAEA, pela relevância que lhe é reconhecida para a compreensão da realidade amazônica. Neste contexto, a interdisciplinaridade marca as discussões conceituais e metodológicas como um convite ao debate relevante e necessário para a evolução do conhecimento sistematizado, principalmente baseando-se na experiência empírica.

Outrossim, percebe-se a relevância da abordagem interdisciplinar para a compreensão mais alargada, sensível e comunicante do percurso metodológico adotado no fazimento desta pesquisa. Com isso, faz-se necessária a imersão despida de conceitos estabelecidos com vistas a construir, a partir do que foi pré-definido como conhecimento científico, os fios condutores para uma complexidade do pensamento científico.

Bastos, Castro e Ravena (2011, p. 650) marcam que “a interdisciplinaridade ampla – ciências da sociedade com ciências da natureza – é algo absolutamente central para a ciência complexa, e o que o ideário de sustentabilidade tende a exigir”. Assim, a interdisciplinaridade assenta-se firmemente no processo de contrapor a fragmentação/especialização da produção do conhecimento.

Por essa razão e a seguir os objetivos do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável (PPGDSTU), ao qual esta pesquisa está inserida, é pertinente enquadrá-la metodologicamente no contexto da interdisciplinaridade.

Logo, entende-se que a interdisciplinaridade assenta-se firmemente no processo de contrapor a fragmentação/especialização da produção do conhecimento.

Nesse aspecto, percebe-se que a integração e a cooperação de abordagens científicas distintas tendem a possibilitar a construção do conhecimento na via para a produção de uma ciência com reflexão e crítica, que para Morin (2005) é saber/fazer ciência com consciência. Ainda a corroborar, Japiassú (1976) destaca que a interdisciplinaridade é a tentativa de superar as dificuldades e as lacunas da unicidade da ciência.

A este respeito, tem-se a ética como a condição ontológica para o enfrentamento, pois a reflexão do conjunto moral do sujeito é imprescindível para o processo de desenvolvimento da práxis da episteme interdisciplinar. Ainda, Morin (2005) aponta que as questões éticas norteiam a construção do conhecimento interdisciplinar, uma vez que a responsabilidade do sujeito perpassa os processos observáveis de verificação dos objetos.

Nessa acepção, Sá (1987) destaca os vasos comunicantes para designar a necessidade da comunicação, articulação e interação das disciplinas a níveis de complexidade e aponta para a promoção da interdisciplinaridade na construção do conhecimento científico mais sensível e conectado. É, portanto, importante observar que, embora no que diz respeito à interdisciplinaridade, Sá (1987) ressalta que o processo dos vasos comunicantes é uma espécie de articulação crítica. Nesta flexão reside o cerne da relevância dos estudos interdisciplinares, a reflexão e a crítica, que forçam a ruptura das disciplinas com vistas a desconstruir a episteme e reconstruí-la integrada e alargada por elos heurísticos, tanto positivos como negativos.

Para tanto, Nunes (2012) remete que no lastro da história moderna do pensamento, a fragmentação das disciplinas é vista como patologia e a interdisciplinaridade como a promessa de desfragmentação. Assim, o enquadramento metodológico disciplinar conflita com a emergente necessidade de comunicação entre disciplinas que possam explicar a desconstrução do sentido da verdade única, do sujeito separado do objeto e dos achados puramente positivistas<sup>5</sup>.

Logo, reflete-se a necessidade de pensar sob a égide de uma realidade em construção e a reconstruir-se, para evidenciar os vasos comunicantes como a

---

<sup>5</sup> Augusto Comte (1798-1857), fundador do método baseado na ciência positiva, a qual caracteriza-se pela sua ênfase na unificação da ciência pelo modelo de explicação hipotético-dedutivo e pelo papel central da linguagem matemática na construção do rigor e da universalidade do conhecimento científico (SANTOS, 2003, p. 52 apud GERMANO, 2011, p. 149).

conexão do pensamento interdisciplinar com a desconstrução do conhecimento científico, ou melhor, com a ruptura epistemológica e a descolonização do conhecimento, muito presente na literatura de Germano (2011), Kuhn (2011), Dussel (2009), Santos (2009), Grofosguel (2008), Said (2007), Feyerabend (2007), Quijano (2005), Bachelard (2005), Morin (2005), Leis (2005), Mignolo (2000), Latour e Woolgar (1997), Funtowicz (1993), Pombo (1993), Foucault (1987), Gozzer (1982), Japiassú (1976), entre outros.

Nessa acepção, Feyerabend (2007) faz a crítica à ciência moderna e aponta que urgem-se os contradiscursos na perspectiva de provocar mudanças na construção do conhecimento científico, principalmente para provocar debates contra o racionalismo científico muito presente no positivismo. Para ele, os métodos são questionáveis e frágeis. A verdade não pode ser absoluta, mas sim uma verdade aproximada proveniente da ruptura epistemológica e, neste aspecto, Feyerabend (2007) defende que não há método científico que garanta a existência de uma verdade absoluta.

Nesse sentido, evidenciam-se as possíveis rupturas conceituais e os questionamentos acerca das bases filosóficas do conhecimento científico. Assim, instaura-se a crise epistemológica com vistas a perceber as questões metodológicas no avanço da fronteira do conhecimento. Outrossim, o debate fundamental da descolonização do conhecimento (DUSSEL, 2009; QUIJANO, 2005) permite a marcação do contradiscurso (FEYERABEND, 2007), no sentido de resignar o sujeito despido do colonialismo latente, principalmente do eurocentrismo, e empoderá-lo para tomar para si o processo de construção epistemológica da ciência, e ter novas perspectivas mais compreensivas e comunicantes.

Assim, a compreensão da necessidade da interação a níveis de complexidade do conhecimento e da emancipação de perspectivas predominantemente positivistas urgem-se como questões cruciais na reformulação do pensamento científico contemporâneo. Nisso, tem-se o contributo para pensar o pós-positivismo não apenas como mais um neologismo, mas sim como a via para a crítica dos métodos positivistas e, com isso, interrogar-se sobre os limites dos polos metodológicos (BRUYNE, 1991).

Nessa direção, tem-se a sensibilidade de compreender e enquadrar teórico-metodologicamente a pesquisa em andamento a partir da orientação interdisciplinar que dê conta de explicar, compreender e delinear resultados condizentes com novas

perspectivas de uma epistemologia anárquica (FEYERABEND, 2007). Logo, torna-se imperioso o conhecimento das razões que conduzem a produção da interdisciplinaridade nas ciências. Ademais, é de mais valia a aplicação desta metodologia nos campos investigativos que já romperam com os ditames ortodoxos e fragmentados do conhecimento.

A este respeito, a descolonização e a desconstrução do conhecimento (in) comunicante fazem-se necessárias com vistas à reformulação de trajetórias metodológicas e aproximação de domínios científicos, que promovam a comunicação na perspectiva da interação dos saberes e do localismo plural de diversidades e adversidades do conhecimento científico.

Então, a seguir essa compreensão, a abordagem teórico-metodológica da pesquisa, teve lugar no positivismo, estabelecendo pontos de inflexão e insuficiente teorização, e tem a preponderância de estudos mais empíricos, entretanto, com forte influência de Popper<sup>6</sup>. Logo, tal posição filosófica justifica-se face ao contexto da Universidade predominantemente positivista e popperiana com o domínio científico da economia e gestão, a qual esteve inserida na primeira pesquisa. Hodiernamente, a partir de um novo contexto e imerso no ambiente fértil dos vasos comunicantes, a metodologia interdisciplinar está a orientar o fazimento da atual pesquisa.

Com isso, questionamentos pertinentes surgiram ao longo do percurso do polo metodológico<sup>7</sup> (BRUYNE, 1991), impulsionando o olhar mais atento, sensível e compreensível para a necessidade de desenvolver uma pesquisa conectada às especificidades locais de São Luís (MA) e Belém (PA), e tanto relacionadas às implicações da água, como de uma realidade turística tardia e periférica.

Dessa maneira, o desafio foi reenquadrar gradualmente a abordagem teórico-metodológica da pesquisa, a partir das contribuições do ambiente acadêmico atual e

---

<sup>6</sup> Karl Popper (1902-1994), austríaco, filósofo da ciência. É considerado um dos mais influentes filósofos da ciência do século XX (GERMANO, 2011, p. 149). Alguns autores consideram Popper, ainda hoje, um filósofo da ciência cuja origem se debruça sobre os mesmos problemas que interessavam aos adeptos do positivismo lógico. Uma característica que marca uma diferença fundamental de Popper para com o positivismo lógico é a superação do verificacionismo. Ele propõe uma metodologia que privilegia o experimento a partir de hipóteses elaboradas com base no conhecimento científico produzido e acumulado. Popper jamais foi um positivista de qualquer matiz; ao contrário, foi um antipositivista decidido, o homem que, desde o princípio, adiantou os argumentos que produziram (depois de um tempo excessivamente longo) o esfacelamento do positivismo lógico” (MAGEE, 1973, p. 50-51), e nem poderia sê-lo, uma vez que, ao longo de sua obra, busca demonstrar a fragilidade de solidificar uma ciência baseada no acúmulo de dados e em verdades absolutas (SILVINO, 2007, p. 281).

<sup>7</sup> Segundo Bruyne (1991), o polo metodológico compreende os polos epistemológico, teórico, morfológico e técnico.

do olhar sensível, crítico e reflexivo para a realidade investigada. Portanto, o ambiente acadêmico e o olhar sensível foram os parâmetros peremptoriamente adotados para a tomada de decisão acerca deste reenquadramento teórico-metodológico.

Assim sendo, houve a necessidade de reenquadrar o polo metodológico (BRUYNE, 1991) da investigação, uma vez que a aproximação do investigador com a realidade experimentada despertou-o para a necessidade de buscar não apenas as questões ortodoxas das ciências sociais aplicadas, mas também as questões heterodoxas, principalmente ligadas ao socioambientalismo.

Nessa acepção, enquadra-se o polo metodológico (BRUYNE, 1991) a partir de uma perspectiva interdisciplinar com vistas a dar fiabilidade na recolha dos dados e garantir um contributo significativamente reflexivo e crítico para corroborar com o processo de construção epistemológica do turismo, uma vez que o turismo carece de uma posição filosófica pós-positivista.

Panosso Neto e Nechar (2014) apontam que urge-se por repaginar o discurso meramente economicista e produtivista oficial de turismo e apostar na construção do conhecimento turístico, e propõem uma visão reflexiva da epistemologia do turismo com elementos que levem à produção de conhecimentos críticos.

Ainda, Panosso Neto e Nechar (p. 121, 2014):

A epistemologia é tema relativamente novo no cenário de investigação do turismo, porém vem se intensificando na atualidade com crescente bibliografia, tal como a produzida por Leiper (1981, 2000), Comic (1989), Centeno (1992), Spode (1993), Tribe (1997, 2000 e 2004), Beni (1998), Phillimore e Goodson (2004), Panosso Neto (2005), Castillo Nechar e Lozano Cortés (2006), Ateljevic, Pritchard, e Morgan (2007) e Darbellay e Stock (2012) entre outros. Disciplina fundamental para o estabelecimento dos alicerces científicos de qualquer campo de estudos, a epistemologia, em turismo, ainda é vista como tema complexo, exótico, teórico, filosófico e com pouca aplicabilidade. Por isso tudo, seguidas vezes é menosprezada pelos científicos da área turística, conforme comprovou o estudo de Castillo Nechar, Tomillo Noguero, e García Gómez, (2010).

Nessa direção, o incentivo aos estudos mais críticos no turismo reverbera a possibilidade de compreender os complexos problemas enfrentados pela dinâmica do turismo na sociedade capitalista atual e, mais ainda, na Amazônia Brasileira. Com isso, posicionar-se filosoficamente em escolas que tecem o contradiscurso ao positivismo, arrisca-se a ser uma alternativa para os estudos do turismo em sociedades periféricas de desenvolvimento.



Compreender o processo seminal do enquadramento teórico-metodológico é perceber a existência de uma complexidade significativa do objeto de pesquisa. Nota-se que a complexidade é a via para a desconstrução do conhecimento colonizado. Para tanto, a ruptura epistemológica é necessária para (re) delinear o percurso da construção do conhecimento e firmar o polo metodológico passível de questionamentos e sensível às mudanças e adequações de teorias, formas, métodos, técnicas e instrumentos.

No caso específico da abordagem teórico-metodológica da pesquisa concluída, percebeu-se a necessidade de alargar as possibilidades de interação, articulação e comunicação de disciplinas para promover o elo hermenêutico capaz de apoiar-se às críticas e às reflexões com vistas a evidenciar achados descolonizados de um conhecimento pré-concebido.

Conforme visto por pesquisadores de turismo, a caracterização epistemológica e a posição filosófica instam por orientar a construção do conhecimento turístico. Então, concorda-se com as assertivas dos pesquisadores e verifica-se que é um desafio enquadrar metodologicamente o turismo numa base filosófica que consiga tecer fortes críticas ao positivismo.

Não obstante, tem-se a convicção de explicar e compreender o objeto de investigação apoiado em um polo metodológico robusto, direcionando o fio condutor do conhecimento dentro de uma perspectiva coerente e interdisciplinar. Então, percebe-se a importância da cooperação do conjunto interativo cognitivo.

Ademais, salienta-se que a via para os vasos comunicantes é a descolonização do conhecimento, que possibilita a inserção de um conjunto interativo de disciplinas na perspectiva de promover metodologias e métodos capazes de desvelar a verdade aproximada e questionável. Logo, faz sentido ter uma base filosófica crítica que dê conta de explicar e compreender os “fios invisíveis” da racionalidade simétrica de resultados predominantemente positivistas.

Considerando a perspectiva interdisciplinar entre a economia e a antropologia com vistas a perceber a relação entre a água e o turismo, a pesquisa foi desenvolvida a partir de uma abordagem teórica e empírica de natureza exploratória e explicativa (FARIAS FILHO; ARRUDA FILHO, 2013). Destarte, optou-se por uma metodologia nomeadamente qualitativa com vistas ao enquadramento metodológico mais próximo de uma confiabilidade de informações qualitativas recolhidas, que de

acordo com Gunther (2006) e Poupart et al. (2008), apresenta como característica a construção da realidade e um ato subjetivo de construção.

Para tanto, a presente pesquisa comporta subdivisões. A primeira é a teórico-bibliográfica, com o propósito de construir o modelo teórico-conceitual, a partir da captura da informação científica sistematizada, a ter o suporte teórico da teoria schumpeteriana (SCHUMPETER, 2012) e neoschumpeteriana de Nelson & Winter (1982) do desenvolvimento econômico (DALTHEIN, 2015; NELSON, WINTER, 1982; POSSAS, 2008), para a validação das três categorias analíticas da revisão da literatura: i. Turismo na via e contravia para o desenvolvimento econômico e social; ii. Desenvolvimento sustentável na via e contravia para o turismo; iii. A água na via para o desenvolvimento sustentável do turismo.

Para os efeitos desta pesquisa, opta-se, por razões teórico-metodológicas, enquadrar a Teoria Schumpeteriana para o Desenvolvimento Econômico e seus desdobramentos atuais; e a neoschumpeteriana como a teoria de base para a validação da revisão da literatura com vistas a empoderar teoricamente as especulações teóricas encontradas nas bases de dados de conteúdos digitais.

As fontes da informação científica foram as bases de dados da plataforma digital de conteúdos científicos do banco de dados de resumos e citações de artigos para jornais/revistas acadêmicos (SCOPUS), Scientific Electronic Library Online (SCIELO) Brasil, Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e também os repositórios institucionais da UFPA, especificamente do NAEA, assim como o acervo pessoal de livros impressos e digitais correlacionados às discussões valiosas presentes neste referencial teórico reflexivo da tese.

Outrossim, a segunda subdivisão se referiu à pesquisa teórica documental, com a finalidade de recolha de informações referentes às OTMH e aos planos de manejo e gestão da água de São Luís (MA) e Belém (PA). A pesquisa foi feita nos seguintes repositórios institucionais: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Agência Nacional de Água (ANA), Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), Ministério do Turismo (MTUR), Secretaria de Estado do Turismo do Pará (SETUR/PA), Secretaria de Estado da Cultura e Turismo do Maranhão (SECTUR/MA), Secretaria Municipal de Turismo de São Luís (SETUR SÃO LUÍS), Associação Brasileira da Indústria Hoteleira do Pará e Maranhão (ABIH-

PA/MA), Companhia de Saneamento do Pará (COSANPA) e Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (CAEMA).

A prosseguir, teve-se a pesquisa empírica por meio da aplicação da técnica da amostragem não probabilística não intencional, que, de acordo com Reis et al. (2015), é uma amostragem não probabilística regida por critérios de conveniência e/ou disponibilidade dos inquiridos. Ainda, os autores salientam que a amostra por conveniência é selecionada em função da disponibilidade e acessibilidade dos elementos que constituem a população-alvo.

Para tanto, teve-se uma amostra por julgamento e conveniência, aceitável e selecionada como representativa das OTMH de São Luís<sup>8</sup> (MA) e Belém (PA). O pesquisador selecionou a sua amostra estabelecida por critérios plausíveis, que julgou ser de mais valia para a recolha de dados. A este propósito, Eusébio, Kastenzholz e Carneiro (2003) apontam que nas pesquisas em turismo, o processo de amostragem é comprometido face à falta de informação confiável sobre a população.

Nessa perspectiva, foram considerados para a entrevista os gestores e/ou técnicos das organizações turísticas e das concessionárias de água. A conveniência deu-se a partir da disponibilidade e boa vontade do gestor e/ou técnico em responder o inquérito por formulário de entrevista semiestruturada (SILVA, 2012), o qual será o instrumento metodológico adotado.

SILVA (2012) ressalta que a entrevista, no campo da pesquisa e avaliação, é uma das maneiras mais antigas de se obter informações. Logo, a entrevista é um diálogo que intenciona recolher informações precisas aproximadas do propósito delineado e definido pelo entrevistador, que é o sujeito quem conduz a entrevista, determina as questões e quem será entrevistado, mediante critérios conectados e articulados com os objetivos da pesquisa.

Silva (2012, p. 156) destaca que:

O sucesso desse instrumento depende, em grande parte, da capacidade do entrevistador de saber questionar e, principalmente, de saber ouvir. A capacidade de se obterem as informações buscadas é primordial. É sabido que qualquer indivíduo é capaz de responder quando algo lhe é perguntado; no entanto, poucas pessoas sabem perguntar.

---

<sup>8</sup> Conforme o Anuário Estatístico (2015), a cidade de São Luís conta com 89 organizações de meios de hospedagem. Segundo Nascimento (2017), há 86 organizações de meios de hospedagem na Região Metropolitana (RM) de Belém.

A esse ponto, salienta-se que o domínio do entrevistador sobre as questões norteadoras é imprescindível no processo de saber perguntar. Outro ponto-chave é quanto à composição das questões, que, a priori, devem ser objetivas e claras para a obtenção de respostas precisas e calibradas.

A esse respeito, as questões norteadoras do formulário de entrevista, para as organizações turísticas, estão delineadas a partir da seguinte estrutura: i. Caracterização do respondente; ii. Potencialidades e estratégias para o posicionamento das organizações turísticas; iii. As implicações do consumo de água pela e para as organizações turísticas.

Quanto ao formulário de entrevista para os gestores e/ou técnicos das concessionárias de água, a questão norteadora abordou sobre o diagnóstico atual da água. Objetivou-se obter informações atualizadas das implicações da água e possíveis percepções quanto ao turismo, uma vez que ambas as cidades selecionadas têm, mesmo que incipientes, fluxos turísticos e, na literatura (GOSSLING, 2015), há evidências de uma relação conflituosa entre água e turismo.

Concernente às OTMH, elas foram selecionadas por meio do CADASTUR<sup>9</sup>, ou seja, somente as organizações classificadas por este sistema farão parte da amostra. Este procedimento dará confiabilidade na escolha das organizações turísticas que são reconhecidas legalmente pelo MTUR.

Hodiernamente, a presente pesquisa enquadrou-se no contexto metodológico de um estudo de caso (FARIAS FILHO; ARRUDA FILHO, 2013; YIN, 2010) de caráter múltiplo, no qual propôs-se uma análise detalhada e concisa sobre o objeto de estudo com vistas de contributos para a promoção de ações intervencionistas.

---

<sup>9</sup> É o Sistema de cadastro de pessoas físicas e jurídicas que atuam no setor do turismo. Executado pelo MTur, em parceria com os Órgãos Oficiais de Turismo nos 26 Estados do Brasil e no Distrito Federal, permite o acesso a diferentes dados sobre os prestadores de serviços turísticos cadastrados. O CADASTUR visa promover o ordenamento, a formalização e a legalização dos prestadores de serviços turísticos no Brasil, por meio do cadastro de empresas e profissionais do setor.

### **3 TEORIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SCHUMPETERIANA, TURISMO, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E ÁGUA: ENFOQUES TEÓRICOS**

No presente capítulo, apresenta-se o referencial teórico hodiernamente enquadrado e fundamentado, principalmente por meio da revisão de literatura nacional e internacional, com a captura da informação científica relevante e pertinente à fundamentação teórica. As fontes da informação científica foram as bases de dados da plataforma digital de conteúdos científicos SCOPUS, SCIELO BRASIL, Portal de Periódicos da CAPES e também os repositórios institucionais do NAEA/UFPA, assim como o acervo pessoal de livros impressos e digitais correlacionados às discussões valiosas presentes neste referencial teórico reflexivo da tese.

Para tanto, justifica-se que a escolha deste referencial teórico deu-se por razões de aderência aos objetivos da investigação proposta. Outrossim, o presente referencial produziu uma revisão de literatura adequada, relevante e pertinente, a qual fundamentou e validou a empiria da investigação.

Ressalta-se que para efeito desta revisão de literatura, adotou-se a perspectiva interdisciplinar para o enquadramento teórico do turismo, a partir das discussões sobre a economia do desenvolvimento e seus reflexos para o desenvolvimento sustentável, isto porque o turismo é uma atividade econômica com uma complexidade articulada de operações de serviços e organizações. Vasconcelos e Lezana (2014) apontam o turismo como atividade de operações importantes de serviços e detentor de uma cadeia de suprimentos complexa que contribui para o desenvolvimento econômico, principalmente de países periféricos.

Nessa acepção de perceber o turismo como uma complexidade articulada de serviços e organizações fomentado, a partir da consumação de bens e serviços, a perspectiva teórica interdisciplinar marca-se como de mais valia para a construção deste enquadramento teórico. Nota-se que a epistemologia do turismo ainda carece de uma cientificidade (PANOSSO NETO, NECHAR, 2014) com vistas a gerar conceitos e abordagens que consolidem uma base teórica confiável.

Sinclair e Stabler (2009), assim como Cunha (2013), apontam que a maioria dos artigos publicados acerca do turismo teve a natureza mais aplicada com aspectos mais atrelados à gestão, economia e planejamento. Para os autores, as características mais práticas do turismo dominaram, por um certo período de tempo,

a revisão da literatura. Todavia, esse quadro teórico ampliou-se face ao despontar de estudos sobre as problemáticas pertinentes e relevantes resultantes da aplicabilidade do turismo na sociedade, principalmente concernente aos impactos promovidos pelos aspectos mencionados acima.

Portanto, o conteúdo do presente capítulo se encontra dividido em cinco subcapítulos. O primeiro é designado de “a via schumpeteriana da destruição criativa para a dinâmica do desenvolvimento econômico”. O segundo subcapítulo é “a via neoschumpeteriana evolucionária para a dinâmica do desenvolvimento econômico”. Objetiva-se com estes dois subcapítulos perceber o posicionamento estratégico das organizações frente à necessidade de mudança, face aos constrangimentos no desempenho das operações de serviços.

O terceiro é designado de “turismo na via e contravia para o desenvolvimento econômico e social”, e tem como objetivo avaliar os aspectos econômicos do turismo na promoção do desenvolvimento de territórios. O quarto subcapítulo, “desenvolvimento sustentável na via e contravia para o turismo”, tem como propósito marcar a discussão acerca do turismo pela óptica da economia do desenvolvimento e da necessidade alarmante da sustentabilidade. Por fim, no quinto, “a água na via para o desenvolvimento sustentável do turismo”, objetiva-se entender a dinâmica de relações de poder e conflitos que a água estabelece no território urbano e destaca-se a água no contexto do território e organizações turísticas.

### **3.1 A via schumpeteriana da destruição criativa para a dinâmica do desenvolvimento econômico**

Não há como refletir o desenvolvimento econômico da atual sociedade capitalista, na perspectiva da dinâmica das organizações, sem ter o conhecimento e a leitura apropriada do legado da teoria do desenvolvimento econômico desenvolvida pelo economista austríaco Joseph Alois Schumpeter (1883-1950).

O contexto histórico do desenvolvimento do pensamento econômico de Schumpeter estava imerso nos períodos das guerras entre as principais potências mundiais. Esse contexto histórico, marcado violentamente pela bancarrota das economias das principais potências mundiais, favoreceu o surgimento de ideias que alavancaram e impulsionaram o desenvolvimento econômico.

Atualmente, verifica-se que há uma extensa e exaustiva literatura sobre o desenvolvimento econômico na perspectiva do processo dinâmico e evolucionário da economia capitalista proveniente das ideias de Schumpeter. Os termos “inovação” e “empreendedorismo” foram fortemente conhecidos, alargados, articulados e empregados na sociedade como estratégias para o desenvolvimento, com vistas a uma evolução econômica fertilizada pelo próprio sistema econômico, a ter a orientação do pensamento schumpeteriano. Isto é, a base teórica é schumpeteriana e neoschumpeteriana para a discussão sobre inovação e empreendedorismo.

As insígnias publicações “Die Theorie der Wirtschaftlichen Entwicklung”, de 1911, “Business cycles”, de 1939, e “Capitalism, Socialism and Democracy”, de 1942, proporcionaram a Schumpeter suscitar polêmicas à época, ao propor uma leitura do processo de desenvolvimento econômico, a partir de uma análise de desertação dos pressupostos de equilíbrio do mercado, por meio da introdução do processo de inovação, cujas condições do ambiente favoreceram mudanças e transformações na organização industrial dos mercados.

A teoria do desenvolvimento econômico de Schumpeter (2012) explica o comportamento dos sistemas econômicos tangente a um estado de turbulências no equilíbrio que motiva, forçadamente, a tomada de decisão com vistas a arar um terreno fértil para a mudança estrutural da organização neoclássica. Para isso, Schumpeter (2012) centrou esforços, primeiramente, em cima do elemento humano, na figura do empresário da organização, como estratégia para o desenvolvimento de ideias que pudessem causar mudanças no padrão de produção.

Nessa perspectiva, percebe-se na óptica de Schumpeter (2012) que a questão da turbulência do equilíbrio econômico, muito presente em Walras (1834-1910)<sup>10</sup>, é fulcral para dar direcionamento às relações estabelecidas no sistema econômico. De fato, Schumpeter (2012) afirmou que há uma tendência ao equilíbrio geral dos sistemas econômicos por meio da expansão de forma análoga do seu estado de essência, a transcorrer repetidos comportamentos, tanto na produção como no consumo.

---

<sup>10</sup> O francês Léon Walras (1834-1910) foi não apenas um dos pioneiros da teoria neoclássica, mas o seu equilíbrio geral permanece ainda como o modelo de referência para numerosos economistas contemporâneos. É o fundador da Escola de Lausana, cujo o discípulo mais célebre no seio desta escola foi incontestavelmente o italiano Vilfredo Pareto (1848-1923), que aprimorou o sistema de equações walrasiano a originar um prolongamento do modelo inicial, num sentido normativo, o equilíbrio walrasiano realiza um bem estar coletivo ótimo, que ficou conhecido na literatura como o Ótimo de Pareto (Saby & Saby, 1997, p. 66;118).

Schumpeter (2012) enfatizou que a mudança no fluxo circular do desenvolvimento econômico, advindo da iniciativa da organização, é importante para que haja a desertação do estado de equilíbrio, para, com isso, promover um espiral estocástico a fim de promover as mudanças que, na sua visão, são necessárias para dar uma renovação no fluxo circular do desenvolvimento econômico.

Para Schumpeter (2012), a situação de instabilidades e incertezas, a qual o mercado estava vulnerável, descortinava um cenário econômico propício para que os empresários das organizações tomassem a decisão de renovar os pretéritos padrões de produção, por meio da introdução de ideias de destruição da criação, para que houvesse a dinâmica no processo produtivo, a possibilitar a descoberta de novos padrões focados na exploração de inovações.

Ao avançar-se nos entendimentos sobre a teoria do desenvolvimento econômico schumpeteriana, Schumpeter (2012) enfatizou, com veemência, que o empresário da organização é quem inicia o processo de mudança no sistema econômico, instrumentalizando meios eficazes de influenciar o comportamento dos consumidores, fazendo-os adquirir bens novos ou bens dissemelhantes, em alguns aspectos, daqueles bens que os mesmos tinham o consumo frequente. Para Schumpeter (2012), o papel do empresário da organização é o de dar condições para que o padrão de produção possa ser constantemente renovado, explorando invenções e possibilidades de tecnologias para a promoção de novos bens de consumo.

Schumpeter (2012) destacava que o empresário das organizações se diferenciava dos demais empresários, à época, porque tinha o espírito de inovação para destruir os pensamentos pretéritos e limitados, direcionando os recursos existentes para a transposição do contexto de inércia e resistência; e esse foi o motivo precípua que induziu a dinâmica da economia capitalista, quando se propôs a agir em prol do desenvolvimento econômico territorial.

De fato, na concepção schumpeteriana de desenvolvimento econômico, o papel do empresário da organização tem uma importância fundamental na economia, uma vez que ele era incumbido de iniciar o processo de mudança, por meio da obtenção de crédito do mercado, que o permitiu introduzir as ideias que causaram, à época, novidade e renovação no processo produtivo de bens para o consumo potencial no mercado capitalista.



Quanto a essa questão da obtenção de crédito, destaca-se que Schumpeter (2012) viveu em um ambiente cerceado dos negócios e da ascensão econômica das elites, que, à época, tinham o poder de decisão para emitir o crédito necessário para o desenvolvimento econômico com vistas a favorecer a imunidade do desempenho dos seus negócios, uma vez que os donos do crédito eram os empresários das organizações, muito ligados ao mercado financeiros, como banqueiros e outros agentes financeiros, que mobilizavam a circulação do capital, avaliavam as possibilidades de riscos dos projetos de inovação submetidos e monitoravam a gestão do mercado.

Schumpeter (2012) apontava para o fato de que a construção do conhecimento de ciência e tecnologia voltado para a inovação das organizações estava concentrado nas elites com o poder do capital. Neste aspecto, verificou-se que a ciência e a tecnologia, à época, não eram independentes e eram vistas como produto da cultura elitista detentora dos negócios e as qualificações profissionais excepcionais e os “homens” excepcionais “pensantes” encontravam-se no seio pujante da cultura burguesa do poder.

Nesse caso, adverte-se que sem um sistema de crédito para financiar as inovações das organizações, as mesmas seriam fadadas a colocar em risco as suas sobrevivências. Assim, a questão do crédito, na concepção schumpeteriana, era fulcral para o desenvolvimento econômico.

Ademais, Schumpeter (2012) considerava que as relações intertemporais de consumo eram explicadas pela teoria dinâmica a fim de compreender o papel das organizações no processo de desenvolvimento econômico. Acredita-se que aí resida uma das limitações da teoria schumpeteriana: ver o desenvolvimento econômico como uma fração da realidade social por meio apenas da óptica das organizações, pois Schumpeter (2012) concentrou os esforços de construção cognitiva da sua teoria nas causas internas econômicas do processo produtivo das organizações, sem explorar outras preocupações do desenvolvimento econômico.

Para Schumpeter (2012), a dinâmica do desenvolvimento econômico estava centrada no ambiente de fazimento dos negócios e o mesmo defendia a tese de que o Estado deveria concentrar esforços para investimentos na construção de um ambiente favorável aos negócios com a instituição de políticas em benefício das inovações para o fortalecimento do poder econômico das organizações. Ele afirmava que a dinâmica das inovações, à época, era o motor do desenvolvimento

econômico, pois articulava as ideias de inovação, ação do empresário e a criação de novos mercados.

Schumpeter (2012) percebia que a destruição criativa era a estratégia para a dinâmica dos sistemas econômicos por meio da gestão para o desenvolvimento de vantagens competitivas com vistas à produtividade e ao crescimento econômico. Esta expressão foi criada em 1942 por ele e usada como metáfora para descrever a natureza subjacente da substituição dos produtos pretéritos e das pretéritas formas de produção por novos produtos e novas formas de produção.

Portanto, depreende-se que, no tocante às dinâmicas das inovações, as organizações assimilavam as suas orientações metodológicas como a via para a mudança no processo produtivo. Para Schumpeter (2012), as inovações vinham em “ondas” e uma “onda” de inovação puxava a outra, e assim por diante, até delinear uma nova maneira de relacionar-se com o mercado ao produzir os bens e, com isso, permitir a abertura de novas fronteiras mercadológicas, explorando possibilidades de novas matérias-primas e estabelecendo uma ruptura para a renovação da estrutura de organização industrial.

Diniz (2008) corrobora com essa assertiva ao mencionar que, para Schumpeter, o sistema capitalista era visto numa perspectiva evolucionária que nunca chegaria a atingir o equilíbrio, mas sim estaria em permanente mudança para promover outras mudanças e assim gerar a inovação para a dinâmica ondulatória do processo produtivo com vistas ao desenvolvimento econômico.

Dathein (2015, p. 197) destaca que:

A partir da análise de Schumpeter, os dois padrões básicos de inovações ou regimes tecnológicos das empresas foram classificados como de tipo Mark I (ou ampliador) e Mark II (ou de aprofundamento). O primeiro é um padrão de “destruição criadora”, a partir de firmas que nunca inovaram antes, com baixas barreiras tecnológicas à entrada, com papel fundamental dos empresários e de novas firmas. O segundo é um padrão de “acumulação criadora”, a partir de firmas que já possuem um histórico inovador, em que prevalecem grandes empresas já estabelecidas e existem maiores barreiras à entrada para novas firmas. Esse último, portanto, está relacionado positivamente com o grau de concentração das atividades inovadoras e com a estabilidade hierárquica das firmas inovadoras, e negativamente com a importância da presença de novos inovadores (Breschi; Malerba; Orsenigo, 2000; Nelson; Winter, 1982, parte V).

Ainda, Dathein (2015, p. 198) mostra que esses padrões básicos de inovações ou regimes tecnológicos das firmas são definidos pela combinação de 4 fatores:

1) **Altas oportunidades tecnológicas:** significa que, para um dado montante de recursos aplicados, existe elevada probabilidade de ocorrência de inovações;

2) **Apropriabilidade de inovações:** representa a possibilidade de proteção contra a imitação e, portanto, captura de lucro;

3) **Cumulatividade dos avanços tecnológicos:** significa a capacidade de inovações presentes gerarem um fluxo de inovações subsequentes;

4) **Natureza do conhecimento:** representa a generalização, codificação ou a especificação tácita e complexa maneira de manifestação do saber fazer.

Então, conforme o quadro 1 abaixo, percebe-se que:

**Quadro 1-** Padrão tipo de inovações ou regimes tecnológicos

Padrão tipo Schumpeter Mark I	Padrão tipo Schumpeter Mark II
<ul style="list-style-type: none"> <li>• maiores oportunidades tecnológicas;</li> <li>• menores condições de apropriabilidade;</li> <li>• menor cumulatividade tecnológica;</li> <li>• baixa importância da ciência básica;</li> <li>• alta importância das ciências aplicadas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• menores oportunidades tecnológicas;</li> <li>• maiores condições de apropriabilidade;</li> <li>• maior cumulatividade tecnológica;</li> <li>• alta importância da ciência básica;</li> <li>• baixa importância das ciências aplicadas</li> </ul>

**Fonte:** Adaptado de Dathein (2015, p. 198).

Com isso, verifica-se que essa padronização da dinâmica de inovações em tipo Mark I (destruição criadora) e II (acumulação criadora) constitui um enfoque interessante para analisar as variáveis de processos de inovação e evolução industrial das organizações. Dathein (2015) afirma que a análise dos padrões de inovações pode ser aplicada para o ciclo de vida das indústrias, no tocante, às vulnerabilidades que as organizações estão expostas e que ocasiona a substituição de um padrão Schumpeter Mark I para um padrão Schumpeter Mark II. Isto é, em um contexto de grandes descontinuidades tecnológicas, proporciona-se o surgimento de novas organizações com atuação em novas tecnologias e novas demandas.

É importante ressaltar que, segundo Llerena & Oltra (2002) apud Dathein (2015, p. 198), a existência de diferentes estratégias inovativas por parte das organizações favorece o surgimento de resultados importantes sobre a estrutura do mercado e a dinâmica tecnológica. Dathein (2015, p. 198) menciona que:

Em um modelo de duas estratégias coexistentes, existem dois tipos de firmas, as com estratégia cumulativa (C-firmas) e as com estratégia não cumulativa (NC-firmas). As C-firmas adotam uma estratégia interna de aprendizado por busca (learning by searching), enquanto as NC-firmas usam uma estratégia de aprendizado de fontes externas, absorvendo conhecimento. Essas estratégias inovativas determinam a evolução da estrutura industrial. A estratégia das C-firmas tende a gerar uma estrutura de mercado altamente concentrada, muito intensa em capital e em P&D, enquanto a estratégia das NC-firmas tende a produzir um mercado muito menos concentrado/mais homogêneo.

E, ainda, Dathein (2015, p. 198) endossa que:

A coexistência entre as duas produz uma estrutura de mercado oligopolista, com um núcleo de poucas C-firmas e um grande número de NC-firmas entrantes sobreviventes. Segundo Llerena e Oltra (2002), existe uma forte correlação, com mútua determinação, entre o tamanho das firmas e sua estratégia inovativa, com as C-firmas ampliando seu estoque de capital e, por isso, possuindo altos e heterogêneos market shares, enquanto as NC-firmas (com menor estoque de capital) têm baixos e homogêneos market shares. Por fim, concluem que a diversidade de estratégias também tende a produzir uma melhor performance tecnológica da indústria como um todo.

Logo, percebe-se que o legado da teoria schumpeteriana do desenvolvimento econômico foi reconhecer que a inovação por meio da metáfora da destruição/acumulação criativa foi e é, nesses tempos mais contemporâneos, a força motriz propulsora dos sistemas econômicos.

Schumpeter (2012) verificou que o fluxo circular do desenvolvimento econômico conectado à destruição criativa descortinava possibilidades de dinâmicas territoriais para a inovação das organizações e, conseqüentemente, a reorganização da atividade econômica, a partir da introdução de processos disruptivos na produção.

Todavia, ressalta-se a importância de perceber que a teoria do desenvolvimento econômico, na visão schumpeteriana, expressa as mudanças provocadas pelas dinâmicas de inovações do processo produtivo dos sistemas econômicos. Para Diniz (2008, p. 25), a inovação, no seu sentido mais amplo, é entendida, na perspectiva de Schumpeter, como o resultado da busca constante de lucros extraordinários, mediante a obtenção de vantagens competitivas entre as empresas que procuram se diferenciar uma das outras, nas mais variadas dimensões do processo produtivo, tanto tecnológico como de mercado.

Nessa acepção, percebe-se a inovação como a dinâmica do crescimento econômico. Assim, tem-se a (re) afirmação do empoderamento do modo de produção capitalista nas economias da sociedade global. Ademais, salienta-se evidenciar que a via para essas mudanças e dinâmicas de inovações dá-se por meio da adoção de estratégias utilizadas pelas organizações para potencializar esforços num processo dinâmico de vantagens competitivas.

Para tanto, destacam-se as estratégias para investimentos em empreendedorismo como um conjunto de medidas para a dinâmica de inovações. Essas estratégias são pensadas e delineadas pelos valores psicossociais dos empresários, o empreendedor, que constroem o ambiente empreendedor das organizações. Diniz (2008, p. 23) aponta que a mudança tecnológica não está no indivíduo, mas num processo social e coletivo, em que os ambientes institucional e econômico desempenham papéis fundamentais; porém, o indivíduo é o canal para a via da mudança tecnológica e o ambiente empreendedor (institucional e econômico) é o processo para a efetivação desta mudança.

A seguir essa via, Dathein (2015, p. 195) corrobora ao destacar que:

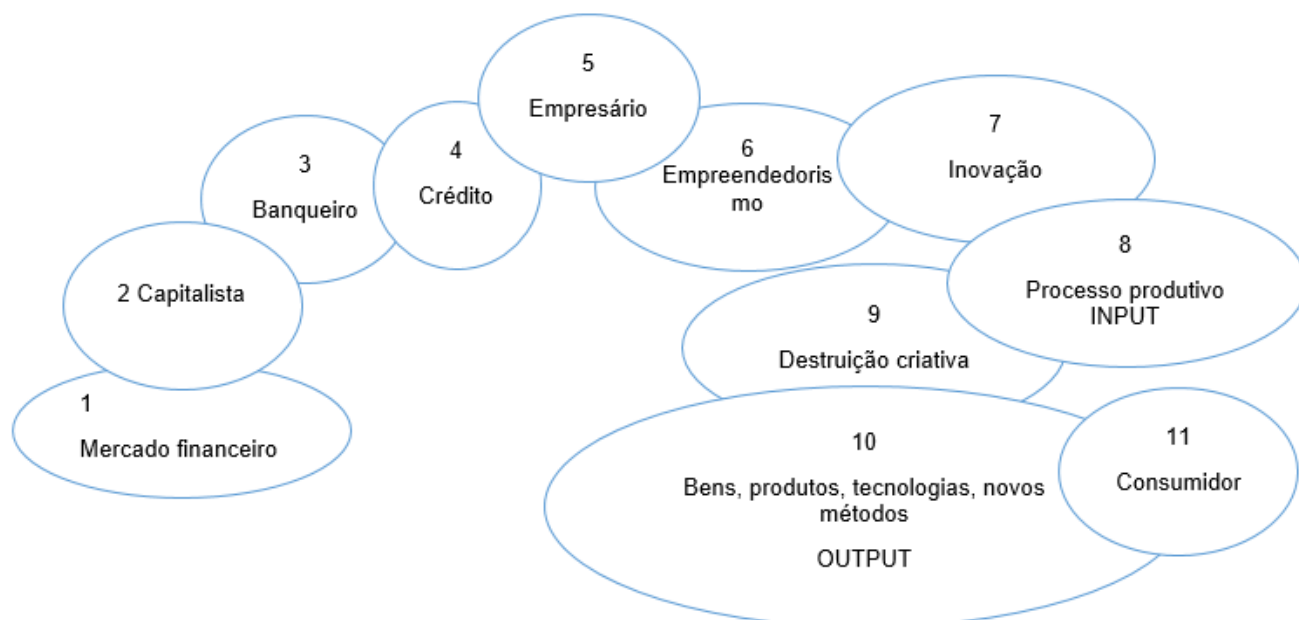
A partir do modelo schumpeteriano, surge uma análise dos microfundamentos das inovações (uma microeconomia evolucionária), com pressupostos de incerteza e de diferenciação da importância dessas inovações (incrementais ou radicais), assim como uma teoria sobre o desenvolvimento econômico (VERSPAGEN, 2005, p. 493).

Logo, entende-se o ambiente empreendedor e inovativo das organizações como o território da inovação e da destruição criativa e a figura do empresário-empendedor como o agente da inovação e da destruição criativa. Desta forma, criam-se meios para o empoderamento dinâmico da economia capitalista com vistas às tendências evolucionárias de desenvolvimento econômico, sem precisar, de fato, se as previsões serão acertadas, uma vez que o caráter de incertezas e turbulências do mercado é a conexão para a dinâmica de inovações.

A figura 1, abaixo, exemplifica a composição dos elementos conceituais presentes no pensamento schumpeteriano e mostra a articulação das ideias em torno do que pode-se denominar de uma especulação teórica para o desenvolvimento econômico capitalista. A figura do empresário torna-se imprescindível nessa articulação, para a dinamização deste processo, com vistas a promover a economia capitalista com “ondas” de estímulo à criação e à destruição

das inovações, proporcionando um incremento na oferta de bens e produtos para afetação no mercado e estimulando o consumo e o poder de compra dos consumidores.

**Figura 1-** Diagrama dos elementos conceituais do pensamento econômico schumpeteriano



**Fonte:** Autoria própria, a partir de Schumpeter (2012).

Em que: 1) Mercado financeiro é o ambiente onde acontecem as transações financeiras; 2) Capitalista é o capital humano responsável pela captação de receitas; 3) Banqueiro é o capital humano proprietário do dinheiro; 4) Crédito é o mecanismo de concessão de financiamento das inovações; 5) Empresário é o capital humano responsável pelas inovações; 6) Empreendedorismo é o desenvolvimento das ideias inovadoras; 7) Inovação é o processo de empreender uma ideia para mudança com vistas à produtividade e à competitividade; 8) Processo produtivo é o meio introdutório para o desenvolvimento da dinâmica de produtividade de bens e produtos (input); 9) Destruição criativa é o modelo schumpeteriano que dá luz à inovação; 10) Bens, produtos, tecnologias, novos métodos são o resultado do processo produtivo (output); 11) Consumidor é o capital humano responsável pelo ato do consumo de bens e produtos gerados pelo processo produtivo.

A perspectiva schumpeteriana para o desenvolvimento econômico opõe-se aos postulados ortodoxos da economia neoclássica de maximização e equilíbrio geral e rompe com o inerte processo de afetação de recursos das organizações. Nisso, percebe-se que há uma visível crítica à teoria do equilíbrio geral acerca de

argumentos explicativos para o fenômeno da “onda” evolucionária da dinâmica dos sistemas econômicos.

Por essa perspectiva, verifica-se que as organizações têm um papel importante, na visão schumpeteriana, ao evidenciarem mudanças nos seus comportamentos; essas mudanças são explicadas por meio do procedimento de rotina, busca e seleção, com vistas à dinâmica de inovações para a obtenção de produtividade e competitividade e para, com isso, promover o desenvolvimento econômico.

Percebe-se que o desenvolvimento econômico na perspectiva schumpeteriana é um processo descontínuo evolucionário que, gradualmente, modifica o comportamento maximizador e de equilíbrio das organizações e potencializa a dinâmica de inovações. Esse processo deu-se por meio do empoderamento articulador do papel do empresário como o agente da inovação.

Na perspectiva schumpeteriana, o empresário era o capital humano responsável por provocar a renovação dos ciclos econômicos através da introdução, no processo produtivo, de ideias concebidas para destruir as pretéritas e promover as novas, com vistas a permitir a dinâmica na economia capitalista ao direcionar os recursos existentes para novos usos e funcionalidades.

De fato, ressalta-se que esse processo de dinâmica para a introdução de inovações nos sistemas econômicos teve o apoio fulcral do atributo de créditos, nomeadamente concedidos pelos donos do capital, que à época eram representados pelos banqueiros. O crédito teve o propósito de financiar as ideias inovadoras dos empresários, que gozavam de um ambiente institucional e econômico favorável à produção do conhecimento necessário à promoção do potencial criativo no processo inovativo.

### **3.2 A via neoschumpeteriana evolucionária para a dinâmica do desenvolvimento econômico**

As teorias acerca do desenvolvimento econômico, a partir da década de 1980, ampliam as suas capacidades cognitivas explicativas e retomam valiosos pensamentos de autores que contribuíram para o avanço da análise do desenvolvimento econômico. Nesta direção, a teoria evolucionária neoschumpeteriana retoma o pensamento schumpeteriano com vistas à análise da

dinâmica de inovações como motor para o desenvolvimento econômico decorrente do crescimento da produtividade e competitividade das organizações.

Os adeptos dessa corrente de pensamento econômico são conhecidos, na literatura, como “neoschumpeterianos” ou “evolucionários” (FREEMAN, PENROSE, NELSON, WINTER E DOSI). As especulações teóricas neoschumpeterianas partem dos princípios da biologia evolucionária para a compreensão da dinâmica gradual dos sistemas econômicos.

Dathein (2015), Lopes (2015), Nelson (2012), Diniz (2008), Possas (2008), dentre inúmeros outros adeptos e/ou críticos da corrente schumpeteriana do desenvolvimento econômico, concordam com a orientação de que esta abordagem neoschumpeteriana analisa a economia na perspectiva da dinâmica de inovações com forte influências dos conceitos apropriados da biologia evolucionária, tais como a evolução e seleção natural, para explicar o desenvolvimento econômico.

O marco inicial, de acordo com esse coletivo de autores e conforme a literatura, deu-se a partir do trabalho exaustivo e sistêmico de Nelson & Winter (1982)<sup>11</sup>. Dathein (2015, p. 193) aponta que “Nelson e Winter (1982, p. 303 e 396) afirmam que a teoria neoclássica é inadequada para a análise da mudança técnica e não fornece meios de conciliar as abordagens de crescimento com o nível microeconômico”.

Ainda conforme Dathein (2015, p.193), “a partir dessa crítica, Nelson & Winter (1982) elaboraram uma teoria evolucionária do crescimento econômico, do comportamento da organização e da dinâmica da concorrência e sobre a lógica das políticas públicas”. Para Nelson e Winter (1982), essa especulação teórica rompe com a orientação da análise econômica além das meras relações neoclássicas assentadas na afectação de recursos de produção e consumo.

Nota-se, a partir de Nelson e Winter (1982), que as categorias de análise da biologia evolucionária foram incorporadas à análise das economias capitalistas, na perspectiva de ampliar a abordagem schumpeteriana de desenvolvimento econômico sobre o desempenho das estruturas de mercado das organizações a partir da dinâmica de inovações.

---

<sup>11</sup> Lopes (2015, p. 380) destaca que uma série de conceitos desbravadores da tradição evolucionária foram publicados na obra *In search of useful theory of innovation*, de 1977. No entanto, o trabalho seminal na óptica evolucionista é o livro *An evolutionary theory of economic change* (Nelson & Winter, 1982), o qual é o marco considerado, na literatura, como o inicial dessa perspectiva evolucionária do referencial teórico schumpeteriano.



Nelson (2012) aponta que há uma tendência ao desenvolvimento da economia evolucionária com vistas a empoderar e ampliar o alcance da visão schumpeteriana sobre a atividade econômica. Isto é, alargar as possibilidades de mudança estrutural a partir do ambiente de seleção natural “mercado” e dinamizar o processo concorrencial com a introdução de variáveis de inovação para o delineamento de estratégias com vistas a ter vantagens competitivas para o processo evolucionário do comportamento dos sistemas econômicos.

A esse respeito, Dathein (2015, p. 193) acrescenta que:

A corrente teórica neoschumpeteriana tem avançado substancialmente o pensamento econômico sobre desenvolvimento. Esta teoria é apropriada para análises desenvolvimentistas e, além disso, é adequada para uso como instrumento de elaboração de políticas econômicas, podendo ser adaptada para casos de países não desenvolvidos, como o Brasil, o que tem sido feito por muitos autores internacionais e brasileiros.

Não obstante, é clarividente que essa retomada ou regaste do pensamento schumpeteriano trouxe um legado para a dinamização do desenvolvimento econômico através do papel das inovações, do processo de aprendizado e dos padrões tecnológicos das organizações. Contudo, Dathein (2015) aponta que essa abordagem evolucionária desenvolve uma teoria sobre o desenvolvimento econômico e sobre a ação microeconômica das organizações e indivíduos, tendo as bases da microeconomia schumpeteriana.

Possas (2008, p. 287) destaca que “há consenso entre analistas de que as proposições de Nelson e Winter (1982), apesar de reconhecidas limitações, abriram uma nova fronteira do conhecimento para a análise microeconômica da dinâmica industrial e tecnológica”.

Dathein (2015, p. 194) destaca que:

Fagerberg (2000) argumenta que, em Schumpeter, o fator determinante do desenvolvimento (ou o que “dirige o crescimento”) não seria a acumulação de capital ou a “mecanização” (como aparece nas teorias clássica, marxista, neoclássica e keynesiana), mas as inovações, como um processo que provoca mudança qualitativa na economia. O que mede a acumulação seria, de certa forma, apenas uma descrição do crescimento econômico. As inovações, entretanto, explicariam a causa da acumulação. Segundo Fagerberg, esse destaque só (re) aparece tão recentemente nas teorias econômicas devido ao fato de que a indústria baseada na ciência e o processo de pesquisa e desenvolvimento organizado são muito novos.

Dessa maneira, percebe-se que há tempos a economia vem tentando trabalhar nesta perspectiva das ideias de evolução e seleção natural e que Schumpeter, de

forma implícita e com limitações, foi o economista que mais aproximou-se desse especulativo imaginário teórico-evolucionário.

Possas (2008) contribui ao enfatizar criticamente que os neoschumpeterianos apropriam-se da concepção geral e de algumas referências mínimas da biologia evolucionária para a análise econômica e tal procedimento resulta numa limitação de analogia e enquadramento teórico. O autor cita o trabalho de Hodgson, de 2002, como o mais controverso acerca do enquadramento do “darwinismo universal” para a análise evolucionária da economia.

Embora haja controvérsias teóricas e metodológicas acerca da orientação dos princípios da biologia evolucionária para a dinâmica da economia capitalista, é interessante destacar que a essência do funcionamento do processo evolucionário das espécies é o referencial para orientar a construção de uma teoria evolucionária para a análise do desenvolvimento econômico.

Nesse contexto, Possas (2008) sinaliza que essa teoria evolucionária está centrada na dinâmica de inovações com forte tendência especulativa das ideias de Simon (1959), a considerar o processo de mudança de longo prazo e progressivo por meio de um desenvolvimento gradual, em que o comportamento das organizações é explicado pela rotina, busca e seleção por meio de um processo dinâmico, que rompe com o estado de equilíbrio, muito defendido pela teoria ortodoxa da economia.

Para Nelson e Winter (1982), a evolução acontece a partir do ambiente fértil das organizações. Estes autores enfatizam que as organizações destacam-se por serem o sítio fértil para o desenvolvimento econômico, e é no sítio onde acontece a inovação e o desenvolvimento de rotinas que determinam o comportamento dos agentes no processo produtivo.

Nessa acepção, Lopes (2015, p. 380) corrobora ao afirmar que os neoschumpeterianos convergem com os pensamentos de Simon (1986) acerca da sua proposta de racionalidade, uma vez que os agentes do processo produtivo não conseguem maximizar os benefícios de suas escolhas, mas procuram as opções mais adequadas para os problemas que ocorrem em determinados contextos.

Para tanto, percebe-se que as organizações, para participarem do jogo estratégico de adaptação e sobrevivência, devem priorizar as mudanças estruturais centradas na dinâmica de inovações como uma tomada de decisão adequada com vistas a obterem vantagens competitivas, no processo concorrencial, para a

sustentabilidade econômica da dinâmica capitalista e, com isso, adaptarem-se e evoluírem, gradativamente, para o desenvolvimento econômico.

Portanto, percebe-se que o processo concorrencial é a motivação para a inovação das organizações, que para permanecerem no mercado, devem introduzir as inovações nos seus processos produtivos. De fato, percebe-se que na concepção neoschumpeteriana da inovação, o papel da concorrência é fulcral para o desenvolvimento de assimetrias no mercado, que induzem o surgimento das inovações, e essa dinâmica possibilita, gradualmente, o desenvolvimento econômico e rompe com os pretéritos modelos inertes de equilíbrio.

Possas (2008) corrobora ao ressaltar que essa abordagem teórica evolucionária da inovação é centrada na visão schumpeteriana da concorrência, que potencializa a dinâmica da economia capitalista. Então, verifica-se que esse processo dinâmico é importante para o desenvolvimento de um quadro progressivo de produtividade e competitividade das organizações.

Portanto, percebe-se o delineamento de um ambiente favorável e fértil à adaptação das organizações, para que as mesmas tenham condições de resiliência com vistas a permanecerem neste ambiente mister de competição e concorrência, com garantias de obtenção de lucros extraordinários.

Para Possas (2008), essa teoria evolucionária da inovação é apenas uma retomada da concepção schumpeteriana de inovação, com foco mais no processo concorrencial das organizações. Para ele, a analogia com a biologia evolucionária é meramente para expressar o caráter de evolução e seleção natural das organizações no jogo estratégico da dinâmica dos sistemas econômicos.

Não obstante, Nelson (2012) ressalta que há coerência e relevância na abordagem da teoria evolucionária para o funcionamento das economias capitalistas modernas, uma vez que a teoria ajusta-se com a perspectiva básica de evolução e mudança estrutural do desenvolvimento econômico.

Logo, percebe-se que as organizações estão e são vulneráveis às incertezas do mercado, que as forçou a introduzir, ao longo do seu processo de evolução, as inovações como resultado do seu processo de aprendizado para o desenvolvimento de competências com vistas às vantagens competitivas e procedimentos de tomada de decisões adequadas.

Nesse aspecto, Lopes (2015, p. 380) reforça que:

As firmas são o organismo em evolução, pois suas rotinas e conhecimento acumulado resultam dos mecanismos de seleção e adaptação que se processam ao longo do tempo. Nessa perspectiva, a metáfora evolucionista serve exatamente para explicar o desenvolvimento e prosperidade das inovações e a consolidação de rotinas mais eficazes. Firmas com rotinas mais adequadas às condições de mercado serão as com maior possibilidade de sobrevivência e mais aptas a adquirir maior participação no mercado (market share).

Portanto, percebe-se que as organizações inseridas às condições de mercado são as que conseguem evoluir e sobressair das demais. Então, a introdução de inovações nas rotinas do processo produtivo das organizações favorece a sua sobrevivência. Assim sendo, é preciso que haja incentivos para que, por meio do processo de busca, aconteça o surgimento de mais inovações para modificar as rotinas. Com isso, entende-se que elas poderão evoluir para promoverem a dinâmica de mais ciclos de inovações.

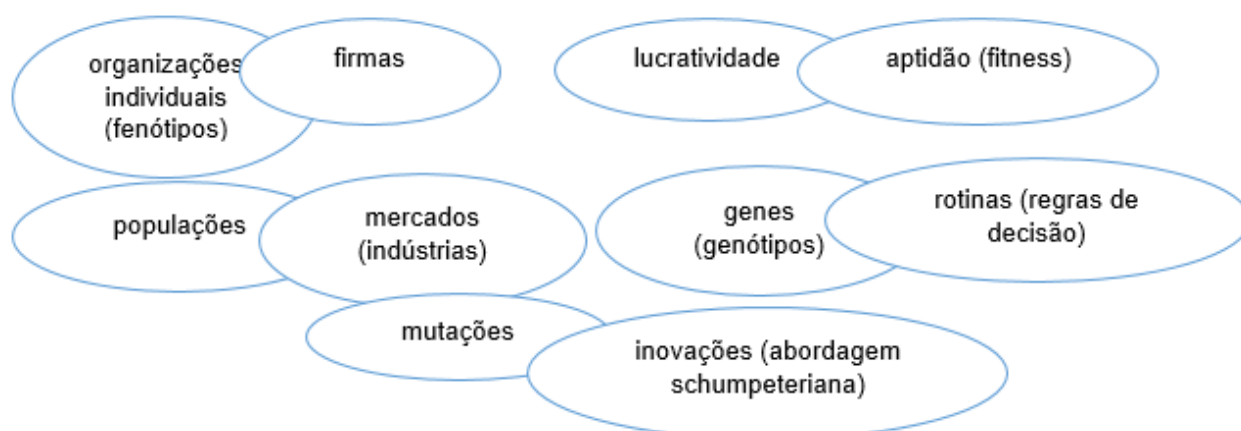
Ainda, Lopes (2015, p. 381) enfatiza que:

Para Zawislak (1986) as firmas estão em constante processo de aprendizagem, acumulando competências que permitem criar e modificar rotinas de acordo com as situações observadas. Os estímulos provêm do mercado, pois, ao fazerem parte de um ambiente competitivo, as empresas procuram através de um processo de busca, incorporar inovações que modificam as rotinas. Um processo de adaptação ao ambiente e que visa à solução dos problemas aleatórios que acontecem ao longo do processo produtivo. Existe ainda um feedback entre as rotinas e a inovação, pois ao mesmo tempo em que a inovação cria novas rotinas, estas, ao estarem consolidadas e adaptadas a determinados contextos, acabam refletindo nas futuras inovações.

Então, as rotinas e as inovações são determinantes na dinâmica do desempenho das organizações e condicionam-se às flutuações e incertezas do mercado, que força uma adaptação para selecionar as mais aptas a sobreviverem na perspectiva do aprendizado, com vistas à percepção de como reorganizar e alterar o funcionamento do processo produtivo.

Possas (2008, p. 287), a seguir e abaixo, conforme figura 2, apresenta uma menção ilustrativa para a compreensão da fundamentação microeconômica evolucionária a partir da síntese evolucionária neoschumpeteriana de Nelson e Winter (1982):

**Figura 2-** Diagrama da fundamentação microeconômica evolucionária (Nelson & Winter, 1982)



**Fonte:** Adaptado de Possas (2008, p. 287).

Em que: as organizações individuais (fenótipos) correspondem às organizações; as populações aos mercados (indústrias); os genes (genótipos) correspondem às rotinas (regras de decisão) ou formas organizacionais; as mutações às inovações (visão schumpeteriana); e a lucratividade corresponde à aptidão (fitness). Assim, percebe-se que essa síntese evolucionária neoschumpeteriana representa o ambiente de conectividade e interação das organizações com o mercado, no sentido de gerar o desenvolvimento econômico por meio da introdução do processo de inovação no contexto das rotinas das organizações.

Por conseguinte, tem-se um modelo que, à época: apresentou avanços nas principais cimeiras de discussão; instigou provocações entre ortodoxos e heterodoxos quanto às possíveis limitações e contributos; promoveu tentativas de melhorias e aperfeiçoamento do arcabouço teórico; e, por fim, provocou um debate que até o presente permanece ativo, com vistas à busca do conhecimento acumulado mais aproximado, sem perder de vista a essência schumpeteriana, para compreender a dinâmica econômica capitalista como um sistema complexo evolucionário.

O mais interessante de toda essa trajetória da retomada e quiçá do resgate do pensamento schumpeteriano, por meio da teoria evolucionária neoschumpeteriana, é a abertura de um terreno fértil para a expansão do escopo e das ferramentas para uma análise da dinâmica evolucionária em economia (DATHEIN, 2015; NELSON, 2012; POSSAS, 2008; NELSON & WINTER, 1982).

Assim, a introdução da dinâmica de inovações no processo produtivo das organizações favorece a mudança na morfologia organizacional com vistas à conectividade e interatividade do processo de aprendizado para o desenvolvimento das peças da engrenagem (competências e capacitações) do processo produtivo, para a obtenção de lucros extraordinários e contribuir para o desenvolvimento econômico com a expansão e evolução da dinâmica capitalista.

Nesse sentido, Dathein (2015, p. 201) indica que:

A criatividade tem um papel fundamental no processo inovativo. Assim, o aprendizado é uma condição imprescindível para a inovação, justamente porque exerce influência direta sobre o processo criativo. Ou seja, a inovação não é resultado de um processo aleatório, mas sim do aprendizado individual e, sobretudo, organizacional, com forte peso da interação.

Percebe-se que o processo de aprendizado é um importante insumo produtivo, responsável pelas constantes inovações e pelo seu uso eficiente. O sítio é local onde se cria e se acumula o conhecimento e é, principalmente, o agente central da inovação. Então, este processo é fundamental para explicar a ligação entre a órbita microeconômica e o desempenho macroeconômico de um território. Logo, o processo de aprendizado visa ao desenvolvimento de competências e capacitações (DATHEIN, 2015).

O desenvolvimento econômico de um dado território com escassez de recursos exige a tomada de decisão racional por parte dos agentes econômicos e percepção da dinâmica tempestiva do sistema econômico, com vistas a empreender estratégias para a engrenagem do seu processo produtivo. Assim, a via para o desenvolvimento econômico dos territórios, bem como para o fortalecimento do seu estado de bem estar social e da eficiência econômica de suas organizações, perpassou, durante o seu percurso histórico, por exaustivas transformações para apoiar-se no contexto atual, como a via para uma sociedade capitalista dinâmica, evolucionária e inovativa.

Dessa maneira, verificou-se que o desenvolvimento econômico do modo de produção capitalista perpassou, historicamente, por processos dinâmicos de mudanças e evolução para adequar-se ao recorte temporal mais atual e, principalmente, está mais suscetível às influências das especificidades socioambientais dos territórios, os quais, para atingirem o crescimento econômico, estabeleceram relações de poder e conflitos com os recursos naturais.

De fato, este modo de produção precisava ser avaliado e orientado a uma readequação do seu processo produtivo, devido à urgente necessidade de apropriação mais adequada dos fatores de produção (terra, trabalho e capital) sob a égide de uma via lógica de relação harmoniosa conectada em rede, para o futuro das próximas gerações com o mercado. Portanto, tem-se nessa via a expectativa para o desenvolvimento econômico, a partir da formulação de postulados feitos por influentes pensadores que, a seus tempos, contribuíram de forma essencial às ciências econômicas.

O contributo desses pensadores se deu por meio de suas teorias<sup>12</sup>, que possibilitaram inúmeras tentativas de explicar o estado comportamental aproximado do ótimo dos sistemas econômicos da sociedade capitalista. Não obstante, tal feito é imprescindível para que o coletivo de pessoas e organizações possa perceber o seu funcionamento, empoderar-se dos seus benefícios plenos e buscar continuamente soluções para dirimir as constantes intempéries características do capitalismo.

Saby e Saby (1997) mencionam que as rupturas epistemológicas que acompanham o aparecimento dos principais pensamentos econômicos são importantes para a leitura da sociedade num determinado contexto histórico, situada num dado comportamento espaciotemporal, ao qual a economia desencadeou problemas visíveis e gerou questionamentos acerca do seu papel no processo de crescimento econômico territorial.

Nessa acepção, as teorias do pensamento econômico apresentaram, dentro de um determinado contexto histórico, limites, avanços e coerências internas relevantes para o contributo do alargamento do conhecimento científico como papel importante no processo de desenvolvimento econômico das nações. Perspectiva-se perceber que cada teoria, em um dado recorte espaciotemporal, evidenciou o seu ponto de vista e, com isso, provocou a mudança de paradigmas e pensamentos, permitindo novas contribuições para a releitura da dinâmica comportamental da economia na sociedade capitalista.

---

<sup>12</sup> Saby & Saby (1997, p. 14) ressaltam que “a teoria marxista, a neoclássica e a keynesiana são, do ponto de vista particular, as três teorias essenciais que servem de referência à maior parte dos economistas e a partir das quais germinam os diversos prolongamentos eventuais”. Apenas, destacou-se a existência importante destas teorias. Para os efeitos desta investigação, optou-se por razões teórico-metodológicas, enquadrar, a Teoria Schumpeteriana para o Desenvolvimento Econômico e seus desdobramentos atuais (neoschumpeteriana) como a teoria de base para a

Com isso, percebe-se a economia a partir de um processo dinâmico, evolucionário e interativo dos territórios, que estabelece relações para fomentar consideravelmente o crescimento econômico. Nisso, a organização industrial do território é importante para perceber a estrutura, o comportamento e a performance dos mercados, tanto do lado das organizações como do lado dos consumidores.

Embora outras teorias econômicas tenham relevâncias inquestionáveis e contributos importantes para explicar a dinâmica do sistema econômico, optou-se nesta investigação analisar as teorias ligadas à microeconomia, nomeadamente do campo da organização industrial, para dar suporte teórico às assertivas e especulações presentes nas discussões das categorias analíticas recortadas para produzir o referencial teórico da revisão de literatura.

Para tanto, enquadrou-se a teoria do desenvolvimento econômico, a partir das orientações schumpeteriana e neoschumpeteriana, para explicar o comportamento estratégico das organizações perante a constante necessidade de mudança e inovação para se manter nos limites estabelecidos do mercado, tanto produtor como consumidor e, com isso, gerar o desenvolvimento e crescimento econômico territorial.

Então, os estudos de Schumpeter (2012) e Nelson e Winter (1982) são as conjecturas mais apropriadas para o dissecar da teoria do desenvolvimento econômico, que está pautada na dinâmica evolucionária das inovações e no espírito empreendedor das organizações. Assim, as orientações teóricas, em questão, são as mais apropriadas para a leitura do processo microeconômico do turismo enquanto uma atividade econômica que possui uma organização industrial com características peculiares da estrutura de mercado de oferta e demanda, engrenado por relações híbridas de conectividades, redes e dinâmicas disruptivas de desenvolvimento econômico mais eficaz para auferir os recursos.

Todavia, destaca-se, como em qualquer outra teoria, a limitação dos postulados. Entretanto, apesar da limitação percebida, a mesma não invalida a lógica explicativa de Schumpeter (2012) e Nelson e Winter (1982), em aproximar-se do propósito da investigação e validar, ao longo do percurso metodológico, as evidências da empiria. De fato, o ponto de vista dos autores acerca do pensamento



econômico dinâmico, evolucionário e inovador contribuiu para tear os fios teóricos da presente revisão de literatura.

### **3.3 Turismo na via e contravia para o desenvolvimento econômico e social**

O crescimento do turismo, ao nível mundial, nas últimas décadas, tem contribuído para o desempenho das economias dos países que, estrategicamente, o posicionaram como alternativa econômica. Para tanto, Matias (2007) afirma que o turismo constitui uma atividade produtiva com uma importância econômica crescente no mundo contemporâneo. Nessa mesma discussão, Vasconcelos e Lezana (2014) sinalizam que o turismo é um setor estrategicamente relevante para alguns países, por se firmar como atividade econômica considerada como a força motriz impulsionadora de outras atividades produtivas.

Rifai (2014) aponta que a atividade torna-se prioridade para as economias nacionais e locais, porque eleva e estimula o nível de consumo, assim como tem a capacidade de reduzir a sazonalidade e regenerar o destino. Logo, os números profícuos do turismo mundial demonstram a efervescência do crescimento do setor.

Outrossim, Matias e Sardinha (2008) destacam que a globalização, como um processo atual e irreversível, contribui para que o turismo influencie as economias dos países, uma vez que as receitas advindas do turismo têm um peso crescente nas economias nacionais, independentemente dos níveis de desenvolvimento econômico e social, contribuindo com parcelas ótimas de produto interno bruto.

Segundo Tsiotsou e Ratten (2010), tal panorama do turismo, a nível mundial, demonstra que os organismos nacionais, ao optarem pelo turismo pautado em modelo de desenvolvimento sob viés econômico, entendem ser capazes de inovar em planejamento centrado no foco das relações entre diferentes segmentos para atrair mais clientes, melhorar o desempenho da economia regional/nacional.

Assim, Costa et al. (2014) sinalizam que obter mais financiamento público ao investimento pode aumentar eficiência e eficácia na gestão das empresas, a médio e a longo prazos, e ampliar o conhecimento sobre novos recursos, oportunidades de investimento, com soluções diferentes voltadas à realidade local. Como exemplo, pode-se citar Eusébio (2006), que em seus estudos analisou os impactos econômicos do turismo na região centro de Portugal, a partir da utilização de

modelos de regressão a fim de prever as estratégias de promoção de destinos indutores de turismo para fins de desenvolvimento regional e distribuição de renda.

Dessa maneira, compreende-se que o turismo é passível de análise econômica, que indica os aspectos relevantes da economia para se estimar a demanda e a oferta com fins de investimentos públicos e privados em políticas que potencializem este setor como atividade produtiva desenvolvimentista. Gustavo (2013) defende o significado do turismo enquanto atividade econômica e social, de acordo com as experiências das pessoas que anualmente cruzam oceanos, fronteiras e limites em busca de lazer, diversão, negócios, saúde ou simplesmente para vivenciar lugares.

Conforme Cunha (2013) e Matias (2007), é fato que, com todo esse potencial e as possibilidades de desenvolvimento econômico e social, somente recentemente a ciência econômica começou a tratar o fenômeno turístico de acordo com essa importância crescente na economia mundial.

Dessa maneira, o turismo configura-se, atualmente, como uma atividade econômica importante para o desenvolvimento de territórios com vistas à implementação de organizações que disponibilizam a oferta de serviços essenciais para a alta performance desta atividade. Então, compreende-se que o turismo possibilita novos modos de produção capitalista no território, voltados para o ordenamento de atrativos e serviços, com vistas a impulsionar a inovação territorial e o crescimento rentável das organizações, e promover os efeitos de desenvolvimento econômico e social.

Todavia, como salienta Sinclair e Stabler (2009), urge-se por considerar os impactos socioambientais, assim como as possíveis transformações assimétricas no território turístico construído. De fato, como enfatizam os autores, o turismo é quase totalmente dependente do meio ambiente. Então, tem-se nesse processo as oportunidades de desenvolvimento, com ou sem crescimento econômico, com possibilidades de gerar o subdesenvolvimento e reflexos, principalmente no contexto socioambiental.

Atender aos ditames econômicos é básico em turismo; contudo, é preciso estar em consonância com o (s) modelo (s) de desenvolvimento a valorizar aspectos inerentes ao meio local, tais como os recursos naturais, as manifestações socioculturais, os elementos históricos e políticos no complemento ao processo de

planejamento. Portanto, a prática do turismo é uma das mais crescentes a nível mundial, por consolidar os efeitos positivos gerados no território/destino.

Ainda, Sinclair e Stabler (2009, p. 188) apontam que:

As praias, oceanos, montanhas, lagos e florestas constituem a base natural, enquanto as cidades históricas, as construções e os monumentos que fazem parte do patrimônio da humanidade são recursos criados pelo homem. Essas duas formas são o que se poderia chamar de base de recursos primários do turismo, sendo o componente essencial do produto turístico. Se essa base se degradasse num dado local de destino, é provável que houvesse um declínio do turismo. Por conseguinte, a avaliação dos problemas e dos fenômenos ambientais de hoje, assim como sua análise no âmbito da economia, são particularmente importantes para o turismo.

De fato, o turismo promove a delimitação de territórios com dinâmicas socioambientais relevantes para o processo de mercantilização e produção de mais valia (MARX, 1982) para as organizações. Entretanto, é patente nessa produção de mais valia um visível impacto no meio ambiente, em que a ausência de instrumentos políticos, que de alguma maneira proteja os recursos naturais essas duas dimensões intrinsecamente ligadas à realidade turística, favorece o contexto multiplicador de efeitos nocivos da produção capitalista do território turístico.

Logo, percebe-se que o turismo conecta e articula serviços e pessoas em rede, tendo os recursos naturais como a via para o desenvolvimento econômico, quer seja degradando, quer seja preservando, na perspectiva de relações de conflitos sob o uso intensivo do território. Nisso, Cunha (2013), Cunha e Abrantes (2013), Matias (2007) e Sinclair e Stabler (2009), dentre outros, salientam que esta atividade sem planejamento e gestão é passível de promover as assimetrias desenvolvimentistas no território socialmente construído.

Nesse contexto, perceber o turismo por meio da sua dinâmica espaciotemporal, dos impactos gerados, das possibilidades de comercialização de outras atividades produtivas, da reorganização territorial e assim como por meio do dimensionamento do mercado. Promover novos negócios e ferramentas para o planejamento e a gestão é preciso, para firmar os benefícios gerados nos territórios.

Logo, na compreensão de Sousa e Silva (2009), o turismo, para ser potencializado, precisa de uma rede articulada de atores sociais que promovam a institucionalização de demandas a fim de ofertar produtos e serviços ao mercado consumidor, bem como a estrutura política que fomente marcos regulatórios de desenvolvimento da atividade para uma gestão do território.

Nesse aspecto, segundo Nascimento (2015, p. 94):

O modelo de desenvolvimento que caracteriza a atividade turística brasileira ainda apresenta nuances fortes do paradigma hegemônico, o que pode ser notado nos Planos Nacionais de Turismo 2003/2007 e 2007/2010 que pregam o turismo como instrumento de desenvolvimento socioeconômico, tendo entre suas metas principais a ampliação da geração de renda (BRASIL, 2003; BRASIL, 2007). O mesmo ocorre em relação à OMT que tem como um dos indicadores chaves do turismo as receitas do turismo internacional. Mas não há como se distanciar disso, posto que o turismo seja uma atividade econômica, pertencente ao setor terciário da economia, e dado seu potencial efeito multiplicador.

Nessa acepção, tem-se o turismo como uma alternativa econômica viável adequada para os países que decidem priorizá-lo como setor estratégico em suas políticas de desenvolvimento regional. No entanto, há de salientar que como processo produtivo, o turismo padece de estratégias adequadas para a simetria desenvolvimentista dos territórios, principalmente no que tange à sua dependência espacial em conexão às peculiaridades socioambientais de cada recorte espaciotemporal territorial.

Destarte, o setor de turismo tem a capacidade de ocasionar transformações no território, ao ponto de construir, reconstruir e promover o desenvolvimento com ou sem crescimento econômico, assim como excluir e gerar o subdesenvolvimento com seus reflexos assimétricos, principalmente no meio ambiente natural e cultural. Azevedo et al. (2013, p. 16) refletem sobre essa discussão ao mencionar que:

Nesse contexto da reestruturação produtiva do capital, o turismo se apresenta como fenômeno socioeconômico e cultural com notória expressão na contemporaneidade, fazendo-se notar nos mais diversos rincões do espaço geográfico mundial. O mesmo tem apresentado franca expansão no período recente, alterando significativamente a dinâmica dos lugares e regiões, o que tem gerado fortes transformações socioespaciais, impondo a necessidade de um planejamento socioterritorial integrado nas áreas em processo de turistificação.

Dessa maneira, tais assertivas acerca do turismo sinalizam essa atividade produtiva como força motriz, não só enquanto atividade econômica, mas também como atividade socioambiental na construção de relações entre o local e o global, dentro de uma dinâmica socioeconômica em que o território turístico se torna, atualmente, uma mercadoria turística (OURIQUES, 2005), em conformidade com as realidades e exigências do mundo globalizado.

Assim, tem-se o turismo como uma atividade econômica que se desenvolve a partir da dinâmica da oferta e da demanda, com o fito de apropriação do espaço geográfico para a constituição de territórios e setores para a acumulação capitalista.

Então, como preconiza Ouriques (2005), o território turístico e suas relações, ora harmoniosas, ora conflituosas, com o meio ambiente promovem a mercadoria turística.

Então, tem-se a interação da oferta e demanda dentro de um determinado espaço geográfico, a configurar a produção/exploração capitalista (HARVEY, 2005), fortemente relacionada à promoção e à mercantilização dos elementos compósitos, tanto do lado da oferta, representados pelos serviços, organizações e atrativos, como do lado da demanda, representados, em conformidade com Caldeira (2014), pela mobilidade espaciotemporal do fluxo de turistas.

Os estudos de Costa (2014), Cunha (2013), Cunha e Abrantes (2013), Sinclair e Stabler (2009), Cunha (2007) e Matias (2007) revelam que o turismo cresce vertiginosamente a nível mundial, e detém um peso expressivo nas economias dos países que o institucionalizaram como política pública e plataforma de fomento produtivo com vistas à construção de cenários para a práxis de novas institucionalidades e ordenamento territorial.

Caldeira (2014) ressalta que o fazimento do turismo implica sempre na práxis de mobilidade. Segundo ela, tem-se a ideia do turista, individualmente ou em grupo, movendo-se no espaço durante um certo período de tempo. Então, percebe-se que a mobilidade é parte integrante e interveniente da experiência turística; são indissociáveis. Ainda, Caldeira (2014) aponta que a variável “*mobilidade*” é central nas práxis dos turistas e, desta maneira, torna-se crucial na percepção de lugar e constitui elemento importante da experiência turística.

Nessa acepção, tem-se o ordenamento territorial para a implementação de serviços por meio de organizações que, direta e/ou indiretamente, induzem o consumo e a experiência dos turistas, que se deslocam em um espaciotemporal, sozinhos ou em grupos, motivados por razões específicas de lazer, família, religião, negócios, dentre outras. Para Cunha (2013), o turista é o consumidor potencial dos serviços turísticos ofertados pelo mercado (figura 3).

Nota-se, ainda, na literatura acerca de turistas, a definição de viajantes, que há séculos também executam o ato de viajar. Figueiredo (2004) ressalta que os conceitos de viagem e turismo estão presentes na maior parte dos textos fundamentais para a compreensão da sociedade ocidental, alguns dos quais representam um marco não só para a literatura, mas também para a história e para a

antropologia. São muitas as interpretações dessas duas categorias, que ora se aproximam, ora se distanciam.

Ainda, Figueiredo (2004, p.157) ressalta que:

As idéias de viagem, turismo, viajante e turista foram sendo construídas ao longo dos anos na literatura e nos relatos. Esses dois “agentes” contribuíram tanto para a formação como para a cristalização dessas noções. As idéias de viagem e turismo, que não são encontradas no âmbito científico, geralmente são usadas a partir do que foi construído todos esses anos na literatura e nos relatos, que têm uma participação incisiva na consolidação dessas idéias. E são essas idéias que acabam sendo reproduzidas nos produtos culturais da pós-modernidade, transformando ações, personagens e personalidades em construções estereotipadas.

Então, segundo Figueiredo (2004), a práxis de viajar já faz parte do imaginário social da sociedade, pois as viagens são decorrentes desde a ocupação europeia: dos exploradores, cronistas, aos viajantes naturalistas.

Nesse contexto, tem-se o turismo como consumidor intenso de espaço e tempo, que provoca dinâmicas, conectividades, mobilidades e impactos no território. Logo, percebe-se que o turismo conecta e articula meio ambiente, serviços e viajantes na via para o desenvolvimento econômico e social, como na descrição generalizada de Cunha (2013), de que o turismo é uma atividade econômica decorrente da mobilidade espaciotemporal dos fluxos turísticos.

Assim, o turismo, a partir de um modelo organizado em territórios, subdividido em oferta e demanda, congrega atrativos, serviços e turistas. Neste aspecto, percebe-se o processo de territorialidade do turismo com a capacidade inovadora e endógena para a organização de matrizes de renda com o propósito de desenvolvimento local e regional.

Ressalta-se que a expressão território turístico e os aspectos de territorialidades (CAVACO, 2013; CUNHA, 2013; MATIAS, 2007; OURIQUES, 2005) estão sempre em conjunto, porque há sempre a relação, seja de apropriação seja de ordenamento; no turismo, verifica-se essa interação. De fato, Cazarotto (2013) ressalta que o território é utilizado como instrumento das instituições para o desenvolvimento econômico, reestruturação e melhorias da competitividade das regiões e localidades.

Coriolano (2007) sinaliza que o turismo é compreendido como atividade que se apropria e produz espaços e territórios, em um dinâmico processo denominado de relação sociedade e natureza. De certo, este metabolismo efusivo provocado

pelo turismo no espaço geográfico, quando não se tem o planejamento e a gestão como prioridades, possivelmente, desmantela as relações socioambientais.

Nesse contexto e sentido de territorialidade, o turismo enquadra-se aos Arranjos Produtivos Locais - APL (LASTRES; CASSIOLATO, 2003), que podem ser compreendidos como as aglomerações territoriais conectadas de agentes econômicos, políticos e sociais. Thomazi (2006) define aglomerado de turismo como um conjunto de atrativos reunidos em um determinado espaço geográfico, no qual há concentração de esforços para o impulso de produtos e serviços no mercado.

Logo, pode-se arriscar a perceber o desenvolvimento econômico e social do turismo (CUNHA, 2013; MATIAS, 2007; SINCLAIR; STABLER, 2009), a partir da engrenagem de duas peças fundamentais da microeconomia: a oferta e a demanda. Na literatura acerca do turismo, como enfatiza Cunha (2013), alguns autores optam por analisar o turismo segundo a demanda, por um lado, e segundo a oferta, por outro.

Por essa razão, arrisca-se em apontar as teorias da microeconomia como opções em termos de base teórica para explicar o desenvolvimento econômico e social do turismo. Nesta direção, Carvalho (2014) aponta que a microeconomia estuda as unidades mais pequenas da economia. No caso em questão, as organizações turísticas são estudadas, sobretudo, no âmbito da microeconomia, particularmente no que diz respeito às empresas ou melhor, no que se refere às organizações da oferta turística.

Carvalho (2014) ressalta, ainda, que as organizações atualmente enfrentam diversos desafios, principalmente relacionados ao mercado. De fato, percebe-se que as organizações turísticas adotam tomadas de decisões acerca do posicionamento do bem/serviço, quanto ao comportamento, tanto da demanda como da oferta turística. Matias e Sardinha (2008) chamam a atenção para a necessidade urgente de compreender a realidade objetiva da elasticidade da demanda, como a subjetividade dos gostos dos viajantes, a organização industrial da oferta turística e por fim, as relações de redes e conectividades do mercado turístico.

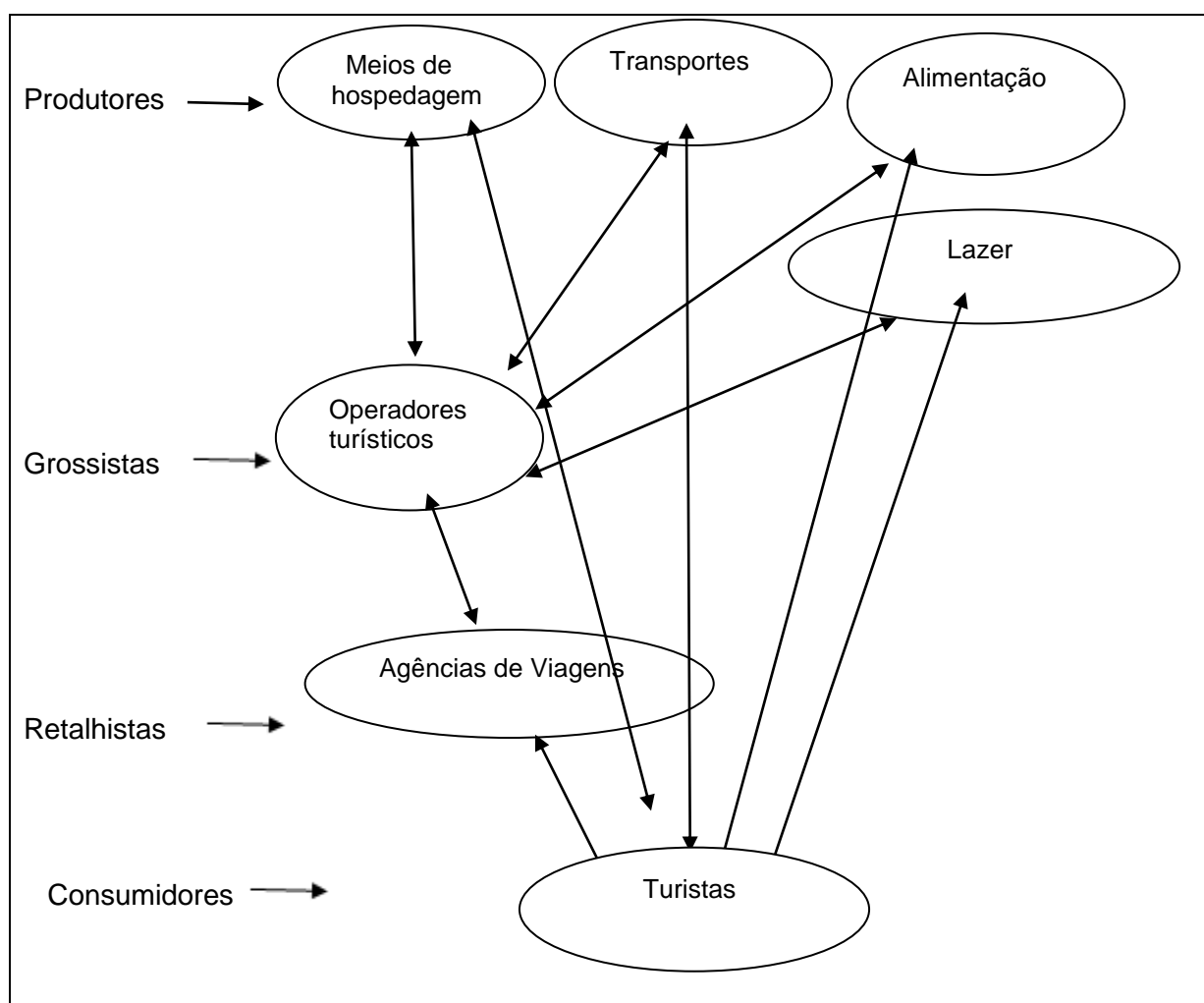
Para Cunha (2013), o mercado turístico seria o mecanismo pelo qual os compradores e os vendedores de bens e serviços se confrontariam para determinar o preço e as quantidades deles. Ainda mais, Cunha (2013, p. 241) aponta que:

O mercado turístico é referenciado a um produto composto formado por elementos muito diversificados que concorrem para a satisfação da necessidade de viagem, mas que não integram um produto identificável que

possa ser objeto de uma venda em conjunto e única: alojamento, transporte, transferências, refeições, visitas, divertimentos, compras, repouso, etc. Isto é, a compra de um produto não esgota as aquisições exigidas pela viagem.

Nisso, o turismo, pelo lado da oferta e demanda, promove um mercado fragmentado por ser composto por uma cadeia de distribuição turística, que para Cunha (2013) é uma rede interativa entre os turistas e os vários agentes econômicos da atividade turística, conforme figura 3, abaixo:

**Figura 3-** Cadeia da Distribuição Turística



**Fonte:** Elaboração própria adaptado de Cunha (2013).

Onde: Os produtores são os que produzem os serviços turísticos para a comercialização; os grossistas são os que comercializam os serviços turísticos compósitos em produtos turísticos; os retalhistas são os que comercializam os



produtos turísticos com os consumidores, onde estes últimos, são os turistas, que consomem o produto turístico no local da produção.

É importante ressaltar que nessa perspectiva de cadeia de distribuição turística, o lazer está enquadrado a partir de uma relação mercadológica com fito à proporcionar o entretenimento. Todavia, destaca-se que atualmente há o debate emergente na literatura sobre o lazer, a partir de uma perspectiva sociológica que corrobora para a consolidação de um campo científico. Logo, Castro (2018) aponta que as transformações no mercado de trabalho contribuem para que os estudos do lazer reflitam o papel e o lugar da práxis do tempo livre na sociedade atual.

Portanto, logra-se pelo desenvolvimento econômico, tanto do lado da oferta, por meio de bens e serviços<sup>13</sup> para satisfazer as necessidades decorrentes do consumo dos turistas, como pelo lado da demanda, por meio do comportamento espaciotemporal do fluxo de turistas (CALDEIRA, 2014) com o fito do consumo de bens e serviços. Ou seja, para o turismo desenvolver-se, de fato, nos territórios, é essencial a existência destas duas peças interativas, que segundo Matias (2007) espacialmente são distribuídas e conectadas.

Nesse ponto, ainda Matias (2007, p. 179) explicita:

O turismo, embora constituindo inequivocamente uma atividade econômica que tem por base a prestação de serviços, será também, em certo sentido, uma indústria, na medida em que o produto turístico, para surgir enquanto tal, passa por um processo de transformação que é em tudo semelhante ao que acontece nas indústrias tradicionais. Tratando-se, contudo, de uma indústria baseada num bem transaccionável e cuja comercialização está intrinsecamente virada para os mercados externos, ao que acresce ainda a particularidade de se tratar de um bem imóvel, em que o ato de consumo está dependente da deslocação do próprio consumidor até o local de consumo, importa, pois verificar em que medida é que a variável distância se assume enquanto determinante fundamental dos fluxos turísticos.

Logo, percebe-se que as variáveis espaciais e localizacionais no turismo influenciam o ato de consumo resultante da conectividade entre a oferta e a demanda. Marrocu e Paci (2013) e De la Mata e Llano Verduras (2012) salientam que dada a importância do turismo para o crescimento econômico dos territórios, torna-se imperativo identificar e avaliar os fatores determinantes e relevantes dos fluxos turísticos para desenvolver estratégias com fito à tomada de decisão relacionada à promoção de atrativos, serviços e organizações.

---

<sup>13</sup> Na oferta turística, tem-se os serviços de acomodação (acolhida/dormida), alimentação (alimentos/bebidas), transportes (mobilidades espaciotemporais), agenciamento de viagens (viagens e turismo), eventos (negócios) e lazer (CUNHA, 2013; MATIAS, 2007; SINCLAIR; STABLER, 2009).

Nessa acepção, Cunha (2013, p. 302) ressalva que:

Trata-se de uma atividade econômica integradora de múltiplos setores, com relações praticamente com todos os organismos produtivos da economia. Daí que o fenômeno turístico apresente maiores dificuldades de conceitualização do que as atividades produtoras de bens físicos, em virtude da sua complexidade e da sua heterogeneidade, quer do ponto de vista da procura quer da oferta.

Para estes autores, a dependência espacial no turismo é uma determinante importante face às possibilidades de planejamento e gestão dos territórios turísticos, uma vez que a localização espacial da oferta turística, segundo Matias (2007), influencia o comportamento espaciotemporal da demanda turística. Ainda, Matias (2007) ressalta que há um vasto conjunto de literatura, quer clássica, quer neoclássica, quer contemporânea na área da economia da localização que embasa teoricamente o ordenamento territorial turístico.

Assim sendo, percebe-se a possibilidade de inovação territorial com vistas à dinâmica do turismo e seus efeitos nos territórios, tanto do lado da oferta quanto da demanda. Outrossim, este processo é feito a partir do consumo da oferta pela demanda, quer seja por serviços, por atrativos ou por motivações específicas, desde a tomada de decisão para “aonde ir” e desloca-se até o sítio de produção do consumo para adquirir o bem – atrativos e serviços turísticos. Com isso, satisfaz-se as suas necessidades e desejos de consumo por meio dos seus comportamentos espaciotemporais (CALDEIRA, 2014).

Nesse aspecto, Matias (2007, p. 31) tem a evidenciar que:

O bem turístico é, pois, habitualmente composto por produtos e serviços turísticos, combinados de forma a ir ao encontro da revelação de preferências do consumidor, daí que se fale no caráter compósito deste tipo de bens. Os bens turísticos compósitos podem designar-se como bens turísticos em sentido lato. Pode, todavia, acontecer que o bem turístico se resuma a um único produto ou serviço, caso em que propomos a designação de bem turístico em sentido estrito.

Portanto, Cunha (2013) e ainda Matias (2007) apontam que o turismo tem a particularidade de se fazer no próprio sítio de produção com vistas aos efeitos de alargamento do mercado, uma vez que possibilita às organizações locais um maior potencial de comercialização, inovação e vantagens competitivas. Logo, percebe-se o turismo como um bem econômico que é intrinsecamente um bem de exportação integrante da balança de serviços dos países.

Entretanto, como salienta Cunha (2013), a análise dos efeitos econômicos do turismo nos territórios ainda é complexa, uma vez que para além dos impactos referidos, reside o fato de não haver instrumentos específicos de análise que permitam obter uma avaliação integral do fenômeno turístico. Cunha (2013) acrescenta ainda que a análise dos efeitos econômicos é, por outro lado, limitada pela dificuldade de obtenção de elementos estatísticos confiáveis, em virtude das suas características específicas serem, como preconiza Vasconcelos e Lezana (2014), um fenômeno complexo de quantificar nos seus múltiplos aspectos.

Posto isso, percebe-se a horizontalidade do turismo face às suas características de interdependências e interrelações econômicas, sociais, culturais e ambientais, estabelecidas a partir de uma estrutura conectada de subsistemas organizados (BENI, 2010) com características peculiares de oferta e demanda, engendrados por relações híbridas de conectividades.

Costa et al. (2014) enfatizam que o turismo é um fenômeno que possui uma escala geográfica e econômica que outros setores da economia não possuem, pois ele gera-se e operacionaliza-se à escala planetária. Essa atividade produz elevados impactos econômicos diretos e suscita efeitos multiplicadores horizontais na economia, com elevada dimensão. Esses fatores conduzem esse setor a ser líder em volume de negócios em todo o planeta, e a se afirmar como o maior fenômeno sociológico mundial.

Nessa direção, ainda Costa et al. (2014) compreendem o turismo como um fator determinante de planejamento e gestão do território para o estabelecimento de um padrão de estratégias adequadas às novas fronteiras da economia mundial. De fato, tem-se o turismo como uma atividade econômica agregada a um conjunto de operações de serviços e organizações (VASCONCELOS; LEZANA, 2014), que tende a ordenar e a gerenciar o território dentro de um contexto atual de equilíbrio racional, preconizado pelas novas tendências atuais do desenvolvimento, que são a sustentabilidade e a inovação.

Isso posto, Costa et al. (2014) apontam que o turismo é produzido a partir de um cálculo concreto no território, que tem por fim gerenciar o processo de mercantilização com o intuito de construir um modelo capaz de representar, de maneira simplificada, a relação existente entre a estrutura de mercado e o fluxo sazonal do movimento turístico espaciotemporal (CALDEIRA, 2014) de consumo por atrativos e serviços.

Dessa maneira, percebe-se que a análise econômica do turismo é crucial para a estimação de dados capazes de direcionar o planejamento e a gestão de políticas de turismo que visem às decisões de investimentos. Por certo, a World Travel and Tourism Council<sup>14</sup> – WTTC (2017) menciona que a política certa e as decisões de investimentos no turismo são feitas apenas com evidências empíricas. Takasago (2006) destaca a importância do setor de turismo e a carência de estudos que tratem de forma quantitativa os aspectos que permitam dimensionar a magnitude deste setor na economia brasileira.

Ainda, Takasago, Mollo (2010) descrevem as principais características econômicas do turismo, especificamente no Brasil, ao apontarem o potencial de criação de renda e empregos por meio de uma matriz de contabilidade social do Brasil para o setor turístico. Neste aspecto econômico, é visível verificar que o turismo é considerado um vetor de desenvolvimento na criação de emprego e ampliação de renda com o surgimento de postos de trabalhos temporários orquestrados mediante a sazonalidade da atividade.

Os estudos de sazonalidade turística (PIMENTEL; COSTA, 2008) são importantes para o planejamento e a gestão de políticas públicas desenvolvimentistas de turismo, uma vez que as evidências empíricas dos fluxos turísticos indicam as possibilidades de investimentos financeiros, tanto nas organizações como na infraestrutura dos destinos turísticos.

Nota-se, então, que a dinâmica turística, mesmo que sazonal, contribui para o desempenho da economia turística e, conseqüentemente, as políticas públicas tendem a ser aprimoradas a fim de diversificar os instrumentos que possam fornecer subsídios para a tomada de decisões estratégicas, assim como orientar a elaboração e a implementação de institucionalidades específicas que possam estimular o desenvolvimento turístico regional.

Nesse sentido, Haddad, Porsse e Rabahy (2013) ressaltam que o turismo é capaz de reduzir as desigualdades espaciais regionais por meio de transferência de renda das regiões mais ricas para as mais pobres, utilizando, para isso, os gastos turísticos. Os autores, ao analisarem o fluxo turístico inter-regional no Brasil, afirmam

---

<sup>14</sup> O WTTC foi fundado em 1991 por um grupo de diretores executivos de organizações turísticas que perceberam que não se reconhecia a contribuição do turismo para a economia dos países. Disponível em: <[www.wttc.org](http://www.wttc.org)>. Acesso: 9 jun. 2017.

que a interação entre despesas turísticas domésticas e a interdependência inter-regional contribui para reduzir a desigualdade regional no Brasil.

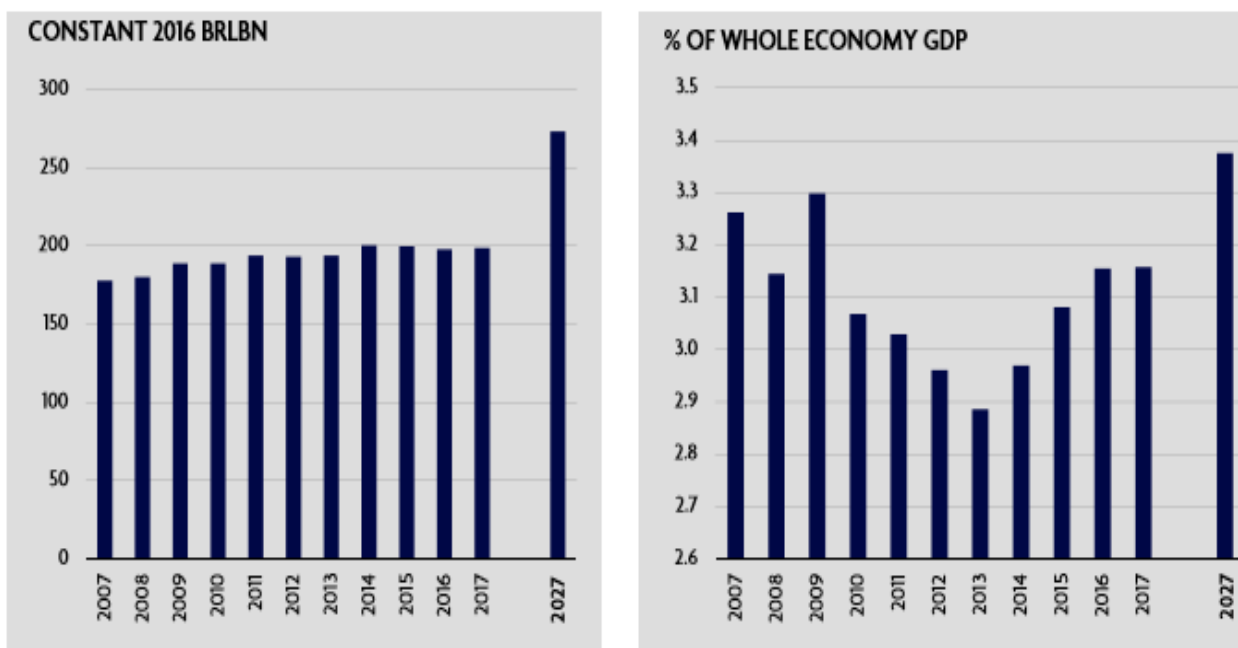
A corroborar, Andrade et al. (2008) fornecem indicadores que dimensionam economicamente o turismo no Brasil. Nisso, tais dados simplificados podem ser importantes para as organizações turísticas<sup>15</sup>, assim como para a gestão pública, no que concerne ao gerenciamento do processo de fomento do turismo, a partir de um quadro de referência que represente o cenário ideal para os propensos investimentos, tanto públicos como privados. O quantitativo profícuo do turismo demonstra a dinâmica do crescimento do setor, notadamente a partir de uma perspectiva econômica.

Na América do Sul, em 2014, o crescimento foi de +5%, com aumento de +2% em relação ao ano de 2013, e, assim, manteve-se na média da região. Em contrapartida, em alguns países houve crescimento significativo em índices de dois dígitos: Equador (+14%), Argentina (+13%) e Colômbia (+12%), respectivamente. Enquanto outros, Paraguai (+6%), Chile (+3%) e Peru (+2%) tiveram crescimento moderado (UNWTO, 2015, p.7).

De acordo com os números do órgão internacional de viagens e turismo, o Brasil é o maior destino da sub-região, isto com base na estabilidade dos dados apresentados no relatório. Todavia, os valores do período aumentaram e chegaram a cifras de +5,6%, se comparados ao ano anterior, por conta dos megaeventos realizados no país (UNWTO, 2015). Nesse contexto, sobressaem-se os dados do WTTC (2017), conforme gráfico 1, abaixo, referente à contribuição direta da atividade turística para o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, no ano de 2016, bem como uma estimativa para o ano de 2017; 2027.

---

<sup>15</sup> Cunha (2013) define as organizações turísticas em: serviços de alojamento, serviços de alimentos e bebidas, serviços de transportes e serviços de entretenimento.

**Gráfico 1-** Contribuição direta da atividade turística para o PIB/Brasil

Fonte: WTTC (2017).

Então, percebe-se que a contribuição direta do turismo para o PIB, em 2016, foi de aproximadamente 3,2%. Para o ano de 2017, projeta-se que contribua em torno de 3,25% e para o ano de 2027 há uma estimativa de 3,4%. A refletir-se com base nesses indicadores, o turismo constitui-se, atualmente, em uma atividade econômica em crescimento lento e tardio no Brasil.

Em conformidade com as informações do Anuário Estatístico (AE) de Turismo do Ministério do Turismo (MTUR), em 2016, este setor cresceu 6%, dois pontos percentuais acima da média mundial anual, correspondente à chegada de turistas ao país (BRASIL, 2017), conforme o quadro 2, a seguir e abaixo:

**Tabela 1-** Chegada de turistas ao Brasil

Vias de acesso	Nº de turistas
Aérea	4.368.894
Terrestre	2.072.846
Marítima	40.415
Fluvial	95.919
TOTAL (a+t+m+f)	6.578.074

Fonte: Ministério do Turismo (2017).

Mas, apesar de toda a importância do turismo no panorama mundial, verifica-se que no Brasil o mesmo cresce gradativamente no setor terciário da economia. Percebe-se que há gargalos abissais em termos de planejamento e gestão. Trigo (2013, p. 144) já ressaltava que “o turismo brasileiro melhorou consideravelmente ao longo de 40 anos, mas ainda não se iguala às condições satisfatórias de vários países do mundo, inclusive emergentes como a Tailândia, Emirados Árabes Unidos, Costa Rica ou Chile”.

Hodiernamente, nota-se no Brasil um contexto político e institucional favorável ao fomento do turismo, visto que o mesmo tem importância para a economia nacional, porém, com fragilidades para a consolidação e a definição de políticas estratégicas de desenvolvimento econômico e social. Neste aspecto, Takasago (2006) aponta que urge-se por ter um tratamento metodológico mais quantitativo do turismo, com o fito de gerar um refinamento de dados confiáveis, capazes de fornecer informações precisas para orientar a elaboração de políticas estratégicas.

Ainda, Takasago (2006) corrobora ao evidenciar em seus estudos que a carência de investigações que tratem de forma quantitativa os aspectos que permitam dimensionar a magnitude do setor produtivo do turismo na economia brasileira é uma obstrução ao processo de simetria de desenvolvimento regional.

Concordar-se com Takasago (2006), quando afirma que se tem no Brasil, e mais ainda especificamente na Amazônia Brasileira, uma carência de informações fiáveis que possam subsidiar a elaboração de institucionalidades. Observa-se também uma escassez de pesquisas que tratem de forma quantitativa os aspectos relevantes da assimétrica atual da economia turística.

Para Figueiredo e Nóbrega (2015), a Amazônia Brasileira vem, há muito tempo, trabalhando com a perspectiva do turismo como potencial, mas sem conseguir efetivá-lo, de fato, no mesmo nível das atividades produtivas mais impactantes, como a extração mineral e agropecuária. Destarte, percebe-se, conforme os autores, que o turismo produzido no território amazônico é peremptoriamente um processo tardio, incompleto e assimétrico de desenvolvimento regional pautado em institucionalidades débeis, com informações fragmentadas, dispersas e anamórficas do potencial turístico e do comportamento espaciotemporal dos fluxos dos movimentos turísticos.

Nessa acepção, Figueiredo e Nóbrega (2015, p. 18) apontam que:

Na Amazônia, os planos surgem em 1977 e desde então vem sendo realizados inicialmente pela Sudam e depois pelos governos estaduais, e ministérios (meio ambiente, comércio, cultura). As questões relacionadas ao ecoturismo como alternativa para a Amazônia, e as políticas públicas da Embratur, Sudam e Ministério do Turismo, já estudadas em Figueiredo (1999) e Nóbrega (2012) são permanentemente reapresentadas em novos modelos de planos e de desenvolvimentos até chegar na regionalização e nos roteiros atuais.

Assim, na Amazônia Brasileira, o turismo foi pensado, na década de 1970 (FIGUEIREDO; NÓBREGA, 2015; ANDRADE; TAVARES, 2012) como uma atividade econômica a fim de promover o desenvolvimento regional, a partir de institucionalidades da SUDAM e que, ao longo dos anos, remodelou-se às novas conjunturas políticas desenvolvimentistas, assim como enquadrou-se e enquadra-se em políticas públicas descontínuas, tanto do governo federal como dos governos estaduais e municipais.

Nas décadas de 1980 e 1990, o turismo na Amazônia Brasileira começa a se desenvolver por meio de políticas públicas esparsas e sem perspectiva de ser uma atividade promissora, uma vez que a prioridade em termos de atividade produtiva era dada para a pecuária e a mineração. Nesse interregno, observa-se que além do Estado do Pará (Belém e Santarém), o Estado do Amazonas por meio da capital Manaus, também começa a ser visto a partir de sua potencialidade para o turismo.

Assim sendo, a atividade turística na Amazônia Brasileira apresenta um desempenho considerável, mas não substancial, em função de melhorias na infraestrutura urbana de apoio ao fomento da atividade, assim como na implementação de institucionalidades atreladas às especificidades locais da região. Figueiredo & Nóbrega (2015, p. 22) aludem que:

O turismo na Amazônia sempre foi visto com potencialidade e entusiasmo pelo planejamento do desenvolvimento regional, ora pensado como complemento às atividades ditas tradicionais, articulando-se com a vida dos camponeses e ribeirinhos na agricultura familiar, extrativismo e pesca, ora como verdadeira alternativa a empreendimentos impactantes, como grandes projetos mineradores e agropastoris.

Nessa direção, os estados amazônicos do Pará e Maranhão - Amazônia Oriental - e do Amazonas - Amazônia Ocidental - são os estados federativos mais representativos em termos de turismo na Amazônia Brasileira. Observa-se que a capital paraense, a capital manauara, a capital maranhense e a cidade paraense de



Santarém são os sítios turísticos que recebem mais e têm as maiores receitas com o turismo na Amazônia Brasileira.

Figueiredo e Nóbrega (2015, p. 27) indicam que:

Os municípios de Manaus e Belém são os que apresentam as principais estruturas e organizações da região, inclusive como vetores de fluxos de visitantes e de fluxos de investimento para as outras cidades e para algumas zonas rurais e costeiras. Santarém também possui um papel de destaque na engrenagem, se consolidado aos poucos como destino receptor. Além disso, as capitais, mais Santarém, são emissores de turistas regionais para municípios da própria região, aspecto importante na dinamização da economia regional quase sempre esquecido nas análises, planejamentos e estudos acadêmicos.

Embora a Amazônia Brasileira seja considerada uma região tardia de desenvolvimento, com precariedade de infraestrutura, especificidades locais de intempéries socioambientais e uma dimensão continental, o turismo é uma realidade, desde os anos de 1970 (FIGUEIREDO; NÓBREGA, 2015; ANDRADE; TAVARES, 2012), emaranhado às outras atividades produtivas e com características obstantes de acentuada sazonalidade de fluxos turísticos e institucionalidades frágeis dentro do cenário das agendas políticas públicas desenvolvimentistas de turismo no Brasil.

Nessa direção, concorda-se com Figueiredo, Nóbrega (2015, p. 26) que mencionam que na Amazônia Brasileira os impactos produzidos pelo e para o turismo não podem ser depreciados, pelo contrário, devem ser priorizados em relação à elaboração de estratégias de desenvolvimento, haja vista que “as mudanças sociais advindas são inúmeras, e se chocam com as formas camponesas, com imaginários caboclos, com a cultura diversa da Amazônia”.

Então, levando em consideração o já desvela Figueiredo e Ruschmann (2004) em seus estudos acerca das viagens e dos viajantes, a ideia de viajar já faz parte do imaginário social amazônico, pois as viagens são recorrentes desde a ocupação europeia, dos cronistas aos viajantes naturalistas, que por meio das viagens de natureza investigativa publicizaram o mundo amazônico.

Na senda da significação entre o conceito de turismo e o conceito de viagem, faz sentido a hibridez entre esses dois conceitos no território amazônico, pois os caboclos amazônicos (RODRIGUES, 2006) sempre viajaram entre os rios e as cidades ribeirinhas, com o fito de visitar os parentes, tratar da saúde e/ou crenças religiosas, a exemplo do Círio de Nazaré, em Belém do Pará, ocasião em que também articulam os serviços compósitos do arquétipo turístico, que muitas vezes

não são contabilizados nas informações estatísticas oficiais de turismo na Amazônia Brasileira.

A respeito do Círio de Nazaré, Costa et al. (2008) apontam que esse mito religioso amazônico se traduz, a cada segundo domingo de cada ano, na economia da fé na Amazônia Brasileira, uma vez que durante este período a economia turística, por meio dos serviços compósitos de meios de hospedagens, alimentos & bebidas, transportes, empresas de agenciamentos turísticos, entretenimentos e lojas de souvenirs, é dinamizada, caracterizando a conjuntura de alta estação dos fluxos turísticos na cidade de Belém do Pará.

Ainda, Latif (2014) desvela que o Círio de Nazaré é um mito amazônico, que se reveste das características de um mito de origem ibérico recriado na América do Sul, ao qual chama-se o Mito das Senhoras Teimosas, que sobrevive entre o moderno e o pós-moderno. Então, percebe-se que é inquestionável a valoração cultural do Círio de Nazaré neste interregno, pois os movimentos turísticos se pluralizam ao produzir um híbrido encontro dos fluxos turísticos local (regional) e global (nacional e internacional).

Ademais, a movimentação dos fluxos turísticos nacional e internacional com a motivação de interagir com o simulacro amazônico de cultura e biodiversidade, tão promovido nos mercados turísticos nacional e internacional, em pós-Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – ECO 92, realizada em junho de 1992 na cidade do Rio de Janeiro, com postulados e orientações amplamente difundidas para estabelecer uma relação mais sistemática e harmônica entre as atividades produtivas e o meio ambiente, está a crescer, pois conforme Figueiredo e Nóbrega (2015, p. 26), “demonstra um expressivo aumento de turistas provenientes de várias regiões brasileiras e internacionais, evidenciadas com a entrada de mais de 6 milhões de turista no Brasil em 2014”.

Nisso, o turismo na Amazônia brasileira encontra espaço para a implementação de institucionalidades com obliquidades socioambientais e reflexões acerca de questões recorrentes de sustentabilidade socioambiental, economia cultural e criativa, legitimação de práticas recreativas em Unidades de Conservação (UC) etc.

Então, acredita-se que o mercado turístico nacional e, principalmente, o regional possa contribuir para que o desenvolvimento econômico e social na Amazônia Brasileira aconteça de maneira mais disruptiva, uma vez que viajar no

território amazônico entre os rios e as cidades já é uma práxis, pois representa a grande viagem, haja vista que a dimensão continental do território proporciona a sensação de devanear entre as paisagens amazônicas.

Logo, o turismo como processo de desenvolvimento econômico e social é uma via importante para os territórios periféricos de capitalismo, a exemplo da América do Sul, Brasil, e principalmente da Amazônia Brasileira, tanto do lado ocidental como do lado oriental. É de mais valia planejar e gerenciar o turismo a partir das especificidades locais de cada território e, mais ainda, oportunizar que os residentes locais possam construir diálogos e empreender suas redes de negócios a fim de evitar aceder a contravia do turismo na contemporaneidade.

### **3.4 Desenvolvimento sustentável na via e contravia para a eco-inovação do turismo**

A sociedade atual vive, nas últimas décadas, processos de construção e adequação de modelos de desenvolvimento que tentam e permitem viabilizar a valoração econômica e a conservação dos recursos naturais, em consonância às necessidades peculiares de crescimento econômico com ética socioambiental. Sublinha-se que a escassez e o esgotamento das fontes dos recursos naturais, bem como os limites e as possibilidades de exploração, até o presente, são consideradas questões cruciais em termos de crescimento e desenvolvimento econômico.

Nesse sentido, Burgenmeier (2009) menciona que há a preocupação mundial em adequar o processo de produção e consumo da sociedade capitalista às tendências atuais de uma economia para o desenvolvimento sustentável com perspectivas de eco-inovação e desenvolvimento local para a implementação de produtos e serviços com compromissos e responsabilidades socioambientais.

Sachs (2004) aponta a problemática do desenvolvimento, como o vetor da discussão necessária para que o futuro da humanidade seja uma garantia ética de sobrevivência. Fenzl (2009) menciona que o conceito de um novo desenvolvimento é urgente, uma vez que é produto da consciência dos graves problemas ambientais e socioeconômicos que a humanidade está enfrentando.

De fato, verifica-se que desde o início do processo de exploração capitalista, as discussões sobre o crescimento e desenvolvimento econômico ampliaram-se e evidenciaram a necessidade do debate acerca da maneira de como estes recursos

naturais eram e são manejados. Altvater (1995) e a literatura especializada apontam que, à época, da formação societal industrial, os recursos naturais eram essenciais para a produção e reprodução do sistema capitalista.

Essa perspectiva conduziu os recursos naturais a serem manejados sem a preocupação com a capacidade de manutenção para as gerações futuras e foram transformados em bens e serviços com a finalidade do aumento da produtividade. Nota-se que tal processo era considerado o progresso da sociedade e, como preconiza Fenzl (2009), a percepção das limitações do modelo econômico globalizado traz consequências profundas no modo de ver o futuro da humanidade.

Então, Veiga (2005) ressalta que os recursos naturais historicamente serviram como elemento compósito do processo de produção de bens e serviços para atender às necessidades de crescimento econômico do modelo societal de modernidade, caracterizado pelo modo de produção capitalista com forte concentração de atividades industriais. Assim, tem-se a natureza como um fator de produção, que na teoria econômica é vista como a base da dinâmica de crescimento e estratégias de desenvolvimento da sociedade.

Tem-se, então, a natureza usada como parte de um processo econômico necessário e os efeitos deste processo, ou seja, os impactos ambientais, são externalizados como resíduos contabilizados numa lógica que Altvater (1995) expôs numa visão sensível como o preço da riqueza, a traduzir-se na falência múltipla dos recursos naturais, pois esse é o preço do progresso que está sendo pago, de um modo global, pela sociedade atual.

Nessa acepção, lançou-se o desafio de provocar questionamentos acerca de uma possível mudança global de comportamento frente às visíveis assimetrias e danos ambientais, uma vez que um futuro cético e nada comum estava a concretizar-se. De fato, no recorte mais pretérito do capitalismo, a apropriação, sem a devida precaução com o manejo dos recursos naturais descortinou um cenário de ceticismo quanto ao futuro da natureza para os próximos séculos de sobrevivência humana.

Fenzl (2009, p.13) ressalta que “o conceito de desenvolvimento sustentável não é um modismo do final do século XX e sim a necessidade de sobrevivência coletiva humana”. Para ele, o conceito de desenvolvimento sustentável pode ser considerado, de certa maneira, um contraconceito na medida em que ele surge

como antítese a um desenvolvimento econômico e social do planeta que é percebido como insustentável

Com essa perspectiva desenvolvimentista, surgiram no cimeiro processo das formações societais contemporâneas, durante parte do século XX, mais especificamente em meados dos anos setenta do século passado, as iniciativas de países, que perceberam a gravidade das consequências ambientais oriundas dos seus padrões de produção e consumo e lançaram o desafio de convocatórias internacionais a fim de um consenso mundial acerca do futuro dos recursos naturais e do processo de crescimento e desenvolvimento econômico, uma vez que o problema ambiental estava atrelado ao modo de produção capitalista.

Pode-se destacar a Conferência Mundial sobre Desenvolvimento e Ambiente, realizada em Estocolmo - Suécia, no ano de 1972, que apresentou argumentos alarmantes quanto ao futuro do planeta. Vinte anos depois, aconteceu a ECO 92, realizada na cidade do Rio de Janeiro – Brasil, com argumentos e encaminhamentos mais consistentes quanto às questões sobre desenvolvimento e ambiente, a exemplo da Agenda 21, um protocolo de compromissos preconizados para o século XXI a fim de que a sociedade global possa inserir e interagir com o conceito de desenvolvimento sustentável nas suas práticas de produção e consumo.

Outras conferências mundiais aconteceram com recortes temporais sempre associados às conferências anteriores (10 e 20 anos), a exemplo da Johannesburgo (2002) 10 +, Dubai e Rio + 20. Destas, acontecem anualmente as COPs, as Conferências das Partes, com as mesmas reflexões e propostas de cooperação internacional para um futuro comum.

Desse contexto, surgem provocações e reflexões acerca da pressão contínua sob os recursos naturais e inicia-se a construção de um ambiente político às tomadas de decisões, mesmo à revelia de alguns países, que a esta altura já se encontravam alinhados e enquadrados nos binômios “desenvolvidos/subdesenvolvidos” ou “centros/periféricos”.

Lima e Simões (2009) sinalizam que na história econômica da sociedade, o mundo capitalista, para fins de desenvolvimento, foi enquadrado em cenários para distinguir os países mais inclinados para o desenvolvimento e os menos aptos a construir uma dinâmica regional com implicações de políticas econômicas de planejamento do desenvolvimento com fortes influências das ideias de (sub) e desenvolver os territórios de Myrdal, Perroux, Boudeville, Hirschman.

Praticamente, estas ideias desenvolvimentistas orientaram para o mesmo prisma de perceber que existiu, no mundo capitalista, processos de cenários de causa e efeito para a designação de territórios sob a égide de “desenvolvimento/subdesenvolvimento” ou “centro/periferia” (FURTADO, 2009). Então, tem-se uma melhor definição de que os territórios foram e são constituídos para atender às necessidades específicas de crescimento econômico para os recortes espaciais com perspectivas temporais de um propenso consumo de recursos naturais.

De fato, como salienta Furtado (2009), as premissas de desenvolvimento perpassaram no mundo capitalista com mais frequência pela definição de territórios “centro/periferia” para designar os mais desenvolvidos dos menos, ou melhor, os territórios mais dependentes dos outros para tentar sobressair-se e desenvolver-se.

Em conformidade com Tavares (2011), para a realidade brasileira, os estudos, do ponto de vista teórico e prático de Celso Furtado, de 1959 a 1964, acerca da estrutura centro/periferia, que foi a base da teoria cepalina de desenvolvimento, a qual Furtado (2009, p. 14) assenta a assertiva de que “nenhuma ideia teve tanto significado para a percepção do problema do subdesenvolvimento quanto a da estrutura centro-periferia” foram a tese orientadora, cujas ideias influenciaram fortemente o planejamento do desenvolvimento regional no nordeste brasileiro e na Amazônia Brasileira ao criar mecanismos institucionais para a sua gestão, a exemplo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e a SUDAM.

Todavia, observa-se que atualmente, com as sucessivas crises mundiais econômicas, já não se distinguem, com a mesma frequência do pretérito, os territórios por “centro/periferia”, pois o contexto de incertezas dentro do cenário econômico mundial acaba homogeneizando os países no mundo capitalista e os designam como os territórios com mais ou menos capacidade de desenvolver estratégias para a gestão do desenvolvimento, que agora, obrigatoriamente devem integrar as questões ambientais aos seus processos de desenvolvimento econômico.

Dessa maneira, o modelo desenvolvimentista empregado nas sociedades capitalistas necessitava ser avaliado e orientado a uma readequação mais próxima de uma relação harmoniosa com a natureza, pois como a sobrevivência humana depende intrinsecamente de uma nova relação de exploração e salvaguarda da

biodiversidade, o desafio era e é encontrar novas maneiras de desenvolver sem agredir, prejudicar e obliterar a capacidade de reprodução das próximas gerações.

Então, as formas e os padrões de relacionamentos entre os signatários seres humanos e a natureza necessitavam mudar radicalmente. Todavia, isso, de imediato, não seria possível, haja vista as abissais diferenças sociais, econômicas e culturais presentes no modelo societal capitalista. Contudo, o desafio foi lançado e a sociedade passou a ter como meta a mudança, gradual e progressivamente, de seu comportamento perante a natureza.

Nota-se que, gradualmente, a meta foi atingindo a um nível aceitável e verificou-se o processo de crescimento econômico com rupturas, em algumas realidades sociais, dos pretéritos padrões de produção e consumo. Entretanto, enfatiza-se que os conflitos em torno do ponto de vista do enquadramento do desenvolvimento sustentável nos modelos econômicos ainda persistiram, uma vez que na modelização econômica a adequação dos processos econômicos às orientações metodológicas do desenvolvimento sustentável exigiu capacidade gerencial de distinguir claramente quais os procedimentos e abordagens a serem executadas a fim de operacionalizar o desenvolvimento sustentável.

Nisso, Burgenmeier (2009) ressalta que, em relação aos modelos econômicos e a resolução dos problemas ambientais, a formulação do conceito de desenvolvimento sustentável é um compromisso entre diferentes pontos de vista, cujos exemplos mais correntes são: a economia de mercado eficiente, a economia do ambiente e a economia ecológica.

Para tanto, cada recorte espaciotemporal econômico apresenta sua instrumentalização para a operacionalização do desenvolvimento sustentável, a destacar: o progresso técnico num contexto de mercados concorrenciais - economia de mercado eficiente; políticas econômicas ambientais delineadas pelo e para o mercado - economia do ambiente; e políticas de mensuração por meio de indicadores de desenvolvimento sustentável - economia ecológica.

É notório destacar que o desenvolvimento sustentável favorece o crescimento econômico centrado na integração da economia com o social e o ecológico, pois sem essa conjugação tridimensional, possivelmente as velhas práticas de desenvolvimento não serão substituídas. Em face a isso, tem-se o Relatório Brundtland, ora também conhecido como o “Nosso Futuro Comum”, como a orientação metodológica mais apropriada para a inserção das dimensões de

eficiência econômica, justiça social e prudência ecológica nos postulados de desenvolvimento alternativo.

Esse relatório foi publicado no ano de 1987 e conceitua desenvolvimento sustentável como uma reflexão a ser seguida pelos países. Burgenmeier (2009, p. 45) aponta que:

O conceito de desenvolvimento sustentável teve origem num longo processo de reflexão aquando das negociações internacionais conduzidas no seio da ONU. Gradualmente, foi amadurecendo uma definição de compromisso comumente aceite, prestes a tornar-se uma referência inevitável nos debates públicos sobre a finalidade de toda a atividade humana.

Ainda, Burgenmeier (2009, p. 45) destaca que o conceito oficial de desenvolvimento sustentável foi elaborado pela Comissão Mundial para o Ambiente e o Desenvolvimento (CMAD), pertencente à Organização das Nações Unidas (ONU) e trata-se de:

Um processo de mudança pelo qual a exploração dos recursos naturais, a orientação dos investimentos, as mudanças técnicas e institucionais se harmonizam e reforçam o potencial atual e futuro de satisfação das necessidades dos homens (CMAD, 1988, p. 10; chamado Relatório Brundtland, 1987).

Dessa maneira, o conceito de desenvolvimento sustentável passa assim a ser referência inevitável em qualquer debate que alie a proteção do ambiente à economia e ao âmbito social. Então, verifica-se que estas premissas obrigatoriamente devem estar correlatas para a operacionalização do desenvolvimento sustentável no âmbito da sociedade global. Ademais, o desenvolvimento sustentável propõe uma maneira de desenvolvimento em que os interesses particulares devem estar alinhados aos interesses coletivos de conservação e desenvolvimento.

A questão crucial é saber como conciliar, dentro desse modelo societal, a prossecução do crescimento econômico de produção e consumo com as necessidades atuais de preservação e conservação ambiental sob a garantia do exercício da ética política, social e cultural. De fato, o desafio para as próximas décadas é saber como o enquadramento e a operacionalização do desenvolvimento sustentável, nas atividades produtivas, serão as orientações metodológicas para a ressignificação da produção e do consumo, a romper com o estilo de desenvolvimento da mera economia de mercado eficiente.



Ao introduzir um modelo disruptivo com aprimoramento e alargamento das possibilidades de uma economia do desenvolvimento sustentável, as questões socioambientais assumem lugar de prioridades e determinam as atividades econômicas a partir da combinação de uma variabilidade de instrumentos, a fim de dar consistência e rigor às estratégias desenvolvimentistas com a criação e delineamento de indicadores para o planejamento e a gestão.

Então, coerente com as discussões e reflexões construídas na literatura, o desenvolvimento sustentável ainda padece de uma precisão conceitual, por estar em contínua construção, mas que se aproxima do sentido fenomenológico de que é o processo de desenvolvimento presente sem prejuízo para a sobrevivência das gerações futuras.

Assim, conforme a literatura, tanto nacional como internacional, percebe-se que o desenvolvimento sustentável é o processo pelo qual tenta-se chegar ao nível adequado de um crescimento econômico que promova o desenvolvimento equilibrado entre os ambientes ecológicos, econômicos e sociais, sem prejudicar a capacidade de produção e consumo das gerações presentes e tampouco comprometer a capacidade das gerações futuras.

Desta maneira, Fenzl (2009) busca ideias disruptivas engendradas com as orientações das premissas do desenvolvimento sustentável, a fim de delinear os instrumentos para a prática. Assim, tem-se o desenvolvimento de um quadro de estratégias de planejamento e gestão para a sustentabilidade. Por conseguinte, tem-se também o uso da abordagem interdisciplinar para a operacionalização da sustentabilidade enquanto estratégia do desenvolvimento sustentável que, por vez, é dinamizada por meio da concepção de indicadores dimensionados nas categorias de análise social, econômica, ambiental e cultural.

Outrossim, Burgenmeier (2009) ressalta que, embora ainda exista resistência quanto à mudança de comportamentos na sociedade global, muitos territórios, até mesmo os considerados periféricos de desenvolvimento, já avançaram em termos de exercitar operacionalmente o conceito de desenvolvimento sustentável e a evidenciar uma modernização de prudência ecológica nos procedimentos de eficácia econômica e justiça social por meio de iniciativas que favorecem o surgimento de ideias disruptivas que consolidam e validam o conceito de desenvolvimento sustentável.

De fato, verifica-se no cenário global que a participação efetiva nas arenas políticas deliberativas, a cooperação em vez da competição nos mercados econômicos, a conservação socioambiental, as possibilidades de atividades produtivas sustentáveis e a adequação nos modos de produção e de consumo já, gradativamente, estão fazendo parte do contexto das institucionalidades acerca de um desenvolvimento econômico e social menos nocivo à vida coletiva.

Nesse sentido, há a preocupação mundial em adequar o processo de produção e consumo da sociedade capitalista às tendências atuais de uma economia para o desenvolvimento sustentável com perspectivas de inovação disruptiva e desenvolvimento local, para a implementação de produtos e serviços com compromissos e responsabilidades socioambientais.

Dessa preocupação, surgem várias inovações de produtos e serviços, assim como processos de adequações dos pretéritos e tradicionais modelos de produção e consumo aos modelos mais próximos de um consumo consciente responsável socioambiental. Considerando tal contexto, Lozano, Carpenter e Huisingh (2015) apontam que há a necessidade de a sustentabilidade incorporar o processo produtivo das firmas, pois a sustentabilidade delas surge como alternativa às abordagens tradicionais e está mais focada em bens e serviços.

Por vez, Fenzl (2009) ressalta que há urgência em construir um modelo inovador com elementos operacionais capazes de medir concretamente a sustentabilidade de um processo de desenvolvimento. Assim, aposta-se na eco-inovação como a condição motora do fazimento da sustentabilidade, principalmente nas dimensões econômica, social e ecológica.

Nesse aspecto, a Comissão Europeia (2016) define que:

- A eco - inovação é qualquer inovação que se traduza num avanço importante no sentido do desenvolvimento sustentável, reduzindo o impacto dos nossos modos de produção no ambiente, reforçando a resiliência da natureza às pressões ambientais ou utilizando os recursos naturais de forma mais eficiente e responsável;
- A eco - inovação, ao promover novos processos, tecnologias e serviços que tornam as atividades econômicas mais ecológicas, ajuda a Europa a otimizar o seu potencial de crescimento e contribui, ao mesmo tempo para se encontrarem respostas para os desafios

comuns, como as alterações climáticas, a escassez de recursos e a diminuição da biodiversidade;

- A eco - inovação é também uma oportunidade para as empresas. Contribui para a redução de custos, abre portas a novas possibilidades de crescimento e reforça a imagem das empresas junto dos clientes.

Portanto, tem-se a eco – inovação como oportunidade disruptiva de vantagem competitiva das organizações. A sua operacionalização está relacionada com o modo de utilização dos recursos naturais e os padrões de produção e consumo. Para tanto, ainda conforme a Comissão Europeia (2016), a eco - inovação pode, assim, ajudar os países do bloco da União Europeia (UE), a conseguir uma eficiência acrescida na utilização dos recursos e um crescimento econômico ecológico.

Pecorari e Lima (2016) ressaltam que as empresas têm adotado a eco - inovação pautada na preocupação de sustentabilidade ambiental. Todavia, sinaliza-se que a eco – inovação, além de promover um processo educativo ambientalmente acerca da dinâmica pujante e exaustiva dos recursos naturais na produção de bens e serviços, também posiciona as empresas no mercado, a partir do compromisso ético com a diminuição do desperdício da produção e obtenção de vantagens competitivas, em consonância com a tendência crescente de mercados de consumo consciente, pressionados pelos movimentos socioambientalistas e regulamentos internacionais de proteção ao meio ambiente.

Destarte, em relação as empresas do setor de turismo, Varum et al. (2017) apontam que os aspectos relacionados com a eco – inovação têm sido pouco explorados e isto torna-se um desafio, uma vez que a regulação ambiental é imprescindível para que estas organizações eco – inovem e reconfigurem o setor, a partir da orientação da sustentabilidade para a eco – inovação.

Rocco (2014), em seus estudos, aponta que a eco - inovação no setor de turismo é incipiente no Brasil. Embora, como a autora destaca, o Brasil ser signatário de diversos acordos ambientais, inclusive promovendo cimeiras conferências ambientais e detentor de uma legislação ambiental mais avançada do mundo, o incentivo à eco – inovação ainda é pouco explorada em termos de legislação vigente. Todavia, ainda como reforça a autora, já há um esforço de diversas frentes (governamentais, privadas, sociais e de terceiro setor) no diálogo entre inovação e sustentabilidade.

Logo, verifica-se que o crescimento do setor de turismo sempre ocasionou uma preocupação com o meio ambiente, tanto do lado da oferta turística, no que diz respeito à formulação de estratégias para a gestão mais adequada às especificidades espaciotemporais dos territórios turísticos, como do lado da demanda turística, no sentido das motivações, das características e da sazonalidade dos fluxos turísticos.

Dessa maneira, é relevante para o planejamento e a gestão perceberem essas preocupações e tê-las como orientações, a fim de evitar os reflexos assimétricos de desenvolvimento, principalmente no contexto socioambiental, uma vez que as perspectivas futuras de sobrevivência do setor de turismo tendem a parametrizar o desenvolvimento sustentável como processo de desenvolvimento e inovação territorial.

Nessa direção, Hanai (2012) salienta que o desenvolvimento sustentável do turismo provoca e incentiva o desafio da sua aplicação numa forma de desenvolvimento mais responsável, direcionando a sua abordagem ao planejamento futuro, com esforços operativos e sistemáticos para consolidação dos princípios e aspirações da sustentabilidade.

Nisso, Matias e Mourato (2008) sinalizam que urge-se por perceber a complexidade da dinâmica do processo produtivo do turismo e os impactos ambientais no território, uma vez que os efeitos sobre o ambiente natural pode ser prejudicial e marginalizar a diversidade territorial, penalizando o desempenho da economia.

Então, percebe-se que o setor de turismo, estrategicamente, surge como uma alternativa econômica para o desenvolvimento (CUNHA, 2013; MATIAS, 2007; SINCLAIR; STABLER, 2009). Logo, o fomento sustentável do processo produtivo do turismo (GOSSLING; PEETERS, 2015) passa a ser estratégia de desenvolvimento para os territórios que o definiram em suas institucionalidades e agendas políticas.

Ainda, os autores apontam que o turismo é um sistema de crescimento dinâmico, caracterizado por números turísticos cada vez mais rápidos e que compreender suas contribuições passadas, atuais e futuras, em termos de séries históricas confiáveis para o uso global de recursos, é um requisito central para avaliações de turismo sustentável.

Nessa acepção, observa-se conforme a literatura, tanto nacional (FIGUEIREDO, 1999; RUSCHMANN, 1997) quanto internacional (CUNHA, 2013; MATIAS, 2007; MATIAS; MOURATO, 2008; SINCLAIR; STABLER, 2009), que o fomento da atividade provoca no território a produção e consumo de bens e serviços com significativos danos socioambientais. De fato, Ruschmann (1997) aponta que no turismo, urge-se por um planejamento condizente com a realidade socioambiental. Verifica-se, então, a relação sociedade e natureza numa perspectiva turística (CORIOLANO, 2007), como a diretriz para o fomento ético do planejamento e da gestão da cadeia de distribuição turística (CUNHA, 2013).

Para tanto, de acordo com Donilcar e Leisch (2008), Gossling e Scott (2012) e Sinclair e Stabler (2009), o delineamento de estratégias para o seu desenvolvimento de forma sustentável é necessário para o enquadramento do seu processo produtivo às exigências de um crescimento econômico atrelado a uma performance de equilíbrio socioambiental. Ainda, Gossling e Scott (2012) indicam que o planejamento de cenários é uma ferramenta gerencial importante para orientar a gestão do território turístico para o desenvolvimento sustentável.

Então, Matias (2007, p. 301) aponta que:

O ambiente, tal como o turismo, constitui uma preocupação recente na ciência econômica. Esta, habitualmente, só dedica toda a sua atenção aos fenômenos quando estes têm reflexos manifestos sobre o produto macroeconômico e, designadamente, quando os mesmos se expressam, por antecipação, ao nível da escassez de recursos. É exatamente esse o caso com o ambiente, o qual – além de fundamental à existência humana – constitui um recurso primário essencial para a atividade turística.

Nesse aspecto, pensar em termos de planejamento, economia e gestão do território para a prática da atividade turística requer considerar os efeitos desta práxis para o meio ambiente. Logo, compreende-se que as estratégias para o desenvolvimento sustentável de territórios turísticos são ações concebidas no âmbito da economia ambiental (CUNHA, 2013; MATIAS; MOURATO, 2008; MATIAS, 2007; SINCLAIR; STABLER, 2009) dada a forte dependência e interação do turismo com o meio ambiente.

Portanto, conforme os autores acima, tem-se a possibilidade de implementar e priorizar o processo de desenvolvimento turístico pautado na sustentabilidade, tais como: a conservação de recursos naturais; a mitigação de impactos ambientais; adequação dos serviços de organizações turísticas para o uso consciente dos

recursos naturais; a sensibilização da demanda turística quanto ao consumo consciente dos bens e serviços (DONILCAR; CROUCH; LONG, 2010), etc.

Matias (2007) e Matias e Mourato (2008) ainda reforçam a reflexão ao mencionarem que qualquer maneira de agressão ambiental eventualmente exercida pela atividade humana é objeto de preocupação por parte do setor de turismo.

Para tanto, o turismo na via para o desenvolvimento sustentável implica, necessariamente, no enquadramento e na premência da necessidade urgente da incorporação dos objetivos do desenvolvimento sustentável, nas etapas da constituição do seu processo produtivo, uma vez que estas etapas, prioritariamente, devem estar articuladas, conectadas e alinhadas às recomendações para a adequação do turismo aos padrões de certificações de produtos e serviços.

Vasconcelos e Lezana (2014) ressaltam que as certificações em turismo seguem a tendência mundial de estabelecimento de requisitos específicos para o desempenho no setor de serviços semelhante aos requisitos em normas de bens industriais. Dessa maneira, é relevante perceber essas preocupações e tê-las como orientações, a fim de evitar os reflexos assimétricos de desenvolvimento, principalmente no contexto socioambiental.

Logo, as perspectivas futuras de sobrevivência do setor de turismo tenderão a qualificar o desenvolvimento sustentável como parâmetro de inovação territorial. Isso implica em considerar a sustentabilidade como uma variável importante no processo produtivo do turismo. Então, tem-se um desafio para as institucionalidades turísticas, que deverão planejar estratégias para a gestão da sustentabilidade no processo produtivo do turismo.

Nessa acepção, a partir da preocupação quanto à capacidade de suporte e a manutenção dos recursos naturais para as próximas gerações, muito presentes nas inúmeras discussões, desde a década de 1970 sobre o desenvolvimento sustentável (FENZL, 2009), o turismo passou a ser visto com mais atenção, principalmente no que tange ao consumo e descarte dos seus elementos compósitos, que intrinsecamente estão ligados aos recursos naturais.

Então, conforme Donilcar e Leisch (2008), Farmaki (2015), Gossling e Peeters (2015), Gossling e Scott (2012), Saarinen (2014), Ruhanen (2013), Bramwell (2015), Hall (2013), Castellani e Sala (2010), entre outros, surgem reflexões acerca do lugar e do papel do turismo dentro do planejamento e da gestão de institucionalidades voltadas ao possível desenvolvimento sustentável dos territórios turísticos.

Assim, a partir da formulação de estratégias para o desenvolvimento pautadas nas especificidades locais de cada território, o turismo tende a interagir às novas configurações territoriais. Logo, no turismo verifica-se essa interação a resultar em uma autocorrelação de redes representada espacialmente por meio da conectividade entre a demanda e a oferta turísticas, uma vez que as características do território, de acordo com Matias (2007), são importantes para a performance econômica do turismo.

De fato, como enfatiza Cavaco (2013), os conspectos de territorialidades e territórios turísticos estão sempre em conjunto, porque há sempre a conexão, quer seja de apropriação numa lógica de estabelecimento de relações de tensão, conflitos e/ou poder, quer seja de ordenamento, numa lógica de valorização territorial e a delinear uma dinâmica socioeconômica com o mínimo de impactos ambientais.

Nesse contexto, de acordo com Donilcar e Leisch (2008), Farmaki (2015), Gossling e Peeters (2015), Gossling e Scott (2012), Saarinen (2014), Ruhanen (2013), Bramwell (2015), Hall (2013), Castellani ; Sala (2010), tem-se no processo produtivo do turismo uma forte concentração de consumo energético de recursos naturais, tanto do lado da demanda turística, por meio do aumento exponencial do número de viajantes em determinado período turístico sazonal, como do lado da oferta, por meio da prestação de serviços de meios de hospedagem, alimentação, transportes etc., que ainda está aquém de adequação às medidas conservacionistas necessárias para a sustentabilidade do serviço turístico.

Nisso, percebem-se os impactos ambientais significativos no território turístico decorrentes da forte concentração de consumo energético de recursos naturais, tanto do lado da demanda, por meio do aumento exponencial do número de visitantes em determinado período turístico sazonal, como do lado da oferta, por meio da prestação de serviços de meios de hospedagem, alimentação e transporte que ainda está aquém de adequação às medidas conservacionistas necessárias para a sustentabilidade do serviço turístico.

Conforme orienta Cunha (2013), acerca do aumento da demanda turística, observa-se que a estada temporária e sazonal dos viajantes, agregada à estada permanente dos residentes, provoca um aumento considerável da população - temporária e permanente - que desencadeia uma deficiência na prestação da demanda por energia hídrica e elétrica. Isso ocasiona as falhas e os conhecidos “apagões” de energia elétrica e água, prejudicando, principalmente, os residentes.

Nessa direção, urge-se por redimensionar e enquadrar o conceito de desenvolvimento sustentável no processo produtivo do turismo, assim como formular indicadores para a medição da sustentabilidade (FARMAKI, 2015; LEISCH, 2008; GOSSLING; PEETERS, 2015; GOSSLING; SCOTT, 2012; SAARINEN, 2014; RUHANEN, 2013; BRAMWELL, 2015; HALL, 2013; CASTELLANI; SALA, 2010), a fim de orientar a tomada de decisão para a implementação de estratégias adequadas ao consumo mais próximo de uma eficiência energética de recursos naturais que possa salvaguardar um modelo de desenvolvimento no presente e sem prejudicar a capacidade de sustentação da biodiversidade no futuro para as próximas gerações (FENZL, 2009; BURGENMEIER, 2009).

Portanto, o desafio para as institucionalidades é planejar e gerenciar políticas públicas eficazes que possibilitem a criação de cenários sustentáveis apropriados para o fazimento da produção do turismo (GOSSLING; SCOTT, 2012), principalmente em realidades tardias e periféricas de desenvolvimento, que ainda padecem de uma melhor definição de políticas públicas de preservação e conservação ambiental, a exemplo da Amazônia Brasileira, onde a questão ambiental ainda é vulnerável às práticas conflituosas da propriedade em torno dos recursos naturais.

Nesse sentido, arrisca-se indicar o turismo como uma possibilidade de modelo de desenvolvimento com capacidade de medir a sustentabilidade (DONILCAR; LEISCH, 2008; FARMAKI, 2015; GOSSLING; PEETERS, 2015; GOSSLING; SCOTT, 2012; SAARINEN, 2014; RUHANEN, 2013; BRAMWELL, 2015; HALL, 2013; CASTELLANI; SALA, 2010; CUNHA, 2013, GOSSLING, 2015; MATIAS, 2007; MATIAS; MOURATO, 2008; SINCLAIR; STABLER, 2009) e, com isso, promover o desenvolvimento sustentável.

Esse processo está articulado a uma cadeia produtiva a favor de uma rede de protagonistas para a implementação de produtos e serviços que, em certo sentido, em conformidade com Matias (2007, p. 179), apresenta-se como uma indústria:

o produto turístico, para surgir enquanto tal, passa por um processo de transformação que é em tudo semelhante ao que acontece nas indústrias tradicionais, desde a obtenção da matéria-prima até ao resultante produto final.

Destarte, verifica-se que as questões socioambientais correlacionadas ao turismo como um processo produtivo de desenvolvimento, principalmente em recortes



espaçiotemporais considerados tardios e periféricos de capitalismo, ainda são hiatos, no tocante à condição de alargar as possibilidades de novas estratégias para um turismo com abordagem regional sem gerar um efeito nocivo ao território, quer queira com a desestruturação do processo produtivo existente com a decadência das atividades econômicas tradicionais, quer queira com a fragmentação do tecido social com a nulidade das relações de capital social.

A considerar tal contexto, percebe-se que há a urgência em construir um modelo inovador com elementos operacionais capazes de medir concretamente a sustentabilidade de um processo de desenvolvimento turístico. Cunha (2013, p. 399) sublinha que “não é o desenvolvimento turístico que provoca sobrecarga turística, mas sim o seu crescimento desadequado e desequilibrado”.

Assim, o fomento sustentável do processo produtivo do turismo passa a ser estrategicamente dimensionado para compatibilizar com as institucionalidades de desenvolvimento pautadas na definição clara de estratégias para o planejamento e a gestão sob a ótica do desenvolvimento sustentável. Então, tem-se a possibilidade de implementar e priorizar um modelo que leve em consideração o processo de desenvolvimento turístico pautado na sustentabilidade do desenvolvimento.

Dessa maneira, tem-se um desafio para as institucionalidades turísticas, que deverão planejar estratégias para a gestão da sustentabilidade no processo produtivo do turismo. Assim, a partir da formulação de estratégias para o desenvolvimento pautadas nas especificidades locais de cada território, o turismo tende a se enquadrar e a se adaptar às novas configurações territoriais, haja vista, segundo Cavaco (2013), que os conspectos de territorialidades e territórios turísticos estão sempre em conjunto.

Nesse contexto, os processos pelos quais o turismo passou e passa na sociedade evidenciam uma aderência para a produção capitalista de mercadorias turísticas com a função de conectar e de retroalimentar as relações de consumo, quer queira do lado da demanda, quer queira do lado da oferta. Entretanto, Sinclair e Stabler (2009) ressaltam que antes das discussões mais consistentes acerca de desenvolvimento sustentável, a produção e o consumo turísticos eram feitos com sobrecarga e saturação sobre o ambiente socialmente construído, ultrapassando o limiar permitido de manutenção e renovação dos recursos naturais.

Nota-se, como Saarinen (2014) enfatiza, que desde os anos noventa do século passado, as políticas públicas de turismo contemplavam mais as causas e os efeitos da prática do turismo decorrentes do excesso contingencial de demanda turística e seus reflexos nos visíveis impactos ambientais. Segundo Sinclair, Stabler (2009, p. 192), “na prática, o combate aos problemas ficou predominantemente restrito a iniciativas limitadas de alguns setores do turismo, em especial o setor de hotelaria”.

De fato, depara-se e vê-se isso, com veemência, no exame da literatura internacional (MOWFORTH; MUNT, 1998; WAHAB, 1997), que aponta o recorte temporal dos anos de 1980 e 1990 como o indicativo das causas e efeitos acerca dos impactos ambientais causados pela prática do turismo de caráter massivo contingencial.

Todavia, como destaca Gossling e Peeters (2015), a perspectiva da sustentabilidade para o desenvolvimento turístico não se restringe somente ao setor de meios de hospedagem e tampouco somente ao ambiente natural. Percebe-se que o ambiente sociocultural também é vulnerável e por essa razão, há a necessidade de introduzir as questões referentes à sustentabilidade.

Verifica-se que o turismo ainda padece de políticas públicas estrategicamente orientadas à tomada de decisão por meio da avaliação do ambiente socialmente construído pelo e para o turismo. Assim, é imprescindível perceber a sua dinâmica de crescimento econômico e suas relações estabelecidas no território, principalmente sob a luz da avaliação econômica dos seus recursos turísticos, que em conformidade com Cunha (2013, p. 404):

A necessidade de garantir o desenvolvimento sustentável do turismo levanta o problema da determinação do valor dos recursos naturais, em particular, das paisagens e de outros recursos turísticos que constituem motivo de deslocação das pessoas. É a determinação do seu valor que permite justificar a decisão de proteção de um certo espaço natural e não de outro ou escolher os espaços a proteger. As intervenções no sentido da proteção dos espaços ou no sentido da sua valorização, bem como a decisão da sua não utilização, têm um custo que é justificável pelo seu valor. Põe-se, porém, o problema de encontrar um método de avaliação que tenha em conta os múltiplos aspetos do valor de um recurso natural.

Nessa direção, urge-se por redimensionar e enquadrar o conceito de desenvolvimento sustentável no processo produtivo do turismo, assim como persistir na formulação de indicadores para a medição da sustentabilidade (CORDEIRO; LEITE; PARTIDÁRIO, 2010), a fim de orientar a tomada de decisão para a

implementação de estratégias adequadas a uma eficiência racional dos recursos turísticos - ambiental e cultural - que possam salvaguardar um modelo de desenvolvimento no presente sem prejudicar a capacidade de sustentação da biodiversidade e da diversidade cultural no futuro, para as próximas gerações (FENZL, 2009; BURGEMEIER, 2009).

Nessa perspectiva, verifica-se que o crescimento vertiginoso e, às vezes, à revelia do processo de um desenvolvimento sustentável do turismo, despertou o interesse de organizações internacionais em formular princípios normativos, a fim de orientar o planejamento e a gestão do turismo nos países sob a égide da sustentabilidade para o desenvolvimento.

Então, a Organização das Nações Unidas (ONU) reconhece a importância do turismo para os países, principalmente, dimensionado nas vertentes ambientais, sociais e econômicas. Para tanto, ela designou, em assembleia geral, o ano de 2017 como o ano internacional do turismo sustentável para o desenvolvimento. A ONU reconhece que o turismo para o desenvolvimento sustentável promove uma melhor compreensão entre os povos de todas as partes, pois conduz à consciência da riqueza do patrimônio das diversas civilizações e leva a uma melhor apreciação dos valores inerentes das diversas culturas, contribuindo, assim, com o fortalecimento da paz no mundo.

Destaca-se que a ONU, em 04 de dezembro de 2015, aprovou a deliberação do ano de 2017 como o Ano Internacional do Turismo Sustentável para o Desenvolvimento. Esta decisão se soma ao reconhecimento por parte dos líderes mundiais na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (RIO +20) de que o turismo bem concebido e bem gerenciado pode contribuir para as três dimensões do desenvolvimento sustentável, criar empregos e gerar oportunidades comerciais.

Ademais, esta decisão de designar 2017 como o Ano Internacional do Turismo Sustentável para o Desenvolvimento chega em um momento particular importante em que a comunidade internacional adota a nova agenda 2030 e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), aprovados na Assembleia Geral das Nações Unidas. Logo, o turismo figura nas metas de três objetivos dos ODS, que são: Objetivo 8, que busca promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e trabalho decente a todos; o Objetivo 12, que tem o propósito da produção e consumo sustentáveis; e o Objetivo

14, que enseja conservar e utilizar, sustentavelmente, os oceanos, os mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.

A seguir, Cunha (2013, p. 400) destaca que:

De acordo com a OMT, a sustentabilidade de turismo tem de ser entendida segundo três princípios fundamentais:

- Sustentabilidade Ecológica: que assegura que o desenvolvimento é compatível com a manutenção dos processos biológicos essenciais, a biodiversidade e os recursos biológicos. É o princípio da precaução;
- Sustentabilidade Social e Cultural: princípio que assegura que o desenvolvimento aumenta o controlo das pessoas sobre os seus próprios destinos, é compatível com a cultura e os valores das comunidades afetadas e mantém e fortalece a identidade destas. É o princípio da participação;
- Sustentabilidade Económica: princípio que assegura que o desenvolvimento é economicamente eficiente e os recursos são geridos de tal forma que fica garantida a sua utilização pelas gerações futuras. É o princípio da solidariedade.

Então, coerente com esses princípios, considera-se que o processo da sustentabilidade para o desenvolvimento turístico deve propor uma articulação hierarquizada e conectada entre estas convicções em busca do equilíbrio no processo de desenvolvimento e conciliar, de forma crucial e desafiadora, as vertentes económicas, sociais e ambientais. Sobre isso, Cunha (2013, p. 401) esclarece que:

Resulta da Carta de Turismo Sustentável adotada em 1995 pela Conferência Mundial do Turismo Sustentável, a qual menciona que o desenvolvimento turístico deve fundamentar-se sobre os critérios de sustentabilidade, isto é, tem de ser suportável ecologicamente a longo prazo, viável economicamente e equitativo na perspectiva ética e social para as comunidades locais, mas ao mesmo tempo, terá de contribuir para o desenvolvimento sustentável, integrando-se no quadro natural, cultural e humano, devendo respeitar os frágeis equilíbrios que caracterizam muitos destinos turísticos.

Portanto, o turismo apresenta-se como uma alternativa possível de modelo de desenvolvimento equilibrado e sustentável, entretanto, desde que haja parâmetros para a sua operacionalização. Assim, entende-se que a sustentabilidade na perspectiva do desenvolvimento turístico deverá readequar o modo de produção e consumo ao introduzir ferramentas para a gestão, a mediar e dirimir as possíveis tensões entre as dimensões económicas, sociais e ecológicas. De acordo com Cunha (2013), uma estratégia de sustentabilidade é uma gestão para a tensão entre os polos económico, social e ecológico.

Farmaki (2015) ressalta que o processo da sustentabilidade para o crescimento e desenvolvimento turístico é uma construção perenemente de agendas políticas a fim de reunir as orientações metodológicas necessárias ao fortalecimento de redes de atores sociais, uma vez que há a necessidade de ser construída, de maneira relacional, coletivamente, a participação dos atores sociais responsáveis pelo planejamento e gestão.

Nessa perspectiva, Castells (1999) ressalta que as redes se tornaram a forma organizacional predominante em todos os campos de atividades humanas. O autor ainda afirma que a rede busca a identidade, tanto individual quanto coletiva, atribuída ou construída, para se tornar a fonte básica de significado social.

Nessa acepção, Borges, Eusébio e Carvalho (2014) apontam que tem-se a questão do capital relacional como ferramenta importante para a gestão da sustentabilidade no turismo, uma vez que o processo de participação dos atores sociais é imprescindível para a garantia de deliberação nas arenas políticas por meio da ação coletiva articulada nas instâncias de governança. Pode-se designar o capital relacional a partir do conceito de capital social construído por Putnam (2002), para quem é a capacidade de articulação de uma rede de confiança, comunicação e reciprocidade entre os pares.

A considerar-se essa perspectiva, Farmaki (2015) aponta que o envolvimento participativo dos atores sociais, a nível de co e autogestão no planejamento e na gestão, precisa ser mais incentivado, no sentido de criar e fortalecer as bases afetivas e psicossociais nos relacionamentos, a fim do estabelecimento dos laços de comunicação, de confiança e de sensibilidade acerca do papel e do lugar de cada protagonista no processo de construção de agendas de ações de desenvolvimento sustentável para a sustentabilidade do desenvolvimento turístico.

Nesse contexto, é um desafio, mas não impossível, parametrizar o turismo para a sustentabilidade, uma vez que tanto o turismo como a sustentabilidade são complexos, enquanto instrumentos para o planejamento e a gestão. De fato, isso exige a ruptura com os pretéritos modelos de desenvolvimento que historicamente privilegiaram a competição e a maximização das receitas em detrimento à cooperação, à partilha das receitas e à preocupação com a escassez dos recursos naturais e com a diversidade cultural.

Dentro de tal perspectiva, o enquadramento do turismo para a sustentabilidade do desenvolvimento carece de um rigor em todas as etapas do fomento e, principalmente, por meio da ação coletiva dos protagonistas pelo fomento do turismo (BORGES; EUSÉBIO; CARVALHO, 2014; FARMAKI, 2015). Isso designa verificar e avaliar as demandas adequadas às especificidades de cada realidade turística. Com isso, tenta-se alargar as possibilidades de cenários sustentáveis (GOSSLING; SCOTT, 2012) nas inúmeras experiências de turismo pelo mundo afora.

No entanto, sabe-se da limitação da praticidade, até mesmo pelo fato de a heterogeneidade na composição do processo produtivo do turismo contribuir para que a adoção de medidas seja feita de maneira mais individualizada, uma vez que as institucionalidades ainda estão a adequar as suas políticas de acordo com as normativas oficiais acerca de sustentabilidade para o turismo.

Para tanto, Farmaki (2015) salienta que o nível de articulação e conexão da ação coletiva dos protagonistas pelo fomento do turismo é fundamental para o estabelecimento das redes, a fim de gerir o processo produtivo do turismo conforme as tendências atuais de delinear produtos e serviços competitivos dentro de uma ótica de cooperação e solidariedade com os recursos naturais e culturais que possam ser economicamente viáveis, ecologicamente corretos e socialmente responsáveis pela justiça social e conservação do patrimônio cultural, a revelar a responsabilidade socioambiental, bem como certificar as melhores práticas de um turismo sustentável e responsável a partir da preocupação com os recursos turísticos para as próximas gerações.

Nesse sentido, a criação de instrumentos de apoio à tomada de decisão quanto ao compromisso e à responsabilidade socioambiental da produção e consumo do setor de turismo faz-se necessária, a fim de medir o nível de sustentabilidade para, com isso, delinear produtos e serviços certificados de qualidade de melhores práticas sustentáveis de turismo, cooperando com o mercado consciente de economia criativa para a sustentabilidade do desenvolvimento.

Gossling e Peeters (2015) e outros analisaram estratégias de sustentabilidade turística para fins de planejamento e gestão das possibilidades do turismo sustentável. Como atividade produtiva, o turismo necessita ser avaliado para medir os impactos, tanto positivos como negativos e verificar a tomada de decisão mais adequada para a readequação.

Nesse contexto, a avaliação torna-se uma estratégia importante neste processo, pois conforme Cordeiro, Partidário e Leite (2009), é somente por meio da avaliação que há como saber se os resultados esperados foram alcançados. Ainda, Cordeiro, Partidário e Leite (2009, p. 538) salientam que:

Considera-se que as iniciativas de avaliação da sustentabilidade do turismo adotem uma visão sobre o desenvolvimento sustentável; estabeleçam um processo de comunicação efetiva com as partes interessadas; sejam capazes de fornecer informações relevantes ao processo de tomada de decisão; possibilitem a participação pública e; sejam capazes de se adaptar às novas circunstâncias, tenderão a lograr êxito.

De fato, conforme os autores, o processo de avaliação torna-se importante por meio da utilização de ferramentas específicas para mensurar a sustentabilidade no turismo. Ainda, Cordeiro, Leite e Partidário (2010) enfatizam que em meio às muitas iniciativas existentes de delineamento de mecanismos de avaliação para a sustentabilidade, pode-se destacar os “Princípios de Bellagio” (HARDI; ZDAN, 1997), que, segundo os autores, é um guia de melhores práticas para a formulação de ferramentas de sustentabilidade.

Ressalta-se, em conformidade com os autores, que os “Princípios de Bellagio” não são orientados especificamente para o turismo, no entanto, segundo Ko, 2005 (apud CORDEIRO; LEITE; PARTIDÁRIO (2010), podem ser perfeitamente aplicáveis ao processo de avaliação da sustentabilidade da atividade.

Contudo, percebe-se que o processo de sustentabilidade do turismo não é uma mera política paliativa e descontínua, e sim, um processo sério que tenta amenizar os impactos antropocenos nos recursos naturais. Logo, em conformidade com Cordeiro, Partidário e Leite (2009), para a sustentabilidade do turismo ser efetiva, é preciso que haja mecanismos preparados para avaliar se a mesma está de fato ocorrendo e isto pressupõe a existência de ferramentas robustas de análise de sustentabilidade, uma vez que, atualmente, ela é uma necessidade para um futuro comum.

A exemplo, Cordeiro, Leite e Partidário (2010) analisaram os seguintes instrumentos para avaliar a situação específica da sustentabilidade no turismo: i. Sistema de Indicadores da OMT; ii. Core Set Indicators of Sustainable Tourism da Agência Europeia de Estatística (EUROSTAT); iii. Destination Scorecard do National Geographic Traveler; iv. Barômetro de Sustentabilidade do Turismo; v. Pegada Ecológica do Turismo.

O Sistema de Indicadores da OMT tem como objetivo apoiar os gestores do turismo a obter e usar a melhor informação possível como suporte para uma tomada de decisão que observe o desenvolvimento sustentável do turismo. A prosseguir, tem-se o Core Set Indicators of Sustainable Tourism da EUROSTAT, que trata de uma compilação dos indicadores mais frequentes utilizados em outros sistemas de indicadores sobre turismo sustentável. Logo em seguida, tem-se o Destination Scorecard, com o objetivo de avaliar a sustentabilidade de destinos turísticos com base em seis critérios que analisam 115 destinos turísticos mundialmente conhecidos.

Os autores destacam que os seis critérios são: i. A qualidade ambiental e ecológica do destino; ii. A integridade social e cultural; iii. As condições do patrimônio construído (arqueológico, histórico e estruturas existentes); iv. A atratividade estética (tanto do patrimônio natural como do construído); v. A qualidade da gestão turística especificamente as características do desenvolvimento turístico como: os benefícios para a população local; informação aos turistas sobre o local e o seu papel nesse destino; e vi. A perspectiva futura para o destino em termos de sustentabilidade, tendo em consideração as práticas dominantes.

A seguir, o Barômetro de Sustentabilidade do Turismo é uma ferramenta que combina duas dimensões fundamentais: o ecossistema e o sistema humano. Ele é adaptado, segundo os autores, por Ko (2001, 2005) do já conhecido Barômetro de Sustentabilidade desenvolvido originalmente por Prescott-Allen. Por fim, a Pegada Ecológica do Turismo que é uma ferramenta alicerçada na ideia de que a sustentabilidade de determinado território decorre da capacidade que o mesmo possui em produzir recursos e absorver resíduos.

No Brasil, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) lançou as normas brasileiras (NBR), NBR 15401 e NBR 16534, referentes à avaliação do turismo sustentável, especificamente relacionadas às organizações turísticas de meios de hospedagem. A NBR 15401 é a norma brasileira correspondente ao sistema de gestão da sustentabilidade. De acordo com ABNT (2014, p. vi):

A abordagem da normalização da sustentabilidade do turismo e a decorrente possibilidade de implementar um sistema de certificação dos meios de hospedagem que aplica a(s) norma (s) relacionada (s) partem do estabelecimento de requisitos de desempenho para as dimensões da sustentabilidade – ambiental, sociocultural e econômica – os quais são suportados por um sistema de gestão da sustentabilidade. Este sistema de gestão proporciona uma base estável, coerente e consistente para o



alcance do desempenho sustentável dos meios de hospedagem e a sua manutenção.

Logo, isso implica em considerar a sustentabilidade como uma variável importante no processo produtivo do turismo. Ainda, ABNT (2014, p. 1):

Esta norma especifica os requisitos relativos à sustentabilidade de meios de hospedagem, estabelecendo critérios mínimos específicos de desempenho em relação à sustentabilidade e permitindo que um meio de hospedagem formule uma política e objetivos que levem em conta os requisitos legais e as informações referentes aos impactos ambientais, socioculturais e econômicos significativos.

Por vez, a NBR 16534 é a norma brasileira relacionada aos indicadores para o sistema de gestão da sustentabilidade. Segundo ABNT (2016, p. 1):

Esta norma especifica exemplos de indicadores para um sistema de gestão da sustentabilidade em meios de hospedagem, permitindo que um meio de hospedagem monitore e reporte os resultados referentes aos impactos ambientais, socioculturais e econômicos significativos. Destaca-se que os exemplos de indicadores apresentados nesta Norma são modelos que podem ser adequados aos meios de hospedagem conforme a estratégia da empresa, levando em consideração, principalmente, a compatibilidade com a legislação aplicável, bem como seu porte, tipo, localização geográfica e condições culturais e sociais.

Portanto, é um desafio para as institucionalidades e organizações turísticas planejar e gerenciar políticas eficazes que possibilitem ir para a via de cenários sustentáveis (GOSSLING, SCOTT, 2012) apropriados para o fazimento da produção do turismo, principalmente em realidades tardias e periféricas de desenvolvimento, que ainda padecem de uma melhor definição de políticas públicas de preservação e conservação ambiental, pois na contravia da distribuição espacial do turismo no território, existem incidências de processos diferenciados, heterogêneos e anamórficos de apropriação dos recursos naturais para fins turísticos.

### **3. 5 A água na via para o desenvolvimento sustentável do turismo**

A água é um recurso natural importante para o planeta terra. É um bem precioso que não pode ser desperdiçado. De conformidade com Siegel (2017), desde os tempos bíblicos, a água já era mencionada como um bem sagrado, cuja a própria bíblia hebraica dava orientações sobre como pensar a respeito. Ainda, Siegel

(p. 13, 2017)<sup>16</sup> menciona o episódio bíblico que “numa das cenas mais famosas da bíblia, no meio da perambulação do povo de Israel, Moisés bate numa rocha, procurando por água fresca para beber – e flui um quantidade copiosa”.

A partir desta passagem bíblica, entende-se que o papel de Moisés, como guia divino, era prover a água. Então, tem-se a água como um ente imperioso desde os primórdios, que para Israel, a água tem uma representatividade importante em termos de segurança hídrica.

Nessa perspectiva, compreende-se atualmente a preocupação mundial com a água, uma vez que os recursos naturais historicamente (FOSTER, 2010; THOMPSON, 1998; MARX, 1982) são apropriados e cercados com vistas ao processo seminal de crescimento econômico. Então, o modelo societal de modernidade caracterizado pelo modo de produção capitalista (FOSTER, 2010, MARX, 1982) com forte concentração de atividades industriais é o mais usado e replicado na sociedade.

Assim e como menciona Thompson (1998), a natureza como fator de produção, a qual a apropriação e o cercamento descortinam um cenário de escassez, esgotamento e de limites para a exploração dos bens naturais comuns. Logo, a questão crucial é saber como conciliar, dentro desse atual modelo societal, a prossecução do crescimento econômico de produção e consumo com as necessidades atuais de preservação e conservação ambiental na perspectiva do uso e consumo racional de água.

Desse modo, conforme Costa (2015), Ravena (2006) e Ravena (2012), a água é um recurso natural vital e essencial para a manutenção dos ecossistemas. Ravena (2006) aponta a existência de uma polissemia na definição do acesso à água. Remete-se a reflexão de que não há consenso sob qual princípio a água deve ser regulada, uma vez que ela é marcada em vários documentos, ora como bem público, recurso comum, ora como bem econômico. É interessante perceber, conforme ainda Ravena (2006, p. 85) que:

Nos diversos contextos que envolvem a utilização desse recurso, a interação entre quem irá utilizar a água, as quantidades, a qualidade, as externalidades e os desdobramentos decorrentes da utilização são

---

<sup>16</sup> A obra “Faça-se a água” narra como Israel desenvolveu sua sofisticada maneira de lidar com a água em uma história que começou antes mesmo de sua independência. Aponta que o planejamento hídrico e as soluções tecnológicas têm sido centrais em cada estágio de desenvolvimento do país e que mesmo antes de se tornar uma usina geradora de água, Israel usou seu *know-how* hídrico para contribuir com o estabelecimento de relações ao redor do mundo (SIEGEL, p. 7, 2017).

interpretados sob óticas diversas. Transitando entre o utilitarismo mais arcaico e a concepção moderna de *Common Pool Resources*, a polissemia atravessa as reflexões sobre a utilização desse recurso, cuja escassez nas próximas décadas parece inexorável.

Logo, urge-se por marcar um conceito que defina a água a partir do princípio de recurso vital e inserida no contexto universal comum. Costa (2015) sinaliza que a água é uma problemática da dinâmica urbana, tanto relacionada aos aspectos do consumo/uso como aos aspectos da disponibilidade acerca do saneamento ambiental. Para a autora, a água representa formas múltiplas de exercício de poder, de ocupação do espaço e de apropriação de seus recursos e, por isso é locus de tensão e competitividade.

Nessa perspectiva, Costa (2015) aponta que os fluxos da água foram pensados com base na teoria do ciclo hidrossocial da água de Swyngedouw (2004). Para Costa (2015), Swyngedouw (2004) elegeu a água como um fio condutor, a partir do qual seria possível revelar uma série de relações sociais que perpassam processos espaciais de diferentes ordens. Esta teoria conota a água a partir de uma teia de relações sociais estabelecidas no território, cujo cerne é o processo de relações de poder. Nisto, a água percorre vias para conduzir estas relações e (re) configurar a paisagem urbana, a produzir os constrangimentos socioambientais.

Portanto, destaca-se os prolegômenos reflexivos de Morin (2016), Boelens et al. (2016); Costa (2015); Ravena (2006); Ravena (2012); Jacobi (2009), Tundisi (2006) e Fracalanza (2005). Estes autores apontam que os recursos hídricos evidenciam a necessidade de tomada de decisão partilhada e mudança de comportamento socioeconômico. Ainda os autores, corroboram ao sinalizar que se urge por uma articulação de atores sociais em torno do fortalecimento de novas institucionalidades a favor da construção democrática e participativa da problemática da água.

Logo, a água é um elemento imprescindível para a sobrevivência dos seres humanos e considerada motriz importante para alavancar, em conformidade com Foster (2010), o processo produtivo do modo de produção capitalista por meio da metamorfose entre a natureza e a sociedade (MARX, 1982). Nesta direção, Morin (2016) e Fracalanza (2005) apontam que a água tornou-se uma mercadoria e Morin (2016) ainda destaca que ela serve cada vez mais de parada geopolítica e geoestratégica entre Estados.

De fato, Fracalanza (2005) aponta que a água historicamente é um imperativo desenvolvimentista entre os países. Verifica-se que o aumento da população, o desenvolvimento urbanístico das cidades, a expansão das atividades agrárias, industriais e comerciais e o acesso aos bens de consumo favorecido pelo progresso material e bem estar da sociedade capitalista são indicadores que evidenciam os problemas ambientais relacionados ao uso e disponibilidade de água. Tais contextos, ainda conforme a autora, denotam a água como mercadoria (MARX, 1982) neste recorte produtivo capitalista.

Para tanto, Ravena (2012) aponta que a água é o suporte essencial dos ecossistemas e um recurso comunal (THOMPSON, 1998) natural agregado de valoração econômica, ambiental e social, que ao longo dos tempos, é utilizada como fator de produção no sistema capitalista (FOSTER, 2010; MARX, 1982). Nota-se que a sua crescente escassez e a pressão constante abrupta das atividades econômicas sobre ela são pegadas que corroboram para a necessidade da discussão e reflexão interdisciplinar acerca da importância de encontrar, conforme Morin (2016), a via para o futuro da humanidade.

Nesse contexto, o problema da água ameaça a sobrevivência humana e integra a pauta das agendas e arenas políticas dos países. A água tornou-se limitada ao nível global e local (MORIN, 2016) e urge-se por encontrar soluções inteligentes que contemplem todas as problemáticas em torno dos constrangimentos ambientais provocados pelo demasiado uso e consumo.

Ravena (2012, p. 60) salienta que:

A regulação dos usos da água foi delineada em uma arena recentemente criada cuja saliência é proporcional à complexidade que perfila este recurso natural tanto do ponto de vista físico, quando considerada a interdependência que o caracteriza, quanto do ponto de vista da dinâmica dos atores que o acessam. Portanto, sua *rationale* é distinta daquelas cuja lógica remete à prestação e à utilização de serviços. O acesso e o uso de um recurso natural como a água envolve estratégias e assimetrias de informação entre os autores que formularam esta arena. Tais mecanismos são marcadamente diferentes daqueles empreendidos na regulação de serviços.

Dessa maneira, como sinalizam Jacobi (2009) e Fracalanza (2005), a problemática da água evidencia a necessidade de um posicionamento estratégico compartilhado entre instituições públicas e privadas e sociedade em geral. Ressalta-se que a mudança de comportamento socioeconômico é uma condição para o processo de

co-criação de estratégias de desempenho ambiental para a sustentabilidade deste recurso natural.

Tundisi (2006) destaca que o ciclo hidrológico, assim como a quantidade e qualidade da água sofrem ameaças permanentes decorrentes do uso excessivo para diversas atividades humanas. Esta pressão antrópica, ainda conforme o autor, refere-se as águas superficiais e subterrâneas, que são consideradas reservas importantes e substanciais de águas em considerados territórios do planeta. Ainda, Tundisi (2006) afirma que o ciclo hidrológico foi alterado para o ciclo hidrossocial (SWYNGEDOUW, 2004) e refere-se a todas as atividades humanas relacionadas com o ciclo da água. Para o autor, o ciclo hidrossocial da água é a expressão da atividade humana no ciclo hidrológico.

A considerar a assertiva acima, Morin (2016) corrobora ao destacar que a água converte-se do estado de recurso comunal natural (THOMPSON, 1998) para o estado de bem privado ou melhor, torna-se um bem econômico para o abastecimento do modo de produção capitalista. A mercadoria (MARX, 1982) “água” impõe a necessidade de uso intensivo para a retroalimentação do processo produtivo. Nisso, percebe-se que ela está fadada a tornar-se rara, a direcionar-se estrategicamente para ser regulada pelo e para o mercado. Então, tem-se um bem comum (THOMPSON, 1998) na via trágica e real para a privatização do consumo.

Não obstante, adverte-se que comprometer o seu ciclo hidrológico por meio de restrições e estrangimentos socioambientais para o empoderamento do crescimento econômico (MORIN, 2016; BOELEN, 2016; COSTA, 2015; TUNDISI, 2014; CASTRO et al., 2014, RAVENA, 2012; RAVENA, 2006; JACOBI, 2009; TUNDISI, 2006; FRACALANZA, 2005) é agir com austeridade e expropriação do direito cidadão ao seu acesso e do direito do ambiente de autosustentar-se.

Para tanto, a literatura pertinente da água, mencionada acima, orienta que a solução para a problemática agravante e crescente da pressão antrópica sobre os recursos hídricos deverá estar focada no desenvolvimento de mecanismos e instrumentos eficazes de planejamento e gestão. Nisso, têm-se dispositivos legais, a exemplo da Lei nº 9433 de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) e cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SNGRH).

A respeito da PNRH, tem-se a considerar, conforme o artigo 1º, inciso V, que a bacia hidrográfica é a unidade territorial para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Assim sendo, a política pública da água perpassa pela dinâmica das bacias hidrográficas, uma vez que esta unidade territorial abarca as demandas advindas das pressões antrópicas. Pensar a via para uma outra política de uso e acesso da água é imperioso para o futuro da humanidade (MORIN, 2016).

Nessa acepção e de acordo com Tundisi (2006), o desenvolvimento de sistemas adequados de gestão, a criação de dinâmicas de inovações tecnológicas voltadas ao meio ambiente e a adoção de medidas de desempenho ambiental nas organizações tendem a ser a via para a configuração inteligente de soluções. Entretanto, sabe-se do contexto histórico assimétrico de desenvolvimento econômico dos países que ainda padecem de uma cultura de comportamento socioeconômico mais sensível em relação ao esgotamento e rarefação dos recursos naturais.

Ainda, Tundisi (2006) sinaliza que a gestão da água deve ser feita por bacias hidrográficas e que os usos da água no contexto urbano devem ser estritamente controlados, a fim de evitar a escassez e a apropriação exclusiva para o uso comercial em detrimento do uso coletivo residencial. Contudo, o autor remete que se a gestão for bem executada ao nível das bacias hidrográficas, pode-se assegurar um controle mais efetivo às reservas de água e maior eficácia no uso.

Thompson (1998), por sua vez, ressalta que o cercamento do espaço com fito à formação do território e à mercantilização dos bens comuns representa bem o modelo de desenvolvimento econômico. Ainda para este mesmo autor, o território é o sítio das relações de conflitos em torno dos bens comuns; para Ouriques (2005) é o fetiche da mercadoria (MARX, 1982). Neste aspecto, a produção do turismo se materializa e o território turístico se torna vulnerável face às intempéries provenientes da dinâmica espaciotemporal dos fluxos turísticos.

De fato, é um desafio às organizações turísticas encontrar soluções inteligentes para colmatar o dilema de reduzir os custos financeiros sem prejudicar a maximização do bem estar da demanda e tampouco minimizar a qualidade do serviço prestado. Gossling (2015) sinaliza que as reflexões acerca das implicações dos constrangimentos ambientais pelos agentes econômicos do turismo estão a tornar-se uma realidade. Todavia, ainda, conforme o autor, tal situação ainda é abordada de forma técnica e operacional.

Logo, percebe-se o turismo como uma atividade econômica de cariz socioambiental. Segundo Sinclair e Stabler (2009), o turismo é quase totalmente dependente do meio ambiente, tanto na forma natural como na criada com o propósito da mercantilização e maximização de receitas. Então, percebe-se que o meio ambiente é o alicerce fundamental para a produção simétrica e assimétrica do turismo. Ainda sobre este aspecto, Harvey (2005) aponta a produção capitalista do espaço como o território dos conflitos em torno da mercantilização dos recursos naturais.

Cunha (2013), Gossling (2015), Sinclair e Stabler (2009), dentre outros que investigam o turismo a partir da dinâmica das organizações, afirmam que esta atividade é um consumidor potencial de recursos naturais dos destinos turísticos. Nesse aspecto, Gossling (2015) aponta que o consumo de água no turismo é intenso e por isso esta atividade necessita ser enquadrada como componente da bacia hidrográfica e do sistema de abastecimento hídrico, onde a atividade turística é desenvolvida.

Assim sendo, especificamente nas organizações turísticas de meios de hospedagem, as quais Gossling (2015) e Sinclair e Stabler (2009) apontam como as mais dinâmicas do turismo, já há a preocupação com a apropriação e o manejo dos recursos naturais. Os autores abordam, ainda, que a adoção de medidas de desempenho ambiental já é uma demanda encaminhada para a construção de agendas e diálogos. Desta maneira, têm-se mecanismos apropriados para dirimir as visíveis problemáticas ambientais atualmente existentes nas organizações turísticas.

Nesse aspecto, a inserção da questão da água pelo e para o turismo torna-se um desafio plausível diante da necessidade imperiosa de desenvolvimento sustentável. De fato, a água provoca um excedente de metabolismo energético por meio da sobrecarga de uso e consumo pela oferta turística dos serviços de meios de hospedagem, alimentação e lazer. Então, entende-se que a água é fulcral no processo de desenvolvimento turístico (GOSSLING, 2015), uma vez que ela faz parte da dinâmica espaciotemporal das organizações e dos atrativos turísticos.

Assim, entende-se ser necessária a introdução da problemática da água para avaliar a relação entre o seu uso e disponibilidade. Entende-se ser necessário também que as organizações turísticas adotem medidas de desempenho ambiental para a sustentabilidade. Neste contexto, a água torna-se um indicador para os

processos de planejamento e gestão do território turístico com o fito de promover o turismo sustentável.

De fato, de acordo com Gossling (2015) e Sinclair e Stabler (2009), verifica-se que nas organizações de meios de hospedagem, por ser a organização mais popular do turismo, existem os meios eficazes para a recolha dos dados de consumo energético hídrico, uma vez que as fontes de informação (turistas e colaboradores do hotel) estão no mesmo espaço físico, concentradas, o que facilita o processo de recolha e confiabilidade da informação.

Os estudos de autores como Tekken, Kropp (2015), Tian et al. (2015), Gossling (2015), Razumova et al. (2015), Hof, Schimitt (2011), Warnken et al. (2005), Kent et al. (2002), Styles et al. (2015), Gossling et al. (2012), Cashman, Moore (2012), Gossling (2001) e Tortella, Tirado (2011) são os mais relevantes quanto ao consumo energético hídrico pelo e para o turismo. Constatou-se, segundo os autores, que esse consumo energético se dá com maior frequência nas organizações de meios de hospedagem.

Nessa perspectiva, tem-se os estudos de Tekken, Kropp (2015), Tian et al. (2015), Gossling (2015), Razumova et al. (2015), Hof, Schimitt (2011), Alonso, Ogle (2010), Warnken et al. (2005), Kent et al. (2002), Styles et al. (2015), Gossling et al. (2012), Cashman, Moore (2012), Gossling (2001) e Tortella, Tirado (2011) como os mais expoentes e com a pegada ecológica da água como o instrumento metodológico para a avaliação da sustentabilidade nestas organizações turísticas.

Outrossim, pode-se evidenciar em relação ao consumo energético hídrico, que os estudos de Tian et al. (2015), Gossling (2015), Razumova et al. (2015), Hof e Schimitt (2011), Alonso e Ogle (2010), Warnken et al. (2005), Kent et al. (2002), Styles et al. (2015), Gossling et al. (2012), Cashman e Moore (2012) e Tortella e Tirado (2011) concentram-se no uso direto da água por turista, que Gossling et al. (2012) designa como o uso para a higienização dos turistas e está no interregno de 80 – 2000l/turista/dia.

Nessa acepção, Gossling (2015) aponta que é evidente a falta de dados acerca do uso final da água desagregada para o uso indireto, que se refere à irrigação dos jardins, cozinha, lavandaria, piscinas, saunas e chuveiros externos. Nisso, tecem-se críticas referentes aos poucos estudos neste âmbito do consumo energético hídrico, uma vez que, conforme Gossling et al. (2012), o uso indireto é um bom indicador para medir a quantidade total da água utilizada nas organizações.



Consequente, arrisca-se a empreender que a quantidade total de água utilizada é um fator condicionante para o desenvolvimento econômico e do bem estar social do território turístico. Então, a água é imprescindível nas organizações turísticas (GOSSLING et al., 2012) e a necessidade de medir com unidades operacionais a pressão do comportamento sazonal da demanda turística é uma tentativa de operacionalizar métodos quantitativamente exequíveis para sinalizar meios eficazes para a governança e a gestão do território turístico.

De acordo com Tortella e Tirado (2011), os custos da água desempenham um papel decisivo para a tomada de decisão dos stakeholders. Isso implica em adotar institucionalidades que viabilizem o consumo mais próximo de uma eficiência energética. Nas organizações turísticas de meios de hospedagem, verifica-se, de acordo com a literatura, que há uma preocupação com a crescente escassez da água, ao passo que isso já se constitui como um obstáculo ao desenvolvimento sustentável do território turístico e uma demanda para as arenas políticas deliberativas.

Peremptoriamente, observa-se, em termos de uso e consumo de água na sociedade global, que o desperdício, a subutilização, a poluição, a má gestão e o planejamento limitado das ações ocasionam uma crise visível de água, evidenciando incertezas quanto à questão de ser ou não a água um recurso natural infinito e renovável. Gossling (2015) e Gossling et al. (2012) indicam que a criação de estratégias para a gestão da sazonalidade da demanda turística centradas na perspectiva do consumo de água é fulcral. De fato, tal procedimento contribui para diminuir os custos e preparar as organizações e os territórios turísticos para a necessidade de uso mais consciente da água.

A respeito, os destinos turísticos altamente sazonais podem ser beneficiados ao implementar institucionalidades adequadas de consumo hídrico. As características e hábitos de consumo de água da demanda turística, o tempo médio de permanência no destino, os eventos turísticos realizados, dentre outros são indicadores fiáveis para a medição, uma vez que no turismo há a pressão antrópica sobre os recursos naturais comunais (THOMPSON, 1998), principalmente os hídricos.

Então, nessa direção, os autores são relativamente consensuais quanto à importância da informação fiável de consumo hídrico direto e indireto e do comportamento espaciotemporal sazonal da demanda turística, pois essas

informações dão possibilidades de criar indicadores para orientar as organizações a adotarem estratégias para a gestão adequada. Isso se constitui um desafio para adequar o consumo hídrico à necessidade de um aproveitamento sustentável pela demanda sazonal turística.

Assim, Tian et al. (2015) sugerem a construção de um quadro de referência para medir a pegada ecológica da água no turismo. Os autores estudaram, empiricamente, um patrimônio agrícola turístico na China para evidenciar os resultados acerca da capacidade adequada do consumo per capita de água e como isso pode criar novos produtos turísticos. Acredita-se ser uma via, mas desde que tenha a dimensão de abarcar também o turismo no espaço urbano.

Ademais, é interessante destacar que a questão da sustentabilidade ambiental na perspectiva do uso da água está a ganhar atenção especial por parte das organizações turísticas, como visto em Alonso e Ogle (2010), que fizeram seus estudos nas organizações da Austrália com uma amostra limitada de Pequenas e Médias Empresas (PME) de turismo e hospitalidade.

Por conseguinte, observou-se que uma das limitações deste estudo se deu referente ao número limitado da amostra, que não permite evidenciar um consenso aceitável das organizações e sim somente deste pequeno grupo de informantes. Assim, é consenso na literatura a necessidade de estudos mais aprofundados com amostras mais representativas dos objetos de estudo.

Nesse aspecto de limitações, verificou-se, de um modo geral nos estudos, que as informações dispersas de demanda turística, como hábitos de consumo de água, tempo de permanência, características do comportamento, assim como a quantidade total consumida do uso indireto da água, são as mais visíveis limitações na literatura analisada.

Desse modo, há na literatura mais trabalhos exploratórios que conclusivos. Desta maneira, outras questões, a exemplo dos padrões de consumo, conforme Hof e Schmitt (2011), são pertinentes, pois possibilitam ampliar a discussão acerca do comportamento espaciotemporal do turista com a inclusão de dimensões emocionais e comportamentais, principalmente dos segmentos de turismo mais elitizados com gostos e costumes mais elevados e extravagantes de consumo e desperdício de água.

Outrossim, há de se concordar que na literatura há o consenso de que a gestão da água deve ser prioridade no turismo, pois observa-se que nesta atividade um consumidor potencial usa e desperdiça, significativamente, água em escalas ao nível do global ao local. Nesta direção, Tortella e Tirado (2011) apontam a importância de criar condições para o consumo sustentável da água e introduzir medidas de economia meio de estratégias para a gestão do comportamento espaciotemporal da demanda turística.

De fato, a demanda turística é uma variável importante neste processo, uma vez que estudos acerca do comportamento sustentável de turistas tornam-se um indicador para medir a sensibilidade ambiental face à crescente escassez de água e desdobrar-se-á na fidelização da demanda por serviços turísticos ambientalmente corretos e socialmente justos que contribuam para a promoção de um turismo mais responsável, tão necessário nestes tempos de crises socioambientais.

Dessa maneira, percebe-se uma literatura que vem se constituindo a partir de discussões importantes, no cenário global, acerca do debate sobre a apropriação dos recursos comunais naturais, especificamente no que tange às implicações do consumo de água para a promoção do desenvolvimento sustentável, por meio da dinâmica do turismo e do posicionamento das organizações, principalmente das organizações relacionadas ao setor produtivo de meios de hospedagem.

Nessa acepção, teceram-se fios teóricos reflexivos para alinhar o debate com vistas à revisão da literatura que inspira a investigação a responder aos seguintes questionamentos: a quem a água serve no turismo? Que relações de poder o turismo provoca com os recursos comunais naturais? Como a água poderá ser vista como um indicador de desempenho ambiental nas organizações turísticas de meios de hospedagem?

Então, percebeu-se que há um consenso na literatura de que a água deve ser tratada como um indicador fiável para a sustentabilidade dos territórios turísticos – organizações e atrativos – por meio de metodologias quantitativas que expliquem e orientem o comportamento acerca do uso e do consumo. Verificou-se, também, na literatura que a concentração da maioria dos estudos está nas organizações de meios de hospedagem, pois, segundo os autores, estas são as organizações mais populares do turismo e que fornecem a informações mais próximas de uma fiabilidade de consumo hídrico por demanda turística, principalmente no que tange às características e comportamento.

Ademais, ressalta-se a importância de estudar o turismo como um processo articulado de serviços. A decomposição dos serviços para a medição do metabolismo energético hídrico é imprescindível para a criação de um indicador que dê suporte à elaboração de estratégias para a gestão adequada do consumo hídrico pelo e para o turismo.

Constatou-se, na literatura, que a definição de consumo energético hídrico no turismo pode ser expressado pelo manejo da água para as organizações turísticas por meio do consumo direto e indireto medidos quantitativamente pelo comportamento espaciotemporal sazonal da demanda nos serviços turísticos, principalmente de meios de hospedagem.

Certamente, conforme verificado na literatura, há um consenso dos autores acerca da preocupação com a questão da água. Nisso, pode-se arriscar preliminarmente a concluir que o consumo energético - uso direto e indireto - pelo e para o turismo poderá a vir a ser uma via, ou melhor, um indicador para a avaliação do desenvolvimento sustentável dos territórios turísticos.

Com isso, ainda em conformidade com a literatura, criar estratégias capazes de abrandar as constantes pressões do turismo sobre o ambiente, especificamente as pressões relacionadas ao comportamento espaciotemporal sazonal da demanda turística e seus hábitos, costumes e cultura de consumo de água é fulcral nestes tempos de (re) enquadramento de modelos desenvolvimentistas, principalmente os modelos relacionados ao consumo inteligente do território.

Logo, é um desafio para os stakeholders do turismo discutir em uma arena política interdisciplinar a questão hídrica para o planejamento e gestão da sustentabilidade ambiental na perspectiva do consumo energético hídrico para as significativas organizações de serviços atreladas ao turismo.

Assim, atenta-se para a necessidade de propor um quadro teórico com categorias analíticas que forneça uma nova estratégia eficaz combinada - teoria/empíria - para explicar a apropriação dos recursos naturais comuns pelo e para o turismo. Então, também ressalva-se a capacidade de validar as políticas de criação de estratégias com vistas a intervir neste atual quadro de metabolismo energético hídrico pelo e para o turismo e que, minimamente, possa dar condições para que o consumo energético hídrico possa ser um indicador de eco-inovação e que o turismo siga a via para o desenvolvimento sustentável, resiliente e

responsável, principalmente nas organizações e nos territórios localizados em recortes deprimidos de desenvolvimento econômico.

Por conseguinte, é salutar entender a pressão das organizações turísticas sobre os recursos hídricos e compreender esse visível conflito socioambiental em torno dos bens comuns. Logo, os acordos institucionais centrados na gestão da água tornam-se necessários nas organizações de serviços atreladas ao turismo para que medidas com vistas ao desempenho ambiental promovam implicações, quer na gestão técnica e econômica, quer na qualidade de serviço prestado.

Logo, salienta-se que o turismo, como qualquer atividade econômica, é responsável por um conjunto de impactos socioambientais associados ao consumo de recursos energéticos, ao consumo de água, ao consumo de energia, à produção de resíduos e às emissões de gases de efeito estufa. Desta maneira, urge-se por enquadrá-lo nos modelos advindos das orientações emergentes mundiais acerca de sustentabilidade e desenvolvimento, concernentes à adoção de melhores práticas de eco-inovação para a sustentabilidade de produtos e serviços que garantam a utilização eficiente e inteligente de recursos comunais naturais e atenuem a pressão antrópica sobre os bens comuns.

Nisso, tenta-se compreender de que modo o consumo de água impacta no desempenho das organizações turísticas e a adoção de estratégias para o desenvolvimento sustentável. Nesta perspectiva, este questionamento torna-se necessário, principalmente porque urge-se, nas organizações turísticas, pela adoção de tecnologias sustentáveis e inovações ambientais.

Todavia, salienta-se que nos territórios turísticos subdesenvolvidos e periféricos, onde o fluxo turístico é altamente sazonal, comprometendo a performance econômica, investir em tecnologias e inovações ambientais torna-se um investimento irrelevante e oneroso, face à realidade de desenvolvimento econômico gradual e incipiente do turismo.

## **4 CARACTERIZAÇÃO DAS ÁREAS DE PESQUISA**

A seguir, conforme Mapa 1, apresentaram-se as áreas de pesquisa que abrangem os municípios brasileiros de São Luís e Belém, capitais dos estados federativos do Maranhão (MA) e Pará (PA), respectivamente. Nota-se que São Luís (MA) e Belém (PA) integram geopoliticamente a Amazônia Oriental Brasileira, em que São Luís (MA) foi incorporada à Amazônia Brasileira Legal, que foi criada por meio da Lei 1.806 de 06.01.1953, como área de atuação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), que atualmente é a SUDAM.

Conforme a SUDAM (2012), a Amazônia Brasileira Legal foi criada a partir das estratégias de desenvolvimento regional e incorpora os estados federativos do Mato Grosso, a porção territorial norte, e do Maranhão, a porção territorial a oeste do meridiano de 44º, que corta a cidade de São Luís. Nesta direção, segue, abaixo, a caracterização dessas áreas.

### **4.1 São Luís (MA): aspectos históricos e atuais de uma cidade multirregional**

A história da cidade de São Luís remete-se ao contexto conflituoso das ocupações das terras longínquas localizadas na porção norte da América Portuguesa. A justificativa da tentativa de ocupação e tomada destas terras por outros povos europeus - franceses e holandeses - deu-se a partir da percepção de que havia uma extensão de terras isoladas com características de abandono, durante todo o século XVI, no extremo da costa setentrional.

O fato percebido de isolamento destas terras despertou a atenção dos franceses, pois, segundo Gadelha (2002, p. 72), “desde muito, os franceses, conscientes das riquezas representadas pelo paubrasil e pelas especiarias dos sertões, desejavam assegurar-se de terras americanas pertencentes a Portugal”. Ainda, Gadelha (2002) destaca que essa porção mais setentrional do Brasil já era visitada e frequentada pelos franceses e holandeses, que comercializavam com os nativos locais.

A autora menciona que os franceses já planejavam empreender o projeto de fixação nestas terras. Para isso, eles tinham os nativos locais - os índios tupinambás - como aliados e esta ação foi liderada por Daniel de La Touche, senhor de La

Ravardière, que, em 1612, empenhou-se para a ocupação imediata com vistas a instaurar a construção de um forte, a simbolizar a tomada da terra e fixar uma colônia na ilha do Maranhão.

De acordo com Souza (2016, p. 94-95):

A ilha de Upaon-Açu, onde a capital do estado do Maranhão se encontra, foi descoberta em 1535 pelos franceses que ali fundaram, em 1612, a cidade de São Luís. O nome de batismo da cidade prestava homenagem simultaneamente a São Luís e Luís XIII (vê-se nas igrejas brasileiras imagens de São Luís representado com traços de Luís XIII). Eis os registros da tentativa de se criar no Brasil a França Equinocial, com os esforços de Yves d'Evreux e de La Ravardière, e com a colaboração dos índios Tupinambás. Os portugueses e os seus canhões retomaram a região em 1615.

Dessa maneira, Gadelha (2002) enfatiza que os franceses derrotados e rendidos, em novembro de 1614, entregam, em 1615, o forte da ilha de São Luís aos portugueses liderados pelo comandante Alexandre Moura, recém-chegado de Pernambuco com reforços militares.

Ademais, essa êfemera passagem dos franceses na tentativa de estabelecer territórios e conquistar o extremo norte rumo à terra do rio das Amazonas favoreceu, segundo Gadelha (2002), a compreensão da ocupação da região norte do Brasil, pois a expulsão dos franceses é o verdadeiro marco da conquista do litoral, no sentido leste-oeste, e do início da ocupação do Grão-Pará.

Souza (2016, p. 95) salienta que:

Com relação aos franceses, por não terem logrado êxito este intento, São Luís guarda suas características portuguesas muito acentuadas, com a sua construção em planta ortogonal e encostada no antigo forte. Apesar do grande número de edifícios religiosos, o que faz a sua originalidade é a quantidade de residências decoradas de azulejos, sendo conhecida como a cidade dos pequenos palácios.

Então, o legado desse processo conflituoso de retomada da terra equinocial pelos portugueses está na sua morfologia, que contribuiu para que a cidade de São Luís tivesse um conjunto arquitetônico datado do século XVII e que conferiu, para o lado mais histórico da cidade, o tombamento oficial pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 1953 e 1974, e inscrita como Patrimônio Histórico Cultural da Humanidade, em 6 dezembro de 1997, pela UNESCO.

Atualmente, o Centro Histórico de São Luís (CHSL) apresenta um apelo turístico forte para a mercantilização dos seus espaços históricos e paisagísticos. Isso é corroborado por Souza (2016), que sinaliza que São Luís apresenta um grande potencial histórico e paisagístico no CHSL, talvez, segundo ele, ainda não turisticamente interpretado especificamente na área tombada pela UNESCO como Patrimônio Mundial. Assim, São Luís tem uma arquitetura histórica potencial para a experiência dos viajantes.

Ainda, Souza (2016, p. 16) aponta que “esta relação do patrimônio com o turismo tem sido vivenciada em todo o mundo, especialmente pelo turismo de motivação fortemente cultural”. Todavia, é interessante ressaltar que assim como toda sítio histórico, o CHSL também passa por dificuldades de gestão do espaço, principalmente no que tange aos processos de revitalização e mediação de conflitos com os residentes locais.

De fato, o processo de territorialidades para e pelo turismo, no CHSL, depende da disposição e boa vontade dos poderes públicos, estadual e municipal, em dar continuidade aos projetos de revitalização, a exemplo do projeto reviver, que dinamizou o turismo local. Assim, percebe-se que as políticas de turismo devem priorizar a sustentabilidade cultural, ambiental e urbana dos sítios históricos, que neste atual recorte temporal tendem a se deteriorar e a colocar em risco a paisagem morfológica histórica e, conseqüentemente, o desenvolvimento do turismo local.

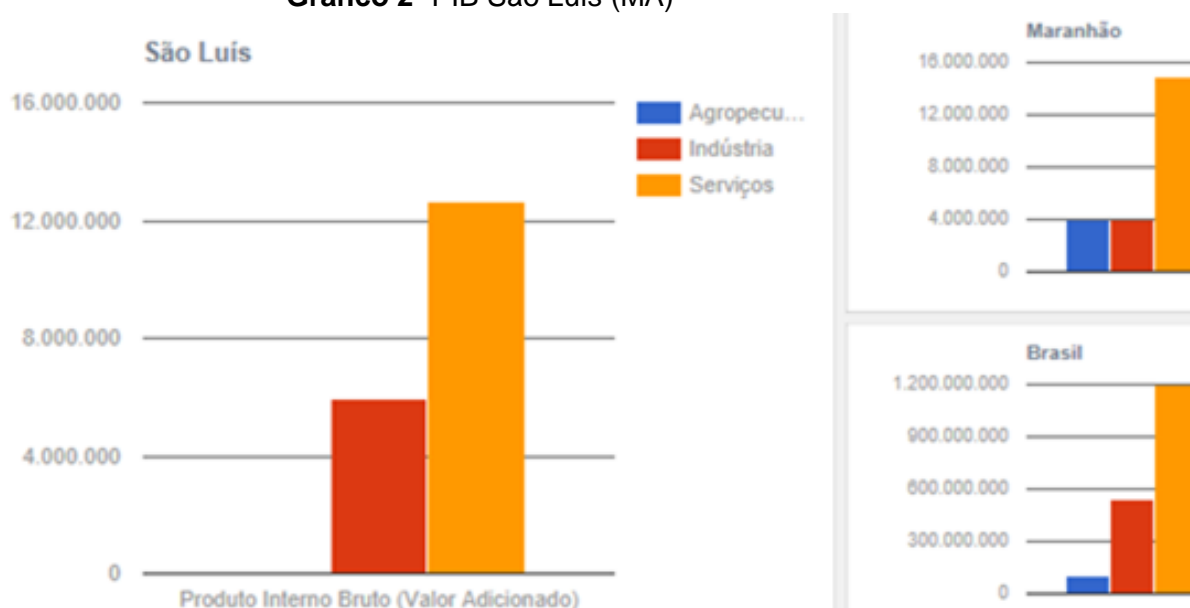
Nesse contexto, São Luís apresenta uma dinâmica urbana, assim como Belém, entrelaçada pelos cursos de água que a circundam. Conforme o IBGE, figura 4, a seguir, São Luís apresenta os seguintes dados referentes à população atual:



**Figura 4-** Censo Demográfico de São Luís (MA)

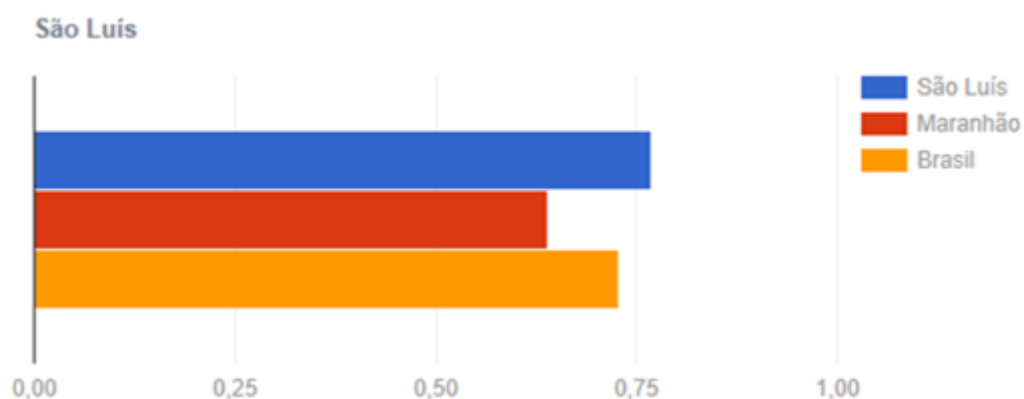
Fonte: IBGE (2017).

Quanto à economia, o sítio eletrônico do IBGE informa que no ano de 2014, conforme gráfico 4, a seguir, São Luís apresentou um PIB de R\$ 24.737,98 per capita. Na comparação com os demais municípios do estado, sua posição era de 6 de 217. Já na comparação com cidades do Brasil todo, sua colocação era de 1176 de 5570. Em 2015, tinha 59.3% do seu orçamento proveniente de fontes externas. Em comparação às outras cidades do estado, estava na posição 163 de 217 e, quando comparado a cidades do Brasil todo, ficava em 4827 de 5570.

**Gráfico 2- PIB São Luís (MA)**

**Fonte:** IBGE (2017).

Essa informação do PIB mostra que São Luís está em vias para o crescimento econômico com processo gradual de desenvolvimento socioeconômico, a ter os setores de serviços e indústria, respectivamente, como expoentes econômicos para o desenvolvimento local. A respeito do IDHM, assinala-se, no ano de 2010, 0,768, de acordo com o gráfico 3, abaixo. São Luís apresenta-se em estado evolucionário, pois em 1991 indicou 0,562 e 0,658 em 2000.

**Gráfico 3- IDHM São Luís (MA)**

**Fonte:** IBGE (2017).

No que concerne ao trabalho e rendimento, segundo o IBGE, em 2015, o salário médio mensal era de 3,1 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 34,4%. Na comparação com os

outros municípios do estado, ocupava as posições 3 de 217 e 1 de 217, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 176 de 5570 e 345 de 5570, respectivamente.

Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 38.8% da população nessas condições, o que o colocava na posição 216 de 217 dentre as cidades do estado e na posição 2897 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

Quanto aos aspectos de território e meio ambiente, consoante ao IBGE, São Luís apresenta: 65.4% de domicílios com esgotamento sanitário adequado; 32.3% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização; e 11.7% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada - presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio. Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 1 de 217, 172 de 217 e 15 de 217, respectivamente. Já quando comparado a outras cidades do Brasil, sua posição é 1578 de 5570, 4783 de 5570 e 2607 de 5570, respectivamente.

No que diz respeito à integração de São Luís à Amazônia Brasileira Legal, tem-se a considerar que o Plano de Desenvolvimento da Amazônia (PDA), por meio da política de valorização econômica do território amazônico, foi sancionado pela Lei nº. 1.806/53, no governo de Getúlio Vargas, que sinalizou o espaço amazônico como território de desenvolvimento econômico e exploração nacional dos seus recursos naturais existentes. Nisso, incluem-se os estados federativos do Mato Grosso, porção territorial norte, e Maranhão, porção territorial a oeste do meridiano de 44º.

Nesse sentido, tem-se a criação da SPVEA com o propósito de promover o desenvolvimento econômico da região amazônica legal. A ideia era expandir a economia amazônica legal para o cenário nacional por meio de uma maior racionalidade na exploração dos recursos regionais e atração de capital privado, principalmente oriundo do comércio exterior.

#### **4. 2 Belém (PA): aspectos históricos e atuais de uma cidade estuarina amazônica**

Belém é um município brasileiro e capital do estado federativo do Pará, que está localizado geopoliticamente na região norte do Brasil e politicamente pertence a Amazônia Oriental Brasileira. Foi fundado em 12 de janeiro de 1616 pelos

portugueses. A sua fundação faz parte da história da colonização da Amazônia Brasileira, em que se revelou a supremacia dos desbravadores ibéricos por meio das práticas colonialistas da imposição à cultura local indígena e a marcação de um sítio estratégico para proteger o território contra a invasão de outros povos europeus.

A posição estratégica de Belém favoreceu o surgimento de um núcleo urbano em torno do forte do castelo, uma fortificação armada construída para monitorar a entrada dos navios para o interior do território amazônico. Nesse contexto, Chaves (2009, p. 156) salienta que:

Como bem observou Capistrano de Abreu, “a Amazônia foi uma descoberta espanhola e uma conquista portuguesa; ao contrário, o Prata foi uma descoberta portuguesa e uma conquista espanhola”. O Governo português, preocupado com a penetração espanhola no alto Amazonas e com as tentativas exploratórias de franceses, ingleses e holandeses, criou o Estado do Maranhão e Grão-Pará, em 1621, prolongando a jurisdição da antiga Capitania do Maranhão até o norte da embocadura do Amazonas e fortalecendo a autoridade responsável pela colonização dessa área. “A grande capitania da conquista foi a do Grão-Pará, onde, a partir de S. Luís, se iniciou, com Francisco Caldeira de Castello Branco, a história das bandeiras fluviais paraense amazônicas”, escreve, com muita propriedade, o historiador amazonense Samuel Benchimol. Graças à ação do governo português, guarnecendo a cobiçada foz do Amazonas e expandindo ocupação lusitana até as proximidades das nascentes andinas, foi possível, em 1750, a assinatura do Tratado de Madrid, baseado no *uti possidetis*. Com a independência, o poder e o Império, baseado no Rio de Janeiro, atingiam o território amazônico com menos intensidade que o fizera o governo português, criador de um status especial para o Estado do Maranhão e Grão-Pará, ligado diretamente a Lisboa.

Portanto, a Amazônia foi descoberta, colonizada e explorada, em sua maior parte, pelo povo ibérico. Loureiro (2002) ressalta que a história da região esteve, da chegada dos primeiros europeus até os dias atuais, dentro de uma trajetória de perdas e danos. Nota-se que essa descoberta se deu por meio dos rios amazônicos, onde os colonizadores europeus ibéricos penetraram o território ocupado e ergueram as suas fortificações para designar a tomada do espaço e estabelecer as suas relações de poder sobre as populações locais residentes.

Nesse caso, percebe-se que Belém tem seu território circundado por águas e ilhas e também possui uma sociodiversidade oriunda dos processos de miscigenação e dos fluxos migratórios para a Amazônia Brasileira, ocorridos desde o período áureo da borracha, conhecido como “*Belle Époque*”, e intensificado com a abertura da rodovia Belém - Brasília.

Nesse sentido, Sarges (2000) destaca que a “*Belle Époque*” foi o período artístico, cultural e político vivido na Amazônia Brasileira, nas cidades de Belém e Manaus, materializado pelo ciclo econômico da borracha (1870-1920). Weinstein (1993) salienta que o ciclo econômico da borracha assegurou à região amazônica a condição de região econômica próspera no Brasil e no mundo. Ainda, de conformidade com Weinstein (1993), este ciclo da economia extrativista amazônica teve seu declínio em função da concorrência da borracha produzida na Malásia pelos ingleses, que inusitadamente subtraíram amostras coletadas na Amazônia para a produção em suas colônias na Ásia.

Portanto, Weinstein (1993) e Sarges (2000) destacam que o espólio deste período pujante pode ser visto nos patrimônios históricos das cidades de Belém e Manaus, que no início do século XX tiveram uma modernização urbanística influenciada pela arquitetura europeia com o fito de atender às exigências das elites locais ambientadas pela “*Belle Époque*”. Logo, verifica-se que Belém apresenta um legado cultural, tanto material como imaterial, advindo desta época pujante vivida pela sociedade amazônica.

A prosseguir, Castro (2006, p. 14) definiu Belém como “uma cidade estuarina que representa tradicional centro de poder econômico e político e por isso, polarizando dezenas de cidades do seu entorno”. Nisso, percebe-se a cidade de Belém como importante território de desenvolvimento regional amazônico.

Ainda segundo Castro (2006, p. 14):

Belém tem seu desenho urbano delimitado pelos cursos de água. É uma cidade fluvial banhada na sua quase totalidade pelos rios do estuário amazônico. Por outro lado, foi assentada em terras baixas – marcadas outrora pelo igarapé do Piri, margeado de imenso igapó – e atravessada por pequenos rios e igarapés, o que conforma ainda hoje as divisões internas de seus bairros de terra firme e baixadas. Uma extensa rede de rios e igarapés drena a cidade, compondo fluxos de travessia e de escoamento das águas provenientes das chuvas. Ao norte, ela está voltada para a baía do Guajará e ao sul para o rio Guamá, tendo assim uma extensa orla densamente ocupada, onde encontramos diferentes usos: portos e trapiches, indústrias, comércios, turismo, instalações militares e administrativas.

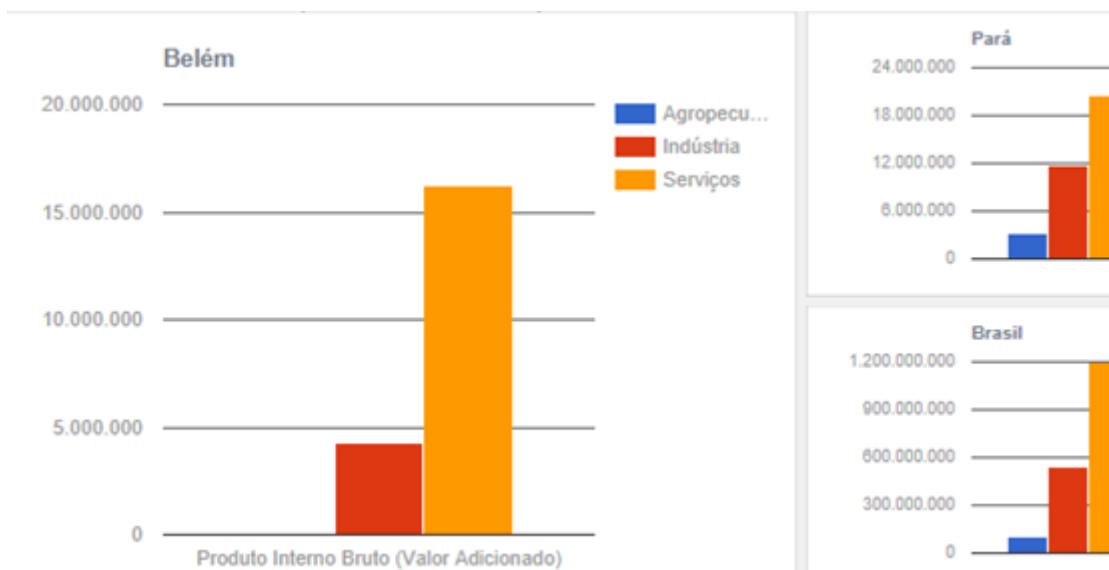
Nesse contexto, Belém tem uma dinâmica urbana entrelaçada pelos cursos de água que a circundam, delineando espaços para o processo desenvolvimentista e ocupação assimétrica com exploração desordenada do território. Segundo o IBGE, Belém, conforme a figura 5, a seguir, apresenta os seguintes dados demográficos:

**Figura 5-** Censo Demográfico de Belém (PA)

Fonte: IBGE (2017).

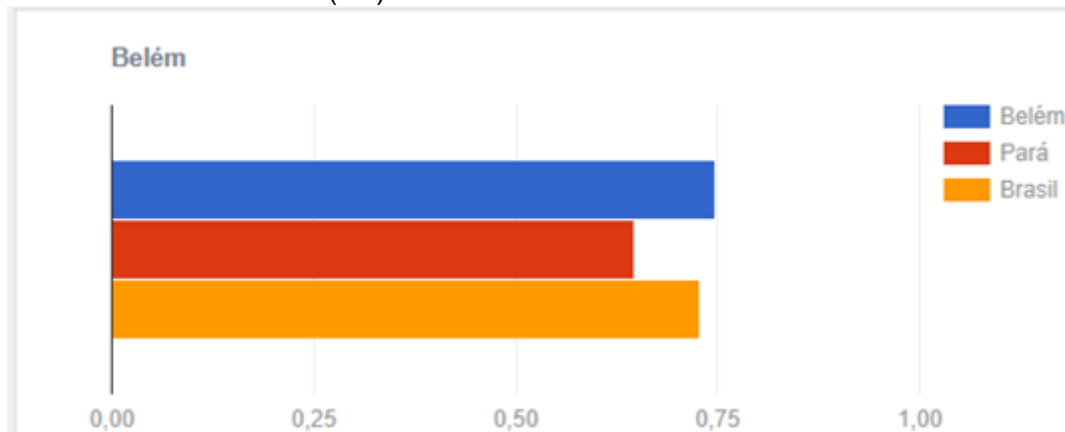
Quanto à economia, o sítio eletrônico do IBGE informa que, no ano de 2014, Belém apresentou um PIB de R\$ 20.034.40 per capita, em conformidade com o gráfico 4, a seguir e abaixo, em que prevaleceu a contribuição dos setores de serviços e indústria, respectivamente.

Na comparação com os demais municípios do estado, sua posição era de 12 de 144. Já na comparação com cidades do Brasil todo, sua colocação era de 1733 de 5570. Em 2015, tinha 58.8% do seu orçamento proveniente de fontes externas. Em comparação às outras cidades do estado, estava na posição 79 de 144 e, quando comparado a cidades do Brasil todo, ficava em 4838 de 5570. Este dado econômico indica que Belém está em vias para o crescimento econômico, porém com gradual processo de desenvolvimento socioeconômico.

**Gráfico 4- PIB Belém (PA)**

**Fonte:** IBGE (2017).

Em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), para o ano 2010 aponta-se 0,746, conforme gráfico 5, abaixo, numa escala de 0-1, na qual quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano municipal. O IDHM de Belém tem evoluído nas últimas décadas, pois em 1991 o IDHM apontava 0,562 e em 2000, 0,644.

**Gráfico 5- IDHM Belém (PA)**

**Fonte:** IBGE (2017).

Quanto ao trabalho e rendimento, segundo o IBGE, em 2015, o salário médio mensal era de 3,7 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 30,5%, com 439.718 pessoas ocupadas. Considerando

domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 39% da população nessas condições, o que o colocava na posição 139 de 144 dentre as cidades do estado e na posição 2870 de 5570 dentre as cidades do Brasil. Este é um dado importante que evidencia um acentuado nível de desigualdade na reestruturação produtiva do mercado de trabalho local, principalmente centrado no setor de serviços.

Quanto aos aspectos de território e meio ambiente, segundo dados do IBGE, no ano de 2010: 67.9% de domicílios estavam com esgotamento sanitário adequado; 22.3% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização; e 36.1% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Estes números representam um dado importante para o processo de ordenamento territorial e para o turismo; esse é um fator positivo, já que o turismo concretiza-se sob a égide da infraestrutura física urbana das cidades.

#### **4. 3 São Luís (MA) e Belém (PA): considerações e desafios para o ordenamento territorial da água**

O desafio atual dos territórios é promover o acesso justo e humanizado à água para fins de consumo e usos domésticos. Logo, a água torna-se território e é apropriada para servir como mercadoria (FRACALANZA, 2005, MORIN, 2016) e desenvolver o seu ciclo hidrossocial (SWYNGEDOUW, 2004). Ravena (2012) aponta que o caminho para a regulação da água no Brasil passa pelo embate entre o técnico e o burocrático, comumente visto na intervenção estatal.

Com isso, as concessionárias de água nos estados brasileiros tentam levar com seriedade o processo de captação e tratamento, visto que os recursos hídricos têm uma importância estratégica no processo de crescimento e desenvolvimento local, uma vez que a escassez de água desmantela os processos produtivos e reprodutivos do capital, assim como o bem estar da população local residente.

Nessa acepção, o acesso a serviços de água no Brasil perpassa por territórios cercados por pobreza e saneamento precário, comumente visto na Amazônia Brasileira Legal. Giatti e Cutolo (2012, p. ) apontam que:

Em um panorama regional verificamos um sério déficit para a Amazônia Legal, sendo que o percentual de domicílios permanentes ligados à rede de abastecimento de água na região em 2009 foi de 58,5%, bastante inferior ao



nacional no mesmo ano (83,1%). De modo mais alarmante consta o percentual de domicílios em estados amazônicos com ligação à rede de esgotos sanitários, que em 2009 foi de apenas 9,4%, enquanto o nacional figurou 52,5%.

Portanto, urge-se por sérios investimentos em planejamento e gestão, principalmente no que tange ao processo de captura, tratamento e distribuição de água, pois a restrição do acesso promove constrangimentos socioambientais. Nisso, verifica-se, tanto em São Luís (MA) como em Belém (PA), uma visível problemática em torno do acesso à água face a uma urbanização crescente e desordenada que favorece um déficit na oferta de serviços de tratamento e abastecimento de água local.

Nessa direção, a questão relacionada aos problemas de abastecimento de água, na capital maranhense e paraense é de responsabilidade da CAEMA e COSANPA, respectivamente. De acordo com o sítio eletrônico da CAEMA, ela foi criada em 6 de junho de 1966, sob o decreto nº 2.653, a ser uma sociedade de economia mista e instituída em 29 de julho de 1966, com o objetivo de gerir a política de saneamento básico no Estado do Maranhão e, especialmente, planejar, coordenar, implantar, ampliar, construir e explorar serviços de abastecimento de água e de esgoto. A CAEMA utiliza mananciais superficiais de dentro e fora da ilha, assim como mananciais subterrâneos para fornecer água tratada à população local.

A COSANPA surgiu, em 21.12.1970, da extinção do Departamento de Águas e Esgotos (DAE), com a missão de atender a população urbana do Estado do Pará com serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, de forma a alcançar elevados níveis de qualidade e de universalização, segundo consta no seu sítio eletrônico.

Quanto aos aspectos relacionados ao uso e disponibilidade de água em Belém, os estudos de Mendes et al. (2012) analisaram os hábitos e as maneiras de uso das águas no ambiente doméstico e seus reflexos no sistema de abastecimento público, a partir das percepções dos usuários, bem como de suas condições socioeconômicas. Para estes estudos, foram investigados 283.667 domicílios distribuídos em 6 Distritos Administrativos (DA)<sup>17</sup> de Belém, formados por 48 bairros, conforme tabela 1, a seguir, abaixo:

---

<sup>17</sup> DAICO - Distrito Administrativo de Icoaraci; DABEN - Distrito Administrativo do Benguí; DAENT - Distrito Administrativo do Entroncamento; DASAC - Distrito Administrativo da Sacramento; DABEL -

**Tabela 2-** Distribuição da amostra de acordo com os DA/Belém

Distritos	Domicílios		Entrevistas
	Absoluto	%	Absoluto
DABEL	44.537	16%	70
DABEN	56.755	20%	95
DAENT	33.210	12%	54
DAGUA	68.291	24%	114
DAICO	31.522	11%	54
DASAC	49.352	17%	84
Total	283.667	100%	471



**Fonte:** Mendes et al. (2012, p. 11).

Mendes et al. (2012, p. 17) concluíram que:

Os hábitos individuais de consumo de água que provocam desperdício (desperdício individual ou hábitos perdulários), não são dependentes das condições socioeconômicas dos usuários. O distrito com maior nível socioeconômico, o DABEL, possui hábitos perdulários equivalentes aos do DAGUA, distrito com pior situação socioeconômica da cidade; O desperdício referente à forma de pagamento pelos serviços de abastecimento é expressivo, posto que é grande o número de usuários de baixa renda e por isto pagam através de taxa ou simplesmente não pagam. Com esta política, as concessionárias dos serviços de abastecimento, indiretamente estão incentivando o desperdício; O número de domicílios não atendidos por água encanada é expressivo, configurando mais de 160 mil habitantes da capital (12,5%), demonstrando a necessidade de ampliação e aperfeiçoamento dos sistemas de abastecimento; A qualidade da água preocupa os usuários, que a avaliam como de regular à péssima.

Para tanto, em conformidade com os autores, a pesquisa realizada indica a necessidade de avaliar os serviços de abastecimento de água. De fato, isso é comprovado ao deparar-se com a tabela 2, a seguir e abaixo, do Atlas Brasil da Agência Nacional de Águas (ANA), que apresenta a situação do abastecimento de água em Belém (PA).

**Tabela 3-** Abastecimento urbano de água em Belém (PA)

BELÉM - PA					
Dados do Município					
<b>Pop Urbana (2007):</b>	1.399.770 habitantes	<b>Demanda Urbana (Cenário 2015):</b>	4.078 L/s		
<b>Prestador de Serviços:</b>	COSANPA	<b>Situação do Abastecimento (2015):</b>	Requer ampliação sistema		
<b>Sub-bacia Hidrográfica:</b>	ACARÁ /GUAMÁ	<b>Investimento Total em Água (2025):</b>	170 milhões		
<b>ver Croqui Sistemas Existentes:</b>		<b>ver Croquis Sistemas Propostos:</b>			
Avaliação Oferta/Demanda de Água					
Mananciais	Sistema	Participação no abastecimento do município	Situação (até 2015)	Outros Municípios atendidos	
Rio Guamá	Integrado Bolonha	55 %	Requer ampliação de sistema	Ananindeua, Marituba	
Poços de Belém	Bateria de Poços Belém	22 %	Satisfatória	---	
Rio Guamá	São Braz -RM	16 %	Satisfatória	---	
Rio Guamá	5º Setor	6 %	Satisfatória	---	
Soluções Propostas para Oferta de Água					
Mananciais	Sistema	R\$ mil (jul 2010)	Natureza das Obras	Observações	Outros Municípios atendidos
	Integrado Bolonha Ampliação	170.435	Ampliação/ adequação do sistema existente	1: Manancial existente atende a demanda, porém o sistema produtor requer adequações. Obra contratada. Ampliação da ETA Bolonha e da ETA São Brás, ampliação da captação no Rio Guamá e reestruturação da EEAB 2: ---	Ananindeua, Marituba

**Fonte:** Atlas Brasil (ANA, 2010).

As informações do quadro mostram que a água é captada na sub-bacia hidrográfica Acará - Guamá e o abastecimento requer ampliação, melhorias e adequação do sistema atual, a levar em consideração a infraestrutura existente. Ainda, conforme o Atlas Brasil<sup>18</sup>, há um total de investimentos previstos para o Pará na ordem de R\$ 170 milhões. Nesse montante, incluem-se as adequações previstas para o sistema integrado Bolonha-Utinga, que abastece a cidade de Belém e região metropolitana.

Por vez, em conformidade com a tabela 3, abaixo, o abastecimento de água em São Luís (MA), apresenta-se da seguinte maneira:

<sup>18</sup> Para maiores detalhes ver o Atlas Brasil em: < <http://atlas.ana.gov.br/atlas/forms/analise/Geral.aspx?est=28>>.

**Tabela 4-** Abastecimento urbano de água em São Luís (MA)

SÃO LUÍS - MA					
Dados do Município					
Pop Urbana (2007):	921.406 habitantes	Demanda Urbana (Cenário 2015):	4.304 L/s		
Prestador de Serviços:	CAEMA	Situação do Abastecimento (2015):	Requer ampliação sistema		
Sub-bacia Hidrográfica:	ITAPECURU	Investimento Total em Água (2025):	54 milhões		
ver Croqui Sistemas Existentes:		ver Croquis Sistemas Propostos:			
Avaliação Oferta/Demanda de Água					
Mananciais	Sistema	Participação no abastecimento do município	Situação (até 2015)	Outros Municípios atendidos	
Poços de São Luís	Isolado São Luís 2	49 %	Satisfatória	---	
Rio Itapecuru	Sistema Italuís	42 %	Requer ampliação de sistema	Bacabeira	
Riacho Mãe Isabel	Isolado São Luís 1	8 %	Satisfatória	---	
Soluções Propostas para Oferta de Água					
Mananciais	Sistema	R\$ mil (jul 2010)	Natureza das Obras	Observações	Outros Municípios atendidos
Rio Itapecuru	São Luís - Italuís Ampliação	53.880	Ampliação/adequação do sistema existente.	1: Manancial atualmente explorado atende à demanda futura, porém o sistema produtor requer adequações. 2: Possui obra/projeto	São José de Ribamar, Bacabeira

**Fonte:** Atlas Brasil (ANA, 2010).

A água é captada na sub-bacia hidrográfica Itapecuru e, assim como Belém, há a necessidade de ampliação do sistema de produção de água. Na tabela, acima, há o montante orçado em 54 milhões de reais para a ampliação do sistema São Luís-Italuís. Bezerra, Silva Jr. e Silva (2008) traçam um diagnóstico das formas de abastecimento de água e apresentam um panorama das perdas de água do sistema de abastecimento de São Luís. Abaixo, tem-se a figura 6, que ilustra os sistemas de abastecimento de água em São Luís (MA):

**Figura 6-** Abastecimento de Água de São Luís (MA)



**Fonte:** Imirante.com/especial água (2015).

Os autores constataram um padrão de abastecimento de água deficitário, principalmente para São Luís, que apresentou elevada perda de água durante o processo de abastecimento - acima dos 50% em todos os setores. Ainda, os autores enfatizam que o diagnóstico visa, mediante um futuro próximo de escassez hídrica, ser um instrumento de apoio na tomada de decisão da concessionária de água local.

Nessa perspectiva, Coelho e Damázio (2006), em seus estudos, analisaram os aspectos da disponibilidade e uso da água na bacia do rio Bacanga e apontam que a cidade de São Luís tem sofrido com sérios problemas de falta de água para diferentes usos. Isso ocorre, conforme os autores, principalmente devido à crescente demanda por água decorrente do intenso crescimento populacional, industrialização e aumento no número de estabelecimentos comerciais.

Assim a bacia do rio Bacanga, com 23,7% da população da Ilha, contribui com 18% da totalidade de água disponibilizada para a mesma. Para tanto, urge-se por avaliar a capacidade de fornecimento sustentado de água superficial e subterrânea da ilha de São Luís, tendo em vista o processo atual de exploração, bem como os limites máximos permitidos.

Ainda, conforme os autores, os cursos de água que circundam a cidade de São Luís estão em acelerado processo de degradação ambiental, com poluição por esgotos e lixo doméstico face à ocupação desordenada, oriunda da constante expansão urbana e, mais ainda, pela falta de investimentos no setor de saneamento ambiental.

Nessa acepção, os serviços de abastecimento de água, tanto em Belém como São Luís, padecem de uma avaliação criteriosa com fito a orientar ações de planejamento e gestão por meio da implantação de programas que otimizem o desperdício e o consumo perdulário face às possibilidades urgentes de escassez de água.

Diante dessa perspectiva, urge-se por ampliar a possibilidade de estudos, em ambas as capitais em questão, com vistas a avaliar a percepção sobre o uso da água e seu reflexo na sustentabilidade dos sistemas de abastecimento de usuários de cariz comercial e industrial, uma vez que estes usuários também consomem e desperdiçam água.

Nesse caso, enquadram-se as organizações turísticas de meios de hospedagem, como os usuários comerciais, que são consumidores intensivos e perdulários de água (GOOSLING, 2015; SINCLAIR; STABLER, 2009). Tanto em Belém como em São Luís, o turismo se faz presente, principalmente nos períodos considerados de alta estação para o turismo local, com aumento exponencial da demanda turística que pressiona o consumo de água e, conseqüentemente, compromete os mananciais disponíveis dos destinos turísticos.

Tal contexto provoca a necessidade de repensar os limites do acesso à água ao setor do turismo - demanda/oferta - em termos de governança, instrumentos de gestão e adequação dos serviços e atrações turísticas às exigências da eficiência energética. Logo, urge-se por indicadores de sustentabilidade na perspectiva do consumo energético de água pelo setor do turismo - demanda/oferta, a fim de medir

a eficiência energética da água no processo produtivo do turismo para a promoção de um turismo responsável e sustentável.

#### **4. 4 O turismo em São Luís (MA) e Belém (PA): aspectos relevantes para um possível processo de ordenamento territorial**

Salienta-se que os aspectos referentes ao turismo em São Luís (MA) e Belém (PA) foram evidenciados, a partir das observações feitas por atores-chave, no decorrer da pesquisa de campo, que teve lugar entre março e abril de 2016, quando o autor da pesquisa era discente regularmente matriculado no Programa Doutoral em Turismo (PDT) do Departamento de Economia, Gestão, Engenharia Industrial e Turismo (DEGEIT) da Universidade de Aveiro (UA).

Os atores-chave foram os stakeholders do turismo local de São Luís (MA) e Belém (PA), selecionados pelo critério de atuação profissional na área de turismo e hospitalidade, mas também com a disposição em colaborar com a pesquisa. Todavia, ressalta-se que para este capítulo optou-se em selecionar atores-chave em São Luís (MA) e Belém (PA). Em São Luís (MA) foram ABIH/MA, SETUR SÃO LUÍS e SECTUR/MA. Em Belém (PA) foram a Companhia Municipal de Turismo de Belém (BELEMTUR), SETUR/PA e CONVENTION BUREAU (CB).

Destarte, o instrumento metodológico aplicado foi o questionário estruturado, que para efeito deste capítulo, optou-se em capturar apenas as informações referentes às questões acerca: i. Potencial de desenvolvimento do turismo local; ii. Políticas públicas; iii. Demanda turística; iv. Destino turístico; e, v. Sustentabilidade turística. A seguir, a partir da recolha dos dados, deu-se um trato de índole qualitativa como uma maneira privilegiada de aceder à visão destes atores-chave quanto à produção do turismo em São Luís (MA) e Belém (PA).

Nesse sentido, conforme os atores-chave, o turismo em São Luís (MA) e Belém (PA) pode ser considerado como uma atividade econômica com potencial de desenvolvimento gradual, que apresenta uma alta sazonalidade de demanda turística, uma oferta boa de serviços e atrativos turísticos – culturais e naturais - em bom estado de conservação, porém com ressalvas quanto à capacidade de carga e acessibilidade. Logo, percebe-se que o turismo, nos dois destinos, encontra-se num estágio de crescimento moderado com perspectivas de aumentar sua eficiência.

Em São Luís, conforme os atores-chave, as melhorias também ocorreram no sistema de infraestrutura urbana e no marketing feito pelas Secretarias de Turismo, tanto pela SECTUR/MA, quanto pela SETUR SÃO LUÍS<sup>19</sup>, pois ambas sempre participam de feiras nacionais e internacionais de turismo, divulgando e promovendo o turismo local; e também pela considerável melhoria nas organizações turísticas, tanto nas agências de turismo receptivo, quanto nos meios de hospedagem, que ampliaram, como em Belém, o número de UHs e leitos.

A esse respeito e de acordo com o AE Perfil do Turista – ano base 2013-2014 (SETUR SÃO LUÍS, 2015), a SETUR SÃO LUÍS tem parceria com os meios de hospedagem, que repassam os Boletins de Ocupação Hoteleira (BOH). Ainda, segundo este observatório, São Luís conta com 89 meios de hospedagem, dos quais apenas 25% enviam os BOH, representando 28% dos meios de hospedagem. O ator-entrevistado da SETUR SÃO LUÍS justificou que atualmente não há a obrigatoriedade do envio dos BOH para as secretarias de turismo.

Logo, à época, este era o único dado quantitativo existente. Abaixo, tem-se a tabela 4, que mostra o comportamento mensal e anual da ocupação dos meios de hospedagem em São Luís.

**Tabela 5-** Taxa média mensal % de ocupação dos meios de hospedagem de São Luís (2009 – 2014)

Meses Ano	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	Média Anual
2009	60,65	55,99	54,95	53,02	51,00	63,95	68,30	62,77	59,98	59,46	60,73	52,56	58,61
2010	60,56	54,49	56,14	52,78	60,72	62,51	70,15	69,39	70,82	63,70	65,83	58,34	62,12
2011	64,19	60,29	57,32	53,25	58,99	59,73	68,76	63,78	64,31	62,75	69,17	57,64	61,68
2012	60,60	55,40	54,22	56,81	57,02	59,85	71,44	63,65	64,72	58,17	59,11	51,06	59,34
2013	55,84	49,87	47,04	46,88	49,47	55,67	56,93	54,05	51,64	51,31	56,94	48,54	52,02
2014	51,76	47,57	47,40	51,10	54,12	48,62	54,73	56,71	53,84	50,11	57,58	50,23	51,98

**Fonte:** AE Perfil do Turista – ano base 2013-2014 (2015).

Percebe-se que a média anual de 2014 teve um perceptível decréscimo em relação ao ano anterior. Também, observa-se que em 2009 a taxa anual era de 58,61% e em 2010 passou para 62,12%, tendo um acréscimo considerável. No entanto, verifica-se que a partir de 2011 houve um decréscimo constante. Desta

<sup>19</sup> A Fundação Municipal de Turismo (FUMTUR) foi criada por meio da Lei Nº 3.609, de 21 de Julho de 1997, para ser a pasta municipal responsável pelas políticas de turismo de São Luís. A FUMTUR foi reestruturada, e sob a Lei nº. 4.129, de 23 de dezembro de 2002, foi criada a Secretaria Municipal



maneira, configura-se uma média mensal e anual sazonal, muito característica do turismo local, tanto em São Luís (MA) quanto em Belém (PA).

Nessa perspectiva, concorda-se com Figueiredo e Nóbrega (2015), que aludem que o turismo na Amazônia ainda é potencial, com expressividade moderada e sazonal como atividade econômica. Neste aspecto, Pimentel e Costa (2008) apontam que a sazonalidade é vista como um entrave para o desenvolvimento do território turístico, uma vez que pode causar uma série de problemas. Para os autores, o estudo da sazonalidade torna-se importante e é uma maneira de compreender as razões pelas quais a demanda varia ao longo do período. O estudo da sazonalidade também objetiva gerenciar esta oscilação, como vista nos dados das taxas de ocupação dos meios de hospedagem de São Luís (MA) e Belém (PA).

Quanto à Belém (PA), segundo os stakeholders, as melhorias no sistema de infraestrutura urbana, o marketing feito pelo Governo do Estado por meio das ações da Companhia Paraense de Turismo (PARATUR)<sup>20</sup>, o equipamento turístico Centro de Convenções e Feiras da Amazônia “HANGAR” e a visível dinâmica das organizações turísticas de meios de hospedagem, conforme a tabela 5 e 6, abaixo, aumentaram o número de Unidades Habitacionais (UH) e leitos e, conseqüentemente, a demanda. Esses fatores deram um impulso para que o turismo pudesse ser evidenciado no cabaz das atividades econômicas, mesmo com uma contribuição significativa na balança comercial.

**Tabela 6-** Oferta de meios de hospedagem no Pará

Pólo Turístico	Nº empreendimento	Nº UH
Xingu	20	487
Tapajós	67	1073
Marajó	38	426
Araguaia-Tocantins	150	3270
Amazônia Atlântica	135	1200
Belém	37	3000
Total	448	9456

**Fonte:** Relatório Executivo do Plano Ver-o-Pará (2012).

---

de Turismo, um órgão com uma abrangência mais ampla e com um processo mais descentralizado e dinâmico. Em 22 de abril de 2003, por meio do Decreto 25.246, a SETUR foi reestruturada.

<sup>20</sup> A PARATUR é responsável pelo marketing promocional do turismo do estado do Pará, no país e exterior.

**Tabela 7-** Indicadores da hotelaria em Belém 2011- 2015

Anos	Pernoite demandada	Pernoite ofertadas	Taxa de ocupação
2011	825.899	1.685.880	48,99%
2012	897.820	2.259.720	39,73%
2013	925.388	2.259.720	40,95%
2014	1.010.749	2.259.720	44,73%
2015	1.002.239	2.259.720	44,35%

**Fonte:** Boletim de Turismo do Estado do Pará (FAPESPA, 2016).

Outro dado observável é quanto às políticas públicas de turismo em São Luís (MA) e Belém (PA). Outrossim, em São Luís (MA), verifica-se que nas duas unidades administrativas de gestão pública, SETUR SÃO LUÍS e SECTUR/MA, há lugar para políticas e ações relevantes de turismo, tanto para São Luís como cidade, quanto polo de desenvolvimento turístico, que foi delineado pelo “PLANO MAIOR”<sup>21</sup>, da SECTUR/MA.

Este polo, além de São Luís, inclui Alcântara, Raposa e São José de Ribamar, que integram a RM. Os polos turísticos do Maranhão são: Amazônia Maranhense, Chapada das Mesas, Cocais, Delta das Américas, Floresta dos Guarás, Lagos e Campos Floridos, Lençóis Maranhenses, Munin e Serras Guajajara, Timbira e Kanela.

De algum modo, estas observações dos atores-chave apontam para o que Cunha e Abrantes (2014) definem como a organização institucional do turismo, em que o Estado tem um lugar privilegiado na condução de políticas para o fomento e regulação da atividade. Conforme ainda Cunha e Abrantes (2014, p. 413):

No que respeita, contudo, ao turismo, contrariamente à evolução verificada nos restantes sectores, a intervenção do Estado limitou-se durante muitos anos à promoção internacional e à criação de estímulos ao seu desenvolvimento por se reconhecer que, sendo um importante meio de obtenção de divisas, ajudava a vencer as dificuldades econômicas e a financiar o processo de desenvolvimento industrial. Em geral, nos países ocidentais, a intervenção do Estado era limitada, com fraca expressão e concentrada na promoção do turismo como comércio internacional e canalizador de moeda estrangeira (Lickorish et al., 1997). Ao turismo não era reconhecido o estatuto de atividade econômica, a sua modesta dimensão não justificava intervenções significativas e o grau de exigência em termos de gestão não impunha cuidados especiais.

<sup>21</sup> É o plano estratégico de turismo executado pela Consultoria Chias Marketing e abrange ações do Estado para os próximos 10 anos, uma vez que a primeira versão foi de 2000-2010. O plano contempla o turismo como alternativa de desenvolvimento econômico para o Maranhão (ARAÚJO, 2015).

Nisso, percebe-se que as políticas públicas de turismo estão pautadas na construção de um contexto político e institucional favorável à formulação de políticas e discutidas por meio da gênese da institucionalização de demanda para o desenvolvimento regional e local.

A respeito das instâncias de discussão do turismo, a exemplo de uma arena política, Nóbrega (2012) sinaliza que o objetivo é descentralizar a tomada de decisão e ampliar a participação das entidades para que as diretrizes do PNT sejam realizadas. A propósito, ao nível dos estados, há os fóruns estaduais de turismo que, conforme Nóbrega (2012, p. 139), “têm como atribuição, o cumprimento de um papel fundamental para a operacionalização das políticas formuladas pelo núcleo estratégico, constituindo-se em um canal de ligação entre o Governo Federal e os destinos turísticos”. Para os atores-chave de Belém, não existe uma política direcionada somente para a cidade de Belém e sim, para o pólo de desenvolvimento turístico Belém, e consta no plano “VER-O-PARÁ”<sup>22</sup> (2012 – 2020), da SETUR/PA.

Conforme o Boletim do Turismo<sup>23</sup> - BT (2016), o ordenamento territorial do turismo no Pará é subdividido em polos de desenvolvimento turísticos. Este ordenamento dos polos turísticos paraense ocorreu a partir do zoneamento turístico, realizado no território estadual na década de 1990. Salienta-se que este ordenamento consta no plano estadual atual com seis polos turísticos, a saber: Belém, Amazônia Atlântica, Marajó, Tapajós, Araguaia-Tocantins e Xingu. Ressalta-se que com a criação do MTUR, em 2003, este ordenamento territorial turístico passou a seguir as orientações metodológicas, conforme consta no Plano Nacional de Turismo – PNT (2013 – 2016) e no Mapa do Turismo Brasileiro – MTB (2016).

Ainda, de acordo com o BT (FAPESPA, p. 13, 2016) e conforme figura 13, a seguir e abaixo:

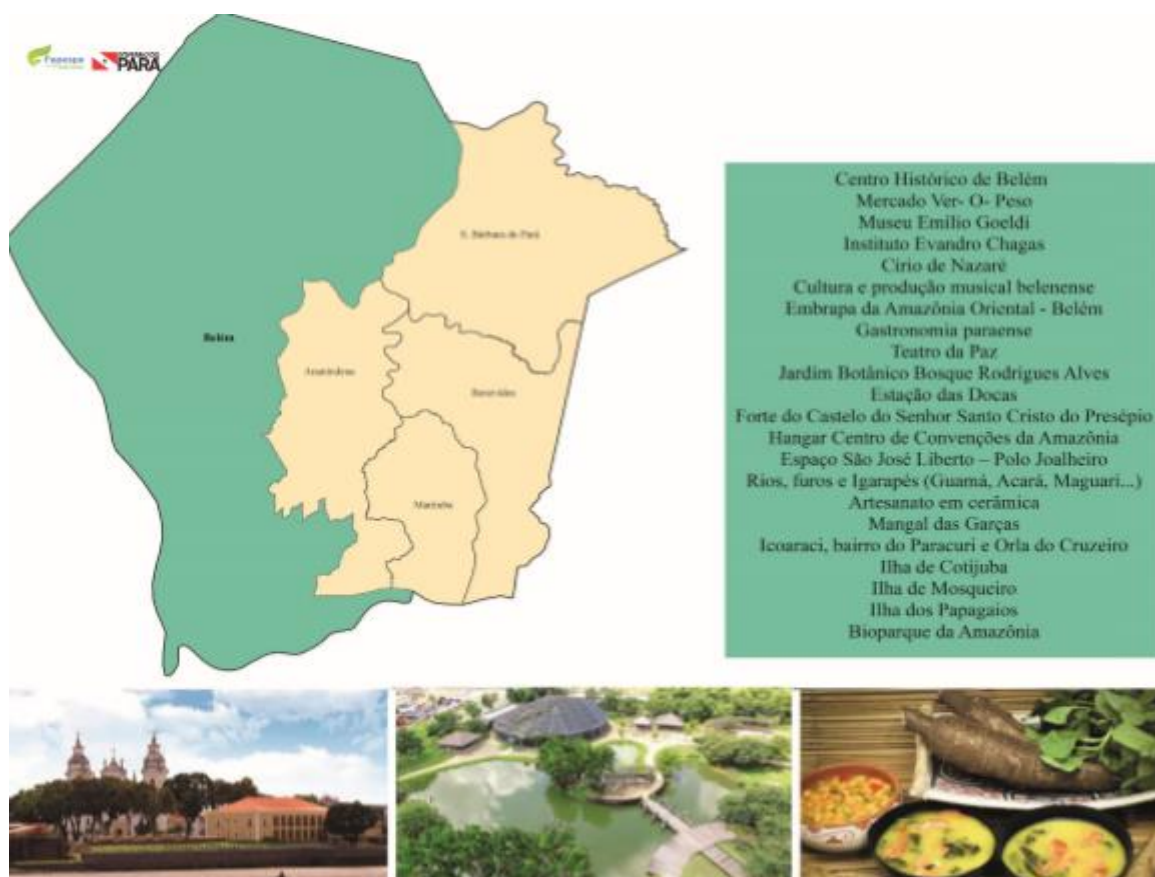
---

<sup>22</sup> É o plano estratégico de desenvolvimento turístico do estado do Pará executado também pela consultoria Chias Marketing (SETUR, 2012).

<sup>23</sup> O BT do Estado do Pará é uma publicação originada a partir da parceria entre a Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA) com a SETUR-PA. É um instrumento de comunicação dos dados coletados, de estimativas, de pesquisas realizadas e demais estudos executados, em âmbito do turismo no estado do Pará, obedecendo às metodologias adotadas pelos organismos oficiais, como o OMT e MTur. Objetiva-se acompanhar o impacto do setor na economia paraense. Para este boletim, foram sistematizados os dados referentes ao ano de 2015 e, para efeito de comparação, sempre que disponível, utilizou-se uma série histórica, desde 2007. Para maiores detalhes acessar. Disponível em: < <http://www.setur.pa.gov.br/boletim-economico-do-turismo>>.

O Polo Belém é constituído dos municípios que compõem a Região Metropolitana (RM), sendo eles: Ananindeua, Belém, Benevides, Marituba e Santa Bárbara do Pará, sendo prioritário Belém, conforme diretriz da SETUR/PA. Possui população estimada de 2,1 milhões de habitantes, o que corresponde a 26% do total do estado, PIB de R\$ 34,5 bilhões e economia baseada principalmente no setor de serviços, representando 54% do valor adicionado do Polo. Possui, entre os seis polos, a melhor infraestrutura logística e equipamentos turísticos, dispondo de um aeroporto internacional, portos de carga e passageiros e uma importante via de acesso terrestre, por meio da BR 316. Segundo o Plano Estratégico de Turismo “Ver-o-Pará”, no âmbito deste polo, Belém se destaca como um dos municípios prioritários para ações de governo, já que detém, entre as principais atividades econômicas dos setores de comércio e de serviços, segmentos ligados ao turismo.

**Figura 7- Pólo Belém**



**Fonte:** BT do Estado do Pará (FAPESPA, 2016).

O ator-chave da pasta municipal menciona que não há plano municipal de turismo e que as ações são direcionadas apenas para apoio à publicidade de uma imagem turística da cidade. Rodrigues (2013, p. 39) enfatiza que:

O uso da publicidade pelo setor público é um fato relativamente recente, mas bastante generalizado nas economias ocidentais. Esse setor somado

às inversões realizadas pelas entidades públicas, incluindo os partidos políticos, passa a ser um dos que mais anunciam. Muitas organizações governamentais, como o Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR), têm como meta a divulgação dos atrativos turísticos brasileiros.

Ainda, Gastal (2005) menciona que a imagem turística idealizada pela publicidade no imaginário social das pessoas permite delinear um contexto de romantismo e belezas cênicas que se coadunam em um sincretismo metamórfico de consumo (in) consciente pelos lugares turísticos. Todavia, nem sempre a imagem reflete a realidade turística do destino, e ainda mais em se tratando de ausência de políticas voltadas para o desenvolvimento turístico local.

Nessa acepção, segundo a maioria dos atores-chave de São Luís (MA) e Belém (PA), nesses espaços deliberativos, os empresários das organizações turísticas locais participam, porém de maneira moderada, dos processos de governança e governabilidade. Por vez, em São Luís (MA), o ator-entrevistado do empresariado ratifica a desconfiança, uma vez que o processo político descontínuo favorece a isso. Em Belém (PA), o stakeholder ligado aos empresários contribuiu com a afirmação de que a maioria do empresariado local do turismo não confia plenamente nas instituições públicas de turismo, nem do estado e tampouco do município.

Desse modo, percebe-se que há um grau incipiente de capital social (PUTNAM, 2006) entre os empresários e as instituições públicas, uma vez que as relações de confiança, reciprocidade e comunicação são fulcrais para o estabelecimento de redes. A este respeito, Putnam (2006, p. 177) sublinha que “o capital social diz respeito a características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas”.

Assim, entende-se que para o turismo, o capital social é de mais valia, principalmente na articulação de redes (COSTA, 1996), que Sousa e Silva (2009) enfatizam que as redes, ao concordar com Costa (1996), são de mais valia no turismo, pois tanto articulam a comercialização de bens e serviços, como dão suporte à estrutura política para debater o fomento da atividade em arenas deliberativas. Breda (2006) mostra que a rede impulsiona a internacionalização da economia do turismo ao articular organizações, territórios e pessoas.

Esses autores, acima, ainda sinalizam que o capital social é o fio condutor para a articulação e empoderamento da rede, que para Castells (1999) é a forma organizacional predominante em todos os campos de atividades humanas. Então, Matos (2009) argumenta que o capital social pode ser compreendido a partir da junção de capital relacional, capital comunicacional e capital cognitivo<sup>24</sup>.

Nisso, percebe-se uma fluência que resulta na noção de compartilhamento, pois exprime um fato social dialógico, provocando a construção de redes sociais que vêm contribuindo para as conquistas das organizações sociais em prol da transformação dos indivíduos em cidadãos conectados por meio de práticas comunicativas.

Assim, a função do capital social é articular e interagir com uma rede, para que o indivíduo se conecte ao coletivo, sendo apoiado por ações de confiabilidade e cooperação entre os seus membros, uma vez que a desconfiança e o individualismo fragilizam as relações, desmantelando o bem comum. De fato, o capital social é o recurso potencial existente em um coletivo preocupado com o bem comum.

Quanto à demanda turística, percebe-se que neste aspecto, São Luís (MA) e Belém (PA) avançaram, nos últimos anos, em termos de informações sistematizadas dos fluxos de turistas. Ambos os destinos já contam com publicações<sup>25</sup> produzidas em parceria entre as secretarias de turismo com outras instituições.

Em São Luís (MA), a SETUR SÃO LUÍS, por meio do projeto “Observatório de Turismo da cidade de São Luís”, lançou o AE Perfil do Turista – ano base 2013-2014. Em conformidade com o stakeholder da pasta municipal, o projeto “Observatório de Turismo da cidade de São Luís” tem como proposta pesquisar, monitorar, estudar, orientar, formar e disponibilizar informações sobre o destino turístico São Luís. O foco do trabalho é a demanda turística, o desempenho hoteleiro, o perfil socioeconômico, entre outros.

Segundo o ator-entrevistado, a recolha das informações do comportamento da demanda turística foi feita no decorrer dos anos de 2013 e 2014, totalizando o quantitativo de 5.059 entrevistas diretas nos principais portões de entrada e atrativos turísticos. No ano de 2013, foram feitas: i. Duas pesquisas de baixa estação – maio e novembro; ii. Uma pesquisa de alta estação – julho; iii. Duas pesquisas de eventos

---

<sup>24</sup> Para Matos (2009) essas formas de capital tem relação com o sentido de rede, comunicação e aprendizado.

<sup>25</sup> Em São Luís (MA), o Anuário Estatístico Perfil do Turista (2015) e em Belém (PA), o Boletim do Turismo do estado do Pará (FAPESPA/SETUR-PA, 2016).

– carnaval e são joão. Em 2014: i. Duas pesquisas de alta estação – janeiro e julho; ii. Duas de baixa estação – maio e novembro; iii. Uma de evento – são joão.

Desse modo, o AE (2015) aponta, a seguir, alguns resultados importantes, do comportamento da demanda turística em São Luís. Estes resultados foram gerados do percentual médio das duas pesquisas 2013 – 2014. Quanto ao perfil sociodemográfico, predominou o gênero masculino (56%), a faixa etária de 31 a 40 anos (27,64%), o grau de instrução de ensino médio (37,64%), a ocupação de autônomo (16,35%) e renda de até 3 salários mínimos (40,97%). A forma de viagem mais utilizada foi por conta própria (89,72%), seguido do meio de transporte, que ficou próximo, 34,33% de ônibus e 41,70% de avião. O meio de hospedagem mais utilizado foi a casa de parentes (54,24%) e hotel (27,50%). O motivo da viagem foi para negócios (39,04% ) e para lazer (20,54%).

Ademais, tem-se 98,05% de procedência nacional e 1,95% de estrangeiros com 8,13 dias de tempo máximo de permanência e com um gasto diário médio entre R\$ 157,57 e R\$ 1.281,04 por turista. As principais demandas para São Luís são: do próprio Maranhão (44,01%), seguido do Pará (9,14%), São Paulo (8,03%) e Ceará (6,34%). Os gastos por estado são: Maranhão, 18,34%; São Paulo, 12,74%; Ceará, 9,24%; e Pará, 9,06%.

Esses resultados evidenciam informações, mesmo que incipientes, do comportamento da demanda turística em São Luís (MA). Essa é uma ação louvável da pasta municipal, que paulatinamente está se aproximando do setor turístico local, que ainda tem resistências quanto às entidades públicas de turismo. Com esta ação do Observatório do turismo, as organizações turísticas locais começam a se preparar para as variações da demanda, pois até pouco tempo não havia informações sistematizadas sobre a demanda turística local.

Não obstante, em Belém (PA), os atores-chave apontam que, atualmente, o setor turístico local já está preparado para as variações da demanda. Tal afirmativa é embasada a partir dos dados quantitativos disponibilizados, tanto pela SETUR/PA, por meio das informações repassadas pela Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO), MTUR, BOH, como mais recentemente pelo BT (FAPESPA/SETUR-PA). Esse visível cenário ocasiona uma operacionalização mais confiável da atividade. As tabelas 7 e 8, respectivamente, a seguir, demonstram os movimentos turísticos nos polos turísticos do Pará.

**Tabela 8-** Número de turistas por Pólo turístico paraense, 2015

Pólo	Número de turistas	Part. %
Pará	1.113.273	100
Belém	650.097	58,5
Tapajós	200.725	18,0
Amazônia Atlântica	80.195	7,2
Marajó	70.929	6,4
Araguaia - Tocantins	66.796	5,9
Xingu	44.531	4,0

**Fonte:** BT do Estado do Pará (FAPESPA, 2016).

**Tabela 9-** Renda (US\$) gerada pelo turismo no estado por Pólo turístico, 2015

Polo	Renda US\$	Part. %
Pará	187.000.000	100,00%
Belém	109.208.000	58,40%
Tapajós	31.902.200	17,06%
Amazônia Atlântica	16.923.500	9,05%
Marajó	12.903.000	6,90%
Araguaia - Tocantins	8.770.300	4,69%
Xingu	7.293.000	3,90%

**Fonte:** BT do Estado do Pará (FAPESPA, 2016).

Assim, tal processo facilita o planejamento e a gestão de estratégias a fim de dinamizar o setor produtivo do turismo local, uma vez que os estudos do comportamento da demanda contribuem para o planejamento e gestão de ações, tanto nas organizações como nas entidades públicas formuladoras das políticas de turismo. Takasago (2006) afirma que a ausência de dados quantitativos confiáveis compromete o fomento do turismo no Brasil.

A esse respeito, os estudos clássicos de Archer (1982), Fletcher (1989), Flechthing (2001), Smeral (1987) e Witt ; Witt (1992) sinalizaram a importância do comportamento da demanda turística para a formulação de estratégias de desenvolvimento turístico. Perspectiva-se que a demanda turística torne-se um fator determinante para o investimento público e privado em territórios com relevância turística. De fato, o comportamento da demanda turística preconiza um indicador confiável de crescimento e desenvolvimento territorial pautado no turismo.

Os estudos de Song, Witt e Li (2009) sinalizam a demanda turística baseada em modelos econométricos, que contribuem, de modo singular, para uma análise avançada da economia do turismo e, com isso, induzem o planejamento e a gestão de políticas públicas setoriais de investimentos na atividade por meio de informações precisas e confiáveis. Então, urge-se pela necessidade de condensar a informação



estatística acerca do comportamento dos fluxos turísticos, para ela que forneça um conjunto confiável, dinâmico e inovador de indicadores e índices que dê suporte aos processos de planejamento e gestão das políticas públicas do turismo local.

Em conformidade com Andrade (2007), no Brasil, os estudos do comportamento da demanda turística, por meio de análise econômica empírica, a ter a econometria como aporte metodológico, são incipientes, mas tangentes a possibilitar um campo de pesquisa no turismo, bem como a construção de uma área específica da economia dedicada à análise do turismo, justificada pela dimensão econômica que esta atividade desempenha atualmente no país.

Queiróz, Duarte e Gomes (2017) dimensionaram a economia do turismo, como área de interesse para ser apoiada por instrumentos científicos, que tendem a orientar metodologicamente o delineamento de políticas públicas no setor de atividades e serviços turísticos mais condizentes com a realidade local, construindo, assim, um plano de desenvolvimento econômico multifacetado e sustentável.

No que se refere à escolha do destino turístico São Luís (MA) e Belém (PA), os atores-chave de São Luís (MA) apontaram que a marca “Amazônia” ainda não tem influência e significado no fazimento do turismo local, uma vez que o apelo amazônico, embalado pelas peças publicitárias de um lugar turístico exótico, ainda não é estratégia de marketing adotada pelo trade turístico local.

No entanto, esta é uma alternativa a ser discutida nas arenas políticas de turismo local, uma vez que concorrer com o apelo nordestino não é tão simple, haja vista que o turismo no Nordeste é muito mais competitivo. Os concorrentes vizinhos mais próximos, Parnaíba (PI) e outros destinos cearenses, por exemplo, já têm demandas e são destinos turísticos mais consolidados que São Luís (MA).

Salienta-se que o Estado do Maranhão, por meio da capital São Luís (MA), é percebido duplamente pelo e para o turismo, pois é visto tanto do lado amazônico, por enquadrar-se no conceito institucional de fronteira de desenvolvimento regional orientado pela SUDAM, como pelo lado do nordeste brasileiro, pois insere-se geopoliticamente nesta região e tem institucionalidades advindas da SUDENE.

No que tange à gastronomia local, embora a SETUR SÃO LUÍS tenha o projeto do Museu da Gastronomia Maranhense, ainda sem funcionamento, e 43,16% dos entrevistados considerarem excelente a gastronomia local, segundo o AE (2015), os stakeholders foram unânimes em afirmar que ela, por si só, não atrai e tampouco chega a ser o motivo da escolha do destino, uma vez que em termos de

competitividade, a gastronomia maranhense ainda está aquém da gastronomia paraense, que já apresenta um legado para consolidá-la como produto turístico no Pará.

Contudo, concernente às festividades, os atores entrevistados foram também unânimes em ratificar que o “São João” é a maior festividade do Maranhão e está a consolidar-se como um produto turístico. Nisto, esta festividade de São Luís (MA) consegue atrair demandas, mesmo que local e regional, a exemplo do Pará. De fato, o ator-chave da SECTUR/MA informou que houve investimento de marketing promocional do São João nas cidades que foram detectadas, como as que mais demandam turistas, a exemplo de Belém (PA). Em conformidade com os dados quantitativos do AE (2015), houve pesquisa de demanda em dois anos consecutivos (2013-2014) no decorrer do período do São João.

A respeito da hospitalidade, os atores-chave concordaram de que ela é um diferencial no turismo local. Sobre isto, o AE (2015) aponta que 43,65% dos entrevistados acham que a hospitalidade do maranhense é excelente. Essa discussão sobre hospitalidade é importante, pois conforme Lashley (2008), é o lado mais humanizador do processo de desenvolvimento turístico, uma vez que ela consegue ser um fator determinante de tomada de decisão dos viajantes.

A seguir, as questões referentes à segurança pública e à limpeza da cidade, conforme os entrevistados, merecem uma atenção maior do poder público, pois estes aspectos influenciam na imagem do destino turístico. De acordo com o AE (2015): 69,13% dos entrevistados não aprovam os serviços de segurança; 60,09% não aprovam a iluminação pública nos principais atrativos turísticos; a limpeza pública tem 72,96% de reprovação; o transporte coletivo 48,71% também de reprovação; a sinalização e os serviços de táxi também integram este cabaz de reprovação, com 62,96% e 26,48%, respectivamente.

Quanto aos preços e qualidade dos serviços turísticos prestados em São Luís, os atores-chave foram orquestrados a afirmar que os preços e a qualidade na prestação dos serviços precisam melhorar consideravelmente. Segundo o AE (2015), avaliação dos serviços teve os seguintes resultados: i. Hospedagem – 24,22% não aprovam e 26,88% aprovam; ii. Bares e Restaurantes – 28,47% não aprovam e 45,82% aprovam; iii. Barracas de praia – 28,04% não aprovam e 25,24% aprovam; iv. Agência de Viagem – 5,87% não aprovam e 8,09% aprovam; v. Loja de artesanato – 13,39% não aprovam e 26,44% aprovam.

Percebe-se com este resultado acima que os serviços padecem de melhorias, tanto no que diz respeito à qualidade, como no que tange aos preços. Aponta-se para a necessidade de melhorar o serviço e ofertar um preço à altura. Logo, investimentos em qualificação profissional é de mais valia neste processo face à dinâmica do mercado turístico. Segundo os atores-chave, tanto na SETUR SÃO LUÍS, quanto na SECTUR/MA há parcerias com o trade turístico com o fito de ofertar cursos de qualificação profissional em turismo.

Os stakeholders entrevistados de Belém apontaram, sem divergência, que a marca “Amazônia”, a gastronomia paraense, a festividade local, a exemplo do Círio de Nazaré, e a hospitalidade local têm influências e significados positivos no desenvolvimento turístico local, ao passo que a demanda e oferta turísticas, a segurança pública, aspectos de limpeza, a localização geográfica, os preços dos serviços turísticos e a qualidade dos serviços são preocupações pertinentes para o planejamento de ações coletivas entre o poder público, o trade turístico e a sociedade.

De fato, tem-se em Belém (PA), o círio de nazaré e a gastronomia como produtos turísticos competitivos no mercado regional e nacional. A SETUR/PA tem em seu planejamento a intenção de pesquisas acerca da competitividade destes dois produtos já em vias de consolidação em Belém. A respeito do Círio de Nazaré, Costa et al. (2008) apontam que esse mito religioso amazônico se traduz, a cada segundo domingo de cada ano, na economia da fé na Amazônia Brasileira.

Os autores mencionam que durante este período, a economia turística, por meio dos serviços compósitos de meios de hospedagem, alimentos & bebidas, transportes, empresas de agenciamentos turísticos, de entretenimentos e lojas de souvenirs, é dinamizada, caracterizando a conjuntura de alta estação da demanda turística em Belém. A tabela 9, a seguir, apresenta o número de turistas e gastos no Círio de Nazaré dos anos de 2014 e 2015.

**Tabela 10-** Número de turistas e Gasto de turistas no Círio de Nazaré, 2014–2015

Ano	Número de turistas	Gastos
2014	Cerca de 82 mil	US\$ 30,40 Milhões
2015	Cerca de 84,4 mil	US\$ 30,40 Milhões
Crescimento 2014/2015	Cerca de 3,0%	-

**Fonte:** BT do Estado do Pará (FAPESPA, 2016).

Quanto à gastronomia, segundo a SETUR/PA, o Governo do Estado, em parceria com a Prefeitura Municipal de Belém e entidades representativas do setor, Instituto Paulo Martins, Centro de Empreendedorismo da Amazônia e Instituto Até, estão discutindo, há aproximadamente quatro anos, o projeto de criação do Centro Global de Gastronomia e Biodiversidade. Este espaço será no Complexo Feliz Lusitânia e a ideia é que seja a razão maior para validar o título que a cidade de Belém recebeu da UNESCO, no ano de 2015, de “Cidade Criativa da Gastronomia”.

Todavia, acredita-se que este projeto poderia ser discutido por meio de um painel de especialistas com ampla participação popular, principalmente por meio de audiências públicas, uma vez que os recursos, em parte, sairão dos cofres públicos. Entende-se que população residente local, assim como os usuários do Centro Histórico de Belém (CHB) e os agentes econômicos do mercado Ver-o-Peso precisam participar desta demanda institucionalizada pelo poder público, uma vez que, direta ou indiretamente, haverá reflexos de cunho socioeconômico para a área de implantação e seu entorno deste projeto importante para o fortalecimento do turismo local.

Em relação à marca “Amazônia” e a hospitalidade, os atores-chave defendem a tese que ambas são o diferencial no turismo local. Silva (2013, p. 320) ressalta que “as experiências (ou ações) passaram a explorar imagens, representações e identidades sobre a Amazônia, mantendo-se até os dias de hoje, aprofundando cada vez mais o ideário do turismo como sendo uma aventura pela floresta amazônica”.

A este ponto, percebe-se que os fluxos turísticos, nacional e internacional, têm a motivação de interagir com o simulacro amazônico de cultura e biodiversidade, promovidos pelas peças publicitárias feitas pelo poder público e trade turístico, tanto nacional como internacional. Nota-se que o processo de comercialização dos atrativos turísticos amazônicos perpassa pela produção de imagens estereotipadas de experiências turísticas na maior floresta tropical do mundo. Todavia, Rodrigues (2013) salienta que nem sempre a imagem produzida reflete o sentido do lugar turístico e, na Amazônia Brasileira, isso é uma asserção.

Quanto aos aspectos de demanda e oferta turísticas, os entrevistados afirmaram que a partir do lançamento do BT (FAPESPA, 2016), as organizações turísticas sentiram mais entusiasmo na pasta estadual de turismo, ao ter uma ação que possa orientar os investimentos do mercado. No entanto, não é apenas o

fazimento desta ação que colocará a demanda e a oferta no saldo positivo e sim, a ação coletiva já indicada pelas arenas políticas.

Outros aspectos importantes e sérios no fazimento da atividade turística em Belém (PA) estão relacionados à segurança pública, limpeza da cidade/atrativos, acesso/localização geográfica e preços/qualidade na prestação dos serviços turísticos. Neste ponto, os atores-entrevistados foram enfáticos em assumir que os aspectos de segurança e limpeza urgem por melhorias, principalmente porque são os itens mais observados pelos viajantes.

A questão da localização geográfica, tanto em São Luís (MA) como Belém (PA), já não influencia tanto, conforme os atores-entrevistados, pois com a melhoria dos meios de transporte e a concorrência entre as organizações de transportes aéreos e, mais recentemente rodoviários, favoreceu a mobilidade das pessoas para terem a experiência da viagem, independente das distâncias. Neste cariz, Cunha e Abrantes (2014) mencionam que as pessoas estão tornando-se mais fluxivas e qualquer época do ano e qualquer lugar já servem para impulsionar os movimentos turísticos.

Logo, a localização e acesso não influenciam o ato da tomada de decisão dos viajantes regionais, ou melhor, dos caboclos amazônicos (CASTRO, 2014; RODRIGUES, 2006), que entre os rios e as cidades ribeirinhas viajam com o fito de visitar os parentes, tratar da saúde e/ou crenças religiosas, a exemplo do Círio de Nazaré. Nota-se que estes turistas caboclos também articulam os serviços compósitos do arquétipo turístico e esta é uma demanda invisível, que muitas vezes não é contabilizada nas informações estatísticas oficiais de turismo na Amazônia Brasileira.

Sendo assim, Rodrigues (2006) e Castro (2014) contribuem para o entendimento da categoria social “caboclo amazônico”. Para Rodrigues (2006), há questionamentos teóricos, políticos e éticos acerca da categoria social “caboclo amazônico”, muitas vezes usada na literatura regional para designar a miscigenação existente entre o colonizador e o colonizado.

A autora reforça que entre os diversos significados atribuídos à categoria, predomina um sentido pejorativo e negativo, que permite o exercício da reflexividade acerca do contexto histórico amazônico, que Castro (2014) chama de uma violência simbólica, pois o caboclo amazônico teve forte caracterização segregatória e discriminatória na sociedade amazônica.

Portanto, percebe-se que o turista regional caboclo amazônico sempre foi segregado na sociedade e associar o seu ato de viagem ao sentido atual de turismo ou turista ainda não é uma realidade na literatura sobre o fazimento do turismo amazônico.

Outro aspecto importante relacionado ao turismo local é quanto aos preços e qualidade dos serviços turísticos prestados. Na observação dos stakeholders, o destino Belém (PA) ainda padece de melhorias na qualidade da prestação de serviços, uma vez que investimentos são feitos, principalmente do lado do poder público. A SETUR/PA, por meio do Plano Estadual de Qualificação no Turismo (PEQT), realiza ações específicas de qualificação em parceria com o trade turístico local.

Os preços praticados no mercado turístico local, na percepção dos atores-chave, também requerem uma análise mais criteriosa, haja vista que a livre concorrência e as políticas de preços adotadas pelo mercado contribuem para a variação da demanda turística. De fato, os turistas dependem dos seus rendimentos para realizar as viagens e a questão dos preços, conforme Cunha e Abrantes (2014), constitui uma variável que determina as variações da demanda turística.

A considerar, os aspectos sobre a sustentabilidade turística, perguntou-se para os atores-chave do poder público de São Luís (MA) e Belém (PA) se há ação direcionada para a questão da sustentabilidade, tanto para os serviços como para os atrativos turísticos.

No que tange a São Luís (MA), a sustentabilidade nos serviços e nos atrativos turísticos também é uma preocupação do poder público, conforme a SETUR SÃO LUÍS e SECTUR/MA. Segundo a SETUR SÃO LUÍS, as ações são mais focadas no aspecto da conservação do patrimônio histórico cultural do CHSL e em campanhas de educação ambiental nas praias da avenida litorânea com usuários e empresários das barracas de praia e outros projetos da secretaria, que também discutem a sustentabilidade de maneira transversal nas ações propostas.

A considerar, o stakeholder de uma associação representativa do trade turístico mencionou que a preocupação sempre há, mas a praticidade de ações ainda são casos isolados de um empreendimento hoteleiro aqui ou acolá, porém, não de uma maneira sistemática que envolvesse as organizações turísticas de todos os segmentos e as secretarias de turismo e meio ambiente, que é uma parte interessada também neste processo de sustentabilidade turística.

Por vez, no que diz respeito a Belém (PA), a pasta municipal optou em assinalar que a pergunta não se aplica; a SETUR/PA apontou que a sustentabilidade dos polos turísticos, principalmente de Belém, é prioridade e consta no PLANO VER-O-PARÁ<sup>26</sup>, principalmente por meio do Projeto do Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR) – Polos Belém, Marajó e Tapajós.

Não obstante, perguntou-se para o stakeholder de associação ligada ao trade turístico se os serviços turísticos - meios de hospedagem, agências, eventos, alimentação, transportes, entretenimento - já são adequados às questões referentes à sustentabilidade turística. Segundo o entrevistado, já há a preocupação no trade turístico, principalmente no segmento de eventos, meios de hospedagem e entretenimento, a citar os espaços gerenciados pelo Governo do Estado, que são: Estação das Docas, Mangal das Garças, Hangar e Complexo Feliz Lusitânia.

Conforme o ator-entrevistado, as ações ainda são feitas em pequena escala e mais direcionadas à questão dos resíduos sólidos; no entanto, há provocações a respeito da água e eletricidade com o trade turístico e poder público, pois assim como os resíduos sólidos, essas demandas também merecem uma atenção maior pelo mercado turístico.

De fato, conforme a literatura, atualmente, urge-se por adequar todo o processo de produção do turismo em consonância as orientações de sustentabilidade. Isso torna-se uma exigência face às preocupações de exaustão dos recursos naturais, que compromete os atrativos turísticos, que tem no meio ambiente o alicerce para o turismo.

Cunha e Abrantes (2014) mencionam a importância da qualidade no turismo e destacam bem a questão do posicionamento estratégico das organizações, que para obterem lucratividade precisam ter vantagens competitivas. Essas vantagens são relacionadas aos processos de certificação, e atualmente qualidade e meio ambiente são indicadores fortes para manter as organizações competitivas. Neste foco, a qualidade torna-se imperiosa e ainda mais aliada aos aspectos de sustentabilidade, por meio dos processos de destruição criativa (SCHUMPETER, 2012), que originam a inovação para a sustentabilidade.

---

<sup>26</sup> Para maiores detalhes ver o PLANO VER-O-PARÁ. Disponível em: < em: <<http://www.setur.pa.gov.br/plano-ver-o-para>>. .

Nota-se que o turismo e suas organizações adaptam-se às novas exigências do mercado. A verdadeira concorrência na economia está entre organizações inovadoras que geram novos produtos, bens ou serviços, realizando o ciclo, ou seja, a organização ou reinventa-se, ou está fadada a falir. Neste sentido, conforme Schumpeter (2012), o enfoque está no surgimento de novos modelos de empreender, para que surja o estímulo para o início de um novo ciclo econômico que viria, principalmente, das inovações tecnológicas introduzidas por empresários inovadores.

Ademais, adverte-se que a sustentabilidade nas organizações está presente em todo o processo produtivo do serviço. No turismo, segundo Gossling (2015), a questão da água tornou-se um sinalizador para que a sustentabilidade ambiental possa ser mais evidenciada, uma vez que o comportamento da demanda turística, assim como a manutenção dos níveis de conforto ambiental para não minimizar a qualidade do serviço, ainda é um dilema e torna-se um desafio para a sustentabilidade turística.



## 5 RESULTADO DA PESQUISA E DISCUSSÃO DOS DADOS

No contexto do processo da pesquisa, descrito no Capítulo 2, tem-se a natureza essencialmente qualitativa como a estratégia adotada, tomando as OTMH de São Luís (MA) e Belém (PA) como casos de estudo e as implicações do seu consumo de água como as unidades de análise. Deste modo, procedeu-se à delimitação da população em estudo na investigação empírica, sendo consideradas para a pesquisa de campo, as OTMH com o CADASTUR/MTUR, com interesse na temática e, mais ainda, com a disponibilidade para participar das entrevistas. Ressalta-se que as OTMH desempenham um papel importante no setor de turismo.

Assim, a pesquisa de campo com a recolha de dados decorreu desde a primeira quinzena de outubro de 2017 à segunda quinzena de janeiro de 2018, com 20 e 15 OTMH de São Luís (MA) e Belém (PA), respectivamente, que atenderam aos critérios acima mencionados e reservaram de 30 a 45 minutos dos seus afazeres profissionais para a entrevista.

Então, para a análise e discussão dos dados recolhidos, optou-se em renomear as OTMH para garantir a preservação da imagem, assim como evitar a judicialização da pesquisa. Outrossim, as respostas fornecidas não as identificam, pois o sigilo foi preservado de modo absoluto, conforme o acordo firmado para a autorização das entrevistas. Logo, para São Luís (MA), tem-se OTnSLS; para Belém, apresenta-se OTnBEL, em que: OT significa organização turística, n é o número ordinal da entrevista realizada, SLS é a sigla para São Luís e BEL a sigla para Belém.

Nota-se que a carta de apresentação da pesquisa e o formulário de entrevista foram enviados por meio de correio eletrônico para as OTMH associadas à ABIH nas duas capitais capitais<sup>27</sup>. Todavia, somente o rácio acima mencionado, que de fato respondeu, interessou-se, disponibilizou-se e participou veemente da entrevista. Com isso, validou-se este rácio, a partir dos critérios estabelecidos, com mais ênfase no interesse na temática e na disponibilidade de participação na pesquisa.

Tendo em conta a unidade de análise definida – as implicações do consumo de água nas OTMH, o nível de análise na pesquisa foi individual, averiguando o

---

<sup>27</sup> Segundo a ABIH – MA, 25 OTMH são associadas. Em Belém, esta informação foi capturada nos estudos de Nascimento (2016), que afirma ter 86 OTMH associadas à ABIH – PA.

comportamento estratégico destas organizações turísticas entrevistadas, porém procurando extrair observações importantes para o tratamento da informação.

Em termos da natureza dos dados recolhidos, a pesquisa reflete essencialmente a natureza qualitativa com base nas respostas das entrevistas, que tiveram no formulário questões essencialmente abertas, no sentido de enriquecer a recolha de informação. Segundo Silva (2012), o formulário de entrevista insere-se nos métodos tradicionais de recolha neste domínio.

Por conseguinte, na presente pesquisa, as populações em estudo foram as OTMH de São Luís (MA) e Belém (PA). Ou seja, as OTMH foram previamente selecionadas de acordo com o critério de interesse na temática e disponibilidade em participar da pesquisa.

De fato, a questão do interesse na temática foi mais alarmante, uma vez que a temática da sustentabilidade para a eco-inovação na perspectiva do consumo de água, principalmente nas OTMH de Belém (PA), não despertou o interesse da maioria delas em participar da pesquisa. Contudo, em São Luís (MA) houve um interesse maior em face a problemática do fornecimento de água ser uma realidade cotidiana nesta capital brasileira da Amazônia Oriental.

Seguindo a prossecução da pesquisa de campo, contactou-se inicialmente por meio de chamada telefônica a ABIH<sup>28</sup>, seccionais MA e PA. Após o atendimento da chamada, identificou-se e explicou-se sobre a importância da pesquisa e solicitou-se o e-mail institucional para o envio da carta de apresentação e formulário de entrevista com vistas a ter a primeira aproximação com as OTMH dos referidos destinos turísticos. Em seguida, solicitou-se uma lista das OTMH associadas com telefone comercial e correio eletrônico para o envio dos documentos descritos, acima.

Então, a partir da lista das OTMH associadas da ABIH – MA e da informação capturada em Nascimento (2016) acerca das OTMH de Belém (PA), iniciou-se a pesquisa de campo nos recortes temporais já explicitados anteriormente. O procedimento deu-se, primeiramente, por meio de chamada telefônica, durante os dias úteis. Geralmente, o atendimento da chamada é feito pela recepção ou eventual proprietário, no caso das pousadas.

---

<sup>28</sup> Ressalta-se que somente a ABIH – MA correspondeu às expectativas da pesquisa, fornecendo todas as informações necessárias para a realização das entrevistas com as OTMH de São Luís (MA). A ABIH – PA não se manifestou e tampouco teve interesse na pesquisa.

Em seguida, identificava-se, explicava-se o propósito da pesquisa e solicitava-se o e-mail do gerente geral ou técnico da área de engenharia, para posterior envio da carta de apresentação da pesquisa e formulário de entrevista, os documentos oficiais da pesquisa de campo.

Todavia, é interessante destacar que em Belém (PA) a receptividade da pesquisa não foi boa e para ter um rácio válido, teve-se que recorrer aos entrevistados confirmados das OTMH para que eles pudessem articular com os seus pares a entrevista. No entanto, poucos deram retorno e, com isso, foi reunida uma seleção válida de 20 OTMH – SLS<sup>29</sup> e 15 OTMH – BEL, respectivamente. Outrossim, considera-se que o processo de seleção das OTMH permitiu obter uma amostra com características aproximadas à da população em estudo, ainda que com limitações acima reconhecidas, designadamente em termos do tamanho da seleção.

Ressalva-se que um pré-teste do inquérito, com a versão do formulário de entrevista piloto foi realizado junto a dois professores mestres, do curso de Hotelaria Bacharelado, do Departamento de Turismo e Hotelaria (DETUH), do Centro de Ciências Sociais (CCSO), da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) para ratificar a compreensão e adequação das questões. Então, a partir da análise do pré-teste, algumas questões foram melhoradas e retificadas para lançar o formulário no campo de pesquisa.

Outrossim, a elaboração do formulário de entrevista teve em atenção o tipo de informação a recolher, a operacionalização dos conceitos, o formato das perguntas abertas e a sequência das questões. Intencionou-se com isso limitar o tamanho e o escopo da pesquisa, uma vez que não foi pretensão desestimular os potenciais respondentes, tornando a recolha de dados muito demorada ou fazendo muitas perguntas abertas.

Dessa maneira, a estrutura e as perguntas foram desenhadas em função da informação necessária para confrontar com a teoria de base, a fim de perceber o comportamento estratégico das organizações frente a necessidade de sustentabilidade para a eco - inovação. Portanto, o instrumento de recolha de dados envolveu informações-chave para se buscar a qualidade nas respostas. Neste âmbito, apoiado na revisão de literatura e no pré-teste realizado, o formulário de entrevista foi estruturado em 3 partes, a saber, a seguir e abaixo:

---

<sup>29</sup> Em resposta ao Ofício nº 06/2017 (Anexo, p. 219), o SESC Olho d'água não autorizou a pesquisa de campo (Anexo, p. 213).

1) Caracterização do respondente: as questões deste grupo tiveram como propósito recolher informação de caracterização da OTMH, bem como recolher informação acerca da formação profissional e gênero do gestor e/ou técnico;

2) Potencialidades e estratégias para a sustentabilidade das OTMH: em que se procurava recolher informação sobre quais são as potencialidades e estratégias adotadas pelas OTMH em termos de sustentabilidade para a eco - inovação;

3) O consumo de água nas OTMH: as perguntas deste bloco do formulário procuravam provocar a compreensão acerca da questão da água, relativamente ao consumo perdulário da demanda, infraestrutura, hábitos e costumes, estratégias de eco-inovação, dentre outros.

No parágrafo inicial, o formulário começava por apresentar resumidamente o objetivo do estudo, recordando-se a confidencialidade dos dados recolhidos. Depois, com o primeiro bloco de questões, procurou caracterizar as OTMH, a partir de 7 questões objetivas. No segundo bloco, foram construídas 10 questões. A primeira questão perguntava sobre o comportamento inovador para a sustentabilidade da organização. A segunda versava acerca do posicionamento da organização no mercado turístico sustentável.

A terceira e a quarta questões estão diretamente associadas à segunda, uma vez que solicita as ações e os indicadores que justificam o posicionamento estratégico no mercado turístico sustentável. A quinta refere-se ao comportamento da demanda. A sexta questão perguntava sobre parcerias e cooperação técnica com as Universidades e Institutos, no tocante à pesquisa neste domínio temático da inovação para a sustentabilidade.

A sétima e oitava perguntavam sobre práticas de economia de energia e coleta seletiva de descarte energético, respectivamente. A nona e a décima perguntavam sobre a certificação das NBR 15401 e 16534, respectivamente.

No terceiro bloco do formulário, 8 questões foram formuladas. A primeira versava sobre o consumo perdulário de água na organização. A segunda questão perguntava acerca do gerenciamento da água. A terceira apontava sobre a requalificação da infraestrutura para o consumo eficiente de água, caso afirmativo, quais as medidas tomadas pela organização. A quarta questão perguntava sobre o comportamento da demanda, que diretamente tem a ver com a primeira questão.

A quinta questão refere-se às variáveis do comportamento da demanda e de que modo ela é levada em consideração para a elaboração de estratégias para

atenuar o consumo perdulário na organização. A sexta perguntava se o consumo de água é utilizado como indicador de sustentabilidade para a eco-inovação da organização.

A sétima procurava saber se a organização tem poço artesiano e, se sim, se há a certificação das autoridades sanitárias do Estado e Município. Na oitava questão, perguntou-se acerca da falta de água no bairro, onde a organização localiza-se e, caso afirmativo, quais são as medidas tomadas pela organização.

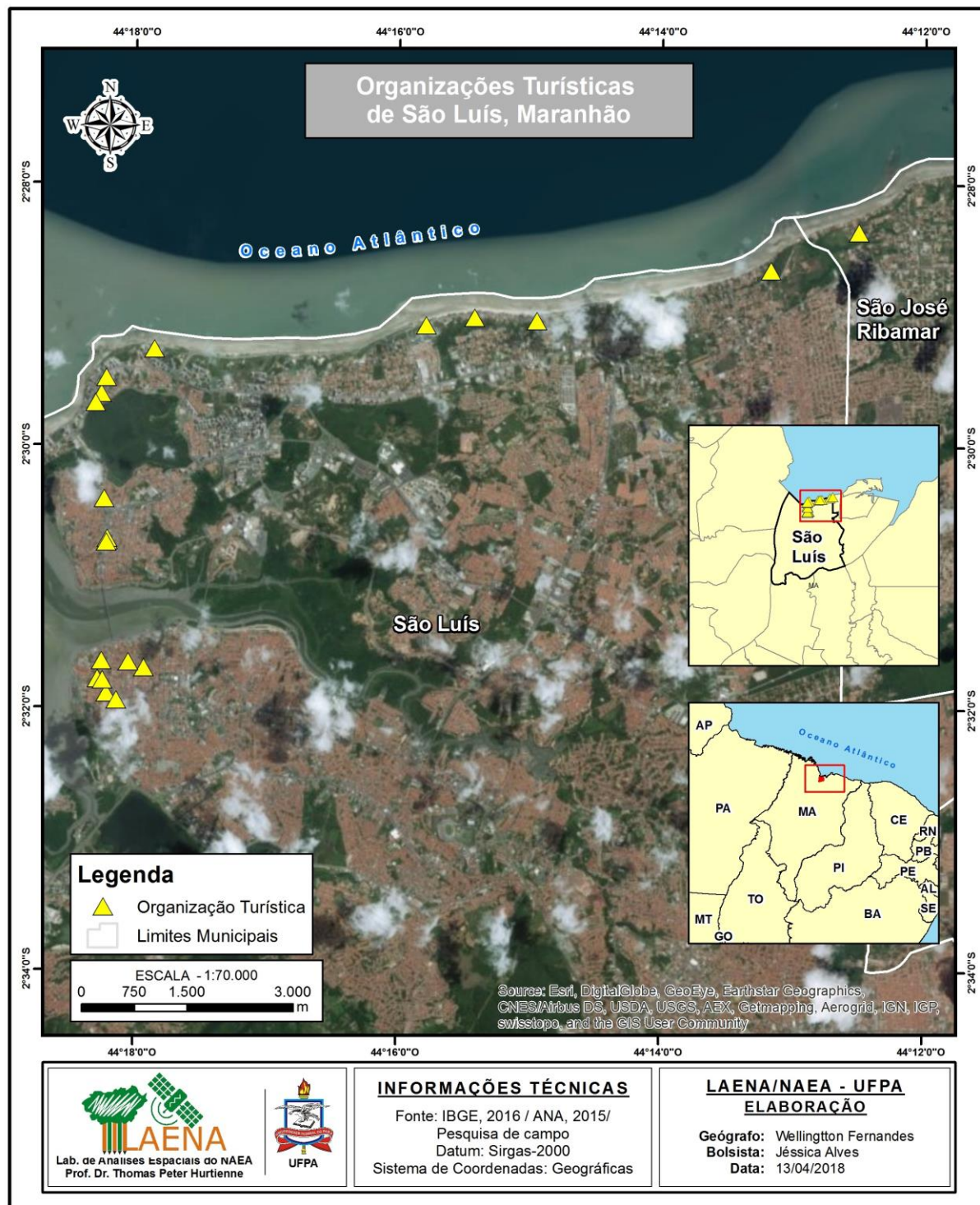
Com isso, a partir do tratamento efetuado às respostas ao formulário de entrevista, permite-se evidenciar os resultados articulados às discussões teóricas. Face a isto, optou-se nesta análise evidenciar os resultados divididos em três blocos e em 18 quadros construídos a partir de um conjunto de variáveis oriundas do formulário de entrevista. Esta divisão em blocos e quadros permitiu perceber o contexto das OTMH, nas duas cidades, em questão, relacionado ao comportamento e posicionamento no mercado turístico, tendo como orientação o consumo de água na perspectiva da sustentabilidade para a eco-inovação.

### **5.1 Distribuição espacial das OTMH**

A seguir, os mapas da distribuição espacial das OTMH analisadas em São Luís (MA) e Belém (PA).

## 5. 1. 1 OTMSLS

**Mapa 2-** Distribuição espacial das OTMH de São Luís (MA). Projeto do mapa: E. Gomes, W. Fernandes, J. Alves<sup>30</sup>, 2018

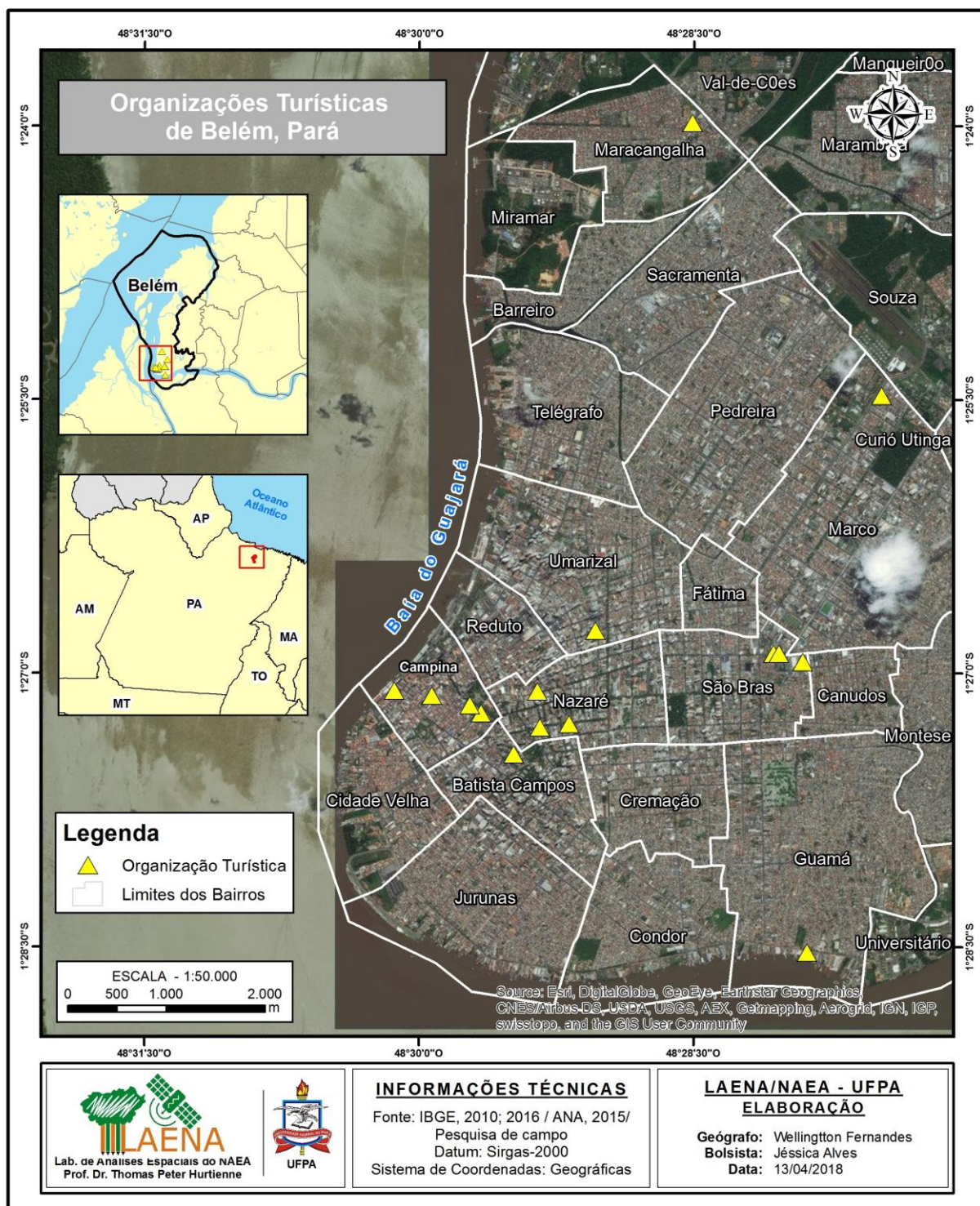


Fonte: LAENA/NAEA (2018).

<sup>30</sup> Alves, J. é bolsista do Laboratório de Análises Espaciais “Prof. Thomas Peter Hurtienne” (NAEA/UFPA).

## 5. 1. 2 OTMHBEL

**Mapa 3-** Distribuição espacial das OTMH de Belém (PA). Projeto do mapa: E. Gomes, W. Fernandes, J. Alves , 2018.



Fonte: LAENA/NAEA (2018).

## 5. 2 Caracterização das OTMH

As OTMH são também conhecidas como edifícios não-residenciais e também designados não-habitacionais (SOARES, 2010). Ainda, Soares (2010, p. 9) define que:

Por definição, um edifício é considerado como um edifício não habitacional ou não residencial, quando a pequena parte do prédio, isto é, menos de metade da sua área bruta, é usada para fins de moradia. Nos edifícios não habitacionais podem-se incluir, entre outros, edifícios do tipo: industriais, comerciais, de ensino, de saúde e hotelaria.

A legislação brasileira sobre os meios de hospedagem sinaliza que estes edifícios não-habitacionais devem seguir uma padronização por meio do Sistema Brasileiro de Classificação de Meios de Hospedagem A legislação (SBCLASS)<sup>31</sup> do MTUR (2011). O SBCLASS é o sistema de classificação de meios de hospedagem desenvolvido pelo MTUR para aumentar a competitividade do setor hoteleiro no Brasil, que foi instituído por meio da Portaria Ministerial nº 100 de 16 de junho de 2011.

Em conformidade com o Manual de Identidade Visual (MIV) do SBCLASS (MTUR, 2011), os meios de hospedagem no Brasil têm a seguinte classificação, a seguir e abaixo. Salienta-se que o MIV tem por finalidade padronizar o uso da marca de classificação dos meios de hospedagem por estabelecimentos classificados pelo SBCLASS.

i. Hotel: estabelecimento com serviço de recepção, alojamento temporário, com ou sem alimentação, ofertados em unidades individuais e de uso exclusivo dos hóspedes, mediante cobrança de diária;

---

<sup>31</sup> As OTMH analisadas, tanto de São Luís (MA) como Belém (PA) não seguem a padronização do SBCLASS, como orienta o MTUR.



**Figura 8-** identidade visual hotel



Fonte: MIV/MTUR (2011).

ii. Resort: hotel com infraestrutura de lazer e entretenimento que disponha de serviços de estética, atividades físicas, recreação e convívio com a natureza no próprio empreendimento;

**Figura 9-** identidade visual Resort



Fonte: MIV/MTUR (2011).

iii. Hotel Fazenda: Localizado em ambiente rural, dotado de exploração agropecuária, que ofereça entretenimento e vivência do campo;

**Figura 10-** identidade visual Hotel Fazenda



**Fonte:** MIV/MTUR (2011).

iv. Cama e Café: hospedagem em residência com no máximo três unidades habitacionais para uso turístico, com serviços de café da manhã e limpeza, na qual o possuidor do estabelecimento reside;

**Figura 11-** identidade visual Cama e Café



**Fonte:** MIV/MTUR (2011).

v. Hotel Histórico: Instalado em edificação preservada em sua forma original ou restaurada, ou ainda que tenha sido palco de fatos histórico-culturais de importância reconhecida;

**Figura 12-** identidade visual Hotel Histórico



Fonte: MIV/MTUR (2011).

vi. Pousada: Empreendimento de característica horizontal, composto de no máximo 30 unidades habitacionais e 90 leitos, com serviços de recepção, alimentação e alojamento temporário, podendo ser em um prédio único com três pavimentos, ou contar com chalés ou bangalôs;

**Figura 13-** identidade visual Pousada



Fonte: MIV/MTUR (2011).

vii. Flat/Apart-hotel: Constituído por unidades habitacionais que disponham de dormitório, banheiro, sala e cozinha equipada, em edifício com administração e comercialização integradas, que possua serviço de recepção, limpeza e arrumação.

**Figura 14-** identidade visual Flat/Apart-hotel



**Fonte:** MIV/MTUR (2011).

Na presente pesquisa, apenas os hotéis e as pousadas foram analisados, uma vez que as outras denominações de meios de hospedagem não se enquadraram no âmbito deste trabalho. Com isso, ressalva-se que em São Luís (MA) foram analisados 11 hotéis e nove pousadas e, em Belém (PA), 15 hotéis e nenhuma pousada<sup>32</sup>. Assim sendo, as tabelas 11 e 12 e os quadros 2 e 3, a seguir e abaixo, apresentam a caracterização das OTMHSLS e OTMHBEL, a partir de seis variáveis: categoria, UH, cadastur, rede ou familiar, habilitação acadêmica e gênero.

---

<sup>32</sup> Justifica-se pela falta de interesse, uma vez que enviou-se o material da pesquisa solicitando ciência e colaboração, mas as poucas pousadas localizadas, no lado continental, não tiveram interesse na pesquisa, embora elas façam a propaganda do ecologicamente correto.

**Tabela 11 - Caracterização das OTMHLSLS (Categoria, UH, Cadastur), São Luís (MA), 2017.**

OTMHLSLS	Categoria	Unidades Habitacionais (UH)	Cadastur
OT1SLS	Hotel	216	Sim
OT2SLS	Hotel	211	Sim
OT3SLS	Pousada	36	Sim
OT4SLS	Pousada	27	Sim
OT5SLS	Pousada	17	Sim
OT6SLS	Hotel	35	Sim
OT7SLS	Hotel	105	Sim
OT8SLS	Pousada	16	Sim
OT9SLS	Pousada	14	Sim
OT10SLS	Pousada	18	Sim
OT11SLS	Pousada	15	Sim
OT12SLS	Pousada	12	Sim
OT13SLS	Hotel	78	Sim
OT14SLS	Hotel	243	Sim
OT15SLS	Pousada	20	Sim
OT16SLS	Hotel	111	Sim
OT17SLS	Hotel	56	Sim
OT18SLS	Hotel	78	Sim
OT19SLS	Hotel	120	Sim
OT20SLS	Hotel	155	Sim

**Fonte:** Pesquisa de Campo (2017).

**Tabela 12 - Caracterização das OTMHBEL (Categoria, UH, Cadastur), Belém (PA), 2017.**

OTMHBEL	Categoria	Unidades Habitacionais (UH)	Cadastur
OT1BEL	Hotel	38	Sim
OT2BEL	Hotel	77	Sim
OT3BEL	Hotel	29	Sim
OT4BEL	Hotel	258	Sim
OT5BEL	Hotel	405	Sim
OT6BEL	Hotel	216	Sim
OT7BEL	Hotel	361	Sim
OT8BEL	Hotel	127	Sim
OT9BEL	Hotel	153	Sim
OT10BEL	Hotel	285	Sim
OT11BEL	Hotel	32	Sim
OT12BEL	Hotel	130	Sim
OT13BEL	Hotel	162	Sim
OT14BEL	Hotel	69	Sim
OT15BEL	Hotel	90	Sim

**Fonte:** Pesquisa de Campo (2017).

De acordo com as tabelas 11 e 12, acima, pode-se perceber que em São Luís (MA), nove pousadas e 11 hotéis e, em Belém (PA), 15 hotéis, participaram da pesquisa de campo. Ressalta-se que em São Luís (MA), as OTMH estão distribuídas nas zonas<sup>33</sup> Z-1 e Z-5, respectivamente, que abrangem o Centro Histórico e a área da Litorânea, áreas fortemente turísticas da capital maranhense.

Ademais, observa-se que as UH, nas duas cidades brasileiras, foram ampliadas. Segundo o Relatório Executivo do Plano Ver-o-Pará (2012), (PA), mais de 3.000 UH em Belém e, de acordo, com o AE Perfil do Turista – ano base 2013-2014 (SETUR SÃO LUÍS, 2015), mais de 1.000 UH em São Luís (MA). Igualmente, as OTMH SLS e OTMH BEL analisadas possuem o CADASTUR, e isso representa um avanço em termos de institucionalidades para o fomento do turismo no país, por meio do ordenamento, legalização e certificação dos prestadores de serviços turísticos. Por conseguinte, os quadros 2 e 3, apresentam a seguinte caracterização:

**Quadro 2** - Caracterização das OTMH SLS (Rede ou Familiar, Habilitação Acadêmica, Gênero), São Luís (MA), 2017.

OTMH SLS	Rede ou Familiar	Habilitação Acadêmica do Gestor/Técnico	Gênero
OT1SLS	Rede	Administração de Empresas	Masculino
OT2SLS	Familiar	Hotelaria	Masculino
OT3SLS	Rede	Administração de Empresas	Masculino
OT4SLS	Familiar	Administração de Empresas	Feminino
OT5SLS	Familiar	Turismo	Masculino
OT6SLS	Familiar	Direito	Feminino
OT7SLS	Familiar	Publicidade e Propaganda	Masculino
OT8SLS	Familiar	Biologia	Feminino
OT9SLS	Familiar	Turismo	Feminino
OT10SLS	Familiar	Administração de Empresas	Masculino
OT11SLS	Familiar	Administração de Empresas	Feminino
OT12SLS	Familiar	Pedagogia	Feminino
OT13SLS	Rede	Turismo	Feminino
OT14SLS	Rede	Engenharia Civil	Feminino
OT15SLS	Familiar	Engenharia Química	Masculino
OT16SLS	Familiar	Administração de Empresas	Feminino
OT17SLS	Familiar	Administração de Empresas	Feminino
OT18SLS	Familiar	Administração de Empresas	Masculino
OT19SLS	Familiar	Administração de Empresas	Masculino
OT20SLS	Familiar	Administração de Empresas	Masculino

**Fonte:** Pesquisa de Campo (2017).

<sup>33</sup> A CAEMA utiliza o sistema de zoneamento, as “zonas” para designar as áreas para o abastecimento de água. Como a cidade de São Luís é um destino turístico e existe a problemática da

**Quadro 3** - Caracterização das OTMHBEL (Rede ou Familiar, Habilitação Acadêmica, Gênero), Belém (PA), 2017.

OTMHBEL	Rede ou Familiar	Habilitação Acadêmica do Gestor/Técnico	Gênero
OT1BEL	Familiar	Administração de Empresas	Masculino
OT2BEL	Rede	Psicologia	Feminino
OT3BEL	Familiar	Ensino Médio	Masculino
OT4BEL	Rede	Administração de Empresas	Masculino
OT5BEL	Rede	Administração de Empresas	Masculino
OT6BEL	Familiar	Engenharia Civil	Masculino
OT7BEL	Familiar	Engenharia Civil	Masculino
OT8BEL	Rede	Turismo	Feminino
OT9BEL	Rede	Administração de Empresas	Masculino
OT10BEL	Familiar	Administração de Empresas	Masculino
OT11BEL	Familiar	Administração de Empresas	Feminino
OT12BEL	Familiar	Administração de Empresas	Masculino
OT13BEL	Familiar	Administração de Empresas	Masculino
OT14BEL	Familiar	Administração de Empresas	Feminino
OT15BEL	Familiar	Administração de Empresas	Masculino

**Fonte:** Pesquisa de Campo (2017).

Conforme os quadros 2 e 3, acima, percebe-se que em São Luís (MA), 20% das OTMH pertencem às redes hoteleiras e 80% são de base familiar. Em Belém (PA), 33,5% pertencem às redes e 66, 5% familiar. Esse resultado mostra que as OTMH, nestes dois destinos turísticos, ainda são o território das organizações familiares ou da gestão independente, que segundo Wada e Camargo (2006) são hotéis independentes habitualmente pertencem a um grupo de proprietários ou famílias que conduzem diretamente a gestão de seus negócios.

Ainda, Wada e Camargo (p. 54, 2006) mencionam que estas organizações familiares:

Encontram-se os extremos: os melhores e os piores produtos e serviços. Por um lado, ao não estarem submetidos a padrões preestabelecidos por cadeias hoteleiras, pode-se agregar conceitos sem a preocupação de consistência de marca. Por outro, tal liberdade os desobriga de atualização de produto ou mesmo de profissionalização para proporcionar serviços adequados às expectativas dos hóspedes.

Tal contexto permite entender a baixa intensidade do espírito empreendedor destas organizações, que executam de maneira independente as suas rotinas organizacionais, sem acompanhar a dinâmica de expansão e as tendências do mercado hoteleiro e, tampouco, sem inovar as suas estratégias para obter vantagem competitiva, principalmente em se tratando da gestão dos negócios.

---

água, as áreas turísticas para efeito de institucionalização de políticas públicas são conhecidas como a Z-1, o Centro Histórico e a Z-5, a litorânea, área das praias.

A considerar, ainda, os quadros acima mostram que a habilitação acadêmica com mais relevância dos gestores ou técnicos entrevistados é a de Administração de Empresas, com 50% em São Luís (MA) e 66,5% em Belém (PA), respectivamente, a ser seguida pela habilitação acadêmica em Turismo, 15%, e Hotelaria, 5%, em São Luís, respectivamente. Em Belém (PA), tem-se a formação acadêmica em Engenharia Civil com 13%, sendo seguida pela graduação em Turismo, 6%, respectivamente.

De fato, demonstra-se que a formação acadêmica na área de gestão é a que mais predomina. Essa realidade pode ser entendida pelo fato de que os cursos acadêmicos de Administração de Empresas oferecem mais oportunidades de emprego na área da hospitalidade comercial, que, de acordo com Nascimento (2016), é a atividade comercial desenvolvida em meios de hospedagem numa relação entre consumidor e fornecedor de serviços de hospitalidade, alimentos e bebidas, dentre outros, composto por elementos tangíveis e intangíveis, visando sempre a gestão do lucro nas organizações.

Outrossim, embora nas respectivas capitais brasileiras, em questão, existam os cursos acadêmicos de Turismo (UFPA; UFMA) e Hotelaria (UFMA), eles não são a condição indispensável para a inserção no mercado hoteleiro local. Todavia, os egressos destes cursos podem contribuir para a promoção da inovação e a criação de novos mercados e produtos.

Nessa direção, Dathein (2015) sinaliza que o processo de aprendizado é um importante insumo produtivo, responsável pelas constantes inovações. Logo, percebe-se o ambiente acadêmico como o local onde se cria e se acumula o conhecimento, visando ao desenvolvimento de competências e capacitações.

Nesse aspecto, a orientação de Schumpeter (2012) corrobora ao enfatizar que o processo de aprendizado é a condição fulcral para a dinâmica das inovações. Assim, o distanciamento existente entre as OTMH e o ambiente acadêmico favorece a precarização da profissionalização contínua do setor. Wada e Camargo (2006) apontam que esta profissionalização envolve a pesquisa acerca da habitabilidade, hospitalidade e sintonia do indivíduo com o espaço, que na visão dos autores resultará em melhorias contínuas no plano da infraestrutura, arquitetura, mobiliário e logística do mercado hoteleiro.



Com relação ao gênero, as OTMH analisadas de São Luís (MA) possuem nos seus quadros gerenciais 50% do gênero feminino, ao passo que nas OTMH de Belém (PA), 26,5%. Estes dados evidenciam a ascensão feminina nestas organizações turísticas, que comumente eram dominadas pelo gênero masculino. Sánchez – Fernández e Remoaldo (2015) revelam que as mulheres gerentes de OTMH dão mais importância às questões sociais do que os homens. Tal contexto de questões sociais são introduzidas nas rotinas organizacionais e não se limitam somente às preocupações no contexto da produção do trabalho, mas também às questões inerentes ao meio ambiente.

Esse dado é interessante, pois confirma, mais a frente, que as duas únicas OTMH de São Luís (MA) que se enquadraram nos objetivos da pesquisa, são gerenciadas por mulheres: uma na gerência de manutenção de uma organização de rede e a outra na gerência geral da organização de base familiar. Este resultado empodera a capacidade gerencial das mulheres em assumir cargos de direção em organizações com orientação socioambiental.

Igualmente, os estudos de Salvador (2012) apontam que as mulheres nestas organizações turísticas destacam-se pela sensibilidade, dedicação, estudo, personalidade dinâmica e empreendedora, que são determinantes para a inclusão do gênero feminino nos cargos gerenciais de direção e decisão nas organizações. Logo, percebe-se que a contribuição feminina incrementa as práticas gerenciais inovadoras e empreendedoras.

### **5. 3 Potencialidades e estratégias para a sustentabilidade das OTMH**

De um modo geral, como a maioria das OTMH analisadas, tanto de SLS como BEL, pertence às organizações independentes ou familiares, a questão da sustentabilidade para a eco - inovação ainda é um desafio a ser empreendido. Os quadros 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10 e 11, abaixo, foram construídos a partir do segundo bloco de perguntas das entrevistas, com 10 variáveis (comportamento inovador, posicionamento estratégico via sustentabilidade, ações que justificam o posicionamento estratégico, indicadores para tomada de decisão à sustentabilidade, demanda diversificada e renovada, cooperação técnica com Universidades e Institutos, economia de energia, coleta seletiva de descarte energético, certificação NBR 15401, certificação NBR 16534).

A seguir, são apresentados os dados que posicionam as OTMH de São Luís (MA) e Belém (PA), em relação à sustentabilidade para a eco-inovação. Conforme os quadros 4 e 5, a seguir e abaixo, percebe-se que:

**Quadro 4-** Potencialidades e estratégias para a sustentabilidade das OTMHSLs (Comportamento inovador, Posicionamento estratégico, Ações executadas), São Luís (MA), 2017.

OTMHSLs	Comportamento inovador	Posicionamento estratégico via sustentabilidade	Ações executadas
OT1SLS	Não	Não	Não
OT2SLS	Não	Não	Não
OT3SLS	Não	Não	Não
OT4SLS	Não	Não	Não
OT5SLS	Não	Não	Não
OT6SLS	Não	Não	Não
OT7SLS	Não	Não	Não
OT8SLS	Sim, segue a orientação da inovação e sustentabilidade	Sim, tem a certificação NBR 15401 e conhece a NBR 16534	Economia da água, Energia alternativa, horta orgânica, comunidade local
OT9SLS	Não	Não	Não
OT10SLS	Não	Não	Não
OT11SLS	Não	Não	Não
OT12SLS	Não	Não	Não
OT13SLS	Não	Não	Não
OT14SLS	Sim, segue a orientação da rede	Sim, porque trabalha com a questão da água e energia como diferencial no mercado local	Estação de Tratamento de Água que é alimentada pela reutilização das águas residuais do ar condicionado, pluviais
OT15SLS	Não	Não	Não
OT16SLS	Não	Não	Não
OT17SLS	Não	Não	Não
OT18SLS	Não	Não	Não
OT19SLS	Não	Não	Não
OT20SLS	Não	Não	Não

**Fonte:** Pesquisa de Campo (2017).

**Quadro 5-** Potencialidades e estratégias para a sustentabilidade das OTMHBEL (Comportamento inovador, Posicionamento estratégico, Ações executadas), Belém (PA), 2017.

OTMHBEL	Comportamento inovador	Posicionamento estratégico via sustentabilidade	Ações executadas
OT1BEL	Não	Não	Não
OT2BEL	Não	Não	Não
OT3BEL	Não	Não	Não
OT4BEL	Não	Não, agora que a rede está trabalhando nessa perspectiva	Não
OT5BEL	Não	Não, agora que a rede está trabalhando nessa perspectiva	Não
OT6BEL	Não	Não	Não
OT7BEL	Não	Não	Não
OT8BEL	Não	Não	Não
OT9BEL	Não	Não	Não
OT10BEL	Não	Não	Não
OT11BEL	Não	Não	Não
OT12BEL	Não	Não	Não
OT13BEL	Não	Não	Não
OT14BEL	Não	Não	Não
OT15BEL	Não	Não	Não

**Fonte:** Pesquisa de Campo (2017).

A introdução da sustentabilidade como processo nas rotinas organizacionais das OTMH de São Luís (MA) e Belém (PA) é recente, pois apenas 10% das OTMH entrevistadas em São Luís (MA), OT8SLS e OT14SLS, apostam e adotam a “bandeira” da sustentabilidade como diferencial e vantagem competitiva no mercado. Relativamente, em Belém (PA), nenhuma organização turística entrevistada segue as orientações da sustentabilidade para a eco-inovação como um diferencial empreendedor.

Apenas as OT4BEL e OT5BEL, positivamente sinalizaram que a rede, a qual elas pertencem, já está tomando as providências para trabalhar nesta perspectiva da sustentabilidade para a eco-inovação, uma vez que a rede é recente, mas acumula habilidades e competências, nesta área socioambiental, de experiências anteriores com outras OTMH e outra rede.

De fato, segundo Sinclair e Stabler (2009), o número excessivo de visitantes também aumenta a demanda de recursos secundários \_água e energia\_ que podem ser escassos nos países em desenvolvimento, em algumas ilhas. Por essa razão, concorda-se com Donilcar e Leisch (2008), Gossling e Scott (2012) e Sinclair e Stabler (2009), que sinalizam que o delineamento de estratégias para a

sustentabilidade promove o enquadramento da atividade turística às exigências de um propenso crescimento econômico com equilíbrio socioambiental.

Nota-se que esse resultado evidencia e confirma que a preocupação, de um modo geral, é com a dimensão econômica empresarial, a qual desperta o interesse emergencial nos gestores de executarem ações paliativas de cunho socioambiental, com vistas apenas de diminuir os custos financeiros, que muitas vezes são altos e comprometem o orçamento financeiro das organizações e como um pseudo marketing verde, impulsionado pós- Eco 92.

Os quadros, abaixo, que se seguem 6 e 7, referem-se às variáveis: indicadores para tomada de decisão à sustentabilidade, demanda diversificada e renovada, cooperação técnica com Universidades e Institutos.

**Quadro 6-** Potencialidades e estratégias para a sustentabilidade das OTMHLS (Indicadores tomada decisão, Demanda diversificada renovada, Cooperação técnica IES), São Luís (MA), 2017.

OTMHLS	Indicadores para tomada de decisão à sustentabilidade	Demanda diversificada renovada	Cooperação técnica/IES
OT1SLS	Contas de água e energia	Não	Não
OT2SLS	Contas de água, energia e perfil da demanda	Sim, turistas de lazer, principalmente de Belém, adultos, terceira idade, família, ônibus	Não
OT3SLS	Não	Não	Não
OT4SLS	Não	Não	Não
OT5SLS	Não	Não	Não
OT6SLS	Não	Não	Não
OT7SLS	Não	Não	Não
OT8SLS	Perfil da demanda, conta de energia, água de poço puxada por uma bomba ligada na energia	Não	Não
OT9SLS	Não	Não	Não
OT10SLS	Não	Não	Não
OT11SLS	Não	Não	Não
OT12SLS	Não	Não	Não
OT13SLS	Contas de água e energia	Não	Não
OT14SLS	Perfil da demanda, contas de água e energia, mapeamento das UH ocupadas	Sim, turistas de lazer, renda alta, sudeste do Brasil, jovens, adultos e terceira idade, avião	Não
OT15SLS	Observação do comportamento dos hóspedes	Não	Não
OT16SLS	Não	Não	Não
OT17SLS	Não	Não	Não
OT18SLS	Não	Não	Não
OT19SLS	Não	Não	Não

OT20SLS	Não	Não	Não
---------	-----	-----	-----

**Fonte:** Pesquisa de Campo (2017).

**Quadro 7-** Potencialidades e estratégias para a sustentabilidade das OTMHBEL (Indicadores tomada decisão, Demanda diversificada renovada, Cooperação técnica IES), Belém (PA), 2017.

OTMHBEL	Indicadores para tomada de decisão à sustentabilidade	Demanda renovada	diversificada	Cooperação técnica/IES
OT1BEL	Não	Não	Não	Não
OT2BEL	Não	Não	Não	Não
OT3BEL	Não	Não	Não	Não
OT4BEL	Sim, perfil da demanda, contas de água e energia	Não	Não	Não
OT5BEL	Sim, perfil da demanda, contas de água e energia	Não	Não	Não
OT6BEL	Sim, contas de energia, água de poço, bomba puxada na energia	Não	Não	Não
OT7BEL	Não	Não	Não	Não
OT8BEL	Sim, contas de água e energia, perfil da demanda	Não	Não	Não
OT9BEL	Não	Não	Não	Não
OT10BEL	Não	Não	Não	Não
OT11BEL	Não	Não	Não	Não
OT12BEL	Não	Não	Não	Não
OT13BEL	Não	Não	Não	Não
OT14BEL	Não	Não	Não	Não
OT15BEL	Não	Não	Não	Não

**Fonte:** Pesquisa de Campo (2017).

O que se pode entender é que 30% das OTMH de São Luís (MA) e 26,5% das OTMH de Belém (PA) analisadas possuem indicadores que orientam à tomada de decisão quanto ao planejamento e à gestão de estratégias à sustentabilidade da organização. Assim, percebeu-se que o perfil da demanda e as contas de água e energia são os indicadores confiáveis mais utilizados pelos gestores o que, de algum modo, servem para orientá-los quanto ao desperdício de água e energia, uma vez que o uso do poço artesiano, comumente presente na maioria das OTMH, tanto de São Luís (MA) como Belém (PA), funciona ligado a uma bomba hidráulica, que consome demasiadamente a energia elétrica, que nestas duas capitais brasileiras, é oriunda, na sua maioria, pela matriz hídrica.

Como se pode observar, na sequência, 10% da demanda das OTMH<sup>34</sup> analisadas de São Luís (MA) é diversificada e foi renovada ao longo dos últimos cinco anos. A OT2SLS aponta que a sua demanda renovada deu-se em face aos turistas de lazer, principalmente provenientes de Belém (PA), especificamente os adultos e terceira idade, que se deslocam em família com o uso de transporte próprio e rodoviário.

Esses dados, acima, são validados pelo AE (2015)<sup>35</sup>, que registrou que a forma de viagem mais utilizada foi a por conta própria (89,72%), seguida do meio de transporte rodoviário com 34,33%, demanda proveniente do Pará, 9,14%, e a faixa etária de 31 a 40 anos (27,64%). Por conseguinte, a OT14SLS também teve a sua demanda renovada e diversificada, registrando os turistas de lazer com renda alta, oriundos do sudeste do Brasil, na sua maioria de jovens, adultos e terceira idade, que utilizaram o transporte aéreo. Estes resultados também são validados pelo AE (2015), que aponta uma demanda proveniente de São Paulo, 8,03%, e uso do transporte aéreo 41,70%.

No que diz respeito à demanda nas OTMH de Belém (PA), 100% das organizações turísticas analisadas afirmam que não houve renovação e tampouco diversificação, predominando a demanda corporativa de negócios, que são atraídas pela segmentação do mercado de eventos, principalmente com aporte do equipamento turístico Centro de Convenções e Feiras da Amazônia “HANGAR”.

Em relação à cooperação técnica com as Universidades/Institutos para o desenvolvimento de pesquisa/extensão sobre a sustentabilidade nas organizações, pode-se constatar que 100%, tanto nas OTMH de São Luís (MA) como de Belém, (PA), afirmou que não há cooperação técnica, uma vez que estas organizações turísticas desconhecem, o que, de fato, essas Instituições de Ensino Superior (IES) produzem, em termos de pesquisa e extensão relacionadas à sustentabilidade para a eco-inovação.

---

<sup>34</sup> Na maioria das OTMH, tanto de São Luís (MA) como Belém (PA), predomina a demanda corporativa, que se desloca com fins de negócios. Segundo o AE (2015), o motivo da viagem para São Luís (MA), é de negócios (39,04% ) e para lazer (20,54%), respectivamente.

<sup>35</sup> A SETUR SÃO LUÍS, por meio do projeto “Observatório de Turismo da cidade de São Luís”, lançou, em 2015, o AE Perfil do Turista – ano base 2013-2014.

Ainda no tocante à relação que se pode ter com as IES, todas as OTMH, de São Luís (MA) e Belém (PA), foram unânimes em afirmar que, caso haja alguma aproximação, ela se dará por meio de um mero contrato temporário de estágio, que, muitas vezes, não prioriza os discentes oriundos dos cursos superiores de Turismo e Hotelaria, dessas respectivas capitais brasileiras. Isso pode estar relacionado ao processo de formação acadêmica dos discentes e egressos destes cursos superiores da área de turismo e hospitalidade.

De acordo com Medaglia, Silveira e Gândara (2012), em quatro décadas de cursos superiores de turismo no Brasil, verifica-se mais o turismo como uma área do saber do que uma área profissional. Isto posto, com efeito, compromete-se o processo de formação profissional em turismo, que requer habilidades e competências ao nível operacional e gerencial para a condução desta atividade econômica na sociedade.

Nos quadros 8 e 9, abaixo, pode observar-se que:

**Quadro 8-** Potencialidades e estratégias para a sustentabilidade das OTMHSL (Economia de energia, Coleta seletiva de descarte energético), São Luís (MA), 2017.

OTMHSL	Economia de energia	Coleta seletiva de descarte energético
OT1SLS	Sim, sensor de presença, lâmpadas de LED, chave inteligente, eletros A	Sim, contendor de coleta seletiva
OT2SLS	Sim, sensor de presença, lâmpadas de LED, eletros A	Sim, contendor de coleta seletiva
OT3SLS	Sim, lâmpada de LED	Sim, contendor de coleta seletiva
OT4SLS	Sim, lâmpadas de LED	Não
OT5SLS	Sim, lâmpadas de LED	Sim, contendor de coleta seletiva
OT6SLS	Sim, lâmpadas de LED	Não
OT7SLS	Sim, sensor de presença, lâmpadas de LED, chave inteligente, eletros A	Sim, contendor de coleta seletiva
OT8SLS	Sim, lâmpadas de LED, energia limpa (placas solares), eletros A	Sim, contendor de coleta seletiva, produção de adubo, cooperativa de reciclagem
OT9SLS	Sim, lâmpadas de LED	Não
OT10SLS	Sim, lâmpadas de LED	Não
OT11SLS	Sim, lâmpadas de LED	Não
OT12SLS	Sim, lâmpadas de LED	Não
OT13SLS	Sim, lâmpadas de LED, sensor de presença, chave inteligente, eletros A	Sim, contendor de coleta seletiva
OT14SLS	Sim, chave inteligente, lâmpadas de LED, sensor de presença, mercado livre de energia, eletros A	Sim, contendor de coleta seletiva
OT15SLS	Sim, lâmpadas de LED	Não
OT16SLS	Sim, lâmpadas de LED, sensor de presença, chave inteligente, eletros A	Sim, contendor de coleta seletiva
OT17SLS	Sim, lâmpadas de LED, chave inteligente, sensor de presença, eletros A	Não

OT18SLS	Sim, lâmpadas de LED, chave inteligente, sensor de presença, eletros	Sim, contentor de coleta seletiva
OT19SLS	Sim, lâmpadas de LED, chave inteligente, sensor de presença, eletros A	Sim, contentor de coleta seletiva
OT20SLS	Sim, lâmpadas de LED, chave inteligente, sensor de presença, eletros A	Sim, contentor de coleta seletiva

**Fonte:** Pesquisa de Campo (2017).

**Quadro 9-** Potencialidades e estratégias para a sustentabilidade das OTMHBEL (Economia de energia, Coleta seletiva de descarte energético), Belém (PA), 2017.

OTMHBEL	Economia de energia	Coleta seletiva de descarte energético
OT1BEL	Não	Não
OT2BEL	Sim, lâmpadas de LED, sensor de presença, chave inteligente, mercado livre de energia, eletros A	Sim, contentor de coleta seletiva
OT3BEL	Não	Não
OT4BEL	Sim, lâmpadas de LED, sensor de presença, chave inteligente, mercado livre de energia, eletros A	Sim, contentor de coleta seletiva
OT5BEL	Sim, lâmpadas de LED, sensor de presença, chave inteligente, mercado livre de energia, eletros	Sim, contentor de coleta seletiva
OT6BEL	Sim, sensor de presença, chave inteligente, lâmpadas de LED, mercado livre de energia, eletros A	Sim, contentor de coleta seletiva
OT7BEL	Sim, lâmpadas de LED, sensor de presença, chave inteligente, mercado livre de energia, eletros A	Sim, contentor de coleta seletiva
OT8BEL	Sim, lâmpadas de LED, sensor de presença, chave inteligente, eletros A	Sim, contentor de coleta seletiva
OT9BEL	Sim, lâmpadas de LED, sensor de presença, chave inteligente, mercado livre de energia, eletros A	Sim, contentor de coleta seletiva
O10BEL	Sim, lâmpadas de LED, sensor de presença, chave inteligente, mercado livre de energia, eletros A	Sim, contentor de coleta seletiva
OT11BEL	Sim, lâmpadas de LED, chave inteligente, sensor de presença, eletros A	Sim, contentor de coleta seletiva
OT12BEL	Sim, chave inteligente, lâmpadas de LED, sensor de presença, eletros A	Sim, contentor de coleta seletiva
OT13BEL	Sim, lâmpadas de LED	Não
OT14BEL	Sim, lâmpadas de LED, chave inteligente, eletros A	Não
OT15BEL	Sim, lâmpadas de LED, chave inteligente, eletros A	Sim, contentor de coleta seletiva

**Fonte:** Pesquisa de Campo (2017).

100% das OTMH de São Luís (MA) analisadas apresentam, na sua rotina, práticas de economia de energia. Segundo os gestores, as práticas mais usadas são: a substituição de lâmpadas incandescente por lâmpadas econômicas, as



nomeadas LED, 100% lâmpadas de LED nas UH e corredores; implantação de sensores de presença, 50% sensores de presença e substituição das chaves tradicionais por cartões magnéticos inteligentes, que têm a função de acessar a UH e ligar/desligar a energia elétrica, 45% a chave inteligente. 55% com eletros A para diminuir o consumo de energia.

Já relativamente às OTMH de Belém (PA) analisadas, pode-se verificar que 85,5% têm práticas de economia de energia, tendo: 85,5% com o uso de lâmpadas de LED; 66,5% com sensores de presença; 80% com as chaves inteligentes; 80% eletros A e, um dado interessante, 46,5% aderiu ao Mercado Livre de Energia<sup>36</sup>. Sublinha-se ainda a adesão de uma OTMH de São Luís (MA) a este ambiente de comercialização e negócios de energia<sup>37</sup>. Pode-se considerar o trabalho da ABIH – PA, segundo os gestores entrevistados de Belém (PA), como um incentivo à adesão a este mercado de fornecimento de energia diferenciado.

Em relação às práticas de coleta seletiva de descarte energético, notou-se que 60% das OTMH analisadas de São Luís (MA) afirmam ter este compromisso com o uso de contentores. Destaca-se que a OT8SLS, além do uso dos contentores, produz adubo, a partir das sobras do café da manhã, para nutrir a horta orgânica, que produz alguns frutos e legumes, que servem para o uso na cozinha da organização e, também, colabora com uma Cooperativa de Reciclagem de São Luís, doando outros materiais descartáveis. De certo, em Belém (PA), tem-se 73% das OTMH analisadas, que adotam as práticas de coleta seletiva de descarte energético, com o uso também de contentores.

Esses dados, acima, configuram-se, timidamente, a favor de uma preocupação com o destino final da produção de descarte energético. Galeno (2017), em seus estudos sobre a gestão dos resíduos sólidos nas OTMH do Centro

---

<sup>36</sup> O Mercado livre de energia é um ambiente de negócios onde vendedores e compradores podem negociar energia elétrica livremente entre si. Isso permite que consumidores industriais e comerciais contratem bilateralmente seu fornecimento de energia elétrica diretamente com Geradores e Comercializadores, obtendo com isso ganhos de eficiência na gestão do seu suprimento, contratos customizados segundo as necessidades de seu negócio, além de custos mais competitivos (ENGIENERGIA, 2018).

<sup>37</sup> As concessionárias de energia elétrica em São Luís (MA) e Belém (PA) são, a Companhia Energética do Maranhão (CEMAR) e a Centrais Elétricas do Pará (CELPA), respectivamente. Ambas têm o controle acionário pela Equatorial Energia, que é uma holding com atuação no Setor Elétrico Brasileiro e tem como principal estratégia expandir sua operação de distribuição ou geração de energia no Brasil e na América Latina, por meio da aquisição do controle, independente ou compartilhado, de empresas do setor elétrico.

Histórico de São Luís (MA), concluiu que há apenas práticas paliativas com ações pontuais, que não exprimem ainda uma responsabilidade ambiental.

De fato, como salienta Gonçalves (2004), as OTMH independente do porte, impactam o ambiente, quer queira no consumo de água e energia, quer queira, como no caso específico da produção de descartes energéticos. Ainda, Gonçalves (2004) sugere a adoção de medidas preventivas com fito ao início de uma consciência ética e ambiental. No que diz respeito aos quadros 10 e 11, a seguir e abaixo, tem-se a considerar:

**Quadro 10-** Potencialidades e estratégias para a sustentabilidade das OTMH SLS (NBR 15401, NBR 16534), São Luís (MA), 2017.

OTMH SLS	Certificação NBR 15401	Certificação NBR 16534
OT1SLS	Não	Não
OT2SLS	Não	Não
OT3SLS	Não	Não
OT4SLS	Não	Não
OT5SLS	Não	Não
OT6SLS	Não	Não
OT7SLS	Não	Não
OT8SLS	Sim	Em vias
OT9SLS	Não	Não
OT10SLS	Não	Não
OT11SLS	Não	Não
OT12SLS	Não	Não
OT13SLS	Não	Não
OT14SLS	Não	Não
OT15SLS	Não	Não
OT16SLS	Não	Não
OT17SLS	Não	Não
OT18SLS	Não	Não
OT19SLS	Não	Não
OT20SLS	Não	Não

**Fonte:** Pesquisa de Campo (2017).

**Quadro 11-** Potencialidades e estratégias para a sustentabilidade das OTMH BEL (NBR 15401, NBR 16534), Belém (PA), 2017.

OTMH BEL	Certificação NBR 15401	Certificação NBR 16534
OT1BEL	Não	Não
OT2BEL	Não	Não
OT3BEL	Não	Não
OT4BEL	Não	Não
OT5BEL	Não	Não
OT6BEL	Não	Não
OT7BEL	Não	Não
OT8BEL	Não	Não
OT9BEL	Não	Não
OT10BEL	Não	Não

OT11BEL	Não	Não
OT12BEL	Não	Não
OT13BEL	Não	Não
OT14BEL	Não	Não
OT15BEL	Não	Não

**Fonte:** Pesquisa de Campo (2017).

É de se ressaltar que apenas uma OTMH de São Luís tem a certificação NBR 15401 e está em vias de ter a certificação NBR 16534. Esta evidência mostra que as certificações NBR 15401 e NBR 16534 ainda não são uma realidade entre as OTMH de São Luís (MA) e Belém (PA). Nota-se que, em conformidade, com o Comitê Brasileiro do Turismo (CB54)<sup>38</sup>, da ABNT, o desconhecimento da normalização não é algo restrito ao ramo hoteleiro, uma vez que a ABNT tem enfrentado muitos problemas no engajamento de partes interessadas em participar do processo de desenvolvimento de Normas Técnicas.

Ainda, de acordo com o CB54, o problema ocorre devido ao desconhecimento da importância das Normas Técnicas e, muitas vezes, há falta de interesse do empreendedor em buscar as informações, visto que o ramo de turismo foi apoiado, por muito tempo, pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), que em parceria com entidades, publicou diversos materiais de consulta para auxiliar o empreendedor na implementação das Normas Técnicas em seus negócios, como manuais de implementação, gibis informativos etc.

De fato, pode-se destacar a NIH-54: 2004, uma Norma Técnica para Implementação da Sustentabilidade nos Meios de Hospedagem. Esta Norma Técnica foi desenvolvida no âmbito do Programa de Certificação em Turismo Sustentável (PCTS), que foi uma iniciativa de abrangência nacional, liderada pelo Instituto de Hospitalidade (IH), em parceria com o Conselho Brasileiro de Turismo Sustentável (CBTS). Este Programa contou com o apoio da Agência de Promoção de Exportações do Brasil (APEX) e do Banco Inter-Americano de Desenvolvimento (BID).

<sup>38</sup> O CB54 tem como atuação a normalização no campo do turismo (hotelaria, restaurantes e refeições coletivas, agenciamento e operação e demais funções do setor de turismo), compreendendo a normalização de serviços específicos do setor de turismo e de operações e competências de pessoal, no que concerne à terminologia, requisitos e generalidades. Disponível em: < <http://www.abnt.org.br/cb-54> >.

O PCTS visou aprimorar a qualidade e a competitividade das pequenas e médias empresas (PMEs) de turismo, estimulando seu melhor desempenho nas áreas econômica, ambiental, cultural e social, contribuindo assim para o desenvolvimento sustentável do país e a melhoria da imagem do destino Brasil no exterior.

A NIH-54 especifica os requisitos relativos à sustentabilidade de meios de hospedagem, estabelecendo critérios mínimos de desempenho em relação à sustentabilidade e permitindo a um empreendimento formular uma política e objetivos que levem em conta os requisitos legais e as informações referentes aos impactos ambientais, socioculturais e econômicos significativos.

Igualmente, também pode-se destacar o Manual de Sustentabilidade para os Pequenos Meios de Hospedagem elaborado no campo de ação do Programa de Qualificação dos Pequenos Meios de Hospedagem (PQPMH) desenvolvido pela parceria entre a ABIH e o Instituto Brasileiro de Hospedagem (IBH), no ano de 2011.

Outrossim, destaca-se o gibi informativo, em formato de uma cartilha ilustrativa desenvolvida por meio da parceria entre a ABNT e o SEBRAE, no ano de 2014. Esta cartilha trata especificamente da NBR 15401 e por meio dela, criou-se o título “Turismo Sustentável”, feito com exclusividade para o SEBRAE e ABNT.

Logo, acredita-se que o reconhecimento da importância das Normas Técnicas desenvolvidas pela ABNT e os benefícios da implementação destas para o empreendedor nos seus negócios sejam o que realmente falta para que a certificação das OTMH consiga ter um raio maior de abrangência e, com isso, contribuir para o processo de uma gestão sustentável nas organizações de serviços.

Santos (2005) sinaliza que um fator crítico para a incorporação da variável ambiental pelas organizações diz respeito ao nível de conscientização ambiental dos gestores. Nota-se que conscientização todos têm, o problema reside na falta de sensibilização, que implica em um desempenho fraco ambiental destas organizações, que muitas vezes, não conseguem verificar o potencial de oportunidades mercadológicas ao colaborarem com a conservação ambiental.

Conforme a OT8SLS, desde o início da implantação da pousada, a sustentabilidade foi o cerne central do empreendimento. Então, os proprietários foram buscar orientação no SEBRAE/MA e por meio do Programa de Sustentabilidade em Meios de Hospedagem implantou -se a NBR 15401, no ano de 2015. Com este feito, o empreendimento tornou-se a primeira pousada sustentável do Maranhão<sup>39</sup>.

Ainda, de acordo com a OT8SLS, a sustentabilidade é práxis e ao assumi-la como força motriz da organização, gerou-se um diferencial no mercado turístico, que segundo Barbieri (2004) apud Santos (p. 32, 2005) contribui para a:

Melhoria de imagem institucional; renovação do portfólio de produtos; produtividade aumentada; maior comprometimento dos funcionários e melhores relações de trabalho; criatividade e abertura para novos desafios; melhores relações com autoridades públicas, comunidade e grupos ambientais ativistas; acesso assegurado aos mercados externos e maior facilidade para cumprir padrões ambientais.

Portanto, até então com Santos (2005), as empresas do setor de serviços, como no caso da hotelaria, estão apostando nesta prática como uma maneira de conciliar a conservação ambiental com uma oportunidade de negócios. Assim, o MTUR lançou, no ano de 2016, o guia “Turismo e Sustentabilidade”: orientações para prestadores de serviços turísticos”. Este guia visa estimular o trade turístico a adotar práticas sustentáveis e é destinado aos prestadores de serviços turísticos que têm interesse em contribuir para o desenvolvimento sustentável do setor e tornar seus empreendimentos mais competitivos.

#### **5.4 O consumo de água nas OTMH**

Os quadros 12, 13, 14, 15, 16 e 17, a seguir e abaixo, foram construídos a partir do terceiro bloco de perguntas das entrevistas, com oito variáveis (consumo perdulário de água, gerenciamento do processo do consumo de água, requalificação da infraestrutura predial, comportamento da demanda, variáveis do comportamento da demanda, indicador de sustentabilidade para a eco-inovação, poço artesiano/certificação, falta de água).

---

<sup>39</sup> Em 2015, a organização ganhou destaque no Jornal Turístico e Cultural do Maranhão CAZUMBÁ com a matéria sobre o selo de sustentabilidade em meios de hospedagem.

Como se pode verificar, as OTMH analisadas apresentam fragilidades operacionais acerca da sustentabilidade para a eco-inovação e, no contexto, do consumo de água acentuam-se ainda mais as fragilidades. Não obstante a isso, percebeu-se que, de um modo geral, o mito do acesso infinito do recurso natural água é presente no imaginário social e cultural local. Logo, desperdiçar água e não levar em consideração a possibilidade de uma escassez hídrica, faz parte do cotidiano amazônico e das organizações, principalmente ligadas ao turismo, a exemplo das OTMH.

Então, analisando os quadros 12 e 13, abaixo, verifica-se que:

**Quadro 12-** Consumo de Água nas OTMHSLs (Consumo perdulário, Gerenciamento processo, Requalificação infraestrutura predial), São Luís (MA), 2017.

OTMHSLs	Consumo perdulário de água	Gerenciamento do processo do consumo de água	Requalif/infraestrutura predial
OT1SLS	Sim, nas UH, lavagem geral, piscina, restaurante	Planilha de ocupação das UH, hidrômetro	Sim, tubulação do prédio, banheiros das UH e área de lazer
OT2SLS	Sim, nas UH, lavagem geral, jardins, piscina, restaurante	Planilha de ocupação das UH, hidrômetro	Sim, tubulação do prédio, banheiros das UH e área de lazer
OT3SLS	Não	Hidrômetro	Sim, tubulação do prédio, banheiros das UH
OT4SLS	Sim, nas UH	Hidrômetro	Sim, tubulação do prédio, banheiros das UH
OT5SLS	Não	Não	Sim, tubulação do prédio, banheiros das UH
OT6SLS	Sim, nas UH, lavagem geral, restaurante	Hidrômetro	Sim, tubulação do prédio, banheiros das UH
OT7SLS	Sim, nas UH, piscina, lavagem geral, restaurante	Hidrômetro	Sim, tubulação do prédio, banheiros das UH e área de lazer
OT8SLS	Não	Hidrômetro, planilha de ocupação das UH	Sim, tubulação do prédio, banheiros das UH e área de lazer
OT9SLS	Sim, nas UH	Não	Sim, tubulação do prédio, banheiros das UH
OT10SLS	Sim, nas UH	Não	Sim, tubulação do prédio, banheiros das UH
OT11SLS	Sim, nas UH	Não	Sim, tubulação do prédio, banheiros das UH
OT12SLS	Não	Não	Sim, tubulação do prédio
OT13SLS	Sim, nas UH, lavagem geral, piscina, restaurante	Hidrômetro, planilha de ocupação das UH	Sim, tubulação do prédio
OT14SLS	Sim, nas UH, jardins, piscina, restaurante	Hidrômetro, planilha de ocupação das UH	Sim, tubulação do prédio, banheiros das UH e área de lazer
OT15SLS	Não	Hidrômetro	Sim, tubulação do prédio, banheiros das UH

OT16SLS	Sim, nas UH, lavagem geral, piscina, jardins, restaurante	Hidrômetro	Sim, tubulação do prédio, banheiros das UH e área de lazer
OT17SLS	Sim, nas UH, lavagem geral, restaurante	Hidrômetro	Sim, tubulação do prédio, banheiros das UH
OT18SLS	Sim, nas UH, lavagem geral, piscina, restaurante	Hidrômetro	Sim, tubulação do prédio, banheiros das UH e área de lazer
OT19SLS	Sim, nas UH, lavagem geral, restaurante	Hidrômetro	Sim, tubulação do prédio, banheiros das UH
OT20SLS	Sim, nas UH, lavagem geral, jardins, restaurante	Hidrômetro	Sim, tubulação do prédio e banheiros das UH e área de lazer

**Fonte:** Pesquisa de Campo (2017).

**Quadro 13-** Consumo de Água nas OTMHBEL (Consumo perdulário, Gerenciamento processo, Requalificação infraestrutura predial), Belém (PA), 2017.

OTMHBEL	Consumo perdulário de água	Gerenciamento do processo do consumo de água	Requalif/infraestrutura predial
OT1BEL	Sim, nas UH	Hidrômetro	Sim, tubulação do prédio, banheiros das UH
OT2BEL	Sim, nas UH, restaurante	Hidrômetro	Sim, tubulação do prédio, banheiros das UH
OT3BEL	Sim, nas UH, lavagem geral, restaurante	Hidrômetro	Sim, tubulação do prédio, banheiros das UH
OT4BEL	Sim, nas UH, restaurante	Hidrômetro, planilha de ocupação das UH	Sim, tubulação do prédio, banheiros das UH
OT5BEL	Sim, nas UH, jardins, piscina, restaurante	Hidrômetro, planilha de ocupação das UH	Sim, tubulação do prédio, banheiros das UH e área de lazer
OT6BEL	Sim, nas UH, piscina, jardins, restaurante	Hidrômetro, planilha de ocupação das UH	Sim, tubulação do prédio, banheiros das UH e área de lazer
OT7BEL	Sim, nas UH, piscina, jardins, restaurante	Hidrômetro, planilha de ocupação das UH	Sim, tubulação do prédio, banheiros das UH e área de lazer
OT8BEL	Sim, nas UH, piscina, jardins, restaurante	Hidrômetro, planilha de ocupação das UH	Sim, tubulação do prédio, banheiros das UH e área de lazer
OT9BEL	Sim, nas UH, piscina, jardins, restaurante	Hidrômetro, planilha de ocupação das UH	Sim, tubulação do prédio, banheiros das UH e área de lazer
OT10BEL	Sim, nas UH, piscina, jardins, restaurante	Hidrômetro, planilha de ocupação das UH	Sim, tubulação do prédio, banheiros das UH e área de lazer
OT11BEL	Sim, nas UH, restaurante	Hidrômetro	Sim, tubulação do prédio, banheiros das UH
OT12BEL	Sim, nas UH, restaurante	Hidrômetro	Sim, tubulação do prédio, banheiros das UH
OT13BEL	Sim, nas UH, restaurante	Hidrômetro	Sim, tubulação do prédio, banheiros das UH
OT14BEL	Sim, nas UH, restaurante	Hidrômetro	Sim, tubulação do prédio, banheiros das UH

OT15BEL	Sim, nas UH, piscina, jardins, restaurante	Hidrômetro	Sim, tubulação do prédio, banheiros das UH e área de lazer
---------	--	------------	--

**Fonte:** Pesquisa de Campo (2017).

O consumo perdulário de água está presente em 75% e 100% OTMH analisadas de São Luís (MA) e Belém (PA), respectivamente. Assim, percebe-se que nas UH, na lavagem geral, na troca de água da piscina, na irrigação dos jardins e nos restaurantes das OTMH demandam-se intensamente o consumo de água. Gossling (2015) aponta que quanto mais luxuosa for a OTMH, mais perdulário é o consumo.

De fato, conforme Gossling (2015), nota-se na literatura críticas referentes à inconsistência de dados sobre o uso final da água desagregada para o uso indireto, que Gossling et al. (2012) indicam que é o uso para a irrigação dos jardins, cozinha, lavanderia, piscinas, saunas e duchas externas. Ainda, Gossling et al. (2012) ratificam que o uso indireto é um bom indicador para medição da quantidade total de água utilizada nas OTMH.

Outrossim, observa-se que nas OTMH, o desperdício de água e energia é alto, gerando conseqüentemente um elevado custo financeiro. Soares (2010) adverte que a falta de cuidados e até pontuais faltas de civismo, por parte da demanda, acarretam isto. Ainda, Soares (2010) afirma que não é fácil incentivar a poupança de água nos edifícios não habitacionais, ou seja, as OTMH.

Quanto ao gerenciamento do processo do consumo de água, verifica-se que 75% e 100% das OTMH de São Luís (MA) e Belém (PA), respectivamente, utilizam estratégias e instrumentos para medir e planejar o consumo de água. O hidrômetro é um instrumento de medição e contador volumétrico de água que registra a previsão de consumo e é utilizado em 75% e 100% nas OTMH de São Luís (MA) e Belém (PA). Conforme Soares (2010), a presença de medidores de consumo nas instalações prediais é um fator que muito influencia o consumo de água; ainda segundo Soares (2010), a ausência de controle impede que a faturação seja feita com base no consumo efetivo.

Todas as OTMH analisadas nas duas cidades possuem este instrumento, que faz parte da rede de abastecimento de água, CAEMA em São Luís (MA) e COSANPA em Belém (PA). Em seguida, tem-se 25% e 46,5%, respectivamente, nas OTMH de São Luís (MA) e Belém (PA) que usam a planilha de ocupação das UH.



Nota-se que as informações das planilhas tentam orientar os gestores a planejar estratégias para atenuar o consumo perdulário.

Tortella e Tirado (2011) ressaltam que o custo financeiro da água nas OTMH é alto e, que por essa razão, as organizações turísticas já marcam estes custos financeiros nas agendas de planejamento e gestão, desempenhando um papel decisivo para a tomada de decisão.

Em relação à requalificação da infraestrutura predial, pode-se observar que 100% das OTMH analisadas de São Luís (MA) e Belém (PA) executam obras de manutenção na infraestrutura predial. Conforme a afirmação das seguintes organizações turísticas: OT2SLS, OT3SLS, OT4SLS, OT6SLS, OT9SLS, OT10SLS, OT16SLS, OT17SLS, OT1BEL, OT3BEL, OT6BEL, OT7BEL, OT10BEL, OT11BEL, OT12BEL, OT13BEL, OT14BEL e OT15BEL, a infraestrutura predial é obsoleta que necessita regularmente de manutenção preventiva. Soares (2010) sinaliza que os edifícios não habitacionais e, os meios de hospedagem, precisam ter a cultura da manutenção preventiva.

De fato, estas organizações turísticas, acima, têm uma infraestrutura predial de aproximadamente 40 anos de existência e, por conta desse tempo, elas apresentam fragilidades físicas, que comprometem os sistemas prediais de abastecimento de água. Ressalta-se, segundo as OTMHSLs, que especificamente nas OTMH do Centro Histórico existe a questão legal do tombamento da maioria das edificações, caso, alguma necessite de manutenção ou adequação da infraestrutura predial, há a exigência de uma autorização do Instituto do IPHAN para a execução das obras.

Ainda, Soares (2010) afirma que os sistemas prediais de abastecimento devem garantir o fornecimento de água de forma contínua, em quantidade suficiente, com pressões e velocidades adequadas ao perfeito funcionamento dos aparelhos e das tubagens usadas.

Todavia, percebe-se, em conformidade com as OTMH analisadas, que há uma manutenção deficiente, assim como uma falta de investimentos em tecnologias sustentáveis. Justifica-se tal contexto, ainda de acordo com as OTMH analisadas, em face da sazonalidade da demanda, que compromete o fluxo de caixa, uma vez que o investimento é oneroso para um retorno financeiro baixo, principalmente no período considerado no mercado turístico de baixa temporada.

Nesse aspecto, Pimentel e Costa (2008) indicam que a formulação de estratégias para a gestão da sazonalidade da demanda turística urge-se para atenuar os custos financeiros da oferta turística. Gossling (2015) e Gossling et al. (2012) enfatizam que as estratégias para a sazonalidade devem ter o indicador água como diretriz para orientar as OTMH à necessidade de uso mais consciente da água. Peremptoriamente, na criação de estratégias para a sazonalidade turística, o uso da água e a manutenção preventiva da infraestrutura predial devem ser prioridades no planejamento e gestão das OTMH.

A seguir, nos próximos quadros, abaixo, tem-se os seguintes dados:

**Quadro 14-** Consumo de Água nas OTMHSLs (Comportamento demanda, Variáveis comportamento demanda, Indicador de sustentabilidade para eco-inovação), São Luís (MA), 2017.

OTMHSLs	Comportamento demanda	Variáveis demanda	comportamento	Indicador sustentabilidade eco-inovação
OT1SLS	Sim, demanda nacional e local, desperdiçam na higienização		Não	Não
OT2SLS	Sim, demanda nacional e local, desperdiçam na higienização		Não	Não
OT3SLS	Não, maioria da demanda é estrangeiro, nacionais conscientes		Não	Não
OT4SLS	Sim, demanda nacional e local, desperdiçam na higienização		Não	Não
OT5SLS	Sim, demanda nacional e local; não, a estrangeira		Não	Não
OT6SLS	Sim, demanda nacional e local, desperdiçam na higienização		Não	Não
OT7SLS	Sim, demanda nacional e local, desperdiçam na higienização		Não	Não
OT8SLS	Não, demanda consciente, nacional, local, mas se adequa a filosofia da pousada	Sim, variáveis demográficas, hábitos de uso da água		Sim, diferencial no mercado, vantagem competitiva, bandeira da organização
OT9SLS	Sim, demanda nacional e local, desperdiçam na higienização		Não	Não
OT10SLS	Sim, demanda nacional e local, desperdiçam na higienização		Não	Não
OT11SLS	Sim, demanda nacional e local, desperdiçam na		Não	Não

OT12SLS	higienização Não, demanda estrangeira, consciente, educada	Não	Não
OT13SLS	Sim, demanda nacional e local, desperdiçam na higienização	Não	Não
OT14SLS	Sim, demanda nacional, desperdiçam na higienização	Sim, variáveis demográficas, hábitos de uso da água	Sim, bandeira da rede
OT15SLS	Sim, demanda nacional e local, desperdiçam na higienização	Não	Não
OT16SLS	Sim, demanda nacional e local, desperdiçam na higienização	Não	Não
OT17SLS	Sim, demanda nacional e local, desperdiçam na higienização	Não	Não
OT18SLS	Sim, demanda nacional e local, desperdiçam na higienização	Não	Não
OT19SLS	Sim, demanda nacional e local, desperdiçam na higienização	Não	Não
OT20SLS	Sim, demanda nacional e local, desperdiçam na higienização	Não	Não

**Fonte:** Pesquisa de Campo (2017).

**Quadro 15-** Consumo de Água nas OTMHBEL (Comportamento demanda, Variáveis comportamento demanda, Indicador de sustentabilidade para eco-inovação), Belém (PA), 2017.

OTMHBEL	Comportamento demanda	Variáveis demanda	comportamento	Indicador sustentabilidade eco-inovação
OT1BEL	Sim, Sim, demanda nacional e local, desperdiçam na Higienização; os estrangeiros não desperdiçam	Não	Não	Não
OT2BEL	Sim, demanda nacional, desperdiçam na higienização	Não	Não	Não
OT3BEL	Sim, demanda nacional e local, desperdiçam na higienização	Não	Não	Não
OT4BEL	Sim, demanda nacional, desperdiçam na higienização	Não	Não	Não
OT5BEL	Sim, demanda nacional, desperdiçam na	Não	Não	Não

OT6BEL	higienização Sim, demanda nacional, desperdiçam na higienização	Não	Não
OT7BEL	Sim, demanda nacional, desperdiçam na higienização	Não	Não
OT8BEL	Sim, demanda nacional, desperdiçam na higienização	Não	Não
OT9BEL	Sim, demanda nacional, desperdiçam na higienização	Não	Não
OT10BEL	Sim, demanda nacional, desperdiçam na higienização	Não	Não
OT11BEL	Sim, demanda nacional e local, desperdiçam na higienização	Não	Não
OT12BEL	Sim, demanda nacional e local, desperdiçam na higienização	Não	Não
OT13BEL	Sim, demanda nacional e local, desperdiçam na higienização	Não	Não
OT14BEL	Sim, demanda nacional e local, desperdiçam na higienização	Não	Não
OT15BEL	Sim, demanda nacional e local, desperdiçam na higienização	Não	Não

**Fonte:** Pesquisa de Campo (2017).

No que diz respeito ao comportamento da demanda, pode-se verificar que 85% e 100% das OTMH de São Luís (MA) e Belém (PA), respectivamente, concordam que o comportamento da demanda compromete o consumo de água na organização. Nesta acepção, em ambas OTMH e cidades, os informantes afirmaram que a demanda de turistas nacionais é a mais perdulária, sem distinção de procedências.

Essa evidência é justificada pelo clima quente e úmido, característico da Amazônia Brasileira, que, naturalmente, faz um convite ao ato de tomar banho várias vezes ao dia. Soares (2010) ressalta que quanto mais quente for a região, maior é o consumo de água. Ele também menciona que a umidade também exerce influência no consumo, sendo este maior em zonas mais secas do que em zonas mais úmidas.

Além disso, Soares (2010) aponta que os hábitos da população na utilização da água afetam o consumo desta. Isto é, uma pessoa gasta água para um

determinado fim de acordo com os seus hábitos de vida, que podem ser totalmente diferentes em cada pessoa.

No tocante a isso, percebe-se que nas OTMH analisadas, o maior consumo de água, está diretamente relacionado à higienização. Sousa e Eusébio (2013) constataam que os consumos mais elevados numa unidade hoteleira ocorrem precisamente nos quartos de hóspedes. Ainda, Sousa e Eusébio (2013) ressaltam que uma das medidas de conservação de água muito comum nas OTMH é a existência de programas de reutilização de roupa de banho e de cama. Este programa de reutilizar as roupas de banho e de cama acontece de maneira frequente nas OTMH analisadas.

Outrossim, aponta-se também que por conta de a maioria da demanda ser nacional, o desperdício de água é alto, despertando a atenção dos gestores quanto ao comportamento espaciotemporal da demanda. Todavia, não se pode afirmar que a maioria da demanda nacional é perdulária, uma vez que, segundo a OT8SLS, a demanda nacional e local que toma a decisão de estada na organização é consciente e adequa-se às normas estabelecidas.

Ruschmann (2000) menciona que o perfil da demanda por turismo ecológico no Brasil é mais consciente quanto à preservação e conservação dos recursos naturais. Então, a partir deste pensamento mais ecologizado (MORIN, 1997), percebe-se, que aos poucos, o mercado turístico nacional iniciou um esforço para se adequar às orientações da sustentabilidade.

Logo, verifica-se que no cenário nacional há um tímido comportamento pró-sustentável de demanda por serviços ligados ao turismo, especialmente direcionados às OTMH. Quanto mais “ecologizada” é a missão e os valores da organização, mais sensível é a demanda turística. Este comportamento pró-sustentável pode ser mais percebido na demanda estrangeira; segundo a OT3SLS e OT12SLS, não há preocupação com o consumo perdulário em face de que a maioria da demanda é estrangeira e colabora com o consumo consciente.

Quanto às variáveis do comportamento da demanda, 10% das OTMH analisadas de São Luís (MA), marcam duas variáveis para a elaboração de estratégias para minimizar o desperdício no consumo de água. Em Belém (PA), as OTMH analisadas não trabalham com as variáveis do comportamento da demanda para os fins descritos, acima.

As duas variáveis utilizadas são: as demográficas, que minimamente permitem caracterizar o comportamento espaciotemporal da demanda e o hábito de uso da água, que fornece informações acerca do comportamento individualizado dos sujeitos em relação à água, como a frequência e tempo no banho, frequência para o uso e autoclismo nas sanitas e frequência para o uso das torneiras.

Esses dados, além de confirmarem a necessidade de ter as informações quantitativas confiáveis de demanda e oferta turísticas, reforçam o que Tortella e Tirado (2011) marcam como de suma importância, que é a introdução de medidas de economia de água por meio de estratégias elaboradas, a partir do comportamento da demanda turística.

Quanto ao consumo de água ser utilizado como indicador de sustentabilidade para a eco-inovação, verifica-se que 10% das OTMH analisadas de São Luís (MA) consideram o consumo de água como um indicador de sustentabilidade para a eco-inovação da organização. A OT8SLS afirma que este é o seu diferencial no mercado, uma vez que é a bandeira do empreendimento e que a organização foi planejada para estes fins, atendendo às expectativas, principalmente dos proprietários, que assumiram a organização com a proposta da sustentabilidade definida como diretriz principal para o fomento das atividades na organização.

Isso é levado com seriedade, visto que a maioria dos equipamentos para o consumo de água é eficiente e tem a finalidade de equacionar o consumo perdulário, a exemplo de autoclismos com cargas diferenciadas, torneiras com sensores ou temporizadores, torneiras com regulação automática de temperatura e redutores de caudal em torneiras. Essas recomendações também são vistas por Sousa e Eusébio (2013) nas OTMH portuguesas.

Outra organização turística, a OT14SLS, potencializa o consumo de água como indicador e bandeira da sustentabilidade da rede, principalmente por conta da realidade local de deficiência no abastecimento de água em São Luís (MA). Na OT14SLS tem uma ETA que reusa as águas residuais advindas dos aparelhos de ar condicionado, assim como outros tipos residuais de água, que passam por todo um processo de decantação e condicionamento para, em seguida, ser distribuída no sistema interno de abastecimento de água da organização.

As OTMH de Belém (PA) ainda não marcam o consumo de água como indicador de sustentabilidade para a eco-inovação. As OT4BEL e OT5BEL estão começando a se organizar para tal feito, mas ainda está no planejamento de

expansão da rede, apostar na sustentabilidade como bandeira futura. Assim sendo, verifica-se, em Belém (PA) mais práticas paliativas ambientais do que potenciais práticas inovadoras que qualifiquem estas OTMH como sustentáveis para a eco-inovação.

O que diz respeito à existência de poço artesiano e ciência da certificação da qualidade da água, observar-se, nos quadros, a seguir e abaixo:

**Quadro 16-** Consumo de Água nas OTMHSLs (Poço artesiano, Bairro falta de água), São Luís (MA), 2017.

OTMHSLs	Poço artesiano/Certificação	
OT1SLS	Não	No bairro, onde a organização se localiza, há falta de água Sim, compra de água caminhão – pipa, cisterna, caixa d'água
OT2SLS	Sim, certificação ok	Sim, compra de água caminhão – pipa, cisterna, caixa d'água
OT3SLS	Sim, certificação ok	Sim, compra de água caminhão – pipa, cisterna, caixa d'água
OT4SLS	Sim, certificação ok	Sim, compra de água caminhão – pipa, cisterna, caixa d'água
OT5SLS	Sim, certificação ok	Sim, compra de água caminhão – pipa, cisterna, caixa d'água
OT6SLS	Sim, certificação ok	Sim, compra de água caminhão – pipa, cisterna, caixa d'água
OT7SLS	Sim, certificação ok	Sim, compra de água caminhão – pipa, cisterna, caixa d'água
OT8SLS	Sim, certificação ok	Sim, cisterna, caixa d'água
OT9SLS	Sim, certificação ok	Sim, compra de água caminhão – pipa, cisterna, caixa d'água
OT10SLS	Sim, certificação ok	Sim, compra de água caminhão – pipa, cisterna, caixa d'água
OT11SLS	Sim, certificação ok	Sim, compra de água caminhão – pipa, cisterna, caixa d'água
OT12SLS	Sim, certificação ok	Sim, cisterna, caixa d'água
OT13SLS	Não	Sim, compra de água caminhão – pipa, cisterna, caixa d'água
OT14SLS	Não	Sim, compra de água caminhão – pipa, cisterna, caixa d'água
OT15SLS	Sim, certificação ok	Sim, compra de água caminhão – pipa, cisterna, caixa d'água
OT16SLS	Sim, certificação ok	Sim, compra de água caminhão – pipa, cisterna, caixa d'água
OT17SLS	Sim, certificação ok	Sim, compra de água caminhão – pipa, cisterna, caixa d'água
OT18SLS	Não	Sim, compra de água caminhão – pipa, cisterna, caixa d'água
OT19SLS	Não	Sim, compra de água caminhão – pipa, cisterna, caixa d'água
OT20SLS	Não	Sim, compra de água caminhão – pipa, cisterna, caixa d'água

**Fonte:** Pesquisa de Campo (2017).

**Quadro 17-** Consumo de Água nas OTMHBEL (Poço artesiano, Bairro falta de água), Belém (PA), 2017.

OTMHBEL	Poço artesiano/Certificação	No bairro, onde a organização se localiza, há falta de água
OT1BEL	Sim, certificação ok	Sim, usa a água do poço, caixa d'água
OT2BEL	Sim, certificação ok	Sim, usa a água do poço, caixa d'água
OT3BEL	Sim, certificação ok	Sim, usa a água do poço, caixa d'água
OT4BEL	Não	Sim, usa a água da caixa d'água
OT5BEL	Não	Sim, usa a água da caixa d'água
OT6BEL	Sim, certificação ok	Sim, usa a água do poço, caixa d'água
OT7BEL	Sim, certificação ok	Sim, usa a água do poço, caixa d'água
OT8BEL	Não	Sim, usa a água da caixa d'água
OT9BEL	Sim, certificação ok	Sim, usa a água do poço, caixa d'água
OT10BEL	Sim, certificação ok	Sim, usa a água do poço, caixa d'água
OT11BEL	Sim, certificação ok	Sim, usa a água do poço, caixa d'água
OT12BEL	Sim, certificação ok	Sim, usa a água do poço, caixa d'água
OT13BEL	Sim, certificação ok	Sim, usa a água do poço, caixa d'água
OT14BEL	Sim, certificação ok	Sim, usa a água do poço, caixa d'água
OT15BEL	Sim, certificação ok	Sim, usa a água do poço, caixa d'água

**Fonte:** Pesquisa de Campo (2017).

70% e 80% das OTMH analisadas de São Luís (MA) e Belém (PA), respectivamente, possuem o poço artesiano com a certificação atualizada. Estes dados revelam que o uso do poço artesiano ainda persiste nessas duas cidades, principalmente por causa do processo tardio da implantação dos sistemas de abastecimento de água, que sempre apresentam deficiência, gerando a falta de água e ocasionando, principalmente em São Luís (MA), mais perfurações no solo, porém de maneira irregular.

A esse respeito, em São Luís (MA) foi realizado no dia 26 de outubro de 2017, no auditório da Federação de Indústrias do Estado do Maranhão (FIEMA), o Seminário dos Estudos Hidrogeológicos da Região Metropolitana de São Luís: subsídios para o uso sustentável dos recursos hídricos. Este evento foi executado pela Secretaria do Estado de Meio Ambiente e Recurso Hídricos (SEMA/MA) em parceria com a ANA e o Serviço Geológico do Brasil (CPRM).

O objetivo dos estudos hidrogeológicos é possibilitar a verificação da demanda atual de águas subterrâneas por meio do cadastro de poços, possibilitando a orientação da definição de estratégias de gestão das águas subterrâneas da ilha de São Luís, visando a sua preservação e uso sustentável por meio de um modelo de gestão das águas.



Estes estudos fazem parte da Agenda de Águas Subterrâneas da ANA, instituída com base no Programa Nacional de Águas Subterrâneas (PNAS), que tem como finalidade fortalecer a gestão integrada de águas subterrâneas e superficiais do país. Além disso, estes estudos são um projeto piloto para todo o país e pretende-se seguir com estes estudos hidrogeológicos, para Belém (PA) e Manaus (AM).

De acordo com Cunha et al. (2012), a SEMA/MA, órgão gestor da Política Estadual de Recursos Hídricos, a partir de uma análise de cenário acerca da realidade socioeconômica e ambiental da Região metropolitana de São Luís, iniciou os diálogos acerca da necessidade de estudos específicos para uma gestão que garanta os usos múltiplos e a exploração sustentável dos recursos hídricos subterrâneos.

Ainda, Cunha et al. (2012) ressaltam que é de fundamental importância a realização dos estudos sobre o aquífero na região metropolitana de São Luís. Assim, percebe-se que há a necessidade de conhecer sumariamente estas águas subterrâneas para fins de ordenamento e desenvolvimento territorial. Logo, a realização deste Seminário contribuiu para que as partes envolvidas possam ratificar o compromisso de executar estes estudos, que darão uma prospecção para que as águas subterrâneas e superficiais sejam exploradas de modo sustentável, visando as gerações futuras e o desenvolvimento territorial sustentável.

No que se refere à falta de água nos bairros onde as OTMH estão localizadas, pode-se verificar que 100% das OTMH nas duas cidades afirmam que há interrupções de fornecimento com frequência. De fato, conforme a CAEMA<sup>40</sup> e a COSANPA<sup>41</sup>, há falhas no sistema de abastecimento de água. A CAEMA sublinha que há uma deficiência histórica no abastecimento de água, principalmente relacionada à adutora<sup>42</sup> que estava em funcionamento, que era antiga e precária, pois data do Governo João Castelo (1979-1982).

---

<sup>40</sup> Primeiramente, contactou-se com a área técnica da CAEMA por meio de ligação telefônica e, em seguida, teve-se autorização, sem a necessidade de ofício e carta de apresentação da pesquisa de campo, para a entrevista na Sede Central da Companhia, localizada na Rua Silva Jardim, nº 307, Centro, São Luís (MA).

<sup>41</sup> Já a área técnica da COSANPA solicitou o ofício com a carta de apresentação da pesquisa de campo, para autorização da entrevista (Anexo, p. 221).

<sup>42</sup> Destaca-se que no dia 6 de dezembro de 2017, a CAEMA operacionalizou o funcionamento da nova adutora do Sistema Italuís, com 19 km de extensão em aço. Trata-se de 19 km de tubulação de aço mais espesso e seguro. Segundo a CAEMA, é uma obra de R\$ 134 milhões, complexa e de grandes proporções e que depois de instalada, o novo sistema vai captar 500 litros a mais por segundo, que significa 30% a mais de água para aproximadamente 600 mil moradores. Com a

A concessionária maranhense salienta que o sistema de abastecimento de água, ao longo de vários governos, não recebeu os investimentos que deveria ter recebido nas últimas décadas, ocasionando as constantes interrupções no abastecimento, causados por vazamentos na adutora. Logo, para dirimir esta debilidade, a CAEMA adota o rodízio de água nas zonas de abastecimento, que popularmente é conhecido como o “dia da água” com fito de que a população local economize e armazene água.

Conjuntamente, as duas concessionárias afirmam que o efêmero crescimento populacional, nas duas capitais, em questão, também contribui para o desmantelamento do sistema, uma vez que a demanda por água aumenta e isto acarreta a sobrecarga nos fluxos volumétricos, promovendo um abastecimento descontínuo e deficitário. Todavia, CAEMA e COSANPA denotam que frequentemente diligências são feitas para dirimir a problemática e promover a manutenção no sistema para normalizar o fornecimento de água.

Em São Luís (MA), os bairros foram divididos em 6 zonas de abastecimento pela CAEMA, a saber: Zona 1 (Z-1); Zona 2 (Z-2); Zona 3 (Z-3); Zona 4 (Z-4); Zona 5 (Z-5); e Zona 6 (Z-6). No caso, as OTMH analisadas estão localizadas na Z-1 (Centro Histórico) e Z-5 (São Francisco, Ponta d’areia, Calhau e Litorânea), que segundo a CAEMA, esta é a zona de abastecimento que mais padece com a falta de água, uma vez que o solo tem influência do estuário de cunha salina<sup>43</sup>, que compromete o lençol freático.

A CAEMA afirma que as perdas de água são altas, em torno de 60%, em decorrência: dos constantes vazamentos da estrutura precária da antiga adutora; da ocupação desordenada, que favorece as ligações clandestinas de água; e do comportamento perdulário da população local. Isto agrava o contexto deficitário do abastecimento de água em São Luís (MA). De fato, um dos maiores desafios das concessionárias de água é o controle das perdas de água. Entretanto, as ações de redução de perdas são realizadas.

---

adutora nova, a concessionária espera melhorar em quantidade e qualidade o abastecimento de água em São Luís (MA). Esta ação faz parte do Programa “Água para Todos”, lançado no dia 15 de junho de 2015, no Governo “Flávio Dino”. Este programa governamental tem como objetivo prioritário atenuar o acentuado e histórico problema do abastecimento de água em São Luís.

<sup>43</sup> A cunha salina é o fenômeno que consegue salinizar o rio e o solo mais a montante do que a inversão do fluxo, devendo ser este um fenômeno adequadamente monitorado, considerando o mesmo pode passar despercebido na camada de água superficial e estar ocorrendo nas águas mais profundas, justamente nos níveis das tomadas de água para irrigação e abastecimento humano (RELATÓRIO, 2007).

O técnico da CAEMA destaca o Tubo Ajustador de Vazão (TAV), as Válvulas Reguladoras de Pressão (VRP) e o Metro de Coluna D'Água (MCA) como exemplos de equipamentos que auxiliam estas ações e, também, ressalta que está em fase de elaboração, pela diretoria técnica, o projeto de “Novos Arranjos de Controle e Medição”, principalmente com a implantação dos Distritos de Medição e Controle (DMC).

Segundo Souza Júnior (2014), os DMC são áreas de controle menores, obtidas a partir da subdivisão dos setores de abastecimento de água. O autor ainda salienta que a partir dos DMC é possível estabelecer o gerenciamento das pressões e vazões nestas áreas de menor abrangência, visando reduzir as perdas de água que ocorrem nos sistemas de distribuição.

Não obstante, em Belém (PA), a COSANPA é responsável por 80% do consumo de água na área urbana de Belém e ratifica o combate as perdas no abastecimento de água e afirma que o percentual de perdas mensal é de aproximadamente 48%. A concessionária paraense menciona que a ocupação desordenada e o consumo perdulário da população também são fatores que contribuem para estas perdas. A concessionária menciona que 9m<sup>3</sup>/s é a capacidade de produção de água.

Um dado importante que ambas as concessionárias enfatizaram é a existência da cultura do desperdício de água. Isso pode estar ligado aos costumes e hábitos locais, pois a água ainda é vista como recurso natural abundante. Para CAEMA e COSANPA, as ações de combate ao desperdício devem também contemplar programas intersetoriais de educação ambiental que sensibilizem a população local e às organizações quanto a possível escassez hídrica e a necessidade da poupança de água.

Tendo ainda, as medidas tomadas pelas OTMH, verificou-se que 90% das OTMH analisadas de São Luís (MA) compram água das empresas de caminhão- – pipa, seguido de 100% com reservatórios de acumulação, a cisterna e a caixa d'água. Por conseguinte, em Belém (PA), percebe-se que 80% usam a água do poço artesiano, seguido de 100% com reservatório de acumulação, no caso, a caixa d'água.

Nessa direção, pode-se perceber que o comércio de venda de água por meio das empresas de caminhão-pipa, em São Luís (MA), é incentivado por este contexto de fornecimento deficitário de água. Segundo a maioria das OTMHSL, a

falta de água propiciou o negócio dos caminhões-pipa. As empresas comercializam o tanque cheio, equivalente a 15.000 litros, em média, entre R\$ 160,00 e R\$ 260,00, conforme solicitação e frequência, uma vez que é inevitável não comprar água, pois quando a demanda aumenta nas OTMH e os reservatórios de acumulação estão com o nível baixo de água, a complementação tem que ser feita por este procedimento.

Ademais, estas OTMHSLs afirmam que existem as empresas legais<sup>44</sup> e certificadas pela SEMA/MA, assim como existem as empresas clandestinas, que comercializam livremente sem autorização legal e ofertam o tanque de 15.000 litros, por um preço muito abaixo do praticado pelas empresas legais.

A OT1SLS, OT2SLS e OT13SLS ressaltam que a despesa com a compra de água afeta o fluxo de caixa da organização, uma vez que a rubrica é deslocada para uma despesa, que poderia ser evitada, caso o abastecimento de água fosse contínuo e frequente em São Luís (MA). A OT1SLS, por não ter o poço artesiano, é dependente 100% do caminhão-pipa e afirma que é desafiador para o mercado da hotelaria local sobreviver nessas intempéries, principalmente as OTMH localizadas na Z-5, que é a zona de abastecimento mais atingida pela falta de água e sofre influência da cunha salina.

A OT14SLS menciona que a questão da água em São Luís (MA) não é obstáculo e sim oportunidade, visto que a organização optou em investir e tornar a economia da água como uma das bandeiras da rede, uma vez que uma ETA foi construída especificamente para diferenciar a organização das demais existentes no território turístico ludovicense.

A esse respeito, a OT8SLS sinaliza que o problema da água em São Luís (MA) também não foi obstáculo para a implementação da sustentabilidade na organização, pelo contrário, foi o impulso para certifi-cá-la, por meio da NBR 15401, que tem o consumo de água como indicador de sustentabilidade. A organização não compra água do caminhão-pipa e usa a água dos reservatórios de acumulação, que passa por um processo de tratamento físico-químico para garantir a qualidade.

Outra organização turística que não compra água das empresas de venda de água é a OT12SLS, pois ela garante que os reservatórios de acumulação dão conta

---

<sup>44</sup> Pode-se citar as seguintes empresas: Águamax, H2O, Água Doce, Eco Água, Trans Água, Qualy Água, Cristal Água, dentre outras. Tentou-se contactá-las para maiores informações, mas elas não aceitaram participar da pesquisa.

da demanda por água na organização, uma vez que o público é constituído de uma maioria de estrangeiros, que, segundo ela, é consciente e colabora com a sustentabilidade da organização.

Em Belém (PA), as OTMH não compram água, de fato, não é percebida na cidade a circulação dos caminhões-pipa de água e tampouco o comércio intenso de comercialização de água. Em conformidade com as OTMHBEL, o complemento da água é feito por meio dos reservatórios de acumulação, principalmente a caixa d'água, uma vez que o uso de cisterna não é tão comum, como é em São Luís (MA).

De um modo geral, a água não é vista como uma oportunidade de sustentabilidade pelas OTMHBEL. O entendimento pode estar relacionado pelo fato de que a questão da água não é tão alarmante, como é na capital maranhense. Todas concordam que falta água, mas não por um período extenso e quando isso realmente acontece, usa-se a água dos reservatórios que imediatamente faz a reposição da água, por meio de bombeamento nos poços artesianos.

Ademais, é importante destacar que as OTMHBEL não reclamam da água e sim da energia elétrica, uma vez que a maioria tem poço artesiano e o funcionamento dá-se por meio da energia elétrica. Por essa razão, a conta de energia é muito mais cara que a conta de água e isso despertou o interesse em algumas organizações a entrar para o mercado livre de energia.

## 6 CONCLUSÃO

Os problemas atuais relacionados aos recursos hídricos obrigam a sociedade a pensar em estratégias para o uso e consumo conscientes. No tocante, ao processo de desenvolvimento econômico, a água é um fator de produção, à qual atribui-se um valor de uso e troca. Assim sendo, a água não é apenas um recurso natural indispensável à sobrevivência humana, ela também é um fator condicionante do desenvolvimento econômico, visto que na medida em que o território promove o crescimento econômico, conduz a um estado de alerta para o seu uso e disponibilidade.

O Fórum Mundial da Água, realizado no Brasil, no mês de março de 2018, representou a cimeira discussão acerca da importância da questão da água nas agendas políticas de cada país. Logo, as discussões afluíram dados alarmantes que posicionam os países a definirem agendas mínimas com definição de meios para se pensar numa gestão compartilhada dos recursos hídricos, que estão ficando cada vez mais rarefeitos nos territórios de todos os continentes.

Desse cimeiro Fórum, encaminhou-se o documento “Declaração de Sustentabilidade”, que já estima fragilidades quanto às políticas de recursos hídricos e o não cumprimento das metas dos ODS. Além disso, esta declaração sinaliza que as organizações precisam valorizar e integrar a água em suas estratégias, materialidade e processo de tomada de decisões e compartilhar boas práticas em gestão de recursos hídricos. Logo, verifica-se que as organizações devem inserir nas pautas de planejamento e gestão, a questão da água, tanto pela necessidade de economia como de conservação ambiental.

Nessa acepção, conforme a literatura consultada, o setor do turismo, de um modo geral, é um consumidor nato de água, tanto pelo lado da oferta, por meio da organização industrial, como pelo lado da demanda, por meio dos hábitos e costumes de uso e consumo dos turistas. Nota-se, de fato, que as organizações turísticas de meios de hospedagem consomem um volume de água, que muitas vezes, está atrelado às perdas residuais. Isto é um dado que mostra a necessidade de se escalonar adequadamente o consumo de água nas organizações turísticas.

Em face a isso, a discussão dos principais resultados encontrados da pesquisa foi incisiva para mostrar que as OTMH, tanto de São Luís (MA), como de Belém (PA), não percebem no recurso natural “água”, oportunidades

empreendedoras de competitividade entre as organizações, que se traduza em vantagens competitivas. Nota-se, que a maioria das OTMH analisadas, dessas duas capitais brasileiras, não apostam na água, como diferencial no mercado.

De fato, apenas 10% das OTMHSLs analisadas adotam a prática da sustentabilidade para a eco-inovação e apostam na água como indicador. É um dado incipiente dentro de um mercado turístico, que tende a ser mais competitivo e exigente quanto ao compromisso ético com a sustentabilidade ambiental.

A exemplo, tem-se o Programa EcoLideres da plataforma digital de hospedagem “TripAdvisor”, que tem como objetivo estimular a prática de ações sustentáveis na indústria hoteleira. Segundo (GREEN, 2017, não paginado), o programa existe desde 2013, nos Estados Unidos, com o nome de Green Leaders e expandiu-se para o Brasil, outros países da América do Sul, América Central e Caribe.

Ainda de acordo com os resultados, percebeu-se que as implicações do consumo de água posicionam, a maioria das OTMH analisadas, tanto em São Luís (MA) como em Belém (PA), à adoção de medidas meramente preventivas para combater os custos financeiros advindos do consumo perdulário da demanda, majoritariamente de nacionais com hábitos e costumes de desperdício de água.

Isso posto, confirma-se que o consumo de água, na perspectiva da sustentabilidade para a eco-inovação ainda não é uma realidade e tampouco prioridade, para a maioria das OTMH analisadas. A justificativa da maioria das OTMH entrevistadas é que a demanda de turistas é sazonal para um investimento oneroso, que o mercado da sustentabilidade exige. Logo, o investimento em sustentabilidade para a eco-inovação ainda não tem rubrica no planejamento financeiro dessas organizações turísticas.

Com isso, confirma-se a hipótese que orientou a pesquisa, de que o setor produtivo de turismo em São Luís (MA) e Belém (PA), vem, há muito tempo, trabalhando com a perspectiva do turismo como potencial, mas sem conseguir efetivá-lo de fato como produto. Então, em face a isso, todo e qualquer posicionamento destas organizações turísticas, em relação à sustentabilidade para a eco-inovação, torna-se irrelevante.

E, mais ainda, em se tratando das implicações do consumo de água (falta de água, consumo perdulário, custo financeiro), foi confirmada que a tomada de decisão é meramente paliativa, diretamente proporcional à otimização de custos

financeiros, sem expressar, de fato, uma medida de sustentabilidade para a eco-inovação como vantagem competitiva e diferencial no mercado turístico. E, somado a isso, tem-se o agravante do nível cultural, da maioria dos gestores destas OTMH, que sabem, em parte e com limitações, acerca da sustentabilidade para a eco-inovação nas organizações.

De fato, verifica-se que a atividade turística na Amazônia Oriental Brasileira ainda está na fase de potencial, conforme os dados quantitativos apresentados, que mostram uma anamorfose, tanto do lado da oferta como do lado da demanda. Este quadro compromete o planejamento das organizações, principalmente no pujante processo da sustentabilidade para a eco-inovação, uma vez que as variáveis do comportamento da demanda efusiva necessitam ser analisadas desagregadas para o planejamento e a gestão de estratégias.

Isso foi evidenciado nos resultados, pois a maioria das OTMH analisadas, não prioriza os dados do comportamento espaciotemporal da demanda para fins de formulação de estratégias para atenuar o consumo perdulário de água, com isso, promover a destruição criativa schumpeteriana para eco-inovar. O que se observou é que estas OTMH restringem-se necessariamente a alguns dados limitados do perfil da demanda, de um modo geral, como um guião para se pensar numa economia de água.

Nessa direção, as OTMH da capital ludovicense poderiam ver na dificuldade que existe para se obter o recurso natural “água”, oportunidades empreendedoras, a partir da orientação da sustentabilidade para eco-inovação. Todavia, pelo que se observou, foram apenas ações paliativas e pontuais para otimização de custos financeiros, que, de fato, é a preocupação maior destas organizações turísticas.

Assim sendo, conforme a literatura apresentada, a preocupação com a sustentabilidade na perspectiva da eco-inovação nas organizações turísticas, já é uma realidade no âmbito das pesquisas desenvolvidas nas universidades. Destaca-se, na UFMA, no curso de Turismo Bacharelado, a pesquisa sobre a gestão ambiental nas organizações turísticas de São Luís (MA), realizada nos anos de 2015 e 2016.

A referida pesquisa já apresentou alguns resultados, que confirmam os achados desta investigação realizada. Todavia, observou-se que a pesquisa da UFMA centrou-se na gestão ambiental como um todo, sem desagregar as variáveis ambientais para a análise. Contudo, essa maneira como o comportamento das



organizações turísticas foram analisados não invalidou os resultados encontrados. Pelo contrário, eles corroboraram para confirmar previamente os resultados desta investigação finalizada.

De todo modo, é importante ressaltar que a cooperação técnica entre o mercado e as Universidades deve ser firmada a fim de promover pesquisa e desenvolvimento para o aprimoramento de produtos e serviços. Pelo que se verificou nas OTMH, existem lacunas entre o mercado e o ambiente acadêmico. A cooperação empodera o mercado com os conhecimentos gerados pelas pesquisas. Isto pode ser um requisito importante para o processo de sustentabilidade nas organizações.

A refletir sobre isso, o conhecimento gerado no ambiente acadêmico, tanto nas atividades extensionistas como nas atividades de pesquisa aplicada, pode promover a sensibilização de que a água nas organizações turísticas merece ter uma atenção especial, uma vez que estas organizações consomem intensamente, principalmente em períodos considerados pelo mercado turístico, de alta estação. Considera-se importante incentivar estas cooperações para alargar conhecimento científico e tecnológico acerca dessas questões relacionadas à água nas organizações turísticas.

Outrossim, embora esta tese tenha feito ilações reflexivas, alguns aspectos limitantes devem ser apontados. O estudo restringiu-se, limitou-se e concentrou-se nas OTMH, que concordaram em participar da pesquisa, uma vez que algumas medidas cautelares foram feitas, com fito a aumentar a taxa de participação, a exemplo, da articulação com uma rede de contatos profissionais, que conhece as organizações.

Todavia, não houve resposta, mesmo assegurando o anonimato e a confidencialidade das respostas individuais. Assim, o uso de amostragem não aleatória tornou-se indispensável. Contudo, adverte-se que essa restrição pode afetar parcialmente os resultados, porém, não os invalidam, uma vez que as mais representativas OTMH das duas cidades estavam presentes na amostra.

Igualmente, pode-se observar também algumas limitações concernentes ao processo de recolha de dados, pois focou-se somente nos pontos de vista dos gestores e/ou técnicos das OTMH, como potenciais informantes, levando em consideração que estes têm responsabilidades nas organizações e, a priori, são as

fontes de informação mais próximas de um grau de confiabilidade, no que tange à temática da pesquisa.

No entanto, percebeu-se que a maioria apresenta uma limitação de conhecimentos sobre a discussão central do estudo e socializam as informações que gostariam de informar, sem necessariamente correlacionarem com a realidade das organizações turísticas. Desta maneira, recomenda-se mais estudos centrados na temática, ora desenvolvida, com a aplicação do instrumento metodológico questionário semiestruturado para a demanda de turistas hospedados nas OTMH, caracterizando os seus comportamentos e hábitos referentes ao consumo de água.

Esse procedimento metodológico tem o fito de confrontar os dados revelados pelas organizações, que, de uma maneira feral, nesta pesquisa, afirmam que a demanda nacional tem hábitos e costumes perdulários de uso da água. Logo, reflete-se, por exemplo, no juízo de valor que as OTMH podem ter feito, que na visão dos gestores, esta demanda nacional é adepta da cultura do desperdício de água.

Assim, reforça-se a importância da análise desagregada das variáveis do comportamento espaciotemporal da demanda turística, a fim de evitar conclusões evasivas, pois pelo que se observou, há um certo privilégio pela demanda turística de estrangeiros. Isto posto, ressalta-se a importância de analisar a demanda turística, a partir do seu comportamento efusivo.

No que diz respeito a isso, é de mais valia explorar mais os estudos quantitativos combinados com os qualitativos, que expliquem e orientem o comportamento da demanda turística acerca do uso e do consumo de água. Isto caracteriza a importância das informações quantitativas à formulação de uma matriz de planejamento e gestão.

Outra recomendação é referente ao estudo empírico que na pesquisa, ora realizada, delimitou-se somente às OTMH de São Luís (MA) e Belém (PA), sendo que seria interessante e, de mais valia, se o estudo pudesse ter incluído as OTMH dos destinos indutores mais representativos na Amazônia Brasileira, a exemplo de Santarém (PA) e Manaus (AM), para que pudesse ampliar o universo empírico da pesquisa.

Sublinha-se que o estudo centrou-se no referencial teórico do desenvolvimento sustentável e suas interfaces com a atividade turística numa perspectiva de eco-inovação. Entretanto, o estudo não aprofundou a categoria eco-inovação, que poderia ter sido mais explorada. Como a tese é mais focada na

logicidade da sustentabilidade para a eco-inovação e, não ao contrário, como se verifica em muitos estudos publicados, alguns aspectos relacionados desta categoria podem ter sido omitidos.

Nota-se que a eco-inovação está atrelada à sustentabilidade, por meio das dimensões econômica e social, no que tange à eco-eficiência, como prática de fomento de produtos e serviços com baixo impacto ambiental e valoração econômica. Logo, percebe-se que o processo de sustentabilidade para a eco-inovação, no setor de turismo, é complexo e recente nas OTMH.

Esse estudo abordou apenas a questão, no tocante, ao uso e disponibilidade de água. Sabe-se que outras questões e aspectos poderiam ter sido abordados, a exemplo, da gestão ambiental. Todavia, optou-se apenas pela questão imperiosa da água, no que se refere à gestão ambiental nas organizações, sobretudo, pela particularidade da problemática do abastecimento de água em São Luís (MA).

A seguir, pode-se destacar o descaso pela pesquisa, como uma falta de respeito à produção do conhecimento. O descaso foi recorrente nas duas cidades. Neste ponto, é importante salientar que as tentativas de comunicação com as organizações turísticas foram feitas, mas infelizmente somente o rácio analisado autorizou a pesquisa.

Assim, percebeu-se a falta de interesse na temática, que é extremamente atual e necessária para que as OTMH possam apostar na sustentabilidade para a eco-inovação como fator de competitividade, uma vez que o mercado do turismo sustentável existe, principalmente pelo lado da demanda de turistas pró-sustentáveis, que procuram destinos e organizações turísticas que dialogam com a conservação dos recursos naturais.

Em se tratando de Amazônia Brasileira, mais ainda há a necessidade de se formularem políticas públicas de turismo centradas no viés da sustentabilidade e incentivar as organizações turísticas a adotar práticas ambientais para a competitividade no setor. Por conseguinte, neste caso, observou-se que algumas OTMH teceram suas críticas em relação ao contexto político do turismo local, mas como a política pública de turismo não foi objeto de análise, apenas registraram-se as críticas, que sumariamente são pertinentes.

De uma maneira mais efusiva, a partir da evidência das principais limitações do estudo, essa pesquisa pode contribuir para que outros setores, a exemplo, o setor de alimentos e bebidas, que também é um consumidor potencial de água,

possa ser estudado, pois estudos semelhantes devem ser aplicados a outros setores do turismo.

Um outro importante contributo está diretamente ligado às OTMH na Amazônia Brasileira: que elas invistam mais em sustentabilidade, não somente por causa dos custos financeiros, mas sim por conta da competitividade no mercado turístico. De fato, a marca Amazônia já é consolidada no mundo e, se realmente, estas organizações turísticas seguirem as orientações da sustentabilidade como diferencial e vantagem competitiva, acredita-se que, verdadeiramente, estas organizações farão o marketing verde.

Também, pode-se ter um contributo para os estudos empíricos do turismo, uma vez que a análise sobre o desempenho ambiental das organizações permite difundir conhecimentos para discussão e orientação do mercado e Estado, quanto à importância da questão hídrica para o planejamento e gestão de institucionalidades no turismo.

Nisso, arrisca-se recomendar que a água seja tratada como um indicador confiável para a sustentabilidade das OTMH. Isto é, da sustentabilidade para a eco-inovação, como um contributo para o mercado no fito à organização industrial, especificamente no que tange à vantagem competitiva.

Portanto, verificou-se que as implicações do consumo de água não posicionam as OTMH de São Luís (MA) e Belém (PA), quanto à formulação de estratégias de sustentabilidade para a eco-inovação. Logo, conclui-se que as OTMH dos dois destinos turísticos indutores, ainda estão distantes de um modelo de sustentabilidade para a eco-inovação, que as caracterize como organizações turísticas competitivas, dentro de um modelo schumpeteriano e neoschumpeteriano de desenvolvimento econômico, pois o que mais se observou, nas OTMH analisadas, foi um comportamento empreendedor limitado.

Aliás, esse é o ponto fulcral que esta pesquisa constatou na perspectiva destes tempos incertos, que urgem por modelos empreendedores que contemplem a sustentabilidade, quer seja para eco-inovar, quer seja para assumir o compromisso ético com a responsabilidade socioambiental.

Assim, arrisca-se a concluir que há a necessidade de mudança no comportamento das OTMH da Amazônia Brasileira, principalmente no que diz respeito às tendências do mercado turístico atual, que aposta na sustentabilidade

como fator de competitividade. Empoderar o recurso natural “água” pode ser um diferencial, diante de uma realidade visível de escassez hídrica.

Por essa razão, recomenda-se que esta temática abordada seja mais explorada, a partir de estudos longitudinais, pois estes estudos podem fornecer o método mais adequado para observar o processo de sustentabilidade, como estratégia para a eco-inovação nas organizações, ao longo de um recorte temporal extenso.

Com isso, a realização deste estudo propiciou a ampliação da discussão valiosa sobre a questão da água, no tocante às oportunidades que ela pode gerar, mediante um cenário de escassez e, principalmente, no contexto hidrossocial relacionado ao turismo, nomeadamente nas organizações turísticas de meios de hospedagem.

Dessa maneira, espera-se que mais estudos direcionados ao empoderamento da água como estratégia de sustentabilidade para a eco-inovação no setor de turismo sejam incentivados, ainda mais, na Amazônia Brasileira, onde paulatinamente o setor de turismo tenta sair da condição de potencial e seguir a via para a consolidação de produto e, com isto, descortinar mais possibilidades do que limites no processo de desenvolvimento local e regional eco-eficiente do turismo.

## REFERÊNCIAS

- ALONSO, A. D; OGLE, A. Tourism and hospitality small and medium enterprises and environmental sustainability. *Management Research Review*, v. 33, n. 8, p. 818-826, 2010.
- ALTVATER, Elmar. *O preço da riqueza: pilhagem ambiental e a nova (des) ordem mundial*. São Paulo: UNESP, 1995., p. 333.
- ANDRADE, T. K.; TAVARES, M. G. O projeto de integração amazônica visto pela turistificação dos lugares. *Revista Confins*, v. 14, n. 14, 2012.
- ANDRADE, J. P. de et al. (Org.). *A economia do turismo no Brasil*. Brasília, DF: SENAC, DF, 2008.
- ANDRADE, J. R. de L. Metodologia de estimação da demanda por turismo doméstico no Brasil: aspectos teóricos e evidências empíricas. *Revista de Economia*, Curitiba, v. 33, n. 1, p. 117-136, 2007.
- ARAÚJO, M. N. F. *Governança ambiental e turismo – análise dos Parques Nacionais: Amazônia, Chapada das Mesas (Brasil) e Tortuguero (Costa Rica)*, 2015. Tese (Doutorado em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental), Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.
- ARCHER, B. H. The value of multipliers and their policy implications. *Tourism Management*, v. 3, issue 4, p. 236-241, jul. 1982.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS- ABNT. *NBR 16534: meios de hospedagem. Indicadores para o sistema de gestão da sustentabilidade*. Rio de Janeiro, 2016. 37 p.
- \_\_\_\_\_. *ABNT NBR 15401: meios de hospedagem: sistema de gestão da sustentabilidade: requisitos*. Rio de Janeiro, 2014. 30 p.
- ASSOCIAÇÃO BANDEIRA AZUL DA EUROPA. *Green Key and the sustainable development goals 2015 – 2030*. [S.l:s.n.] 2016.
- AZEVEDO, F. F. et al. Turismo em foco: globalização e políticas públicas. In: \_\_\_\_\_. *Turismo em foco*. Belém, PA: NAEA, 2013. p. 11-27.
- BACHELARD, G. *A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento*. Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro, RJ: Contraponto, 1996, 2005, p. 17-36; 69-77; 91-96; 103-109; 120-145; 184-189; 259-268.
- BASTOS, A. P. V.; RAVENA, N.; CASTRO, E. Papel da Pós-Graduação do Naea-UFPA na formação interdisciplinar para o desenvolvimento sustentável. In: PHILLIPI JUNIOR, A.; SILVA NETO, A. J. S. *Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia e inovação*. Barueri, SP: Manole, 2011. p. 647-671.

BENI, M. C. *Análise estrutural do turismo*. São Paulo: SENAC, 2010.

BEZERRA, D. Da S.; SILVA JÚNIOR, M. G. Da; SILVA, L. de J. C. Da. Análise espacial do abastecimento de água dos municípios da zona costeira do Maranhão, nordeste do Brasil. *Boletim do Laboratório de Hidrobiologia*, v. 21, n. 1, 2008.

BOELENS, R. Et al. Hydrosocial territories: a political ecology perspective. *Water International*, v. 41, n. 1, p. 1-14, 2016.

BORGES, M.; EUSÉBIO, C. M.; CARVALHO, N. Governance for sustainable tourism: a review and directions for future research. *European Journal of Tourism Research*, v. 7, p. 45-56, 2014.

BRAMWELL, B. Theoretical activity in sustainable tourism research. *Annals of Tourism Research*, v. 54, p. 204-218, 2015.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. *Lei nº 9433*, de 8 de janeiro de 1997. Política Nacional de Recursos Hídricos. Brasília, DF: Casa Civil, 1997.

\_\_\_\_\_. *Agência Nacional de Água. Atlas Brasil. Abastecimento urbano de água*. Brasília, DF: 2010.

BRASIL. Ministério do Turismo. Sistema Brasileiro de Classificação de Meios de Hospedagem (SBCLASS). *Manual de Identidade Visual*. Brasília, DF: MTUR, 2011.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. *Portaria nº 100*, de 16 de junho de 2011. Sistema Brasileiro de Classificação de Meios de Hospedagem (SBCLASS). Brasília, DF: MTUR, 2011.

\_\_\_\_\_. Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM. *Programa de Integração Intrarregional da Amazônia: diagnósticos e projetos*. Belém, PA, 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério do Turismo. *Plano nacional de turismo*. Brasília, DF: MTUR, 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério do Turismo. *Mapa do turismo Brasileiro*. Brasília, DF: MTUR, 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério do Turismo. *Anuário estatístico de turismo 2017*. Ano Base 2016. Brasília, DF: MTUR, 2017.

BREDA, Z. M. De J. *Network relationships and the internationalisation of the tourism economy: the case of Portuguese overseas investment in the hotel sector*. Aveiro: PhD Dissertation, Aveiro University, 2010.

BRÜSEKE, F. O problema do desenvolvimento sustentável como desafio para as ciências. *Cadernos do NAEA*, v.12, p. 141-164, 1994.

BRUYNE, P. de. *Dinâmica da pesquisa em ciências sociais: os pólos da prática metodológica*. Rio de Janeiro, RJ: F. Alves, 1991.

BÜRGENMEIER, B. *Economia do desenvolvimento sustentável*. Lisboa - Portugal: Instituto Piaget. 2009.

CALDEIRA, A. M. B. *A experiência de visita dirigida a múltiplas atrações: análise do comportamento espacial do turista e da sua satisfação*. Tese (Doutorado em Turismo). Departamento de Economia, Gestão, Engenharia Industrial e Turismo (DEGEIT), Universidade de Aveiro (UA), 2014.

CARVÃO, S. Tendências do turismo internacional. *Revista Científica Exedra*, n. 42010, p. 17-32, 2010.

CARVALHO, L. *Microeconomia e macroeconomia: conceitos econômicos fundamentais para a gestão das organizações*. 2. ed. Lisboa, Portugal: Edições Sílabo LDA, 2014.

CASHMAN, A.; MOORE, W. A market-based proposal for encouraging water use efficiency in a tourism-based economy. *International Journal of Hospitality Management*, v. 31, p. 286–294, 2012.

CASTELLANI, V; SALA, S. Sustainable performance index for tourism policy development. *Tourism Management*, v. 31, p. 871-880, 2010.

CASTELLS, M. *A sociedade em rede: a era da informação – economia, sociedade e cultura*. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1.

CASTRO, F. F. de. A identidade denegada. Discutindo as representações e a autorrepresentação dos caboclos da Amazônia. *Revista de Antropologia*, São Paulo, SP, v. 56, n. 2, p. 431-475, jun. 2014.

CASTRO, E. Introdução: uma incursão temática à Belém. In: CASTRO, E. (Org.). *Belém de águas e ilhas*. Belém, PA: CEJUP, p. 13-21, 2006.

\_\_\_\_\_. Trabalho, tempo livre e lazer na sociedade contemporânea. In: BAHIA, M. C. (Org.). *Novas leituras do lazer contemporâneo*. Belém, PA: NAEA, 2018, p. 125-149.

CASTRO, E. M. R. et al. de A. Hidrelétricas na Amazônia e grandes dilemas postos à sociedade no século XXI. *Papers*, Belém, NAEA, PA, n. 343, p. 1 - 26, dez., 2014.

CASTRO, E.; PINTON, F. Introdução. In: CASTRO, E.; PINTON, F. *Faces do Trópico Úmido: conceitos e questões sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente*. Belém, PA: CEJUP; NAEA; UFPA, p. 9-22, 1997.

CAVACO, C. Territórios de Turismo. *Journal of Tourism and Development*, n. 20, p. 51-67, 2013.

CAZAROTTO, R. T. Novos usos do território na perspectiva das dinâmicas de aprendizagem sociais e institucionais multiescalares. São Paulo: *Revista Franco-Brasileira de Geografia*, São Paulo, v. 19, n. 19, p. 1-27, 2013.



CAZUMBÁ. Sustentável: Pousada Vila do Mar recebe selo Sustentabilidade Sebrae. São Luís, MA: *Jornal Turístico e Cultural do Maranhão*, v. 8, n. 128, 2015.

CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ - CELPA. Nosso perfil. Disponível em: <<http://www.celpe.com.br/home>> Acesso em: 21 maio, 2017.

CHAVES, M. A. Notas sobre o povoamento da Amazônia. Belém, PA. *Revista Estudos Amazônicos*, v. 4, n. 2, p. 153-161, 2009.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR. Nosso perfil. Disponível em: <[www.cemar116.com.br/conheca-a-cemar/a-cemar](http://www.cemar116.com.br/conheca-a-cemar/a-cemar)>. Acesso em: 21 maio, 2017.

COMISSÃO EUROPEIA. *Ecoinovação: o segredo da competitividade futura da Europa*. Disponível em: <http://ec.europa.eu/environment/pubs/pdf/factsheets/ecoinnovation/pt.pdf>. Acesso em: 20/04/2016.

CORDEIRO, I. J. D.; LEITE, N. K; PARTIDÁRIO, M. do R. Instrumentos de avaliação de sustentabilidade de destinos turísticos: uma revisão de literatura. *Caderno Virtual de Turismo*, v. 10, n. 2, 2010.

\_\_\_\_\_. Considerações sobre o escopo de um processo de avaliação da sustentabilidade do turismo. *Revista Turismo em Análise*, v. 20, n. 3, p. 525-540, 2009.

CORIOLANO, L. N. M. T. Turismo e meio ambiente: interfaces e perspectivas. In: CORIOLANO, L. N. M. T.; VASCONCELOS, F. P. *O turismo e a relação sociedade-natureza: realidades, conflitos e resistências*. Fortaleza, CE: EDUECE, p. 19-43, 2007.

COSTA, M. A. M. A questão hídrica na metrópole fluminense: um olhar sob a dinâmica da gestão (DITA) participativa. *Norus Novos Rumos Sociológicos*, Pelotas - RS, v. 3, nº 4, p. 176-207, jul./dez. 2015.

COSTA, C. et al. (Org.). *Turismo nos países lusófonos: conhecimento, estratégia e territórios*. Lisboa: Escolar, 2014. v. 2.

COSTA, F. A. et al. *O círio de Nazaré de Belém do Pará: economia e fé*. Amazônia, 2008. v. 3. p. 93-125.

COSTA, C. *Towards the improvement of the efficiency and effectiveness of tourism planning and development at the regional level: planning and networks. the case of Portugal*. Unpublished PhD Thesis, University of Surrey, Guildford, 1996.

CUNHA, L.; ABRANTES, A. *Introdução ao turismo*. 5. ed. Lisboa, Portugal: Lidel edições técnicas, 2014.

CUNHA, L. *Economia e política do turismo*. 3. ed. Lisboa, Portugal: Lidel edições técnicas, 2013.

CUNHA, C. F. et al. Relevância de estudos hidrogeológicos na região metropolitana de São Luís, Maranhão. *Revista Águas subterrâneas - Suplemento*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS., 27, 2012, Maranhão. *Anais...Maranhão*, 2012. p. 1- 4.

DATHEIN, R. Teoria neoschumpeteriana e desenvolvimento econômico. In: DATHEIN et al. (Org.). *Desenvolvimentismo: o conceito, as bases teóricas e as políticas*. 1. ed. Porto Alegre, RS: UFRGS, 2015. v. 1. p. 193-222.

DE LA MATA, T.; LLANO-VERDURAS, C. Spatial pattern and domestic tourism: An econometric analysis using inter-regional monetary flows by type of journey. *Papers in regional science*, v. 91, n. 2, p. 437-470, 2012.

DINIZ, M. J. *A dinâmica das inovações nas empresas do Pólo Industrial de Manaus: um novo momento relacionado aos constrangimentos ambientais a partir do ano 2000*. 2008. 263 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável)- Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará , Belém, 2008.

DOLNICAR, S.; CROUCH, G. I.; LONG, P. Environment-friendly tourists: what do we really know about them?. *Journal of Sustainable Tourism*, v. 16, n. 2, p. 197-210, 2008.

DOLNICAR, S.; LEISCH, F. An investigation of tourists' patterns of obligation to protect the environment. *Journal of Travel Research*, v. 46, n. 4, p. 381-391, 2008.

DUSSEL, E. Meditações Anti-Cartesianas sobre a Origem do Anti-Discurso Filosófico da Modernidade. In: MENESES, Maria Paula; Santos, B. S (Org.). *Epistemologias do Sul*. 1. ed. Coimbra: Almedina, 2009, p. 283-336.

ENGEENERGIA. *Mercado livre de energia*. 2018. Disponível em: <[www.engeenergia.com.br/wps/portal/internet/negocios/entenda-o-que-e-o-mercado-livre](http://www.engeenergia.com.br/wps/portal/internet/negocios/entenda-o-que-e-o-mercado-livre)> . Acesso em: 30 mar. 2018.

EUSÉBIO, M. C. *Assessment of regional economic impacts of tourism: the case of Regional Centro of Portugal*. Aveiro: PhD Dissertation, Aveiro University, 2006.

EUSÉBIO, C.; KASTENHOLZ, E.; CARNEIRO, M. J. *A relevância da investigação no ensino do turismo: algumas estratégias de intervenção na realização do inquérito*. Livro de Actas das 3<sup>as</sup> Jornadas Ibéricas do Turismo, Instituto Politécnico de Coimbra/Escola Superior de Educação, Coimbra, Portugal, 2003. p. 39-51

FARIAS FILHO, M. C.; ARRUDA FILHO, E. J. M. *Planejamento da pesquisa científica*. São Paulo: Atlas, 2013.

FENZL, N. *A Sustentabilidade de sistemas complexos: conceitos básicos para uma ciência do desenvolvimento sustentável: aspectos teóricos e práticos*. Belém, PA: NUMA; UFPA, 2009.

FEYERABEND, P. *Contra o método*. São Paulo: UNESP, 2007. p. 17-37; 65-77.

FIGUEIREDO, S. L.; NÓBREGA, W. R. de M. Turismo e desenvolvimento regional: conceitos e políticas em um caso brasileiro. In: FIGUEIREDO, S. L.; AZEVEDO, F. F. de; NÓBREGA, W. R. de M. *Perspectivas contemporâneas de análise em turismo*. Belém, PA: NAEA, 2015. 374 p.

FIGUEIREDO, S. L.; RUSCHMANN, D. V. de M. Estudo genealógico das viagens, dos viajantes e dos turistas. *Novos Cadernos NAEA*, Belém, v. 7, n. 1, p. 155-188, jun. 2004.

FIGUEIREDO, S. L. *O ecoturismo e a questão ambiental na Amazônia*. Belém, PA: NAEA, 1999.

FLETCHER, J. E. Input-out analysis and tourism impact studies. *Annals of Tourism Research*, v. 16, issue 4, p. 514-529, 1989.

FOSTER, J. B. *A ecologia de Marx: materialismo e natureza*. Tradução de Maria Teresa Machado. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira. 2010.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. 8. ed. Trad. Luis Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987. p. 201-222.

FRACALANZA, A. P. Água: de elemento natural a mercadoria. *Sociedade & Natureza* (UFU. Impresso), Uberlândia, MG, v. 17, n. 33, p. 21-36, 2005.

FRECHTLING, D. C. *Forecasting tourism demand: methods and strategies*. Oxford: Butterworth Heinemann, 2001.

FUNTOWICZ, S. O; RAVETZ, J. R. Science for the post-normal age. *Futures*, v. 25, n.7, p. 739–755, set, 1993.

FURTADO, C. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro, RJ: Contraponto, 2009.

GADELHA, R. M. A. F. Conquista e ocupação da Amazônia: a fronteira Norte do Brasil. *Estudos Avançados*, v. 16, n. 45, p. 63-80, 2002.

GALENO, J. J. de A. *Gestão de resíduos sólidos: análise do tratamento dado pelos meios de hospedagem do Centro Histórico de São Luís*. 2017. (Trabalho de Conclusão de Curso), Universidade Federal do Maranhão. São Luís, MA, 2017.

GERMANO, M. G. *Uma nova ciência para um novo senso comum*. Campina Grande: EDUEPB, 2011.

GONÇALVES, L. C. *Gestão ambiental em meios de hospedagem*. São Paulo: ALEPH, 2004. [online].

GIATTI, L. L.; CUTOLO, S. A. Acesso à água para consumo humano e aspectos de saúde pública na Amazônia Legal. *Ambiente & Sociedade*, v. 15, n. 1, p. 93-109, 2012.

- GÖSSLING, S.; PEETERS, P. Assessing tourism's global environmental impact 1900–2050. *Journal of Sustainable Tourism*, v. 23, n. 5, p. 639-659, 2015.
- GOSSLING, S. New performance indicators for water management in tourism. *Tourism Management*, v. 46, p. 233-244, 2015.
- GOSSLING, S. et al. Tourism and water use: Supply, demand, and security. An international review. *Tourism Management*, v. 33, p. 1-15, 2012.
- GÖSSLING, S.; SCOTT, D. Scenario planning for sustainable tourism: an introduction. *Journal of Sustainable Tourism*, v. 20, n. 6, p. 773-778, 2012.
- GOSSLING, S. The consequences of tourism for sustainable water use on a tropical island: Zanzibar, Tanzania. *Journal of Environmental Management*, v. 61, p. 179-191, 2001.
- GOZZER, G. Interdisciplinarity: A concept still unclear. *Prospects: quarterly review of education*, v.12, n. 3, p. 281-292, 1982,
- GROSGOUEL, R. Transmodernity, border thinking, and global coloniality. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 2008.
- GREEN. Disponível em: <<https://green.tripadvisor.com.br>>. Acesso em: 23 jun. 2017.
- GUNTER, H. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão? *Psicologia: teoria e pesquisa*, Brasília, v. 22, n. 2, p. 201-210, maio/ ago. 2006.
- GUSTAVO, N. Marketing Management Trends in Tourism and Hospitality Industry: Facing the 21st Century Environment. *International Journal of Marketing Studies*, v. 5, n. 3, p. 13–26, 2013.
- HADDAD, E.; PORSSER, A. A.; RABAHY, W. A. Domestic tourism and regional inequality in Brazil. *Tourism Economics*, v. 19, n. 1, p. 173-186, feb. 2013.
- HALL, C. M. Framing behavioural approaches to understanding and governing sustainable tourism consumption: Beyond neoliberalism, “nudging” and “green growth”?. *Journal of Sustainable Tourism*, v. 21, n. 7, p. 1091-1109, 2013.
- HANAI, F. Y. Desenvolvimento sustentável e sustentabilidade do turismo: conceitos, reflexões e perspectivas. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 8, n. 1, 2012.
- HARDI, P.; ZDAN, T. *The Bellagio principles for assessment. Assessing sustainable development: Principles in practice*. [S.l.:s.n], 1997.
- HARVEY, D. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.
- HOF, A.; SCHIMMITT, T. Urban and tourist land use patterns and water consumption: Evidence from Mallorca, Balearic Islands. *Land Use Policy*, v. 28, p. 792–804, 2011.

IMIRANTE. COM. *Como funciona o sistema de abastecimento de água de São Luís. Especial "águas"*, 2015. Disponível em: <<http://imirante.com/sao-luis/noticias/2015/03/02/especial-aguas-relembre-a-situacao-do-abastecimento-em-sao-luis.shtml>> . Acesso em: 13 mar. 2018.

IBGE. Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. *Estimativas da população residente com data de referência 1º de julho de 2017*. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=150140&search=para|belem>>. Acesso em: 13 mar. 2018.

JACOBI, P. R. (Org.). *Atores e processos na governança da água no Estado de São Paulo*. São Paulo, SP: Annablume, 2009. p. 87-108. (Coleção Cidadania e Meio ambiente),

JAPIASSÚ, H. *Interdisciplinaridade e patologia do saber*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

KENT, M.; ESSEX, R. N. Tourism and sustainable water Supply in Mallorca: a geographical analysis. *Applied Geography*, v. 22, p. 351-374, 2002.

KUHN, T. *A estrutura das revoluções científicas*. 10. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011. p. 29-105.

LASHLEY, C. Study Hospitality: insight from Social Sciences. *Scandinavian Journal of Hospitality and Tourism*, v. 8, n.1, p. 69-84, 2008.

LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E. *Novas políticas na era do conhecimento: o foco em arranjos produtivos e inovativos locais*. Rio de Janeiro: REDESIST, 2003. p. 1-17.

LATIF, L. A travessia de um mito de origem amazônico: o Círio de Nazaré entre o moderno e o pós-moderno. *Novos Cadernos NAEA*, Belém, PA, v. 17, n. 2, p. 23-52, dez. 2014.

LATOUR, B.; WOOLGAR, S. *A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos*. Trad. Angela R. Vianna. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997, p. 205-265.

LEIS, H. R. *Sobre o conceito de interdisciplinaridade*. Cadernos de pesquisa interdisciplinar em ciências humanas, v. 6, n. 73, p. 2-23, 2005.

LIMA, A. C. da C. SIMÕES, R. F. *Teorias do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica no pós-guerra: o caso do Brasil*. Belo Horizonte: UFMG; CEDEPLAR, 2009.p. 6-33.

LOPES, H. C. O desenvolvimento econômico: uma proposta de abordagem teórica evolucionária e institucionalista. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 45, n. 2, p. 377-400, 2015.

LOUREIRO, V. R. Amazônia: uma história de perdas e danos, um futuro a (re) construir. São Paulo, SP: *Revista Estudos Avançados*, v. 16, n. 45, p. 107-121, 2002.

LOZANO, R.; CARPENTER, A.; HUISINGH, D. A review of 'theories of the firm' and their contributions to Corporate Sustainability. *Journal of Cleaner Production*, v. 106, p. 430-442, 2015.

MARANHÃO. Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão. *Histórico da CAEMA*. Disponível em: [http://www.caema.ma.gov.br/portalcaema/index.php?option=com\\_content&view=article&id=677&Itemid=103](http://www.caema.ma.gov.br/portalcaema/index.php?option=com_content&view=article&id=677&Itemid=103). Acesso em: 13 mar. 2018.

MARROCU, E.; PACI, R. Different tourists to different destinations. Evidence from spatial interaction models. *Tourism Management*, v. 39, p. 71-83, 2013.

MARX, K. *O capital: resumo dos três volumes por Julian Borchardt*. 7. ed. resumida. Rio de Janeiro, RJ: LTC. 1982.

MATIAS, A.; SARDINHA, R. *Avanços em economia e gestão do turismo*. Lisboa: Instituto Piaget, 2008.

MATIAS, A.; MOURATO, J. Turismo e Ambiente: implicações para o desenvolvimento regional. In: MATIAS, A.; SARDINHA, R. *Avanços em economia e gestão do turismo*. Lisboa: Instituto Piaget, 2008. p. 185-206.

MATIAS, A. *Economia do turismo: teoria e prática*. Lisboa, Portugal: Instituto Piaget, 2007.

MATOS, H. *Capital social e comunicação: interfaces e articulações*. São Paulo: Summus, 2009.

MEDAGLIA, J.; SILVEIRA, C. E.; GANDARA, J. M. G. Quatro décadas de ensino superior de turismo no Brasil: dificuldades na formação e consolidação do mercado de trabalho e a ascensão de uma área de estudo como efeito colateral. *Turismo-Visão e Ação*, v. 14, n. 1, p. 006-018, 2012.

MENDES, R. L. R. et al. Desenvolvimento de indicadores para o sistema de abastecimento público de água de Belém-PA. *Papers*, Belém, PA, NAEA, n. 301, p. 1-21, nov. 2012.

MIGNOLO, W. Post-Occidental reason: The crisis of occidentalism and the emergenc(y)e of border thinking. In: *Local histories/global designs. Coloniality, Subaltern Knowledges, and Border Thinking*. Princeton: Princeton University Press, 2000. p. 91-126.

MORIN, E. Por um pensamento ecologizado. In: CASTRO, E.; PINTON, F. *Faces do trópico úmido: conceitos e questões sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente*. Belém, PA: Cejup, NAEA; UFPA, 1997. p. 53-78.

\_\_\_\_\_. *Ciência com consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. p. 95- 135.

\_\_\_\_\_. *A via para o futuro da humanidade*. Lisboa, Portugal: Piaget, 2016.

MOWFORTH, M.; MUNT, I. *Tourism and sustainability: New Tourism in the Third World* Routledge. 1998.

NASCIMENTO, J. L. B. do. *Modelo para medir nível de satisfação do hóspede como fator de excelência nos serviços hoteleiros*. 2016. Tese (Doutorado em Turismo), Departamento de Economia, Gestão, Engenharia Industrial e Turismo, Universidade de Aveiro, Aveiro, 2016.

NASCIMENTO, V. L. Q. *Políticas públicas de turismo na Amazônia Brasileira: sua ascensão às agendas do Amazonas e do Pará*. 2015. Tese (Doutorado em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental), Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

NELSON, R. R. Why Schumpeter has had so little influence on today's main line economics, and why this may be changing. *Journal of Evolutionary Economics*, v. 22, n. 5, p. 901-916, 2012.

NELSON, R. R.; WINTER, S. G. *An evolutionary of economic change*. [S.I.]:Harvard University press, 1982.

NÓBREGA, W. R. M. de. *Turismo e políticas na Amazônia Brasileira: instâncias de governança e desenvolvimento nos municípios de Santarém e Belterra, Oeste do Pará*. 2012. Tese (Doutorado em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental), Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

NUNES, B. Universidade e Regionalismo. In: \_\_\_\_\_. *Do Marajó ao arquivo: breve panorama da cultura no Pará*. Belém: Secult: EdUFPA, 2012. p. 61-74.

ORGANIZAÇÃO. *A UNESCO e o Ano internacional do turismo sustentável*. UNESCO, 2017. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/ia/about-this-office/prizes-and-celebrations/2017-international-year-of-sustainable-tourism/>>. Acesso em : 25 jan. 2017.

OURIQUES, H. R. O turismo na periferia do capitalismo. In: OURIQUES, H. R. *A produção do turismo: fetichismo e dependência*. Campinas: Alínea, 2005. p. 91- 100.

PANOSSO NETO, A.; NECHAR, M. Epistemologia do turismo: escolas teóricas e proposta crítica. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, São Paulo, SP, v. 8, n.1, p.120-144, jan./mar. 2014.

PARÁ. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará. *Boletim de Turismo do Estado do Pará*, Belém, PA, v. 63 p.,2016. Disponível em: <<http://www.setur.pa.gov.br/sites/default/files/pdf/boletimeconomico.pdf>>. Acesso em : 25 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado de Turismo do Pará. *Ver-o-Pará. Plano Estratégico de Turismo. Relatório Executivo (2012-2020)*, 2012. Disponível em: <[http://setur.pa.gov.br/sites/default/files/pdf/plano\\_ver-o-para.pdf](http://setur.pa.gov.br/sites/default/files/pdf/plano_ver-o-para.pdf)>. Acesso em : 25 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. *Estratégico de Turismo. Relatório de Implantação (2012-2014)*, 2012. Disponível em: <[http://setur.pa.gov.br/sites/default/files/pdf/relatorio\\_de\\_implantacao\\_2012\\_-\\_2014\\_versao\\_final\\_impressa.pdf](http://setur.pa.gov.br/sites/default/files/pdf/relatorio_de_implantacao_2012_-_2014_versao_final_impressa.pdf)>. Acesso em : 25 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. Companhia de Saneamento do Pará. *Histórico*. Disponível em: <<http://www.cosanpa.pa.gov.br/index.php/a-empresa/2013-06-20-08-51-26>>. Acesso em : 25 jan. 2017.

PECORARI, P. M.; LIMA, C. R. C. A inovação ambiental como estratégia em busca da vantagem competitiva sustentada. Piracicaba, SP: *Revista de Ciência & tecnologia*, v. 19, n. 37, p. 41-55, 2016.

PIMENTEL, E. M.; COSTA, C. Gestão da sazonalidade: processo de desenvolvimento de estratégias. In: MATIAS, A.; SARDINHA, R. *Avanços em economia e gestão do turismo*. Lisboa: Instituto Piaget, p. 207-228, 2008.

PINHEIRO, L. A. *A modernização dos serviços urbanos de abastecimento d'água na São Luís Oitocentista, advinda das viagens de estudos de jovens maranhenses para a Europa: caso da Companhia do Anil*. 2017. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade), Universidade Federal do Maranhão, São Luis, 2017.

POMBO, O. A Interdisciplinaridade como problema epistemológico e exigência curricular. *Revista Inovação*, v.6, n. 2, p 173-184, 1993.

POUPART, J. Et al. (Org.). *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes, 2008.

POSSAS, M. Economia evolucionária neoschumpeteriana: elementos para uma integração micro-macrodinâmica. *Estudos Avançados*, São Paulo, SP, v. 22, n. 63, 2008.

PUTNAM, R. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*: 5. ed. . Rio de Janeiro, R: FGV, 2006.

QUEIROZ, L. De O.; DUARTE, L. B.; GOMES, A. P. Eficiência do turismo nas unidades federativas do Brasil. *Novos Cadernos NAEA*, v. 20, n. 1, 2017.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina". In: \_\_\_\_\_. *La colonialidad del poder: eurocentrismo y ciencias sociales*. Buenos Aires: Clacso, 2005.

RAVENA, N. *Os caminhos da regulação da água no Brasil: demiurgia institucional ou criação burocrática?* 1. ed. Curitiba, PR: Appris, 2012.



RAVENA, N. A polissemia na definição do acesso à água: qual conceito? In: CASTRO, E. (Org.). *Belém de águas e ilhas*. Belém, PA: CEJUP, 2006. p. 85-104.

RAZUMOVA, M.; IBÁÑEZ, J. L. & PALMER, J. R-M. Drivers of environmental innovation in Majorcan hotels. *Journal of Sustainable Tourism*, v. 23, n. 10, p. 1529-1549, 2015.

REIS, E. et al. *Estatística aplicada* Lisboa. 6. ed. (rev.). Portugal: Sílabo, 2015. v. 2.

RELATÓRIO FINAL. *Monitoramento e avaliação da introdução da cunha salina no estuário do rio são francisco*. Recife, PE: Fundação Apolônio Salles, 2007.

RIFAI, T. *OMT: el turismo de negocios se consolida como uno de los motores del sector.*, 2014. Disponível em: <[http://www.hosteltur.com/143630\\_omt-turismo-negocios-se-consolida-como-uno-motores-sector.html](http://www.hosteltur.com/143630_omt-turismo-negocios-se-consolida-como-uno-motores-sector.html). Acesso 28 out. 2014>. Acesso em : 25 jan. 2017.

ROCCO, D. M. C. *Visitando o século XXI: inovações para a sustentabilidade em destinos turísticos brasileiros*. 2014. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

RODRIGUES, L. M. *Os sentidos do lugar turístico no discurso da propaganda oficial sobre os Lençóis Maranhenses*. São Luís, MA: EDUFMA, 2013.

RODRIGUES, C. I. *Caboclos na Amazônia: a identidade Caboclos na Amazônia*. Belém, PA: *Novos Cadernos NAEA*, v. 9, n. 1, p. 119-130, jun. 2006.

RUHMANN, D. *Turismo e planejamento sustentável*. São Paulo, SP: Papirus, 1997.

\_\_\_\_\_. A experiência do turismo ecológico no Brasil: um novo nicho de mercado ou um esforço para atingir a sustentabilidade. *Turismo-Visão e Ação*, v. 2, n. 5, p. 81, 2000.

RUHANEN, L. Local government: facilitator or inhibitor of sustainable tourism development?. *Journal of Sustainable Tourism*, v. 21, n. 1, p. 80-98, 2013.

SÁ, S. Interdisciplinaridade: sim e não a vasos comunicantes em educação pós-graduada. *Cad. Saúde Pública*, v.3, n.3, p. 272-279, 1987. [online].

SAARINEN, J. *Critical sustainability: setting the limits to growth and responsibility in tourism*. *Sustainability*, v. 6, p. 1-17, 2014.

SABY, B.; SABY, D. *As grandes teorias econômicas*. 1. ed. Porto, Portugal: ASA, 1997.

SACHS, I. *Desenvolvimento includente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro, RJ: Garamond, 2004.

SAID, E. Introdução. In: \_\_\_\_\_. *Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p.13-39.

SÁNCHEZ-FERNÁNDEZ, M. D.; REMOALDO, P. C. A. Práticas de responsabilidade social nos hotéis desde a perspectiva de gênero. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, n. 23, p. 49-58, 2015.

SANTOS, C. B. N. dos. *Gestão ambiental em empreendimentos hoteleiros: estudo de casos múltiplos*. 186 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2005.

SANTOS, B. de S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes". In: MENESES, M. P.; SANTOS, B. S. (Org.). *Epistemologias do Sul*. 1. ed. Coimbra: Almedina, 2009. p. 23-72.

SÃO LUÍS. Secretaria Municipal de Turismo. Observatório do Turismo da cidade de São Luís. *Anuário estatístico perfil do turista*. Ano base 2013-2014. São Luís, MA: SETUR SÃO LUÍS, 2015.

SARGES, M de N. *Belém: riquezas produzindo a Belle Époque*. Belém, PA: Paka – Tatu, 2000.

SCHUMPETER, J. *Teoria do desenvolvimento econômico: um estudo sobre lucro empresarial, capital, crédito, juro e ciclo da conjuntura*. 4. ed. Tradução do original alemão intitulado *Theorie der Wirtschaftlichen Entwicklung*, de Joseph Schumpeter, 6. ed. 1964 (reimp.). Lisboa, Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian, 2012.

SIEGEL, S. M. *Faça-se a água: a solução de Israel para um mundo com sede de água*. São Paulo, SP: EDUC, 2017.

SILVA, J. M. da. Política de turismo e representações da Amazônia: o turismo ecológico e cultural no estado do Amazonas. *Novos Cadernos do NAEA*, Belém, PA v. 16, n. 1, p. 317-329, jun. 2013. Suplemento.

SILVA, M. et al. A transformação do espaço amazônico e seus reflexos na condição atual da cobertura e uso da terra. *Novos Cadernos NAEA*, Belém, PA, v. 16, n. 1, p. 229-248, jun. 2013.

SILVA, A. C. Da. entrevista. In: ELLIOT, L. G. (Org.). *Instrumentos de avaliação e pesquisa*. Rio de Janeiro, RJ: Wak, 2012. p. 149-192.

SILVA, A. T. da. Desafios políticos e socioambientais da governança global na Amazônia: a emergência do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7). *Papers NAEA*, Belém, PA, n. 268, p. 4 -18, jun. / 2010.

SILVINO, A. M. D. *Epistemologia positivista. Qual a sua influência hoje?* Psicologia, Ciência e Profissão, 2007. p. 276-289.

SINCLAIR, M. T.; STABLER, M. *Aspectos econômicos do turismo*. Brasília, DF: UNB, 2009.

SMERAL, E. Economics models of tourism. *WIFO working papers*, London, v. 24, 1987.

SOARES, L. R. *Gestão ambiental em meios de hospedagem de São Luís/MA: relatório parcial PIBIC*. São Luís, MA: UFMA, 2015-2016.

SOARES, A. M. M. *Análise dos consumos de água em edifícios não habitacionais*. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil). Faculdade de Engenharia Civil, Universidade do Porto, Porto, 2010.

SONG, H.; WITT, S. F.; LI, G. *The advanced econometrics of tourism demand*. New York: Taylor & Francis, 2009.

SOUSA, N.; EUSÉBIO, C. Análise da gestão ambiental nos hotéis portugueses. *Revista de Gestão dos Países de Língua Portuguesa*, v. 12, n. 2, p. 60-74, 2013.

SOUSA E SILVA, J. S. *A visão holística do turismo interno e a sua modelação*. 2009. Tese (Doutoramento em Turismo), Universidade de Aveiro, Aveiro, 2009.

SOUZA, V. S de. *Olhares cruzados: o centro histórico de São Luís*. Curitiba: Prismas, 2016.

SOUZA JÚNIOR, J. do C. *Distritos de medição e controle como ferramenta de gestão de perdas em redes de distribuição de água*. 2014. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2014.

STYLES, D.; SCHOENBERGER, H.; GALVEZ-MARTOS, J. L. Water management in the European hospitality sector: Best practice, performance benchmarks and improvement potential. *Tourism Management*, v. 46, p. 187-202, 2015.

SWYNGEDOUW, E. The political economy and political ecology of the hydro - social cycle. *Journal of Contemporary Water Research & Education*, issue 142, p. 56-60, august, 2009.

SWYNGEDOUW, E. *Social power and the urbanization of water: flows of power*. Oxford - England: Oxford University Press, 2004.

TAKASAGO, M.; MOLLO, M. de L. A matriz de insumo-produto e a importância econômica do turismo no Brasil. Aveiro: *Revista Turismo & Desenvolvimento*, v. 13-14, p. 137-149, 2010.

TAKASAGO, M. *Análise das potencialidades do setor de turismo: uma aplicação de modelo de equilíbrio geral computável*. Brasília, DF: Tese de Doutorado, Departamento de Economia, Universidade de Brasília, 2006.

TAVARES, H. M. Desenvolvimento, Região e poder regional. A visão de Celso Furtado. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 13, n. 2, p. 11-26, 2011.

TEKKEN, V.; KROPP, J. Sustainable water management: perspectives for tourism development in north-eastern Morocco. *Tourism Management Perspectives*, v. 16, p. 325-334, 2015.

TIAN, M. et al. Evaluation of tourism water capacity in agricultural heritage sites. *Sustainability*, v. 7, p. 15548-15569, 2015.

THOMAZI, Silvia. *Cluster de turismo: introdução ao estudo do Arranjo Produtivo Local*. São Paulo: ALEPH, 2006.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre cultura popular tradicional*. São Paulo, SP: Companhia das letras. 1998.

TORTELLA, B. D.; TIRADO, D. Hotel water consumption at a seasonal mass tourist destination. The case of the island of Mallorca. *Journal of Environmental Management*, v. 92, p. 2568-2579, 2011.

TRIGO, L. Turismo e Lusofonia. *Aveiro: Revista Turismo & Desenvolvimento: Journal of Tourism and Development*, n. 20, p. 135-149, 2013.

TSIOTSOU, R.; RATTEN, V. Future research directions in tourism marketing. *Marketing Intelligence & Planning*, v. 28, n. 4, p. 533-544, 2010.

TUNDISI, J. (Coord.). *Recursos hídricos no Brasil: problemas, desafios e estratégias para o futuro*. Rio de Janeiro - RJ: Academia Brasileira de Ciências, 2014.

TUNDISI, J. G. Novas perspectivas para a gestão de recursos hídricos. *Revista USP*, v. 70, p. 24-35, 2006.

UNWTO. *Tourism Highlights Tourism in the world*, p. 01-16, 2105.

VARUM, C.; MADALENO, M.; ROBAÍNA, M.; DIAS, M. F. Eco-Inovação: será diferente para os hotéis e restaurantes?. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, n. 27-28, p. 111 – 122, 2017.

VARUM, C. et al. *Economia industrial: teoria e exercícios práticos*. Lisboa, Portugal: Sílabo, 2016.

VASCONCELOS, A. M.; LEZANA, A. G. R. Teoria e prática na pesquisa sobre qualidade em serviços turísticos em periódicos internacionais: uma revisão de literatura de 2002 a 2012. *Revista de Administração da UFSM*, v. 7, n. 3, p. 486-505, 2014.

VEIGA, J. E. Da. *Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI*. [S.l.]: Garamond, 2005.

WADA, E. K.; CAMARGO, L. O. de L. Os desafios da hotelaria. *GV-executivo*, São Paulo, SP v. 5, n. 1, p. 53-57, fev./abr. 2006.

WAHAB, S. Sustainable tourism in the developing world. *Tourism development and growth: the challenge of sustainability*, 1997. p. 129-146.

WARNKEN, J.; BRADLEY, M.; GUILDING, C. Eco-resorts vs. mainstream accommodation providers: an investigation of the viability of benchmarking environmental performance. *Tourism Management*, v. 26, p. 367–379, 2005.

WEINSTEIN, B. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo, SP: HUCITEC; EDUSP, 1993.

WITT, S. F.; WITT, C. A. *Modeling and forecasting demand in tourism*. Academic Press, 1992.

WORLD TRAVEL; TOURISM COUNCIL. *Travel & Tourism Economic Impact 2017 Brazil*, 2017.

WORLDWATERFORUM8. Disponível em: <[www.worldwaterforum8.org/pt-br/home](http://www.worldwaterforum8.org/pt-br/home)>. Acesso em: 12 fev. 2018.

YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

## APÊNDICES

## APENDICE A- Carta de Apresentação



**Prezado (a) senhor (a),**

Eu, **Eduardo Lima dos Santos Gomes**, professor do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) da Universidade Federal do Pará (UFPA) e aluno regularmente matriculado (201705080005), no Programa de Pós-Graduação, nível Doutorado, em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU) do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da UFPA, venho por meio desta carta de apresentação solicitar autorização para a realização da pesquisa de campo com vistas à recolha de dados primários através da aplicação do instrumento metodológico “**formulário de entrevista**” (anexo).

Este instrumento metodológico é parte integrante do Projeto de Doutorado “**A DINÂMICA DAS ORGANIZAÇÕES TURÍSTICAS E O CONSUMO DE ÁGUA EM SÃO LUÍS (MA) E BELÉM (PA)**” desenvolvido no âmbito do PPGDSTU/NAEA/UFPA sob orientação científica da **Dra. Profa. Ligia Terezinha Lopes Simonian** (PPGDSTU/NAEA/UFPA).

Objetiva-se com este projeto de doutorado analisar as implicações do consumo de água nas organizações do setor produtivo de meios de hospedagem de São Luís (MA) e Belém (PA), percebendo o posicionamento estratégico dos gestores perante a necessidade de promover a inovação para a sustentabilidade ambiental, como um processo importante para dotar a organização de vantagens competitivas e ser responsável socioambientalmente.

Logo, percebe-se que a questão da água é uma preocupação mundial e um problema visível em todas as estruturas econômicas dos países, especificamente quanto ao condicionamento referente à sua disponibilidade e uso, o qual implica em restrições no fornecimento proveniente da extrapolação da capacidade de

distribuição normal pelas concessionárias, muitas vezes, motivadas pelo aumento exponencial da demanda turística, principalmente nos períodos de fluxos turísticos intensos.

Assim, as implicações do consumo de água são preocupações louváveis nos setores produtivos de turismo e, mais ainda, nas organizações de meios de hospedagem, que vivenciam diariamente o dilema de prestar o serviço com qualidade, sem auferir o conforto ambiental dos hóspedes e minimizar os custos financeiros do consumo perdulário. Salienta-se que as organizações já denotam a existência da preocupação ao nível da implementação de medidas de desempenho ambiental para a utilização eficiente de água.

Dessa maneira, entende-se este setor produtivo como consumidor potencial de água, que urge por ter medidas de desempenho ambiental, principalmente para o delineamento de estratégias de sustentabilidade concernentes à manutenção no limite suportável de salvaguarda e vantagens competitivas no mercado turístico.

A partir dessa resumida apresentação do projeto de doutoramento, solicito autorização para a recolha de dados e a designação de um **Colaborador** da área de **Gestão** da organização para ser o respondente deste inquérito por formulário de entrevista. Ademais, as respostas fornecidas não serão utilizadas para identificar a organização, cujo sigilo será preservado de modo absoluto.

Portanto, sinta-se confortável para fornecer a melhor e mais sincera estimativa de resposta. Caso tenha alguma dúvida sobre uma determinada questão, não hesite em contactar-me. Agradeço imensamente pela sua contribuição. Subscrevo-me e votos de apreço e sucesso.

Atenciosamente,

Prof. MSc. Eduardo Lima dos Santos Gomes – ICESA/UFPA  
Discente PPGDSTU/NAEA/UFPA

Contato: [egomes@ufpa.br](mailto:egomes@ufpa.br)

(91) 988 841 291



**APENDICE B-** Formulário de entrevista às organizações turísticas de meios de Hospedagem (OTMH) de São Luís (MA) e Belém (PA)



**EDUARDO LIMA DOS SANTOS GOMES, MSc.**

Este formulário de entrevista é parte integrante do Projeto de Doutorado “**A DINÂMICA DAS ORGANIZAÇÕES TURÍSTICAS E O CONSUMO DE ÁGUA EM SÃO LUÍS (MA) E BELÉM (PA)**”, desenvolvido no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (**PPGDSTU**) do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (**NAEA**) da Universidade Federal do Pará (**UFPA**) sob orientação científica da **Dra. Profa. Ligia Terezinha Lopes Simonian** (PPGDSTU/NAEA/UFPA).

Muito obrigado pela colaboração!

**Outubro/2017**

## **CARACTERIZAÇÃO DO RESPONDENTE**

**1.1 Organização Turística:**

**1.2 CADASTUR:**

**1.3 Pertence a alguma rede/cadeia:**

**Se sim, qual?**

**1.4 Cidade:**

**1.5 Cargo/função:**

**1.6 Habilitação Acadêmica:**

**1.7 Gênero:**

## **1 POTENCIALIDADES E ESTRATÉGIAS PARA A SUSTENTABILIDADE DAS ORGANIZAÇÕES TURÍSTICAS DE MEIOS DE HOSPEDAGEM –OTMH**

**2.1 Em relação a sustentabilidade, o comportamento da organização é inovador? Por que?**

**2.2 A organização se posiciona estrategicamente no mercado turístico local por meio da sustentabilidade? Se sim, por que?**

**2.3 Quais são as ações que justificam este posicionamento estratégico?**

**2.4 Qual (is) é (são) o (s) indicador (es) que orienta (m) à tomada de decisão quanto ao planejamento e a gestão de estratégias à sustentabilidade da organização?**

**2.5 A demanda é diversificada e renovada ao longo dos últimos cinco anos? Se sim, qual é o comportamento desta demanda?**

**2.6 Há cooperação técnica com as Universidades/Institutos para o desenvolvimento de pesquisa/extensão sobre a sustentabilidade nas organizações?**

**2.7 A organização apresenta, na sua rotina, práticas de economia de energia? Se sim, quais são?**

**2.8 A organização apresenta, na sua rotina, práticas de coleta seletiva de descarte energético? Se sim, quais são?**

**2.9 A organização tem a certificação NBR 15401?**

**2.10 A organização tem a certificação NBR 16534?**

### **3 O CONSUMO DE ÁGUA NAS OTMH**

**3.1 Há consumo perdulário de água? Se sim, em quais áreas da organização?**

**3.2 Como a organização gerencia o processo do consumo de água?**

**3.3 Há a requalificação da infraestrutura, a instalação predial, para evitar o desperdício de água na organização? Se sim, quais as medidas tomadas?**

**3.4 O comportamento da demanda compromete o consumo de água na organização? Por que?**

**3.5 As variáveis do comportamento da demanda são levadas em consideração para a elaboração de estratégias para atenuar o consumo perdulário na organização? Quais?**

**3.6 O consumo de água é utilizado como indicador de sustentabilidade para a eco-inovação da organização? Se sim, por que?**

**3.7 A organização tem poço artesiano? Se sim, há a certificação das autoridades sanitárias do Estado e Município?**

**3.8 No bairro, onde a organização se localiza, há falta de água? Se sim, quais são as medidas tomadas pela organização?**

## **ANEXOS**

## ANEXO A- Cartas



Carta nº 974/2017-Sesc

São Luís, 31 de outubro de 2017.

Profa. Monica de Nazaré Ferreira de Araújo  
Chefe do Depto. De Turismo e Hotelaria/DETUH  
São Luís-Ma

Em resposta ao Ofício nº 06/2017, no qual solicita autorização para o Prof. MSc. Eduardo Lima dos Santos Gomes, realizar a pesquisa de campo da sua investigação de doutorado abordando o título "**A Dinâmica das Organizações Turísticas e o Consumo de Água em Belém-PA e São Luís-Ma**", esclarecemos que o Sesc Olho D'água localizado dentro da Unidade Sesc Turismo se encontra em fase de *estruturação da equipe de trabalho e revisão inclusive na área de sustentabilidade*, razão pela qual não será possível o atendimento ao pleito.

No entanto, colocamo-nos a disposição para em outros momentos de estudos podermos contribuir com a pesquisa acadêmica proporcionando soluções que beneficiem a sociedade em geral por ser esta a finalidade do Sesc.

Atenciosamente,

  
Maria dos Remédios Serra Pereira  
Diretora Regional

sege/ra



RECEBIDO NA DR

## UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Fundação Instituída nos termos da Lei nº 5.152, de 21/10/1966 – São Luís – Maranhão.

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE TURISMO E HOTELARIA

DETUH Nº 06/2017

DR 20.10.2017 a DPD  
Rutineia Monteiro  
DIRETORA REGIONAL DO SERVICIO SESC/MA  
Matricula: 152

RECEBIDO NA DPD  
EM: 24/10/2017  
HORÁRIO: 9h11

Ilma. Diretora Regional do SESC MARANHÃO  
Senhora MARIA DOS REMÉDIOS SERRA PEREIRA

REGISTRADO NA
Secretaria Geral
Data: 20-10-2017
Hora: 11h10
Server: Paulo

Assunto: AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA DE CAMPO NO SESC OLHO D'ÁGUA

RECEBIDO NA DR
EM: 20 OUT 2017
Mh

Prezada Sra. Diretora Regional,

O Departamento de Turismo e Hotelaria (DETUH) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) solicita autorização para que o Prof. MSc. Eduardo Lima dos Santos Gomes, da Universidade Federal do Pará (UFPA), possa realizar a pesquisa de campo da sua investigação de doutorado "A DINÂMICA DAS ORGANIZAÇÕES TURÍSTICAS E O CONSUMO DE ÁGUA EM BELÉM (PA) E SÃO LUÍS (MA), no SESC Olho D'água. O objetivo da investigação, bem como o formulário de entrevista seguem anexos para a vossa apreciação e, posterior, deferimento para a semana de 30 de outubro a 03 de novembro de 2017 com horário a critério da vossa instituição.

Ressaltamos a já existente parceria entre essa Instituição conosco, pelo que agradecemos de antemão, reiterando nossos votos de consideração.

Cordialmente,

São Luís, 19 de outubro de 2017.

*Monica Araújo*  
Profa. Monica de Nazaré Ferreira de Araújo  
Chefe do Depto. de Turismo e Hotelaria / DETUH  
SIAPE nº 327409

egomes7386@jmaul.com  
(91) 988 841 291

Av. dos Portugueses, 1966 – Cidade Universitária do Bacanga – São Luís – MA – 65.080-040  
Fone (98) 3272-8441 – E-mail: detuh@ufma.br

Providenciado  
Data: 31/10/2017  
974  
Kacunda



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
FACULDADE DE TURISMO



Ofício n. 060/17-FACTUR

Belém, 20 de dezembro de 2017.

Ilmo. Diretor de Operações da Companhia de Saneamento do Pará –  
COSANPA

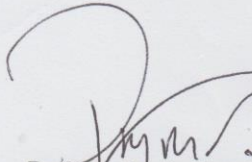
Senhor Antônio Carlos Crisostomo

Assunto: AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA DE CAMPO

Prezado Sr. Diretor de Operações,

A Faculdade de Turismo (FACTUR) do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) da Universidade Federal do Pará (UFPA) solicita autorização para que o Prof. MSc. Eduardo Lima dos Santos Gomes (FACTUR/ICSA/UFPA) realize a pesquisa de campo da sua investigação de doutorado “A dinâmica das organizações turísticas e o consumo de água em Belém (PA) e São Luís (MA)” com a área técnica da COSANPA a respeito do abastecimento de água na cidade de Belém. O objetivo da pesquisa, assim como o formulário de entrevista seguem anexos para a vossa apreciação e, posterior, deferimento para o mês de janeiro de 2018 com data e horário a critério da vossa Instituição.

Cordialmente,

  
Prof. Dr. Paulo Moreira Pinto  
Diretor da FACTUR/ICSA/UFPA

Prof. Dr. Paulo Moreira Pinto  
Diretor da FACTUR/ICSA  
Port. n.º 307/1/2016-UFPA

RECEBIDO

Assinatura  
Em 21/12/17 2017